



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

CAMILLA GUIMARÃES SANTERO PONTES

**O ESPANHOL COMO LÍNGUA FRANCA:
ROMPENDO BARREIRAS, ABRINDO CAMINHOS**

SALVADOR

2019

CAMILLA GUIMARÃES SANTERO PONTES

**O ESPANHOL COMO LÍNGUA FRANCA:
ROMPENDO BARREIRAS, ABRINDO CAMINHOS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Pimentel Siqueira.

SALVADOR

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

CAMILLA GUIMARÃES SANTERO PONTES

**O ESPANHOL COMO LÍNGUA FRANCA:
ROMPENDO BARREIRAS, ABRINDO CAMINHOS.**

Tese defendida em 30 de setembro de 2019 e APROVADA pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Domingos Sávio Pimentel Siqueira
Universidade Federal da Bahia
Orientador

Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan
Universidade Estadual de Campinas
Examinador Externo

Prof. Dr. Carlos Felipe da C. Pinto
Universidade Federal da Bahia
Examinador Interno

Profa. Dra. Graciana Edith Vázquez
Universidad de Buenos Aires, Argentina
Examinadora Externa

Profa. Dra. Lucielen Porfirio
Universidade Federal da Bahia
Examinadora Interna

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Guimarães Santero Pontes, Camilla
O ESPANHOL COMO LÍNGUA FRANCA: ROMPENDO BARREIRAS,
ABRINDO CAMINHOS. / Camilla Guimarães Santero Pontes.
-- Salvador, 2019.
190 f.

Orientador: Domingos Sávio Pimentel Siqueira.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Língua
e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Letras, 2019.

1. língua espanhola. 2. língua franca. 3. política
linguística . 4. translíngualismo. I. Pimentel
Siqueira, Domingos Sávio. II. Título.

Dedico este trabalho a minha filha Clara,
ao meu esposo Alvaro, aos meus pais
Walter e Lúcia, e à minha irmã Tamillis.
A vocês, todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Esses quatro anos de doutorado foram longos, quase intermináveis se considero os dias difíceis, e infinitamente curtos se me concentro no mundo de coisas que ainda tenho para falar sobre o tema de minha tese. Ainda posso sentir o frio na barriga provocado pelo entusiasmo em escrever sobre algo que tanto me inquieta e que, portanto, move-me rumo a uma trajetória que está longe de terminar. Nesta caminhada, pude contar com pessoas que, de alguma forma, me ajudaram a construir cada linha deste texto. A elas, minha mais profunda gratidão.

Agradeço em primeiro lugar a Deus por todas as graças que realiza em minha vida.

Agradeço aos meus pais, Walter e Lúcia, por terem superpoderes, fazendo Rio de Janeiro e Salvador serem, praticamente, bairros vizinhos.

À minha irmã, Tamillis, pelos abraços e risadas revigorantes.

Ao meu esposo, Alvaro, por ser um grande companheiro, na alegria e na tristeza.

À minha filha, Clara, por todo o amor que não cabe em mim e por ressignificar minha vida, mostrando-me a força que tem uma mulher mãe, esposa, profissional, etc.

À minha amiga Juliana, por toda doação, alimentando sozinha nossa amizade nesses últimos anos de tese.

Aos amigos que a UFBA me deu, em especial, Paloma, Daniel, Roberta e Juliana. Obrigada pela inspiração e pelas conversas sobre língua franca e sobre todo o resto.

Ao amigo Carlos Felipe, por estar sempre disponível para mim, por ser um dos meus maiores interlocutores: acadêmico e pessoal.

A meu orientador, Sávio, que foi, sem dúvida, a peça fundamental desta tese, não só por me ajudar a construir a pesquisa, mas por tornar tudo mais leve. Agradeço-lhe a gentileza, a empatia, a simetria interpessoal, o exemplo de pesquisador que pratica o que investiga e as orientações presenciais que eram sempre bate-papos prazerosos e extremamente enriquecedores. Você fez toda a diferença!

Aos colegas do setor de Língua Espanhola por todo apoio a mim dedicado.

À UFBA por toda balbúrdia intelectual que me proporcionou, mudando-me para sempre.

Aos colegas do grupo de pesquisa *Inglês como língua franca (ILF)*, que realizavam discussões fundamentais para minha reflexão teórica.

À querida Lucielen, por ter aceitado participar da banca e por todo seu entusiasmo com minha tese.

À querida Márcia, sempre tão solícita, recebendo-me em sua casa para conversar sobre a tese; por todas as sugestões de leitura e material que me encaminhou.

Ao IFMT de Alta Floresta por me ceder toda sua estrutura, para que eu pudesse dedicar-me à tese.

Agradeço ainda a todos que indiretamente contribuíram para que este projeto se tornasse realidade.

Gracias for tudo!

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|---|
| AD | Análise do Discurso |
| ASALE | Asociación de Academias de la Lengua Española |
| ELF | Espanhol como Língua Franca |
| ELE | Espanhol Língua Estrangeira |
| ELFA | Corpus of English as a Lingua Franca in Academic Settings |
| ELH | Espanhol Língua de Herança |
| FH | Falante de Herança |
| HSI | Hermenêutica de Suspeita Intercultural |
| IC | Instituto Cervantes |
| ILF | Inglês como Língua Franca |
| ILA | Inglês como Língua Adicional |
| LA | Linguística Aplicada |
| LE | Língua Estrangeira |
| LF | Língua Franca |
| LFC | Língua Franca Core |
| LH | Língua de Herança |
| LM | Língua Materna |
| LN | Língua Nativa |
| L1 | Primeira Língua |
| L2 | Segunda Língua |
| RAE | Real Academia Española |
| VOICE | Vienna-Oxford International Corpus of English |
| WE | World English |

RESUMO

A língua é o veículo para a mundialização das informações (ESTERMANN, 2010), mas como se trata de um veículo é governado por sujeitos. A língua não informa simplesmente, mas forma, reforma e deforma. Se a língua intervém nos sujeitos envolvidos na interação, seu uso é uma atividade política que reflete as predileções ideológicas de quem representa (RAJAGOPALAN, 2004). Prova disso são as marcas de políticas imperialistas em línguas internacionais como o espanhol, o francês e o inglês. No entanto, esta última avança a passos largos no seu processo de desterritorialização, o que a eleva da condição de língua internacional para a de língua do mundo e não apenas do império. Há muitas questões que envolvem a constatação do espanhol com função de língua franca (doravante, ELF) em contextos de comunicação entre falantes de diferentes *linguaculturas*. Há uma fragilidade político-econômica em alguns países de língua espanhola que dificulta o processo, porém não o impede, e há demandas sociais bem diversas que vão desde conceitos puristas que habitam o imaginário de determinados linguistas e falantes em geral, passando por ideologias linguísticas até chegar à manutenção de estereótipos culturais, todos na contramão do decurso que aparece como consequência de uma outra demanda – a globalização tecnológica. Há ainda um entrave externo, oriundo de um país que não tem o espanhol como língua materna e que resiste em aceitá-lo como segunda língua – os Estados Unidos da América. O presente estudo, de cunho teórico, apresenta, por meio de revisão bibliográfica, o ELF como uma língua de comunicação em cenário de língua franca. Uma interação de caráter intercultural, na qual são postas em contato o *background* linguístico-cultural de cada interlocutor. Neste encontro comunicativo, não há uma língua pré-concebida, mas a co-construção de uma forma fluida, que está em constante reformulação através da negociação de sentidos, simplificações (todos os processos linguísticos que levam a uma diminuição no potencial referencial ou não referencial da língua), reduções (o aumento da regularidade ou a diminuição do traço linguístico mais marcado), inovações linguísticas, entre outros recursos que contribuam para a manutenção da interação. Tendo como objetivo geral a teorização do ELF, este trabalho de natureza exploratória visa definir o conceito de língua franca dos estudos contemporâneos para o inglês (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015; SIQUEIRA, 2018, GIMENEZ et al., 2015), comparando-o com a língua franca do sentido originário e com o espanhol língua franca da política linguística espanhola. Sob as lentes da Glotopolítica (ARNOUX, 2010, LAGARES, 2018), são discutidas as implicações do ELF, refletindo sobre as ideologias que cruzam o campo deste fenômeno sociolinguístico (UR, 2010), que é um paradigma empírico e teórico em si mesmo. Em defesa do ELF como uma realidade que surgiu a partir da demanda da globalização das comunicações e que está muito além de governos individuais e indústrias da língua, buscou-se demonstrar como o ELF problematiza a política pan-hispânica do grupo espanhol e substitui a ideologia linguística da hispanofonia (DEL VALLE, 2007) por uma ideologia translíngua (GARCÍA; OTHEGUY, 2015; GARCÍA, 2009; GARCÍA, 2014; GARCÍA; SELTZER, 2016; CANAGARAJAH, 2017).

Palavras-chave: Língua espanhola, língua franca, política linguística e translíngua.

ABSTRACT

Language is the vehicle for the mundialization of information (ESTERMANN, 2010), but as a vehicle it is controlled by subjects. Language does not simply inform, it forms, reforms and deforms. If language intervenes in the subjects involved in the interaction, its use is a political activity which reflects the ideological tendencies of those it represents (RAJAGOPALAN, 2004). A proof of this are the traces of imperialist policies in international languages like Spanish, French and English. However, the latter advances in leaps and bounds in its process of deterritorialization, which takes moves it from the condition of an international language to a language of the world, not of an empire only. There have been many questions which involve the emergence of Spanish as a Lingua Franca (henceforth SLF) in contexts of communication among speakers of different *linguacultures*. There has been a certain political and economic fragility in some Spanish-speaking countries which makes the process difficult. However, this does not impede it, and there are various diverse social demands which vary from purist concepts which inhabit the imaginary of certain linguists and speakers in general, to linguistic ideologies until it reaches the maintenance of cultural stereotypes, all in the wrong way of the course which appears as consequence of another demand – technological globalization. There is also an external obstacle which comes from a country which does not have Spanish as its mother tongue and that it insists on accepting it as a second language – the United States of America. This study, of a theoretical nature, introduces through a thorough bibliographic review, EL as a language of communication in a lingua franca scenario. An intercultural interaction in which are put into contact the linguistic and cultural background of each interlocutor. Within this communicative encounter, there is not a pre-conceived language, but the co-construction of a fluidic form which is in constant reformulation through meaning negotiation, simplifications (all linguistic processes which lead into a decreasing in the potential referential or non-referential of the language), reductions (the increase of regularity or the decrease of the more marked linguistic trace), linguistic innovations, among other resources which contribute to the maintenance of the interaction. Having as general objective the theorization of SLF, this study of an exploratory nature aims to define the lingua franca concept of contemporary studies related to English (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015; SIQUEIRA, 2018, GIMENEZ et al., 2015), comparing it to the lingua franca original meaning and the lingua franca Spanish of the official Spanish linguistic policy. Under the lenses of Glotopolitics (ARNOUX, 2010, LAGARES, 2018), SLF are discussed, reflecting over the ideologies which cross the field of this sociolinguistic phenomenon (UR, 2010), which is an empirical and theoretical paradigm in itself. In defense of SLF as a reality which emerged due to the globalization of communication and which is much beyond of individual governments and language industries, we set to demonstrate how SLF problematizes the Pan-hispanic policy of the Spanish group and replaces the linguistic ideology of Hispanophonie (DEL VALLE, 2007) with a translingual ideology (GARCÍA; OTHEGUY, 2015; GARCÍA, 2009; GARCÍA, 2014; GARCÍA; SELTZER, 2016; CANAGARAJAH, 2017).

Keywords: Spanish language, lingua franca, language policy, translanguaging.

RESUMEN

La lengua es el vehículo para la mundialización de las informaciones (ESTERMANN, 2010), pero como se trata de un vehículo es conducido por sujetos. La lengua no informa simplemente, sino forma, reforma y deforma. Si la lengua interviene en los sujetos involucrados en la interacción, su uso es una actividad política que refleja las tendencias ideológicas de sus hablantes (RAJAGOPALAN, 2004), como se puede observar en las políticas imperialistas desarrolladas por representantes de lenguas internacionales como el español, el inglés y el francés. Sin embargo, el inglés avanza a pasos largos en su proceso de desterritorialización, lo que lo eleva de la condición de lengua internacional a la de lengua del mundo y no solamente del imperio. Son muchas las cuestiones relacionadas a la constatación del español con función de lengua franca (ELF) en contextos de comunicación entre hablantes de diferentes *lenguaculturas*. Hay la fragilidad política y económica de algunos países hispanohablantes, lo que dificulta el proceso pero no lo impide, y hay cuestiones sociales bastante diversas que van desde conceptos puristas que habitan el imaginario de algunos lingüistas y hablantes en general, pasando por ideologías lingüísticas hasta llegar al mantenimiento de estereotipos culturales. Todos en contramano al camino que surge como consecuencia de la globalización tecnológica. Hay, todavía, un obstáculo externo, oriundo de un país que no tiene el español como lengua materna y que se resiste a aceptarlo como segunda lengua – Los Estados Unidos de América. Este trabajo teórico presenta, por medio de revisión bibliográfica, el ELF como una lengua de comunicación en contexto de lengua franca. Una interacción intercultural, en la cual se pone en contacto el *background* lingüístico y cultural de cada interactante. En este encuentro comunicativo, no hay una lengua preexistente, sino la construcción conjunta de una forma fluida (no fija, “líquida”, moldeable), que está en constante reformulación a través de negociación de sentidos, simplificaciones (todos los procesos lingüísticos que llevan a una disminución en el potencial referencial o no referencial de la lengua), reducciones (el aumento de la regularidad o la disminución del rasgo lingüístico más marcado), innovaciones lingüísticas, entre otros recursos que contribuyen al mantenimiento de la interacción. El objetivo general de este estudio de naturaleza exploratoria es teorizar acerca del ELF. Para eso se define el concepto de lengua franca de los estudios contemporáneos para el inglés (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015; SIQUEIRA, 2018, GIMENEZ et al., 2015), comparándolo con la lengua franca del sentido originario y con el español lengua franca de la política lingüística española. Bajo el lente de la glotopolítica (ARNOUX, 2010, LAGARES, 2018) se discute las implicaciones del ELF, reflexionando sobre las ideologías que cruzan el campo de este fenómeno sociolingüístico (UR, 2010), que es un paradigma empírico y teórico en sí mismo. Se defiende el ELF como una realidad que surgió a partir de las dinámicas provocadas por la globalización de las comunicaciones y que está mucho más allá de gobiernos individuales e industrias de la lengua. Para eso, se demuestra como el ELF problematiza la política panhispanica del grupo español y sustituye la ideología lingüística de la hispanofonía (DEL VALLE, 2007) por una ideología translingüe (GARCÍA; OTHEGUY, 2015; GARCÍA, 2009; GARCÍA, 2014; GARCÍA; SELTZER, 2016; CANAGARAJAH, 2017).

Palabras-clave: Lengua española, lengua franca, política lingüística, translingüismo.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO – DESBRAVANDO ESPAÇOS DESCONHECIDOS..... | 12 |
| 1.1 Motivação para a pesquisa | 14 |
| 1.2 Sobre a pesquisa..... | 16 |
| 1.3 Percurso Metodológico | 19 |
| 1.4 Organização da tese | 20 |
| CAPÍTULO 1 – LÍNGUA FRANCA: DOS PRIMÓRDIOS AOS DIAS DE HOJE..... | 23 |
| 1.1 As antigas línguas francas globais: o passado | 24 |
| 1.2 O inglês como língua franca: o presente | 28 |
| 1.3 Passado, presente...o desenrolar dessa história..... | 43 |
| 1.4 O porvir do inglês língua franca e de outras potenciais línguas francas..... | 45 |
| CAPÍTULO 2 - O ESPANHOL: SUAS ANDANÇAS, SEUS RASTROS, SUAS TRANSFORMAÇÕES..... | 58 |
| 2.1 Introdução | 58 |
| 2.2 A língua espanhola e suas diásporas: para além da dicotomia língua majoritária <i>versus</i> língua minoritária..... | 58 |
| 2.2.1 Língua majoritária: O espanhol como língua nacional | 59 |
| 2.2.2 Línguas minoritárias | 61 |
| 2.2.2.1 O Espanhol como língua de herança | 61 |
| 2.2.2.2 O Spanglish | 66 |
| 2.2.2.3 O portunhol/portuñol..... | 73 |
| 2.2.3 O Espanhol como língua franca de comunicação (ELF) | 81 |
| CAPÍTULO 3 - DA LÍNGUA DO IMPÉRIO AO IMPÉRIO DA LÍNGUA (PARTE I)..... | 92 |
| 3.1 Introdução | 92 |
| 3.2 Globalização ou glocalização?..... | 93 |
| 3.3 O intercultural da língua espanhola, ou seria de seus usuários? | 98 |
| 3.4 Entendendo a língua espanhola como língua franca global..... | 106 |

| | |
|--|-----|
| 3.5 O ELF e seus obstáculos ideológicos..... | 117 |
| CAPÍTULO 4 - DA LÍNGUA DO IMPÉRIO AO IMPÉRIO DA LÍNGUA (PARTE II) | 138 |
| 4.1 Introdução | 138 |
| 4.2 Política Linguística, Translingualismo, ELF e EUA: uma complexa rede fortemente imbricada..... | 140 |
| 4.3 O ELF sob uma perspectiva translíngua | 155 |
| 4.4 O translingualismo como política linguística | 159 |
| 4.5 O translingualismo como catalisador do ELF nos EUA | 162 |
| 4.6 A Glotopolítica do ELF | 166 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS – A CHEGADA QUE É APENAS A PARTIDA | 172 |
| REFERÊNCIAS | 179 |

INTRODUÇÃO – DESBRAVANDO ESPAÇOS DESCONHECIDOS

*Muitos autores são ao mesmo tempo seus próprios leitores – à medida que escrevem –, e é por isso que tantos vestígios do leitor aparecem em seus escritos – tantas observações críticas – tanto que pertence à província do leitor e não à do autor. Travessões – palavras em maiúsculas – passagens grifadas – tudo isso pertence à esfera do leitor. O leitor põe a ênfase como tem vontade – ele de fato faz de um livro o que deseja. Não é todo leitor um filólogo? Não existe **uma única leitura válida somente**, no sentido usual. A leitura é uma operação livre. Ninguém pode me prescrever como e o que lerei.*

(NOVALIS, 1798)

1 Apresentação



Fonte: Print do Twitter. Acesso em 16 ago de 2019.

“Este homem me pediu para ‘por favor, parar de falar espanhol’ neste avião para Nova Iorque (em sua defesa, é muito cedo e ele é racista), então o homem próximo a ele começou a falar espanhol e depois a aeromoça e meu DEUS, eu nunca quis tanto levantar e dançar como agora”.

A situação descrita acima aconteceu em um avião para os EUA e quem falava espanhol era uma estadunidense de Nova Jersey. O ocorrido, não tão infrequente como

pensamos, traz à luz algumas questões que valem ser mencionadas. A primeira delas diz respeito ao autor de tal violação, ou seja, o reclamante interfere na liberdade de escolha da escritora Jaime Primak movido por um juízo de valor. Quanto da ideologia *English Only* habita o imaginário desse sujeito? O que o move a realizar esse pedido? Para além desse ato de fala que, só por ser um pedido, já adentraria o território do outro, pois obrigaria seu interlocutor a reagir mediante o pedido, está o conteúdo desse ato. Podemos questionar quão superior se vê o autor do ato para sentir-se legitimado a ponto de negar a língua escolhida por um passageiro que sequer o havia selecionado como interlocutor, tampouco nutria algum tipo de relação com ele.

A segunda questão se refere às reações de outro passageiro e da aeromoça que, frente ao ocorrido, mudam o idioma e optam por falar espanhol após o inusitado pedido. A postura assumida pelos dois, muito mais que apoiar a escritora, expressa uma manifestação multilíngue frente à atitude autoritária e monolíngue do sujeito incomodado com o espanhol (ou seria com qualquer língua que não fosse o inglês?). Se a ação do passageiro e da aeromoça fosse simplesmente voltada para reconfortar Jaime Primak, eles poderiam simplesmente falar com ela, amenizando o “incidente”. Contudo, eles foram além e tornaram público seu repúdio ao ato. A proporção de um reclamante para três falantes de espanhol, bem como a proporção escolhida pela aeromoça e pelo outro passageiro para demonstrarem sua indignação, saindo do âmbito interpessoal e assumindo o espanhol como a língua selecionada por eles no vôo, dão indícios de uma realidade que extrapola os limites da cabine daquele avião. Vivemos uma era em que o multilinguismo está cada vez mais visibilizado e uma atitude intrinsecamente intercultural é premissa básica deste tempo em que os contatos linguísticos se intensificam devido à mundialização das comunicações.

A terceira questão que destacamos é o número de visualizações do Twitter de Jaime Primak e a quantidade de comentários censurando a privação de se falar qualquer língua, como disse um internauta: “Espero que você continue falando espanhol. Existem mais de 800 idiomas falados em Nova Iorque”¹. O sucesso da postagem da escritora não se deve apenas a sua popularidade na rede, mas reflete o estranhamento causado por um ato tão autoritário, e se os seguidores de Jaime se surpreenderam com um pedido tão discriminatório, podemos inferir que (i) o monolíngue não é a regra, ainda que a campanha *English Only* siga forte nos EUA e

¹ No original: “Hope you kept speaking Spanish. There are over 800 languages spoken in NYC...”.

(ii) o respeito à diversidade linguística, étnica, cultural, etc. é a postura cada vez mais adotada pelos indivíduos globais.

Ao ler a postagem de Jaime, ficamos em dúvida se era uma ironia o comentário que a escritora faz entre parênteses, “em sua defesa, é muito cedo e ele é racista”, e então consultamos dois colegas formadores de professores de língua inglesa sobre como eles interpretavam essa parte do texto. Ambos os colegas sinalizaram o tom sarcástico da escritora em tal dito, no entanto, um deles comentou sobre o inglês de Jaime como “obviamente não sendo um inglês nativo”, quando, na verdade, o é. O episódio parece refletir a resistência em se legitimar o espanhol como a língua de comunicação escolhida pelo falante de outra língua materna. Por que o sujeito que fala espanhol (ou qualquer outra língua) tem que ser necessariamente um nativo? Por que a língua de comunicação escolhida, naquele contexto específico, tem que ser necessariamente o inglês? Ao discorrer sobre a trajetória e o desenvolvimento dos estudos voltados para o Inglês como Língua Franca (doravante ILF), Jenkins (2015) pontua que eles estão adentrando o que ela considera a terceira fase conceitual, a qual traz à luz, de forma contundente, o espaço multilíngue como o contexto sociolinguístico em que o ILF se insere. A autora afirma também que o inglês não é mais o único meio de comunicação escolhido entre falantes de diferentes línguas maternas ou de diferentes variedades. Coincidência ou não, o colega consultado que me respondeu apenas sobre o conteúdo sem se importar com a forma linguística usada e, conseqüentemente, com a origem da escritora, é um investigador do ILF.

É nesse cenário crescentemente multilíngue que apresentamos nossa tese sobre a(s) língua(s) espanhola(s) usada(s) com função de língua franca em certas² situações comunicativas, entre falantes de diferentes línguas maternas ou de diferentes variedades linguísticas.

1.1 Motivação para a pesquisa

Antes de ingressar no doutorado no PPGLINC-UFBA, cursamos duas disciplinas como aluno especial, uma de Linguística Aplicada (LA), outra de Análise do Discurso (AD). Nas aulas de LA, conhecemos os estudos sobre o inglês como língua franca (ILF), não porque fosse matéria do curso, mas porque muitos doutorandos traziam questões sobre ILF para serem discutidas sob a ótica da LA e muitos textos lidos no curso traziam o ILF como

² Não são todas as situações comunicativas que se configuram como um contexto de língua franca.

exemplo. Na medida em que íamos entendendo o que era o ILF, começávamos a nos questionar sobre se tal conceituação se aplicava à realidade da(s) língua(s) espanhola(s).

Nosso interesse em investigar se o espanhol com função de língua franca (doravante, ELF) existia e, se existisse, em que consistiria, aumentava cada vez que víamos a postura diferenciada dos doutorandos falantes de inglês e estudantes do ILF. Para estes estudantes, o inglês é tão diverso quanto o número de falantes, sejam eles nativos ou não. E o espanhol? Por que, nas salas de aula dessa língua, ainda se privilegia uma variedade em detrimento das outras? Considerando que as salas de aula refletem o que existe do outro lado do muro (ou deveriam), começamos a nos questionar porque um falante de espanhol não teria a mesma liberdade que um falante de inglês para se comunicar em variados contextos. Ou seja, por que em um curso de medicina de uma universidade argentina, cujo alunado geralmente é formado por algo em torno de 60% de brasileiros, o professor pergunta sobressaltado a seu aluno se o que ele está falando é espanhol ou português, quando ambos se entendem?³ Nesse contexto, para nós, importa bem menos a língua que está sendo falada e muito mais o que se está comunicando. Por conta desta e inúmeras situações semelhantes, começamos a nos perguntar, entre outras coisas, sobre o que estamos fazendo com a língua?

Por ironia do destino, na disciplina de AD, fizemos um trabalho em grupo baseado em um texto de Christine Revuz (1998). Em seu texto, a autora trata da delicada relação entre o falante e uma língua adicional e o árduo caminho psíquico que o sujeito percorre até se autorizar a falar em primeira pessoa na língua adicional. Ao adentrar pela leitura, nos vimos no texto na condição de falante de inglês, mas vimos, principalmente, alunos de língua espanhola – dos inúmeros cursos de idiomas em que trabalhamos – que não avançam na caminhada a ponto de se autorizarem a falar o espanhol, fazendo a língua adicional ser mais sua que de qualquer outro centro ditador de normas. O entrave psicológico que os impede de se autorizarem a usar a língua com autonomia é uma questão cultural que os alunos absorvem do meio social com o qual interagem.

A nosso ver, o ELF incide sobre (i) a questão *de qual espanhol falar*, pois, ao ser uma função e não uma língua problematiza hegemonias linguísticas, não cabendo discussão sobre qual variedade usar. A função comunicativa é negociada durante a interação, portanto, não existem normas que precedam o encontro; (ii) o sentimento de pertença que se estabelece com

³ Informação verbal proferida por Leonor Acuña no Seminário Internacional “O espanhol no contexto da integração latino-americana”, em julho de 2019.

a língua adicional, pois o ELF é uma prática linguística – mas também política – que pode ajudar o falante de espanhol a usar a língua como lhe convém em certas interações. Em outras palavras, esse exercício de empreender uma conversa sem estar preocupado em falar da forma x, y ou z, entre outras coisas, empodera o falante, contribuindo para que o entrave psicológico se desfaça e o sujeito se autorize como um usuário competente da língua.

Decidimos fazer as duas disciplinas como aluno especial, pensando em desenvolver algo na área da pragmática, como o fizéramos no Mestrado. No entanto, a inquietação causada ao observar o ILF na prática e na teoria nos levou a querer desbravar outros caminhos, explorando lugares desconhecidos, vencendo obstáculos causados por memórias discursivas muito fortes e tentando colocar o terreno em condições de ser cultivado por futuras pesquisas na área, que possam, entre outros aspectos, gerar e trazer dados empíricos do espanhol para análise. Neste intento de arar o terreno, livrando-o das possíveis obstruções, podemos dizer que o maior desafio é elucidar o que é o espanhol com função de língua franca, desconstruindo ideias como língua neutra, língua exclusivamente de comércio, LÍNGUA... e desassociar o ELF de políticas expansionistas, como o pan-hispanismo e sua ideologia da hispanofonia (que serão abordados mais adiante).

O que não imaginávamos é que esse longo caminho, via ELF, nos levaria de volta à pragmática (passo posterior à tese, mediante a análise de dados de fala), pois como disse Widdowson em sua conferência de abertura do ILF 7 em 2014 (GIMENEZ et al., 2015), o ILF deve ser considerado sob a perspectiva da pragmática da variação, pois sua variação aleatória e irregular – em relação a normas estabelecidas – o descaracteriza como uma variedade, deslocando-o do escopo da sociolinguística para o da pragmática, onde será observado o que fomenta o uso variável dos recursos linguísticos.

1.2 Sobre a pesquisa

Esta tese compreende a etapa primária do projeto, trata-se de um primeiro momento, no qual teorizamos a respeito do ELF, nos dedicando mais à política linguística e menos ao planejamento, “o que não deixa de ser uma intervenção, afinal, a reflexão sobre as línguas é, *per se*, uma forma de intervenção sobre elas (...) muitas dessas reflexões/ações sobre a linguagem surgem no âmbito da linguística aplicada” (LAGARES, 2018, p.19).

Como pontua Rajagopalan (2013, p.22), a política linguística é um campo de atividade onde quem tem a última palavra é o cidadão comum. Concordando com o autor, neste pormenor, portanto, nos apresentamos como linguistas, falantes de espanhol como língua

adicional que começaram a estudar o idioma muito jovens, por escolha, e optamos por fazer Letras Português-Espanhol. Deste modo, podemos dizer que somos cidadãos comuns falantes de espanhol há muito mais tempo que os oito anos de linguistas. No entanto, como linguistas críticos, estamos comprometidos no processo que investigamos.

A compreensão de política linguística (PL) aqui defendida considera uma atividade realizada nos mais diversos domínios e não apenas no âmbito governamental e/ou institucional. Segundo Sousa e Roca (2015, p. 7), “A PL não é apenas um produto, mas um processo que envolve a criação, a interpretação e apropriação de textos por diferentes agentes sociais”. Se e somente se fazemos planificação linguística, intervimos mais sobre o status⁴ (função linguística) e menos sobre a aquisição e corpus (forma linguística) (COOPER, 1997), como uma tentativa de organizar, regulamentar, oficializar o lugar que a língua espanhola alcançou através de seus diversificados falantes espalhados pelo mundo. A planificação de status se justifica pelo número de usuários e, principalmente, pelos usos que esses falantes vêm fazendo da língua.

O status de uma língua, a exemplo do inglês, está relacionado ao status social e econômico de seus falantes e não apenas ao número de falantes (RICENTO, 2000). Tornar-se a língua global de maior influência hoje em dia foi determinante para que o inglês assumisse a condição de uma língua franca. Acontece, porém, que o mundo está em constante movimento, as teorias e os conceitos em geral sofrem adequações ao serem aplicados a objetos tão diversos. Os variados enfrentamentos, que a globalização das comunicações propicia, geram reconfigurações em todos os âmbitos. É nesse contexto que a língua espanhola se insere. Não há como fechar os olhos à dinamicidade com que os falantes de espanhol se espalham pelo globo. Esse fenômeno desencadeia outros mais, pois se trata de falantes que usam o espanhol para negócios, para turismo, como língua instrumental na escola, jogadores de games, imigrantes de origem hispânica em franca escalada econômica nos EUA, entre tantos outros que, inevitavelmente, movimentam a economia, ascendem socialmente etc.

Tendo dito em que consiste a planificação de status da qual nos aproximamos, reforçamos que tal planificação não compreende a seleção de uma língua para atender à demanda da globalização porque (i) o ELF, na concepção que defendemos nesta tese, não é uma língua, mas uma função comunicativa intercultural e (ii) a planificação se encarrega

⁴ Segundo Calvet (2007), planificação do status se refere às intervenções nas funções da língua, em seu status social e em sua relação com as demais línguas.

justamente do oposto à difusão de **uma** língua, como será visto ao longo dos capítulos. Baseados nos estudos contemporâneos voltados para a língua inglesa – pioneira nesta condição (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015; UR, 2010, GIMENEZ ET al., 2015), buscamos definir o que entendemos por ELF e, dentre outras coisas, destituí-lo do valor colonialista de língua de poder (PHILLIPSON, 2008), atribuindo-lhe o valor de função comunicativa. Portanto, este trabalho de cunho teórico pretende argumentar a favor desse fato empírico.

Isto posto, podemos dizer que nosso trabalho se insere fundamentalmente na área da Glotopolítica – um termo mais amplo que política linguística, e que observa as consequências linguísticas de uma mudança social provocada pela globalização – porque discute o reconhecimento do ELF em alguns espaços e estuda as ideologias que essa intervenção ativa, sejam elas entraves ou fatores alavancadores dessa performance linguística e intercultural. Ao desenvolvermos a tese sob o viés da Glotopolítica, não intervimos apenas no status da língua, mas em suas práticas – ao nomearmos e teorizarmos sobre certa função da língua – e sobre as relações entre os indivíduos que usam o espanhol como língua de comunicação em trocas interculturais em nível global. Fazemos ciência da linguagem porque tratamos de um fato, mas também fazemos política por termos como objetivo contribuir para a mudança de um estado de coisas, percebido por nós, linguistas, mas principalmente cidadãos, portanto agentes que procuram intervir numa realidade político-linguística que não contempla a dinamicidade da língua espanhola no mundo.

Ao discutir o ELF, defendemos uma função/condição que julgamos estar posta. Cabe-nos, portanto, teorizar a respeito, sistematizar tal função, refletindo sobre as repercussões de tal reconhecimento. Nosso discurso, ao contrário de fortalecer uma política que estimule a expansão de uma variedade, busca confrontar a política que privilegia uma minoria em detrimento dos demais falantes da língua e discute uma política translíngua (a Glotopolítica do ELF). Tal política contempla o que já está acontecendo, porque, queiramos ou não, a globalização das comunicações fortaleceu o papel das interações verbais. Como aponta Lagares (2018, p. 217),

Esse novo paradigma da mobilidade e da mistura coloca no centro dos interesses dos pesquisadores a questão política, tanto no que diz respeito às práticas linguísticas, no plano micro e macrosocial, como no que se refere às ideologias que naturalizam determinada ordem das línguas, pois ‘ao invés de empregar conceitos como homogeneidade, estabilidade e delimitações como pontos de partida, as preocupações centrais nos estudos das línguas, dos grupos linguísticos e da comunicação atualmente são a mobilidade, a

miscigenação, as dinâmicas políticas e a inserção histórica' (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011).

Em suma, nós, linguistas, mas, acima de tudo cidadãos comuns, trazemos para o espanhol a discussão pensada originariamente para o inglês, sobre uma função comunicativa que emerge no contato entre falantes de diferentes línguas maternas (ou variedades) em contexto de língua franca. Fazemos essa ponte teórica, obviamente com adequações, por observarmos que a língua espanhola já desempenha tal função. Objetivamos com isso contribuir para o reconhecimento do estatuto do espanhol como língua franca de comunicação, proporcionando, assim, aos mais diversos falantes (nativos e não-nativos) a condição (legitimada social e psicologicamente) de usuários empoderados da língua. Para isso nos valemos, não só dos estudos do ILF (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015; UR, 2010, GIMENEZ et al., 2015, SIQUEIRA, 2018 etc.), mas de outros conceitos caros à consideração do ELF, como a interculturalidade (ESTERMANN, 2010; WALSH, 2008; PARAQUETT, 2010), a globalização (ROBERTSON, 1995; COUPLAND, 2010), o translingualismo (GARCÍA; OTHEGUY, 2015; GARCÍA, 2014; GARCÍA; SELTZER, 2016, CANAGARAJAH, 2017 etc.), ideologias linguísticas (DEL VALLE, 2007, VÁZQUEZ VILLANUEVA, 2008, 2010) e a Glotopolítica (LAGARES, 2018; ARNOUX, 2000, 2010).

1.3 Percurso Metodológico

Esta pesquisa exploratória procura aproximar os investigadores da(s) língua(s) espanhola(s) ao tema ELF, definindo-o baseado principalmente nos estudos em ILF. O tema foi construído a partir da observação do funcionamento da língua inglesa em contexto de língua franca, tal uso gerou questionamentos que nos levaram a pensar a atuação da(s) língua(s) espanhola(s) neste cenário. Como linguistas e falantes de espanhol como língua adicional começamos a estudar a teoria ILF e discutir sua aplicação ao espanhol, considerando a realidade desta língua no mundo.

O método de investigação é de natureza qualitativa, pois o objeto língua em uso em contexto de língua franca é analisado de modo subjetivo, já que se trata de um momento inicial, de teorização, que possibilite passos posteriores de análise de dados sob essa perspectiva teórica. Para tanto, nossa pesquisa foi fundamentalmente bibliográfica, o que não anula as experiências trazidas a esta tese, que, de alguma forma, nos serviram como estudos de caso.

Ao ter como tema central nesta tese investigativa o ELF, pretendemos:

- 1- definir o que é a língua franca dos tempos atuais e em que ela difere do sentido originário, bem como do sentido atribuído pela política linguística espanhola,
- 2- apresentar o ELF e pensar as implicações dessa realidade, discutindo as ideologias que cruzam o campo deste fenômeno que é um paradigma empírico e teórico em si mesmo.

1.4 Organização da tese

Em virtude do que foi mencionado nesta Introdução, apresentamos, nesta última seção, o que será encontrado em cada um dos quatro capítulos desta tese. A organização desta pesquisa consta, portanto, de um capítulo introdutório, quatro capítulos que compreendem o desenvolvimento do tema central – o ELF – e as considerações finais.

No primeiro capítulo, cujo título é *Língua Franca: dos primórdios aos dias de hoje*, traçamos o percurso histórico do conceito de língua franca desde seu surgimento até os dias atuais. Considerando que nossa motivação em pensar o espanhol como língua franca se deu a partir dos estudos que problematizam o ILF na atualidade, nos baseamos na obra de Ostler (2010) porque o autor percorre toda essa trajetória justamente para discutir a condição do inglês como língua franca no passado, presente e futuro. Mediante o que foi exposto pelo autor, seja concordando ou opondo-se ao que foi dito, lançamos o fio condutor do que defendemos como conceito contemporâneo do espanhol como língua franca de comunicação intercultural. No capítulo 1, então, explicitamos, dentre outras coisas, que as antigas línguas francas surgiram por meio da expansão imperial, comercial e missionária. Expusemos as causas da extinção de muitas delas. Destacamos em que as línguas francas de outrora diferem das atuais e procuramos demonstrar que as projeções de Ostler para a língua inglesa não são condizentes com a dinâmica das línguas de comunicação global.

O segundo capítulo tem como título *O Espanhol: suas andanças, seus rastros, suas transformações*. Neste segundo momento, abrimos uma espécie de parênteses para nos dedicarmos a algumas das inúmeras funções desempenhadas pela(s) língua(s) espanhola(s) ao ser(em) usada(s) pelos mais diversos falantes – quantitativa e qualitativamente falando – em variados espaços. Buscamos abordar não só o produto, ou seja, o papel que a língua assumiu a partir de seus usos, mas também o espaço que propiciou tal função – muitas vezes uma zona de fronteira geográfica e/ou psicológica –, bem como quem é o falante que precisa se mover e reinventar a língua em certo contexto para dar conta de suas necessidades psicológicas,

sociais, linguísticas etc. Outra forma de descrever este capítulo pode ser através do que Hamel (2004) chama de *as quatro fronteiras da identidade linguística do espanhol*: língua dominante e dominada, língua fronteiriça e língua global. Desse modo, no capítulo em questão, discutimos o *spanglish*, o portunhol, o espanhol como língua de herança, o espanhol como língua nacional e o espanhol como língua franca. Após passar por outras funções da língua espanhola, o fio condutor lançado no capítulo anterior culmina numa sequência de dois capítulos inteiramente dedicados ao ELF.

Já a temática *Da língua do império ao império da língua* está dividida em duas partes. Na primeira delas (Capítulo 3), começamos um minucioso trabalho de tecelagem, entrelaçando os fios que dão forma ao ELF, ou seja, a língua espanhola e o conceito de língua franca. Ao discutir a viabilidade dessa relação, pleiteamos o reconhecimento do ELF, entendendo que a interculturalidade, a globalização e as políticas linguísticas são eixos fundamentais para a construção de nosso argumento: o(s) espanhol(ois) usado(s) como língua franca de comunicação intercultural entre falantes de diferentes *linguaculturas*⁵. Na segunda parte (Capítulo 4), damos continuidade à discussão iniciada fundamentalmente no Capítulo 3, debruçando-nos sobre o conceito de translingualismo e a Glotopolítica do ELF.

Nessa sequência de dois capítulos, situamos o ELF no tempo e no espaço. Primeiro, apresentamos o que não é o espanhol como língua franca dos estudos contemporâneos. Esse processo de decantação se deu mediante outros estudos sobre o espanhol língua franca e através da incessante explanação sobre em que o ELF difere do espanhol língua franca criado meramente como produto mercadológico em prol da campanha expansionista do grupo espanhol formado pela *Real Academia Española*, o governo espanhol, o Instituto Cervantes e empresas do ramo editorial, telefônico etc.

Em outras palavras, de um lado o espanhol língua franca, internacional, neutro, globalizado, ou *español general* como o carro chefe da atual política linguística expansionista do governo espanhol. Muitos nomes para um mesmo objeto – a variedade do centro-norte peninsular. Do outro, o ELF, que não é língua, portanto, não pode ser visto como mais uma variedade do espanhol.

Discorremos, ainda no Capítulo 3, sobre a interculturalidade, estereótipos, ideologias e colonialidade do poder (QUIJANO, 1992). No Capítulo 4, discutimos a condição do espanhol

⁵ O conceito de *linguacultura* é utilizado para marcar a intrínseca associação entre língua e cultura.

como língua minoritária nos EUA, expondo o translíngualismo como uma política linguística de emancipação da língua espanhola nos EUA, país que, segundo García e Seltzer (2016), é determinante para sustentar o status do espanhol como uma língua franca global. Finalizamos essa segunda parte com a explanação sobre a Glotopolítica do ELF.

Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre a discussão teórica empreendida e relatamos as principais conclusões obtidas através deste estudo.

CAPÍTULO 1 – LÍNGUA FRANCA: DOS PRIMÓRDIOS AOS DIAS DE HOJE

Este capítulo pretende apresentar um panorama histórico do conceito de língua franca, enfatizando, especialmente, a trajetória da atual língua franca global – o inglês. Para tanto, nos baseamos fundamentalmente na obra *The Last Lingua Franca: English until the return of Babel*, de Nicholas Ostler (2010), devido a seu caráter histórico, bem como por serem as línguas francas seu objeto de investigação, em especial, a língua inglesa. Ao desenvolvermos este capítulo a partir das considerações de Ostler (2010), exporemos também nossa visão no que concerne à principal defesa do autor em seu livro, a ideia de que o inglês é a “última língua franca da história” e que depois dela não haverá outra, pois imperarão as línguas nacionais.

Na sua longa e complexa elaboração teórica, Ostler (2010) prevê um declínio simbólico para o inglês, que ainda será amplamente falado nos territórios que o têm como língua materna e em algumas outras partes do mundo. Segundo o autor, tal derrocada será consequência de grandes mudanças, principalmente tecnológicas, porque, em breve, a tradução simultânea entre as importantes línguas⁶ acentuará a utilidade global das línguas maternas e diminuirá a necessidade de aprendizado de qualquer futura língua franca. Diante de tal argumentação, mostraremos que discordamos, não apenas desta previsão, mas de algumas outras visões manifestadas pelo autor ao longo de seu trabalho, dentre elas, a problemática questão de se ensinar uma língua franca. Exporemos também os pontos concordantes, bem como os que se aproximam do que acreditamos, como a afirmação de Ostler (2010) que, futuramente, cada nação falará como lhe convier e, ainda assim, o mundo entenderá. Nesse caso não julgamos cabível tal projeção em termos de nação e línguas nacionais, mas no âmbito do indivíduo e as zonas de contato (CANAGARAJAH, 2013) estabelecidas. Contudo, os motivos que justificam essa tendência apontada por Ostler (2010) e por nós diferem sobremaneira se consideramos os estudos atuais de translingualismo⁷ e as prognoses do autor que parecem indicar uma revolução tecnológica com tons hollywoodianos.

Este capítulo trata, em primeiro lugar, do passado das línguas francas (doravante, LF), bem como do conceito em si. Em seguida apresentamos o presente da língua inglesa e sua atuação como LF, e por fim, discutimos o porvir do inglês como língua franca. Toda essa

⁶ As línguas consideradas importantes para Ostler (2010) estão na Tabela 1, p.46.

⁷ Segundo García (2014), o translingualismo é a habilidade do falante multilíngue usar seu repertório linguístico para se fazer entender. Nesse processo, não há um único sistema linguístico, mas um conjunto de aspectos linguísticos desassociados de sua língua originária desenvolvido para um fazer sentido translíngue. Tal conceito será desenvolvido no capítulo 4 desta tese.

trajetória, na realidade, lança luz sobre a questão de, para nós, ser o espanhol uma língua franca e permite delimitar o que era considerado língua franca e o que se entende do termo como área de investigação nos dias de hoje. Ostler (2010) discorre sobre uma língua franca histórica, uma língua de conveniência que durou enquanto foi necessária, seja nas relações comerciais, na manutenção dos impérios ou nas missões religiosas em diferentes partes do mundo. É fato que, tanto as LF's de outrora como a dos dias atuais são indiscutivelmente línguas de conveniência, no entanto, aquelas eram compartilhadas por extensas populações, em vastos territórios e por longos períodos, chegando muitas vezes a se transformar em língua materna de várias comunidades locais. Já esta, a atual, é localizada e compartilhada por um grupo específico de falantes enquanto durar a interação.

1.1 As antigas línguas francas globais: o passado

Nesta seção, apresentamos parte da trajetória de algumas línguas francas globais, algumas delas extintas. Damos especial atenção à história da atual língua franca de maior expressão no mundo, a pioneira num novo conceito de LF – o inglês.

As grandes línguas francas da história foram espalhadas por um número pequeno de causas. Para os europeus, o motivo mais saliente é a conquista militar – a expansão dos impérios, isto porque muitas das línguas da Europa são descendentes do latim, língua nativa falada exclusivamente no centro da Itália, mas projetada no resto do país, na França, Península Ibérica e nos Bálcãs pelos exércitos romanos durante a grande expansão do extinto império. Os outros motivos são comércio e missão religiosa. Os negociantes, com vastas relações comerciais, precisam vender/comprar mercadorias e isso pode criar a necessidade de um idioma auxiliar que vá além das línguas maternas. Os missionários, por sua vez, também precisam espalhar conhecimento sobre sua fé, narrativas, rituais e ética, às vezes também seus estilos de administração específicos/distintos. Cada uma dessas modalidades tem desempenhado um papel significativo na disseminação mundial da língua franca da atualidade, o inglês.

A história tem mostrado que o inglês deve muito do seu alcance global à ação empreendida pelos militares britânicos e aos esforços mais recentes dos EUA, como sua primazia tecnológica. O avanço desta língua é apenas o caso mais recente de uma série de línguas mundiais que alcançaram tal posto pelo imperialismo político, a expansão pela força de um estado e, assim, da população que o administrava. Um império crescente evidentemente precisa de algum meio para se comunicar e dar conta das demandas recém-adquiridas e esse é um motivo para a propagação de uma língua franca. O persa era outra

língua cuja propagação (desde o século IX dC até o século XVII) foi quase sempre inspirada militarmente, embora, estranhamente, em grande parte não através das campanhas dos falantes da própria língua. As campanhas de conquista de territórios de árabes, turcos e mongóis tornariam o persa uma língua mundial, uma língua franca usada amplamente como segunda língua por pessoas de línguas maternas diferentes.

Do VI ao IV século AC, quando os persas estavam criando e administrando seu próprio império autônomo, línguas estrangeiras não persas serviram como línguas francas. Neste período, o persa não era uma língua cosmopolita. No entanto, durante a maior parte do último milênio, o persa se tornou uma língua franca propriamente dita, algo que só aconteceu quando falantes não nativos o espalharam pelos territórios dominados. Quando eles fizeram isso, seu uso criou uma espécie de unidade cultural na Ásia Ocidental, sempre sob a bandeira do islamismo, porém concebido social e não teologicamente. Este uso cultural mais amplo, embora tenha durado mais de oito séculos, não pôde sobreviver a mudanças políticas, enquanto seu uso como língua materna, sim. Isso nos leva a concluir que para se tornar uma língua franca, uma língua deve transcender sua base étnica e atrair aprendizes das mais variadas *linguaculturas*.

Diferentemente do persa, o inglês transcendeu sua base étnica, tornando-se a língua nação de uma poderosa nação econômica, comercial e militar. Desde a primeira viagem da Companhia das Índias Orientais, em 1591, tem havido ingleses no exterior buscando oportunidades de comércio lucrativo e, gradualmente, construindo uma rede de postos comerciais e bases militares para apoiar o crescimento de sua nação de origem. Naturalmente, eles sempre falavam inglês entre si, mesmo que aprendessem a usar outras línguas para seus contatos comerciais – notadamente portugueses, persas, malaios e chineses. Mas, à medida que a riqueza e o poder aumentavam, esses sujeitos também começaram a querer falar inglês com o objetivo de compartilhar os frutos desse sucesso. A vontade dos estrangeiros em aprender a língua dos homens ricos era enorme e, no início do século XIX, o mercado tinha crescido o suficiente para se tornar uma nova linha de negócios por direito próprio: o ensino comercial do inglês estava em oferta em todos os centros de poder, por exemplo, em territórios como a Índia britânica.

O fervor missionário protestante para difundir a palavra de Deus, bem como a preocupação dos governadores para desenvolver uma rede de funcionários administrativos bilíngues, adicionada ao esforço de educação na língua, resultou a longo prazo na expansão do inglês como língua de negócios e educação. Assim, todo o subcontinente indiano, em uma faixa entre a Malásia e as Índias do Leste, e sobre o Mar da China até Hong Kong, ex-colônia

britânica devolvida em 1997, vivenciou diretamente essa primeira expansão. Os eventos subsequentes, como a disseminação do colonialismo britânico no século XIX, em praticamente todos os continentes, e depois o lançamento em todo o mundo, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), das forças econômica, militar e cultural construídas nos EUA, reforçaram a percepção do inglês como devendo grande parte do seu sucesso global ao comércio.

Em linhas gerais, o registro de transações comerciais é aceito como uma das causas fundamentais para a alfabetização – sendo, talvez, o motivo original para a invenção da escrita. Então, em princípio, pode-se esperar que a história das primeiras línguas francas seja bem documentada. Na prática, deveria haver os registros de línguas como o fenício, o aramaico, o grego, o português, o náhuatl, o tupi, o francês, entre outros, mas, como se sabe, nem todas possuem vasta documentação. Essas línguas, quando usadas para apoiar o comércio, são decididamente para o aqui e o agora. Muitos dos idiomas listados, embora claramente utilizados como meios de comunicação ao longo dos séculos pelos comerciantes, não são conhecidos por terem se espalhado, como é o caso, por exemplo do tupi e do fenício.

Podem-se distinguir as línguas de comunidades que simplesmente se expandiram no exterior em busca do comércio internacional de longa distância, daquelas em que esta propagação foi seguida por uma aceitação significativa da língua pela população hospedeira. Ambos os casos, claramente, espalham uma língua. Mas, no primeiro, a propagação é apenas por migração e infiltração, pois os falantes nativos da língua seguem as oportunidades de negócios percebidas em toda a parte, criando uma diáspora de comunidades étnicas em partes estrangeiras. No segundo caso, a língua sofre uma maior difusão na sociedade circundante e pode, em muitas situações, servir para a comunicação entre terceiros. O primeiro tipo de propagação pode ser considerado à medida que os comerciantes se movem para fora, trazendo seu idioma com eles; o segundo, por sua vez, é onde os estrangeiros são inquiridos com um desejo ativo de usar a língua estrangeira, muitas vezes como um passo para o engajamento imediato em atividades na língua, mas, em última instância, por qualquer outro motivo.

São totalmente línguas francas no sentido de serem línguas secundárias adotadas para uma comunicação ampla, além do alcance das línguas maternas dos falantes, apenas os exemplos em que a expansão da língua foi acompanhada pela aceitação desta por parte da população de acolhida. Mas isso não significa que o primeiro tipo deva ser negligenciado. Eles são comuns na história e, muitas vezes, levaram a uma difusão cultural significativa nas línguas de acolhida, mesmo que, no final, nunca “decolassem” para além das comunidades comerciais que as espalharam. Muitas delas representam a fase inicial das línguas francas que

se espalharam além de suas raízes comerciais e nunca mais olharam para trás, como o grego de Atenas, que se transformou na *koiné* do antigo Mediterrâneo Oriental, como o português do século XVII e XVIII ou o malaio, só para citar alguns exemplos.

A primeira dessas línguas comerciais conhecidas é o fenício do primeiro milênio aC, uma língua originária da área do Líbano moderno e, portanto, similar ao hebraico. As cidades fenícias fundaram sua rede comercial através da venda de madeira (os famosos cedros do Líbano) para os egípcios, mas logo desenvolveram uma reputação de papiro e têxteis de luxo, particularmente aqueles tingidos com seus moluscos locais. No século VIII aC, os fenícios já haviam construído uma série de bases mercantis e mineradoras ao redor das margens do sul do Mediterrâneo. Cartago era a única colônia dos fenícios que se tornou uma cidade independente. Sua língua tornou-se conhecida pelo mundo, através de uma variedade romana, o púnico. Na África, várias elites parecem tê-lo adotado, embora os povos indígenas, claramente, continuassem a falar o líbio. A língua oficial dos estados a oeste de Cartago ao longo da costa também era o púnico. Apesar da presença ubíqua dos fenícios ao redor do Mediterrâneo, em associação com o fornecimento de bens de luxo pelo menos do século VII ao IV aC, a língua fenícia nunca se espalhou para as comunidades vizinhas ou se tornou uma língua franca fora das cidades e dos assentamentos do falante nativo.

Ao contrário do fenício que não se tornou uma língua franca, o grego antigo teve vida longa como língua franca (LF). Enquanto os pioneiros do fenício parecem ter se concentrado na mineração e no comércio de bens, ou seja, no lucro, os colonos gregos eram mais variados, buscando fazenda e comércio, e sempre fundando cidades independentes. As colônias gregas eram lugares para viver no exterior e não apenas bases para negócios estrangeiros. Assim, o grego se transformou em língua franca para o Mediterrâneo ocidental, sendo visto como um meio de comunicação mais amplo, enquanto o fenício, o idioma dos rivais da Grécia, aparentemente, nunca o foram. A diferença crucial entre esses dois, ambos espalhados por comerciantes com mercados domésticos no leste, era cultural. Os falantes do grego sempre foram muito mais abertos, seculares e, portanto, amplamente atraentes. A religião fenícia ou púnica, com uma reputação de sacrificar crianças, não era atraente. Os cultos religiosos gregos, associados, em contrapartida, com festas selvagens, como as de Baco, eram verdadeiramente atraentes.

As línguas dos comerciantes se beneficiam com as coisas boas que tais indivíduos têm para oferecer. O poder positivo de associação pode impulsionar o recrutamento de aprendizes da língua dos comerciantes, inclusive através das oportunidades que podem ser criadas para o

emprego lucrativo. Os comerciantes gregos ofereciam, definitivamente, um estilo de vida ao antigo Mediterrâneo, assim como o comércio de língua inglesa seduz hoje o resto do mundo.

Elencadas tais informações sobre a expansão de línguas francas em momentos diversos na história da humanidade, vale ressaltar ainda que um motivo para a expansão do inglês que não é muito enfatizado é seu papel como meio de propagação do evangelho cristão. O cristianismo desfrutou de um avivamento maciço na sociedade de língua inglesa e, de repente, as sociedades missionárias começaram a surgir para a “conversão dos pagãos” em todo o mundo. Os missionários ingleses – que ensinavam a língua – estiveram presentes em praticamente todo o mundo no século XIX. Onde quer que a missão fosse, eles estabeleciam escolas, educandários, e o inglês estava sempre no currículo, embora as línguas locais também pudessem ser usadas.

No transcurso desse período da história, o páli⁸ (com sânscrito em segundo plano), o latim e o aramaico têm trajetórias paralelas: cada um deles, embora originalmente escolhidos como meio para propagar uma fé proselitista para uma ampla audiência, alcançou uma estreita associação com essa fé e se tornou efetivamente uma língua sagrada. Nesse sentido, esses idiomas eram diferentes do inglês missionário, que manteve seu status secular, de língua do mundo e não de uma religião. Ou seja, o inglês, ao assumir o papel de uma língua franca secular, não desenvolveu uma estreita associação com a religião recém-pregada – coerente com o próprio protestantismo reformado contemporâneo, que nunca possuiu um único líder, nunca conseguiu reforçar a unidade entre seus seguidores, nem nunca impôs uma única língua representante. Isto é, diferente do catolicismo com as celebrações religiosas em latim, o protestantismo realizava os cultos em diversas línguas, inclusive em inglês. No final do século XVI a Igreja Anglicana se distancia do protestantismo e assume suas próprias bases litúrgicas, desenvolvendo uma tradição cristã particular. Essa reforma religiosa se tornou muito influente nas teorias de identidade anglicana e com a expansão do Império Britânico e as atividades missionárias, acabou sendo adotada como modelo por muitas igrejas ao redor do mundo.

1.2 O inglês como língua franca: o presente

Para Ostler (2010), hoje em dia, o inglês internacional é falado apenas por uma determinada elite e não pela maioria da população mundial, e os países onde o inglês é falado como língua nativa (ILN) está perdendo seu comando e peso econômico global. Acrescentamos que não só o inglês, mas as línguas estrangeiras (LE) de um modo geral ainda

⁸ O páli é uma língua antiga indiana, língua litúrgica utilizada na escola budista.

são faladas por uma parcela restrita da população mundial. Na verdade, não se trata exclusivamente da elite, mas de um grupo mais favorecido, que não chega a estar no seleto grupo da elite econômica, política e sócio-cultural. As línguas estrangeiras, portanto, não estão apenas ao alcance das elites, mas acabam por si só adquirindo um caráter elitista, ao funcionarem como a chave de entrada em espaços disponíveis (eventos em LE, informações em LE na internet, amplas interações na internet com pessoas de todo o mundo, um turismo menos panfletário a países de LE, indo além dos lugares comuns para se aprofundar na cultura da região visitada, etc.) somente a uma parte específica da população.

Quanto às perdas do inglês, é importante ressaltar que, (i) como língua nativa (LN), o quantitativo falante de inglês como língua adicional⁹ (ILA) é muito superior ao número de nativos, o que contribui não apenas para a desmistificação do ideal nativo¹⁰ – o detentor do “melhor” inglês, o “mais correto” e, portanto, o de mais prestígio, mas também com o comando simbólico que os falantes nativos detêm sobre a língua; e (ii) para o seu uso extensivo como língua franca, expondo o fato de que o elitismo é um ponto fraco no perfil de qualquer língua tida como global. Toda língua franca é uma língua parcial no sentido de que nem todos a conhecem – é uma habilidade que precisa ser adquirida conscientemente por aqueles que não cresceram com ela e que a educação nesta língua, quase sempre, é adquirida por um preço alto. Línguas globais dividem as sociedades que fazem uso delas, porque certos usuários se tornam especialistas nelas e outros não, o que determina as oportunidades que cada um terá na vida. Por isso, o sentido de injustiça pode facilmente ser associado a uma língua, com o “ter”, sendo o passaporte para aceder a determinados lugares nem sempre físicos. Nesse caso, saber certa língua é o “ter” que diferencia o falante do não-falante da língua y, dando-lhes direitos desiguais. No que se refere à perda do peso econômico, outras grandes potências estão surgindo e ganhando cada vez mais espaço, como é o caso da China e do Japão, o que oferece riscos à língua inglesa, uma vez que esta atingiu o status de língua global, dentre outras coisas, devido às relações comerciais em inglês estabelecidas ao redor do mundo.

⁹ Termo utilizado no Brasil em referência a situações de uso entre falantes de mais de uma língua, o que parece se dar com a dupla intenção de ressaltar o caráter plurilíngue das sociedades tidas como monolíngues, e de contemplar usos locais do espanhol em países como o Brasil (JORDAO, 2014).

¹⁰ O falante nativo sempre foi visto como aquele que dita as regras, mas ele não pauta os usos que o falante não-nativo fará da língua. Portanto, desmistificar o ideal de falante nativo significa se autorizar a usar a língua sem se espelhar no falante de inglês como língua materna. Ou seja, o falante de L2, L3...aprende a língua não para falar como um nativo, mas para falar do lugar de um usuário da língua. Os estudos atuais de língua franca consideram que todos os aprendizes da língua podem inovar a ponto de construir novas normas (MARQUES, 2018). Reiteramos, portanto, a expressão *ideal nativo*, ao concordarmos com Marques (2018) que a interação para fins comunicativos exige pouco conhecimento do conjunto de normas linguísticas baseadas no falante-nativo, pois a inteligibilidade se deve muito mais à atitude do interlocutor na/para a comunicação.

Com todas essas perdas (redução do poderio econômico, desmistificação do referencial nativo etc.), Ostler (2010) defende que o inglês deixará de ser pertinente e, por consequência, deixará de ser uma língua franca mundial, e as pessoas, simplesmente, seguirão em frente sem grandes lamentações, principalmente porque não há tempo para isso. O mundo, então, negociará em qualquer outra língua, ou combinação de línguas – não é uma mistura de códigos, mas uma prática translíngua, com o uso de recursos oriundos das diversas línguas que formam o dispositivo linguístico do falante multilíngua – que lhe pareça útil. Mas não é que o inglês deixará por completo de ser conveniente, ele só não será tão necessário como antes, visto que outras línguas emergem (ou vão emergir) como línguas de comunicação que extrapolam as fronteiras regionais. Segundo o autor, línguas que tiveram enorme alcance territorial durante a história, como o francês, por exemplo, foram estranhamente passageiras nesta condição mundial¹¹. Apesar da aparente permanência que as línguas globais sempre ofereceram em seu apogeu, elas tendem a declinar depois que crescem. Baseado na história de línguas como o latim, o persa, o grego, entre outras, Ostler (2010) cogita categoricamente o declínio da língua inglesa como LF. No entanto, o que ele parece não considerar é que, diferentemente das línguas francas do passado, o inglês alcançou seu status por motivos variados e se mantém nessa condição privilegiada por razões diferentes daquelas que sustentaram as LF's mais antigas.

Os últimos quatro séculos presenciaram a expansão do inglês que, na sua expansão pelo mundo, abandonou o confinamento das ilhas do continente europeu para se tornar o meio de comunicação mais usado pelo mundo para os negócios, ciência e entretenimento. Isto não foi gerado pela inigualável expansão imperial britânica em todo o continente, nem pelo pioneirismo na Revolução Industrial, mas por sua habilidade em ficar longe de revoluções políticas que descarrilaram todos os seus principais rivais (França e Alemanha) nos últimos trezentos anos, enquanto seu melhor rebento, os EUA, explorava seus vastos recursos para emergir de forma independente como um poder global e motor cultural. Como resultado, a educação de língua inglesa se tornou uma indústria e seu atual escopo é tão vasto que o mantém muito longe de qualquer possível competidor. Entretanto, segundo Ostler (2010), o fato de não haver concorrentes à altura não inverte a trajetória do inglês língua franca.

Para Ostler (2010), o inglês língua franca segue em descenso, pois o mundo está se movendo não para uma cultura monolíngua do inglês, mas para um futuro multilíngua,

¹¹ Vale ressaltar que as línguas de grande alcance mencionadas por Ostler (2010) refletem apenas a atuação de seus povos, não se tratando, portanto, de uma visão biológica que parece dar autonomia à língua sem a determinação dos falantes.

diverso e de potencial incalculável, não havendo, na concepção do autor, razão convincente para pensar que o futuro do inglês divergirá do padrão de todas as grandes línguas mundiais que o precederam, uma vez que o padrão (declínio da língua franca após seu crescimento) é revelado. Uma língua franca largamente difundida, quando declina, só sobrevive se é língua oficial e corrente de uma importante instituição, tipicamente um estado/nação ou uma religião organizada. O latim, por exemplo, ruiu porque não tinha um estado importante para sustentá-lo¹². Mas, e quanto ao inglês dos tempos tecnologicamente pós-modernos? A única forma de responder a essa pergunta é pensando no seu presente e passado. O inglês é a LF por excelência da atualidade porque é a LF das publicações científicas internacionais, do mercado global, da comunicação mundial, de um incremento de um mundo interdependente e globalizado, só para citar alguns aspectos. As línguas globais de hoje sobrevivem primeiro por dominar um estágio transnacional. Além disso, estão intimamente amparadas pelas tecnologias de informação e comunicação, as quais chegaram a um ponto onde boa parte da população global pode participar de determinada comunidade de fala.

No que se refere ao presente da língua inglesa, há duas considerações a serem feitas. A primeira delas é sobre seus falantes nativos, que parecem achar que saber inglês basta para se comunicar com o mundo. Assim como o inglês na atualidade, o latim também não reconhecia línguas competidoras por se entender, tal qual o inglês, como uma língua soberana. Embora seja verdade que não há competidores para a língua anglo-saxã nessa condição de LF mundial, é preciso reconhecer o surgimento de outras na mesma condição que, não tenhamos dúvida, podem co-ocupar o espaço global juntamente com o inglês. Na nossa compreensão, não se trata de competir, mas conviver, ser mais uma alternativa sem tirar o posto alcançado pelo inglês. O espanhol como língua franca (doravante, ELF), por exemplo, vem somar, vem corroborar o imperativo da comunicação mundial característica da globalização atual, pois, por conta de um significativo número de usuários espalhados pelo globo, se apresenta como uma opção para os que não dominam (ou não têm interesse em dominar) o inglês; opção para os que falam inglês, mas se sentem mais à vontade para se comunicar em espanhol; ou ainda para aqueles que têm outras línguas, mas vêm em determinada situação comunicativa o espanhol como a língua mais apropriada. Ou seja, o problema não está em ter ciência da real inexistência de competidores, mas nas atitudes monolíngues que esse conhecimento acarreta. Para Ostler (2010, p. 9)¹³,

¹² Sobre a afirmação de Ostler a respeito da derrocada do latim, é preciso destacar que nada garante que o estado sustentaria a língua. O que está em jogo são mais as relações sociolinguísticas que políticas.

¹³ Todas as traduções serão feitas sob nossa responsabilidade.

Estranhamente, o falante monolíngue de inglês que acredita ter passaporte para todo o mundo, não consegue ver que a bolha em que ele se encerrou ao fazer sua escolha monolíngue, o impede de usufruir do suposto passaporte. Também pudera, a bolha é transparente, dando a falsa impressão de que ter o inglês é suficiente para cruzar o mundo de ponta a ponta nas mais diversas interações (...) A frase de Wittgenstein (1921) “o limite da minha língua significa o limite do meu mundo” reflete bem a escolha e as limitações do monolíngue.¹⁴

Na verdade, não estamos falando da língua inglesa em si, até porque os limites de uma língua global são desconhecidos, mas das limitações de seu falante monolíngue porque, (i) ao falar uma única língua, tudo o que a extrapola fica aquém do falante e (ii) a língua inglesa do falante monolíngue já é diferente da língua inglesa que tomou o mundo, embora isso não signifique que o falante multi/bilíngue de inglês global não entenderá o monolíngue¹⁵. Contudo, não é difícil antecipar que há sérios riscos de o falante monolíngue ver sua capacidade de comunicação reduzida, pois ele, naturalmente, estará alheio a muitas coisas que passarão pelo inglês global e outras línguas que não fazem parte da bolha do monolingüismo.

Para fazermos a segunda consideração acerca do presente da língua inglesa é preciso fazer um pequeno giro pelo mundo, visitando alguns países, nos quais a língua reside. Na Malásia, Tanzânia, no Sri Lanka e em alguns países africanos como Zâmbia, Uganda, Quênia e Malawi, além de Brunei e Índia, na Ásia e o Caribe, o papel principal do inglês foi o de LF, primeiro para acessar todo o mundo onde o inglês é de circulação comum, mas, também, para, potencialmente, minimizar as diferenças existentes entre diversos grupos étnicos de distintas línguas maternas.

Só para termos uma breve ideia da questão, na Índia dos tempos atuais, toda lei é esboçada em inglês e pode ter uma tradução não autorizada em híndi, a única língua oficial falada no norte e na capital desse país, que tem dezoito línguas oficiais, sendo o inglês a língua oficial subsidiária. No Sri Lanka, o inglês aparece como uma língua que liga povos sem favorecer o tâmil ou o cingalês, no entanto, vozes locais de resistência afirmam com frequência ser o inglês um ‘assassino social’ que, embora não derrame sangue como a longa

¹⁴ No original: “Strangely, the monolingual English speaker who believes he has a passport for the whole world, can not see that the bubble in which he ended up making his monolingual choice prevents him from enjoying the supposed passport. It was also possible, the bubble is transparent, giving the false impression that having English is enough to cross the world from end to end in the most diverse interactions (...) Wittgenstein's phrase (1921) "the limit of my language means the limit of my world" reflects well the choice and limitations of the monolingual”.

¹⁵ O falante monolíngue do inglês difere do falante do inglês global porque o primeiro é, muitas vezes, inflexível a inovações que possam aparecer na interação e totalmente encerrado em seu falar. Já o segundo está aberto para falar o inglês dele, mas também o do outro, ele é bilíngue porque fala línguas inglesas.

guerra civil que assolou o país, mutila os que ali não falam inglês. O Sri Lanka, na verdade, mostra que o inglês não tem como fazer a mágica de funcionar como um meio neutro de comunicação entre comunidades linguísticas que competem com o estado. Sempre haverá um grupo que se torna mais próximo do estado, portanto não existe neutralidade.

No Leste da África, como em quase todos os lugares do continente, há um profundo desequilíbrio entre as fronteiras linguísticas e as fronteiras nacionais. Na Tanzânia, o inglês não amealhou um status de língua oficial porque, naquele contexto, foi possível usar uma língua local comum – o suaíli – sem causar sérios problemas de desequilíbrios sociais. As associações históricas com o poder colonial britânico mostram que o inglês só foi usado onde necessário e útil, mas rejeitado onde foi possível rejeitá-lo. O inglês, uma imposição das forças imperialistas, podia até ser aceito como língua oficial em alguns países subjugados, mas, raramente, era abraçado pelas comunidades locais. Em muitos outros países, como na Mongólia, por exemplo, o inglês foi introduzido por motivos puramente econômicos.

Nas Filipinas, a política imposta pelos EUA fez com que, em três anos, os filipinos falassem mais inglês que o próprio espanhol com seus trezentos anos na ilha. Aparentemente, o espírito norte-americano se tornou mais atrativo e inclusivo que a tradição espanhola, por todas as vantagens econômicas que o primeiro apresentava. Hoje, segundo Ostler (2010), os filipinos aceitam a língua inglesa, mas rejeitam a soberania norte-americana.

Para o autor, pessoas cuja primeira língua não é o inglês e tentam fazer o inglês próprio, subverterão e violarão¹⁶ o uso do inglês tido como padrão. Por isso, na opinião do autor, os filipinos são mais suscetíveis a um inglês LF que um inglês L1. Para o estudioso, tudo o que não é L1 é LF, e suas escolhas lexicais, tais como “subverter e violar” dão indícios do que ele entende por língua franca. Tanto a oposição L1 *versus* LF, quanto os juízos de valor implícitos em seu discurso sobre o que não é o inglês padrão demonstram a diferença conceitual do termo língua franca. Afinal, nos estudos atuais a LF não pode se opor nem a língua materna, nem a nenhuma outra, por não se tratar de uma língua, mas de uma função (SEIDLHOFER, 2011). Além disso, uma LF da forma que é concebida na atualidade, não provoca nenhuma grande revolução na língua, tampouco a infringe, mas a colore e enriquece momentaneamente para os fins comunicativos de uma dada interação em um determinado contexto que, normalmente, envolve falantes de L1 diferentes e oriundos de diferentes backgrounds interculturais.

¹⁶ Do ponto de vista linguístico, uma língua não pode ser violada e/ou subvertida, apenas sob uma ótica ideológica.

Já na União Europeia, o inglês língua franca assumiu grande visibilidade a partir de 1950, em especial em 1973, quando a Inglaterra entrou na organização. O inglês língua franca sempre foi um fenômeno de além-mar na Europa. Na Europa Ocidental e Central, o latim foi durante séculos a LF e depois o francês assumiu esse posto no século XVI, refletindo o prestígio de longa data do Estado francês em boa parte do continente. Com a Revolução Francesa (1789-1799), o francês perdeu um pouco de sua força, mas sobreviveu com um papel político e comercial por mais alguns séculos. Somente com o tratado de Versalhes, em 1919, a Grã-Bretanha, e especialmente os EUA, tiveram um papel importante na Europa, tornando, assim, o inglês a primeira língua oficial diplomática ao lado do francês. A dominação global da economia britânica a partir de sua gigantesca empreitada colonialista e, mais adiante dos EUA, começou a ganhar espaço na Europa, o que, finalmente levou o inglês a assumir posição predominante entre as línguas estrangeiras estudadas na Europa Ocidental.

Em contraste com o pequeno número de línguas francas correntes em seu território, a Europa permaneceu rica em L1's. Dados mostram que sessenta línguas são faladas na UE na atualidade. Dessas, vinte e três são línguas oficiais e línguas de trabalho, incluindo o inglês, francês, espanhol, alemão, português e outras minoritárias. Contudo, na prática, somente um pequeno número dessas línguas são usadas nos negócios da UE como efetivas línguas francas. Com a UE, cresceu o uso do francês nas traduções da organização e seu posto se tornou disputado com outras línguas, em especial com o inglês, e com isso, mais e mais países membros começaram a requerer traduções para suas línguas oficiais. O resultado desta pressão foi semelhante à “solução” encontrada para o Sri Lanka e alguns países da África: implantar o inglês e somente o inglês, como o meio de comunicação da UE. As outras LF's da União Europeia que, embora reconhecidas como tal, não atuam com a força do inglês são: francês, alemão, espanhol, italiano e russo. No momento atual, com a saída da Inglaterra, ação polêmica conhecida como *Brexit*, muitas especulações sobre o status do inglês na UE já começam a povoar de forma intensa os principais veículos da imprensa, assim como os meios acadêmicos de muitos países do bloco, além dos EUA¹⁷.

Já o espanhol e o português, principalmente por conta das populações de suas ex-colônias, detêm um grupo bastante significativo de falantes globais, como o inglês, vastamente superior ao número de falantes de francês e alemão. Apesar disso, não adquiriram um status diferenciado na UE. A proeminência do inglês na organização pode ser atribuída ao prestígio global de seus falantes, isto é, à dominação econômica e posteriormente política dos

¹⁷ Ver edição especial da revista *World Englishes* sobre o Brexit (Oct 2017).

EUA e do Reino Unido, bem como às tecnologias de comunicação e produção estabelecidas no final do século XIX. A França foi o líder econômico na Idade Média e a partir desse período construiu o francês como a língua da diplomacia mundial. Do século XV ao XVIII a importância da Alemanha e da França cresceu, revelando o poder da Revolução Industrial e a força do colonialismo, ambos emanando da Europa. Mas esse poder parece insignificante se comparado à força do inglês, que se desenvolveu em proporções inimagináveis no que se refere ao número de falantes, exatamente por conta do Império Britânico, que também se favoreceu da Revolução Industrial e do colonialismo. O mundo dos negócios teve um papel fundamental nesse incremento, principalmente com os comerciantes do mundo querendo comercializar com os falantes de inglês. Os negócios são conduzidos na língua do cliente e, por este e outros motivos, levantamos nesta investigação a possibilidade de ser o espanhol uma língua franca global, uma vez que o número de falantes de língua espanhola pelo mundo também é volumoso e a economia norte-americana é cada vez mais impulsionada internamente por esse quantitativo hispânico, como será exposto no Capítulo 4.

Aqueles que não eram britânicos não tiveram opção: eles puderam somente disponibilizar seus recursos para comercializar com os falantes de inglês, o que os levava a também aprender a língua inglesa. Isto se reflete no número de falantes no mundo capazes de usar o inglês como língua franca. Tal intensificação no número de falantes contribuiu para o sucesso da língua no sistema educacional europeu. Ou seja, o inglês triunfou ao invés do francês, sendo aprendido pelas novas gerações das escolas europeias no século XX, justamente porque foi a língua dos países com ideias inventivas, experiência comprovada e capital para desenvolver o futuro. As devastadoras guerras na Europa serviram para mostrar que a língua é uma importante aposta para manter uma nação de pé. Quando esta aposta ficou clara para todos no século XX, o inglês imperou como a língua franca do mundo como um todo.

Embora não carregasse o nome, o inglês LF (ILF) emergiu com toda força, em seus primórdios, pela expansão do poder britânico pelo mundo. Ele foi claramente reconhecido como uma poderosa língua que funcionava como “neutra” entre países com minorias linguísticas, mas esse potencial, obviamente, não foi concretizado, sendo prova disso os conflitos entre os povos falantes dessas línguas minoritárias – frutos da política britânica. O poder atrativo desta língua é frequentemente reforçado por um sentido de que o inglês pode recompensar seus falantes, tornando-se uma ferramenta indispensável no mercado mundial, promovendo um rápido desenvolvimento econômico dos países que o utilizavam. Ou seja, o inglês oferece um cartão de entrada para o clube do mundo executivo, mas tudo isso pode ser

anulado se o conhecimento da língua é visto como dando de forma injustificada vantagens para certos grupos sociais, ou se outros grupos sentem que a língua foi primeiro imposta a eles em um claro descaso de seus direitos de escolha e para rebaixar ou desvalorizar suas próprias tradições linguísticas.

Esse aspecto do inglês – sua atratividade para aqueles que querem ser reconhecidos no mundo, especialmente pelos membros da economia global, causou um novo fenômeno nos séculos XX e XXI, a busca/demanda pelo idioma em comunidades que tiveram pouco contato com comunidades falantes de inglês. O valor percebido do inglês é tão grande no momento que, sem dúvidas, atrairá muitos mais a aprenderem a língua e a empregarem para satisfazer suas necessidades internas e internacionais.

Os diversos usos do inglês no mundo pós-moderno apresentam seu funcionamento como língua franca – um meio geral de contato entre aqueles cuja língua materna pode ser totalmente diferente. A tentativa de adotar o inglês como algo mais íntimo que uma LF, como uma língua materna disponível, por exemplo, não teve sucesso, como no caso das Filipinas e de outros países do sul/sudeste da Ásia onde o inglês que eles falavam fluente e naturalmente era fortemente influenciado por suas línguas locais. É importante observar que, ainda que uma parcela significativa da população filipina fale inglês “fluente e naturalmente”, Ostler (2010) não classifica tal uso como íntimo, o que mais uma vez difere a LF dos primórdios da atual LF, pois, na concepção contemporânea que defendemos, é preciso ter intimidade¹⁸ com a língua para negociar sentidos, escolher a melhor forma de dizer o que se pretende comunicar e não é necessário ter determinada língua como materna para usá-la com autonomia, naturalidade e fluência.

Como sabemos, o inglês na contemporaneidade é amplamente ensinado nas salas de aula de todo o mundo e amplamente usado no mundo dos negócios. Esta importância instrumental – um meio internacional de comunicação, comparável à matemática – eliminará qualquer sentido de origem histórica do inglês no Reino Unido ou nos EUA. Este novo sentido de universalidade do inglês deverá dissolver qualquer direito especial daqueles que o falam como língua nativa e seu vasto compartilhamento poderia acalmar qualquer ressentimento alimentado por um usuário relutante que, por uma razão ou outra, preferiria estar falando uma outra língua para fins de interações globais. Outra forma de acalmar tal

¹⁸ Entendemos “ter intimidade com a língua” como apropriar-se da língua, usando-a sem autocensura por não dominar as normas. Ter intimidade significa conhecer a língua de modo a comunicar-se de forma exitosa, ainda que o sucesso comunicativo se deva mais a uma atitude para a comunicação que ao desempenho linguístico propriamente dito.

ressentimento é promovendo o surgimento, ou melhor, a aceitação de outra(s) língua(s) franca(s), posto que dar-se opção é a melhor forma de se exercer democracia.

Mas não importa quão compartilhado seja o inglês, seu padrão de uso será sempre tão variado quanto os motivos que conduziram sua história. Uma tentativa de sistematizar sua diversidade é através dos três círculos concêntricos de Kachru (1985). Sua visão tripartida, embora já bastante estudada e contestada, concebe a expansão do inglês no mundo a partir do perfil sociolinguístico da língua. O círculo *interno* se refere à tradição cultural e linguística com base no inglês como primeira língua. O círculo *externo* representa as variedades não nativas institucionalizadas (inglês como segunda língua) e as regiões que passaram por longos períodos de colonização, e o círculo *em expansão* inclui as regiões onde o inglês é usado como língua estrangeira, como é o caso de países como Brasil, Alemanha, Portugal, Japão, China, entre tantos outros. As ex-colônias de povoamento britânicas – onde grande parte da população é de origem local ou descendente da antiga metrópole – assimilaram o inglês britânico e se transformaram em comunidades irradiadoras de um inglês do círculo interno. Os exemplos clássicos são os EUA, o Canadá anglófono, Austrália e Nova Zelândia. Já as colônias de exploração – tidas como fonte de lucro e com a presença mínima e temporária de pessoas do país colonizador – exigiram administradores locais e as funções superiores a eles eram ocupadas por nativos do Reino Unido.

Os efeitos de longo prazo de tais processos colonialistas foram a instituição do inglês como a língua administrativa, bem como o forte crescimento de variedades locais do inglês falado. Mas essa realidade histórica só se aplica aos maiores territórios colonizados. Muitos países do círculo interno que tiveram a língua inglesa proveniente do império dos últimos quatro séculos, não são nem de exploração nem de povoamento, mas de destacamento militar avançado do império, funcionando como base para a marinha real para garantir ligações estratégicas entre as colônias de exploração e o Reino Unido. Os três círculos, na verdade, são uma ficção interessante para esboçar o padrão geral da expansão do inglês pelo mundo como uma estrutura organizada para se começar a entender os vários efeitos linguísticos das políticas coloniais. Eles, mesmo hoje um tanto contestados por conta da nova geopolítica mundial, em especial devido aos grandes fluxos migratórios das últimas décadas, marcaram um momento importante no meio político e acadêmico que analisam e discutem a expansão mundial do inglês. O movimento de B. B. Kachru foi exatamente um passo político importante no sentido de chamar atenção para a visibilidade, valorização e legitimação dos

muitos ingleses nativizados planeta afora, dando, portanto, origem a um campo de pesquisa crucial sobre o tema nos dias de hoje, os Ingleses Mundiais (*World Englishes*).

Mas voltando a Ostler (2010), na sua concepção, uma pessoa pode ganhar o domínio de uma nova língua de dois modos: dentro do ambiente familiar, que seria, nesse caso, o inglês língua materna ou inglês vernáculo, e fora do ambiente familiar motivado por um ou mais objetivos específicos, seria o que ele considera como aprendizagem de línguas, aquisição de uma língua que funciona como língua franca. Ainda segundo o autor, o termo LF, na prática, sempre se refere a uma língua que foi aprendida fora do ambiente familiar pela maioria de seus usuários. Segundo o autor, se sua língua materna se espalhou amplamente em gerações anteriores e você pode usá-la como língua de contato para alcançar pessoas cuja primeira língua é relativamente diferente, há, neste caso, a sobreposição das línguas franca e materna. Mas, se qualquer língua é usada como uma língua franca, algumas, e provavelmente muitas das pessoas que usam esta LF como tal, a adquiriram especificamente para superar os limites/fronteiras da comunidade de fala de sua própria língua materna, portanto, segundo o autor, uma LF que é falada exclusivamente por falantes de língua materna é em termos uma contradição.

Sobre as colocações de Ostler (2010) apresentadas no parágrafo anterior, cabe a nós esclarecer que língua materna e a língua franca dos estudos recentes não se sobrepõem necessariamente no caso mencionado, pois um falante de inglês da Austrália pode não ser hábil socialmente para usar sua língua materna com função de língua franca. Ou seja, ele pode ser insensível às incompreensões que surjam em sua interação, pode ser irreduzível em sua forma de falar, entre outras questões. Quanto à contradição levantada pelo autor, é perfeitamente factível que um falante nativo de espanhol do México, por exemplo, use um espanhol em situação de LF com um nativo da Argentina.

O inglês é um claro exemplo de uma língua com uma extensa comunidade de língua materna, que é amplamente usada como LF. A língua persa moderna e muitas línguas francas da era moderna são deste tipo – línguas maternas que atuam em um serviço mais amplo. Mas isto não foi sempre assim; línguas clássicas como o latim medieval, o grego antigo, o chinês clássico, o sânscrito e o árabe clássico, são todos exemplos de línguas que, durante muito tempo, não eram faladas por ninguém na família, mas transmitidas pelo sistema escolar por gerações e usadas como meio de comunicação entre falantes de diferentes línguas maternas.

Na história, muitas das línguas conhecidas mundialmente se tornaram meio de comunicação para mais de um estado e foram usadas durante tempo suficiente para sofrer mudanças (em poucos séculos), dividindo-se em línguas “filhas”. O caso mais conhecido é o

latim, aparentemente uma língua unitária, tão longeva quanto o império romano, que continuou na Europa Ocidental e no Mediterrâneo, dando origem a diversas línguas romances (francês, italiano, português, espanhol etc.), quando a hierarquia administrativa fracassou no início do século V, sendo substituída por um pequeno número de estados germânicos.

As línguas antigas se dividiram ao se expandirem pelo mundo. O espanhol, por exemplo, quando avançou pelo México e o Peru no século XVI, em cada um desses antigos impérios havia uma língua oficial que estendeu os limites territoriais sob seu controle. São elas o náhuatl no México e o quéchua no império Inca, esta última estendendo-se do Equador para a Bolívia e norte do Chile. Ambas as línguas sobreviveram até os dias de hoje, mas cada uma se desmembrou em muitas outras variedades. O náhuatl foi mais falado como LF que como língua materna por todo o território do império Azteca. Com as invasões, o império espanhol desapropriou o império Azteca como o império líder, mas tanto o povo azteca como a língua náhuatl (a língua geral) se mantiveram presentes em todo o processo colonizatório até o século XVIII. Mais tarde, na prática, o náhuatl, assim como as outras línguas autóctones do país que veio se chamar México, declinaram em status, transformando-se, exclusivamente, em meio de comunicação entre aldeões.

Já na parte sul do continente americano, o quéchua tinha sido propagado de forma muito mais minuciosa que seu patrocinador imperial – os Incas, especialmente no século XV. Tudo isto aconteceu em pouco mais de uma geração, bem antes da chegada dos espanhóis. A língua, que teve origem no centro do Peru, já havia se dividido em vários dialetos, mas um desses se transformou na língua oficial dos Incas, expandindo-se por outras regiões. A disseminação do idioma tinha sido deliberada com a distribuição de colonizadores locais falantes de quéchua por toda a parte. O resultado foi um uso generalizado de uma língua comum, primeiro como uma língua franca, mas, cada vez mais, como uma língua materna para a maior parte da área que compreendia dos Andes ao Oceano Pacífico. Depois de 1536, o quéchua também foi convenientemente adotado e divulgado pelo colonizador espanhol como língua geral.

Uma LF é menos provável de se dividir em dialetos regionais ou sublínguas mutuamente ininteligíveis do que uma língua materna. Se uma língua franca corre o risco de se fragmentar, esta é uma boa evidência de que não está mais cumprindo o seu propósito fundamental – transpor as barreiras linguísticas entre línguas maternas por onde ela circula. Neste caso, se não se tornar uma língua materna *per se* (ao ser transmitida para a próxima geração na família), é mais provável que desapareça completamente, juntamente com a razão de ser dela. O domínio da língua materna é um desenvolvimento natural e, entre outras coisas,

uma marca de suas origens e parentes; se o aspecto da identidade for enfatizado, ele pode se desenvolver facilmente para distanciar-se de outras variedades, mesmo aquelas que são bem próximas. Contudo, para Ostler (2010), uma língua franca é explicitamente aprendida por uma razão: um falante ou um grupo de falantes se junta a uma comunidade de fala em que não nasceu para algum lucro ou benefício. Se a comunidade de fala pode se fragmentar, se tornará menos atrativa para novos potenciais aprendizes.

Na linha desse raciocínio, podemos dizer que as comunidades que falam o inglês como língua materna – Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, etc. – inovam distintivamente em seu inglês. Já o círculo em expansão, ou seja, lugares onde estão aqueles que aprendem o inglês como LE ou como LF, segundo Ostler (2010), não estabelece normas concorrentes. Para nós, as normas podem não concorrer, mas, certamente, co-ocorrem, pois para inovar, basta usar a língua, como argumentam pesquisadores como Jenkins, Cogo e Seidlhofer que trazem em seus estudos exemplos de inúmeras regularidades no uso do inglês com função de língua franca registradas em mais um *corpus* internacional. Como se pode imaginar, é sempre muito provável que haja influência da língua materna, no que se refere à pronúncia, gramática e alguns usos lexicais em interações em língua franca. De acordo com o autor, quando a língua está sendo usada em uma situação internacional (de modo que a compreensão mútua seja um prêmio, ou seja, uma loteria, na qual podemos ser exitosos ou não), a evidência é que, no círculo em expansão, os falantes usem o inglês com um estilo próximo ao padrão britânico ou americano. Isso diferencia os falantes do círculo interno dos falantes dos outros círculos. Os primeiros, naturalmente, sentem a língua como sendo propriedade deles e se a compreensão parece falhar, o problema haverá de se encontrar no outro e não neles. Na rota contrária a tal premissa, o conceito de LF nos estudos contemporâneos empodera o falante não nativo, de modo que ele já não se sinta pressionado a apagar-se para tentar inutilmente falar com um estilo imitando os padrões hegemônicos, no caso do inglês, claro, britânico ou americano.

Como uma língua formal de comunicação internacional, usada para os negócios, política, trocas acadêmicas, entre outros, seria difícil para o inglês mudar de forma. Já o uso mais informal do inglês internacional é muito menos unitário. Em princípio, deve ser tão fácil identificar o seu local de origem e, às vezes, o seu meio social, como o discurso local dos falantes da língua materna em seus próprios bairros. Ostler (2010) acredita que há algum princípio, talvez universal da sociedade, em que somente os falantes de língua materna têm o direito natural (dado por eles em sua comunidade linguística) de inovar na língua. Uma implicação disto é que parece pouco provável para aquele que aprendeu conscientemente uma língua estabelecer um novo dialeto a partir da língua aprendida. Se esta regra é violada e

alguma variedade diferente do inglês não padrão venha a ser usada consistentemente por um não nativo, isso será considerado uma espécie de *pidgin*.

Para o autor, o *pidgin* é uma língua franca que é aprendida de forma incompleta pela comunidade que necessita usá-la e, então, essa língua é suplementada com outros elementos oriundos frequentemente da língua materna do falante. O *pidgin* sempre foi visto como uma língua franca no sentido original do termo, porque a LF da era moderna e, principalmente, globalizada, não pode ser comparada com um *pidgin*, tampouco com uma língua crioula ou até mesmo uma *koiné*, por serem estas três últimas novas variedades de uma língua (TUTEN, 2003). Os *pidgins* mais familiares foram idiomas comerciais, formados nas margens das comunidades de fala por pessoas que lidavam regularmente com pessoas que falavam outras línguas, mas que não eram recrutados para o grupo estrangeiro. Mas nem todos os *pidgins* são criados em contextos comerciais. Outra situação comum onde tais línguas surgem é em assentamentos, nos quais reside um grande número de trabalhadores, normalmente homens. Há ainda assentamentos militares ou políticos, campos rurais, minas, assentamentos de imigrantes, de construção, entre outros. O contato religioso também pode levar ao desenvolvimento de um *pidgin*.

Segundo Ostler (2010), essas línguas francas especializadas – os *pidgins* – não parecem persistir indefinidamente. Elas têm seu tempo e seu lugar, algumas vezes sobrevivem longos períodos, em espaços amplos, mas depois desaparecem. Diferentemente do exemplo das línguas romances, os *pidgins* não se desmembram em outros dialetos. Sua não permanência é uma primeira sugestão do que devemos encontrar como línguas francas de forma mais geral. Ou seja, línguas francas são criaturas do tempo e circunstância e podem viver enquanto servem para um determinado propósito, são mesmo línguas de conveniência, como afirma Ostler (2010). Elas não passam naturalmente para as próximas gerações como acontece com as línguas nativas. Crioulos têm descendência, mas *pidgins* não. O *pidgin* é coisa de um momento. Como língua franca da atualidade, o inglês, especificamente o inglês internacional, é improvável que se divida em uma família de dialetos e línguas. Ainda que surja um *pidgin* do inglês, usado com algum propósito especial ou em uma área restrita, é improvável que ele dure, e é ainda menos provável que ele seja fértil/produtivo, dando origem a outras línguas em um futuro longínquo.

Ostler (2010) acredita que, apesar de poderem, nem o círculo interno, nem o externo darão origem a novas línguas, posto que ambos os círculos compartilham uma “vida comum” em língua inglesa, mantendo o diálogo uns com os outros. Se acontecem falhas de comunicação, elas acontecem isoladamente e não quebram a vasta rede de conexão existente

entre os dois círculos. Enquanto isso, essas e, de fato, todas as partes do mundo agora estão expostas a um fluxo de som, vídeo e texto de mídia em língua inglesa de partes distantes do mundo, que tendem a exercer uma pressão sobre os vários dialetos para acomodar uns aos outros. No entanto, eles podem estar mudando sob suas próprias tendências internas. O *Taglish* (Tagalog-English), por exemplo, pode ser diferente hoje de qualquer outro inglês, pois os falantes nativos nas Filipinas começam a desenvolver seu potencial, mas não serão deixados à própria sorte, tendo em vista a quantidade de recursos em inglês com que eles e o mundo estão em contato.

Para o autor, qualquer língua materna falada em vários territórios pode evidentemente encontrar suas partes se desenvolvendo em diversas direções, mas a chance de qualquer uma dessas variedades mudar a ponto de se tornar ininteligível para qualquer outra é pequena¹⁹. Isso se deve à vasta rede de comunicações em tempo real que abrange todas as principais regiões do mundo de língua inglesa e ao fato de que todos os falantes de inglês LM estão no comando de uma gama de variedades, em várias relações entre si. O contato é onipresente e as pessoas estão familiarizadas com muito mais inglês do que elas naturalmente usam. Isso tende a manter a comunidade linguística em geral em contato consigo mesma. Mesmo que uma região se tornasse tão cortada para desenvolver uma variedade ininteligível para qualquer outra, isso não seria suficiente para que a variedade fosse reconhecida como uma língua separada.

Segundo Ostler, os participantes em um diálogo compartilhado estão sempre se esforçando, mesmo que involuntariamente, para aproximar seu próprio estilo de comunicação do que eles percebem vir do outro lado. No caso da língua espanhola, não concordamos que essa disposição para uma interação bem-sucedida sempre aconteça, devido à história de subjugação de todos os falantes americanos da língua, bem como pelo imaginário construído, especialmente no Brasil, de que o espanhol é uma língua fácil para o brasileiro, que qualquer um que nela se aventure, terá êxito. O primeiro motivo conduz os nativos a uma excessiva “defesa” da língua, o que acarreta certa inflexibilidade interacional. O segundo motivo pode justificar uma falta de cuidado por parte do falante não nativo, despertando no nativo uma reação pouco colaborativa no intercâmbio conversacional. Embora percebamos isso no espanhol, não significa que, o inglês não possa apresentar falantes menos dispostos a trocas

¹⁹ Em se tratando da língua espanhola, as chances das variedades mudarem a ponto de se tornarem ininteligíveis são bem reais e não tão pequenas, como afirma Ostler (2010) para o inglês. Toda essa vasta rede de comunicações que permite o contato entre os falantes de inglês, garantindo a inteligibilidade mútua não se observa empiricamente no espanhol, pois, como afirma Rona (1964), esta rede de comunicações se aplica apenas aos falantes de nível cultural elevado ou semi-elevado. Ainda segundo o autor, é bem provável que um mexicano e um paraguaio pertencentes a níveis culturais baixos não se entendam em uma troca comunicativa.

comunicativas interculturais. Porém, por apresentar toda uma história que desde sempre dá a seu falante o status de usuário de uma língua global, a experiência e a consciência de um inglês que está no mundo propiciam que este interlocutor acomode seu discurso ao discurso de seu interlocutor não nativo. Tanto o passado da língua espanhola, como o da língua inglesa explicam a postura de seus falantes, bem como o papel dessas línguas nos dias de hoje.

1.3 Passado, presente...o desenrolar dessa história

Uma pista importante sobre o futuro de uma língua franca está em sua origem. Segundo Ostler (2010), a língua franca cresce através da adesão de novos adeptos; portanto, quando as pessoas aprendem línguas francas, o fazem com algum objetivo. Mas esses propósitos, em algum momento, podem não ter mais razão de ser ou podem ser alcançados por outros meios. Para Ostler (2010), quando as línguas francas deixam de ser meio para se alcançar determinado fim, elas correm o risco de extinção e a única saída seria ou transformar-se na língua materna de uma comunidade, isto é, ser nativizada, ou se tornar a língua de alguma empreitada imperialista de longa duração e vasto alcance. Um exemplo da equação apresentada pelo autor é a língua espanhola na América que foi a língua franca da classe dominante e das grandes cidades, mas depois se tornou a língua nativa de boa parte da população. Esta forma nada natural, ao contrário, muito violenta, pela qual a língua franca espanhola se tornou uma língua materna nos territórios invadidos, devastou muitas línguas indígenas e inviabilizou a possibilidade desta LF se transformar naturalmente em uma segunda, terceira, enfim, em uma língua requerida pelos nativos das colônias.

O persa, o sânscrito e o latim foram línguas de longo alcance, no entanto, nenhuma delas é uma língua franca viva no início do século XXI. Foram extintas porque as comunidades cujas interações se davam nessas LFs se tornaram inoperantes. Na verdade, o fim de línguas nessas condições pode se dar de maneiras diferentes, assim como as comunidades atendidas podem se transformar e mudar suas demandas. Segundo Ostler (2010), o declínio pode vir por “ruína”, com a perda da posição que ocupava devido a um declínio econômico; por “rebaixamento”, quando lhe atribuem uma posição inferior por razões políticas; e “resignação”, desistindo da posição ocupada e se submetendo a ondas sócio-políticas ou sócio-econômicas.

Cada um desses elementos pode acometer uma língua franca dominante e cada um tem muitos exemplos, como o grego, o latim, o persa, entre outras línguas. Os exemplos mais evidentes de línguas extintas pelo declínio e o fechamento das oportunidades de mercado que os espalharam são os *pidgins*, as línguas que são, à primeira vista, associadas a contatos

comerciais entre grupos anteriormente distantes. Uma vez que os *pidgins* são criações de oportunidades de mercados particulares, eles deixam de ser falados quando o mercado se move e as oportunidades já não existem, a menos que tenham dado o salto para se tornarem crioulos, adquirindo, então, falantes nativos próprios.

Em meio à infinidade de situações que podem levar uma LF à extinção, vale destacar a resignação – a renúncia de uma posição ocupada, com a submissão a novas forças sociolinguísticas. A renúncia geralmente ocorre através da reforma social, uma mudança na comunidade de fala que leva à destituição de uma elite dominante de algum tipo e com ela a língua franca que a marcou. O declínio linguístico não é o efeito direto de uma mudança econômica ou intervenção política, embora qualquer uma dessas forças desencadeie a transformação social que destitui uma LF. Outras forças também podem desencadear mudanças sociais significativas, como uma conquista militar, uma revolução técnica ou algo tão difuso na sociedade como a reforma protestante que dominou a Europa no século XVI. A característica comum essencial é que uma classe de sociedade simplesmente desaparece e, com ela, seu meio de comunicação distinto.

A despeito da reforma protestante, o latim permaneceu a língua da Igreja e da Academia ao longo do século XVIII na maior parte da Europa – uma única república literária para todo o continente. Enquanto o latim era a língua da Igreja e da Academia, no mesmo século, o alemão crescia, sendo amplamente utilizado como uma língua franca entre os diferentes governos da Europa Central. O início do século XIX foi precisamente o período do nacionalismo alemão. A proeza das universidades alemãs era tal que o alemão tornou-se rapidamente uma língua importante para estudiosos em universidades da Europa. Na década de 1930, o alemão perdeu a importância conquistada no meio intelectual e nunca se recuperou após a Segunda Guerra Mundial. Neste período, o alemão simplesmente deixou de ser candidato como meio de acesso à produção científica mundial. O fim de sua trajetória como LF pode ser explicada em termos de política global, especialmente por conta do aumento dos falantes de língua inglesa nos EUA, outro centro dominante de inovação nas ciências. Portanto, o declínio do alemão LF, no período específico, se deve a três causas. A primeira foi o resquício de sentimento anti-alemão que cresceu nos mundos ingleses e franceses (e especialmente nos EUA) na época da Primeira Guerra Mundial. A segunda causa foi a perseguição do governo nazista aos judeus, que foram incentivados a emigrar e a prosseguir suas carreiras acadêmicas em inglês. A terceira causa, que não garantiu o retorno à centralidade do alemão, foi o poder econômico esmagador dos EUA com sua língua inglesa, intensificado brutalmente após o fim da Segunda Guerra.

Após todos esses acontecimentos, a língua alemã tinha pouco a oferecer para a comunidade mundial de pesquisa, já que os próprios alemães aceitaram o inglês como a língua franca das ciências naturais. O alemão, para as ciências, é outro exemplo em que um conjunto social distinto foi dissolvido e, com ele, o uso de sua língua franca. De acordo com Ostler (2010, p. 209), “a sobrevivência de uma língua franca é sempre uma questão de confiança e ideologia”²⁰. A nação alemã foi desacreditada devido aos acontecimentos políticos emanados do conflito mundial, o que repercutiu na aceitação da língua como um meio para todos, nativos ou não. Simultaneamente, os EUA cresciam, e junto com o país, crescia o interesse por falar a língua de um país detentor de tamanho poderio econômico, científico e militar. Em outras palavras, perdeu-se a confiança na língua alemã como a língua das ciências ou de qualquer outro tema, e abraçou-se a ideologia estadunidense da emancipação científica, econômica, política, tecnológica, entre outras.

Desta forma, como foi visto, o futuro de uma língua franca depende de muitas coisas, dentre elas, a(s) concorrência(s) que enfrenta. A capacidade de sobrevivência de uma LF não é a mesma coisa que a resistência militar, o capital acumulado do comércio ou mesmo a fidelidade religiosa. A vida e a morte de línguas francas não são autônomas, nem auto-determinadas. As línguas mais faladas nos dias de hoje são, principalmente, aquelas com maior população de língua materna. Esse contingente lhes garante um potencial como língua franca, mas como nenhuma delas é autônoma, sua vida em tal condição está condicionada a outros fatores.

1.4 O porvir do inglês língua franca e de outras potenciais línguas francas

Nesta seção, discorreremos sobre as impressões de Ostler (2010) para o futuro, ou a ausência de futuro, do inglês como língua franca e pontuamos as discrepâncias das projeções feitas se consideramos hoje o inglês como uma língua franca diferente da LF histórica (em alguns aspectos, como a duração das interações em contexto de LF). Para discutir o panorama atual das línguas de maior expressão global, bem como quem está no comando linguístico mundial e quem assumirá este posto, o autor realizou um levantamento das 25 línguas mais faladas no mundo, especificando em cada nação quantos são falantes da língua materna e quantos são falantes de línguas francas²¹.

Como podemos ver na tabela a seguir, há línguas como suaíli e o malaio que foram usadas como línguas francas devido a suas relações comerciais. Há também outras que foram

²⁰ No original: “The survival of a língua-franca is always a matter of confidence and ideology...”.

²¹ Ostler (2010) entende que tudo o que não é língua materna pode ser visto como língua franca.

alçadas a tal condição por conta de conquistas militares, assim, claro, do poder de seus impérios, como o árabe, o persa, o híndi, o inglês, o português, o russo, entre outros. Há ainda LF's oriundas de missões religiosas e domínio cultural.

Tabela 1 – As importantes línguas do mundo atual

| RANK | LANGUAGE | MOTHER TONGUE SPEAKERS (MILLIONS) | LINGUA-FRANCA SPEAKERS (MILLIONS) | PROPORTION (LF/TOTAL) | TOTAL SPEAKERS (MILLIONS) |
|------|------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|---------------------------|
| 1 | Swahili | 1 | 39 | 98% | 40 |
| 2 | Malay | 55 | 147 | 73% | 202 |
| 3 | English | 331 | 812 | 71% | 1143 |
| 4 | Persian | 36 | 73 | 67% | 109 |
| 5 | Urdu | 61 | 93 | 60% | 154 |
| 6 | Russian | 144 | 110 | 43% | 254 |
| 7 | French | 68 | 50 | 42% | 118 |
| 8 | Arabic | 206 | 140 | 40% | 346 |
| 9 | Hindi | 182 | 120 | 40% | 302 |
| 10 | Hausa | 25 | 15 | 38% | 40 |
| 11 | Italian | 43 | 23 | 35% | 66 |
| 12 | Turkish | 51 | 20 | 28% | 71 |
| 13 | Bengali | 181 | 69 | 28% | 250 |
| 14 | German | 90 | 28 | 24% | 118 |
| 15 | Mandarin Chinese | 873 | 178 | 17% | 1051 |
| 16 | Spanish | 329 | 60 | 15% | 389 |
| 17 | Tamil | 66 | 8 | 11% | 74 |
| 18 | Portuguese | 178 | 15 | 8% | 193 |
| 19 | Telugu | 70 | 5 | 7% | 75 |
| 20 | Japanese | 125 | 1 | 1% | 126 |
| 21 | Javanese | 85 | 0 | 0% | 85 |
| 22 | Shanghainese | 77 | 0 | 0% | 77 |
| 23 | Vietnamese | 69 | 0 | 0% | 69 |
| 24 | Korean | 66 | 0 | 0% | 66 |
| 25 | Cantonese | 56 | 0 | 0% | 56 |

Fonte: OSTLER (2010, p. 227).

Ostler agrupa o hauçá, o italiano, o turco, o bengali, o alemão, o mandarim, o espanhol, o tâmil, o português etc., porque, de acordo com seu levantamento, estas são todas as línguas que se tornaram línguas francas apenas como uma reflexão tardia. Suas origens históricas são mescladas e, certamente, no período mais antigo, o turco, o espanhol e o

português foram impostos com muita violência imperialista, impedindo que o povo de acolhida, de fato, abraçasse a língua e quisesse realmente aprendê-la. O espanhol, por exemplo, primeiro atravessou a América Central e do Sul trazido pelos exploradores. Contudo, não se espalhou efetivamente como a única língua franca do império espanhol até que o rei, em 1770²², retirou o apoio das várias línguas gerais (indígenas) – línguas até então muito usadas na administração – e a maioria dos contatos com a população indígena. Isso, nos mostram as narrativas históricas, resultou em uma mudança universal para o uso do espanhol padrão, não só pelo governo e as classes urbanas, mas também pelas populações rurais. Em geral, essas línguas mundiais com menos de 40 % de uso de língua franca são as línguas que cresceram através da imigração gradual, um processo que atua principalmente para criar comunidades de língua materna mais amplas do que aquelas de línguas francas.

Na Tabela 1, vemos também que a posição do inglês é destacada se comparada às demais línguas. A língua inglesa se espalhou em todos os aspectos, não só como língua materna dos colonos na América do Norte, África e Nova Zelândia, mas também como veículo da administração imperial na Ásia, um meio para mineiros e missionários na África e um meio de comunicação dos escravos e especuladores em todo o Caribe e no Pacífico. Como as línguas de grande prestígio em tempos passados – grego, persa, latim, sânscrito, francês, chinês, etc. – o inglês foi e segue sendo, aceito por estrangeiros que o vêem como o caminho do acesso ao aprendizado, à riqueza e à qualidade de vida, o que como sabemos, é amplamente utilizado pelo marketing.

As únicas línguas com territórios comparativamente vastos e dispersos, como os da língua inglesa, são o português e o francês, ambos falados na Europa, nas Américas e na África. Mas, como a Tabela também revela, essas línguas possuem comunidades de falantes globais que são quantitativamente inferiores às do inglês. A principal impressão feita pelas outras principais línguas quando observadas geograficamente é a forma como elas são regionais. Embora essas línguas tenham números de falantes que ocupem uma parcela significativa da população mundial, todas elas funcionam em uma escala continental e não global.

²² Em 1770 o rei espanhol Carlos III promulgou uma série de decisões que previa a intensificação da tarefa de castelhanização, impondo o uso generalizado do espanhol nas colônias. Se antes havia alguma aceitação dos usos locais indígenas, posto que o rei propôs que houvesse professores de língua espanhola para os indígenas que quisessem voluntariamente aprendê-la, além de exigir que os padres espanhóis soubessem as línguas gerais indígenas para ministrarem os cultos católicos; a partir de 1770, (i) os índios foram proibidos de usar sua língua nativa, (ii) foram construídas escolas de espanhol em todos os povoados indígenas, entre outras medidas. Essas decisões impostas por um Estado dominante surgiram da convicção de que só a língua espanhola, com sua suposta superioridade cultural, devia ser o instrumento de comunicação para a evangelização e “civilização” dos nativos.

Como já foi dito, para Ostler, a construção do império global do inglês parece ter chegado ao fim e, por isso, existem poucas formas diretas para essas línguas, por mais vastas (extensão geográfica) que possam ser, de se infiltrarem em outras partes do mundo tão densamente a ponto de se estabelecerem como línguas francas, além de suas regiões existentes. Para que isso aconteça, na opinião do autor, teria que haver processos migratórios em larga escala, por exemplo, de famílias que buscam segurança ou uma vida melhor, ou talvez viagens comerciais de proporção maciça. Contudo, acreditamos que tanto os processos migratórios quanto as viagens comerciais já acontecem de forma bastante dinâmica. No caso da língua espanhola, a migração em larga escala existe há longos anos e se concentra, basicamente, nos Estados Unidos da América, para onde converge grande número de hispânicos a cada dia.

Dado o regionalismo linguístico global de hoje em dia, onde há relativamente pouco espaço imediato para diferentes línguas francas terem seu uso difundido a outras grandes regiões, muitas dessas línguas são promovidas para a apreciação dos estrangeiros, em um esforço consciente da diplomacia cultural. Enquanto Ostler (2010) não acredita que essa manobra terá um efeito real, porque todas as antigas línguas francas alcançaram este status de forma natural e não planejada, o que é questionável, posto que a língua sempre foi amiga do império e poderoso instrumento para diversos fins, entendemos que o resultado do artifício diplomático não será a transformação de uma língua em língua franca global, mas pode ser, sim, uma estratégia eficaz que contribua com o propósito de sua ampla propagação²³.

Não é nenhuma novidade que os poderes políticos atuais valorizam o status de suas línguas. O desejo de implantar a diplomacia cultural advém do século XIX. A ideia não era purificar a língua, mas conquistar usuários idealmente entusiasmados em todo o mundo. A profunda mudança política na Europa, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, teve um efeito pronunciado sobre os objetivos assumidos pela diplomacia cultural. Como resultado, muitas das fundações e institutos oficiais de difusão cultural de determinados países tiveram de ser até mesmo refundados, como, por exemplo, o Instituto Goethe (Alemanha), o Camões (Portugal) e o Cervantes (Espanha), só para citar alguns.

Os objetivos políticos desses institutos são variados. Todos podem ter como objetivo promover o conhecimento de suas línguas no exterior, entre outras atribuições. Para este fim, a maioria deles organiza e promove cursos de ensino de línguas. Em segundo lugar, eles podem alegar (como o instituto Camões) que objetivam promover um espírito de cooperação

²³ O que há hoje é uma conscientização de políticas linguísticas que podem traçar um caminho paralelo às políticas de Estado.

entre diferentes países onde sua língua é falada nativamente ou oficialmente e podem tentar reforçar os laços entre os falantes de português. Mais tarde, eles podem se expandir globalmente, atraindo nações que simplesmente usam o idioma como língua franca.

Em terceiro lugar, essas agências oficiais podem realizar campanhas para difundir o aprendizado e uso de suas línguas, muitas vezes combinando isso com uma preocupação com a *pureza* do idioma, como é o caso do Instituto Cervantes, com sua campanha de ser o centro legitimado para ensinar verdadeiramente a língua espanhola. A diplomacia cultural, um dos grandes e mais comuns produtos do chamado *soft power*, no que concerne à inclusão das línguas nacionais, foi concebida relativamente em tempos mais recentes, mas desde que foi praticada, primeiro para o francês e depois para uma variedade de línguas europeias, e desde 1972 para alguns asiáticos poderosos, nenhuma língua claramente cresceu sua comunidade como resultado dessa manobra política. Na realidade, se observamos o incremento do ensino de espanhol nos últimos anos, podemos falar que há muitas controvérsias a se considerar. Afinal, o espanhol é a terceira língua estrangeira mais estudada do planeta (6% da população mundial), perdendo apenas para o inglês (69% da população) e para o francês (7% da população). Só no Brasil e EUA existem mais de treze milhões de estudantes de espanhol como língua estrangeira (ELE). Em 1993, havia pouco mais de dezesseis mil estudantes de espanhol nos 77 Institutos Cervantes do mundo. Em 2013, esse número é catorze vezes maior²⁴.

Segundo Ostler (2010), entre as grandes línguas atuais, nenhuma se mostrou um competidor imediatamente ameaçador à preeminência do inglês como língua franca global. As outras línguas com grandes populações de falantes e amplas extensões territoriais foram reveladas como forças regionais, embora com poucas perspectivas evidentes de se ramificar para uma influência global nas circunstâncias presentes ou previsíveis, políticas e econômicas. Além da falta de concorrência, há também o fato de que os seres humanos gradualmente, e às vezes muito rapidamente, desenvolvem ambientes técnicos que condicionam seu desenvolvimento social. As mudanças técnicas que aconteceram a partir do século XX afetaram ou afetarão diretamente o uso de línguas francas. Assim como Ostler (2010), acreditamos, e já vemos na prática, a intervenção das novas tecnologias na divisão existente do mundo em esferas linguísticas de influência.

Em toda esta discussão, é importante frisar que a principal inovação no sistema de codificação para as línguas individuais em suas formas escritas aconteceu em língua inglesa,

²⁴ Fonte: El español – una lengua viva (Informe Instituto Cervantes, 2016). Acesso em 21 de março de 2017. <http://www.cervantes.es/imagenes/File/prensa/EspanolLenguaViva16.pdf>

especificamente nos EUA. No entanto, não há nenhuma razão para que qualquer das principais línguas francas do mundo (espanhol e francês, por exemplo) seja prejudicada a longo prazo ao ser excluída do desenvolvimento de tecnologia da informação. Evidentemente, a disseminação dos desenvolvimentos de software de computadores continua atualmente em uma única direção, a saber, dos EUA para o resto do mundo, o que proporciona ao inglês enorme vantagem competitiva neste importante flanco da economia mundial moderna. Porém, outras línguas se adaptam rapidamente aos novos desenvolvimentos, de modo que o inglês apenas mantém sua vantagem ao continuar como o idioma pioneiro.

A aplicação da tradução na tecnologia informática teve sua primeira onda de desenvolvimento na competição entre os EUA e a União Soviética no início da Guerra Fria²⁵ e da corrida espacial. A esperança que inspirou, e por um longo tempo financiou, a tradução informática era que poderia se fornecer um substituto barato e de alta qualidade para tradutores ou intérpretes humanos, de modo que, de fato, a barreira do idioma desapareceria, mas, obviamente, isso não aconteceu. A tradução informática sempre foi abordada a partir de um ponto de vista monolíngue, como uma ferramenta que supõe eliminar barreiras linguísticas, ou seja, como meio de converter todos os códigos estrangeiros em uma língua particular prontamente compreensível. Ostler (2010) afirma que essa inadequação é comparável à ideia de que uma língua franca de grande difusão é solução para o multilinguismo.

Divergindo da comparação de Ostler (2010), não julgamos inadequada a solução de uma língua franca para um contexto multilíngue. Embora a solução seja bastante funcional, acreditamos que o mundo cada vez mais multilíngue demanda, não apenas a realização de interações em língua franca, seja(m) ela(s) qual(is) for(em), mas, também, uma consciência translíngue. O translíngue, mais que uma prática linguística, é uma prática social, ou seja, o indivíduo precisa se ver translíngue para atuar e interagir dessa forma – isto é, a partir de sua ação, o falante transforma o espaço, a interação e seu interlocutor (por reação). Para tanto, é preciso que o sujeito se desate das amarras que o prende a uma cultura que, embora seja concretamente multilíngue, é ideologicamente monolíngue. Tal libertação, na nossa visão, se dá legitimando-se todo o conhecimento linguístico que esse sujeito possui, uma vez que as mais diversas línguas que antes habitavam sua mente de forma compartimentada, agora fazem parte de um único repertório, podendo ser acessado sob o controle totalmente

²⁵ Foram 40 anos de uma guerra econômica, diplomática e ideológica em disputa pela superioridade mundial. O mundo ficou dividido em dois blocos de influência, de um lado os EUA com o capitalismo e de outro a União Soviética com o comunismo.

consciente e voluntário do falante, segundo suas necessidades comunicativas (GARCÍA & OTHEGUY, 2015). Tal teoria será melhor desenvolvida no Capítulo 4.

No que tange às previsões de Ostler (2010) para as línguas-francas, ele acrescenta que, no meio do século XXI, todos poderão expressar uma opinião em sua própria língua, seja por escrito ou oralmente, e o mundo entenderá. Isso pode parecer um sonho desesperadamente utópico, mas, cada vez mais, o progresso em todas as formas de tecnologia linguística depende do processamento automático do que são agora chamados recursos linguísticos. Essencialmente, esses recursos são nada mais que grandes quantidades de texto (*corpora*) ou fala gravada (bases de dados de fala) de alguma forma que seja sistemática e bem documentada o suficiente para ser tratável para análises digitais.

A tendência em longo prazo é a evolução da tecnologia da informação para diminuir a inacessibilidade das línguas do mundo, quebrar barreiras linguísticas, mas sem, necessariamente, abolir as línguas que as causam. Uma implicação disso em longo prazo é que a tecnologia da informação está reduzindo sobremaneira a necessidade de se ter justamente uma língua franca global. Mesmo que mais e mais pessoas nesta geração se esforcem para aprender inglês e obter acesso direto a tal cultura mundial atual (e, mais importante, serem recrutadas para empregos que tenham alcance global), os desenvolvimentos técnicos mais avançados demonstram que a acessibilidade mútua entre todas as línguas nativas está gradualmente se tornando uma perspectiva realista. Toda essa previsão de Ostler parece exequível à distância (via tecnologia), mas insustentável “cara a cara”. Ou seja, um aparato eletrônico nunca poderá negociar sentidos, avaliar os riscos da interação, reformular o que foi dito considerando quem é o interlocutor e qual é a finalidade discursiva, entre outras complexidades típicas das interações entre pessoas.

A principal história de crescimento na internet não é de concentração, mas de diversidade linguística. O inglês ainda tem tantos usuários quanto os próximos dois idiomas combinados (chinês e espanhol). Mas, agora, a língua global dos tempos pós-modernos representa apenas pouco mais de um quarto da comunidade *online*, uma proporção que está caindo a cada ano. No mundo de hoje, embora a posição do inglês tenha se fortalecido nos últimos dois séculos, a tendência é o prevalecimento das línguas maternas em detrimento das línguas francas, nas palavras de Ostler (2010). Em um planeta cada vez mais interligado, em que a tecnologia digital é barata e onipresente, a evidência sugere que nenhuma língua única herdará o manto da língua franca global. O mais provável é que, segundo o autor, cada nação fale em seu próprio idioma, contando com a rede global para entender suas mensagens nacionais. Concordamos com o autor sobre a impossibilidade de no futuro haver uma única

língua de comunicação mundial, no entanto discordamos que no par centralização/descentralização linguística, este último fique a cargo da manutenção das línguas nacionais. A descentralização não está no âmbito das nações, mas do indivíduo e suas zonas de contato através de práticas translíngues (GARCÍA & SELTZER, 2015).

Ainda que o inglês pareça quase intocável frente ao panorama que temos atualmente, sua inegável e supostamente inalcançável dominação (mesmo na China, o único país com um idioma que tem mais falantes nativos que qualquer outra nação, cada aluno agora estuda inglês) apresenta limitações, posto que seu uso criou e tem criado problemas sociais em alguns países que o rejeitaram (e ainda o rejeitam), como em partes do continente africano e asiático, onde a língua inglesa acentuou a divergência entre povos que co-habitavam certos países.

Apesar de ser distribuído mundialmente e usado de forma independente em muitas regiões para que todos permaneçam em contato regular, é improvável que o inglês se divida em uma família de idiomas, pelo menos, se ele mantém sua função como meio global de comunicação. A globalização do inglês ocorreu através e por causa de uma variedade de processos históricos, e todos eles têm marcas distintivas. Como já mencionado, as línguas faladas em grandes extensões são, em primeiro lugar, criadas e mantidas por grandes políticas, impérios e estruturas de dominação. Certamente, a disseminação do inglês não seria exceção. Segundo Ostler (2010), a propagação do inglês e de outras grandes línguas francas de antigamente aconteceu devido mais à escolha de uma série de comunidades estrangeiras poderosas do que seus próprios falantes nativos.

Do lado da oferta, o inglês pode ter encurralado o mercado em potenciais línguas francas globais, de modo que agora é difícil prever a entrada de um concorrente mais direto. Contudo, a demanda por línguas francas está mudando de duas maneiras desfavoráveis ao inglês. Em primeiro lugar, os novos desenvolvimentos na tecnologia da linguagem estão prejudicando a necessidade de qualquer língua franca comum para apoiar as comunicações internacionais. Mais e mais ferramentas automáticas vão se tornar capazes de superar as lacunas existentes entre idiomas. Ao mesmo tempo, o nacionalismo linguístico e o regionalismo estão ganhando força. Apesar de sua popularidade global como língua franca de grande alcance e poder, o inglês não está amealhando aceitação significativa como língua materna. Por último, as línguas são fortemente mantidas a nível nacional e regional. Assim, podemos afirmar que o futuro parece caminhar para outro viés que não o de uma língua franca global.

Ostler (2010) também nos diz que duas oposições polares definem os extremos do que é possível para o futuro da língua inglesa. O inglês língua franca pode vir a se tornar o mundo, como uma língua franca única e totalmente global, que pode ser chamada de língua auxiliar universal (ou mesmo primária) para todos os adultos cultos. Ou pode, na rota contrária, retroceder à medida que outros avanços são mobilizados, perdendo seus usuários e status globais até que seja novamente confinado às terras onde ainda é falado como língua materna. Uma terceira opção, intermediária, veria o inglês retido como uma língua mundial, mas desenvolvendo um padrão separado do usado por falantes nativos. Como Ostler (2010) fala em seu livro sobre uma LF histórica, apresentando-a como uma língua, uma unidade, uma variedade, e não uma “função”, é de se esperar que ele fale em padrões do nativo e do não nativo. Quanto às oposições apresentadas por ele, sugerimos uma quarta possibilidade: a manutenção do inglês como língua franca e sua convivência com outras línguas francas emergentes, dentre elas, o espanhol. Esta, na verdade, é uma das premissas que dá sustentação a esse trabalho de tese.

Ostler (2010, p. 271) diz que a sabedoria chinesa ensina que o governo é o navio e o povo é o mar, logo, para manter sua base política, os países, não falantes do inglês como língua materna, com potencial poder de crescimento a níveis globais terão que enfatizar o papel de suas próprias línguas nacionais como meio de comunicação mais ampla. Outros países podem reduzir a representatividade do inglês como LF global, mas não retirá-lo desse posto, porque, dentre outras coisas, ele sempre será a língua materna de um grande contingente populacional. Entretanto, Ostler (2010) defende que em um mundo dominado por potências econômicas e/ou sociopolíticas que usam chinês, português, russo, espanhol ou árabe, certamente, torna-se exequível a possibilidade de o inglês se retirar para seus territórios domésticos e (re)ocupar o papel de uso exclusivo para os estrangeiros que desejem se comunicar com seus falantes nativos.

O inglês dos tempos pós-modernos é uma instituição dominada por estrangeiros, mas que continua trazendo prestígio e lucro para seus países de origem, em especial, aqueles tidos como hegemônicos, Inglaterra e EUA. A tradução deste inglês que se viraliza mundo afora já é mais conhecida como inglês internacional e sua oposição ao “ideal do falante nativo” é um tema importante do debate moderno na teoria do inglês como língua franca. Os estrangeiros, ou melhor, não nativos, sendo a maioria dos falantes globais de inglês, agora, mesmo a contragosto de muitos que ainda vêem a língua como uma posse exclusiva dos nativos, devem ser aceitos como setores normativos para o idioma, no tocante a várias questões, inclusive como é ensinado. O inglês internacional (MCKAY, 2002) é proposto como uma língua por

direito próprio usada diariamente para a comunicação entre falantes não nativos, bem como com os nativos, com uma norma criada pelas pessoas que o utilizam.

Na prática, essa doutrina é difícil de propagar, pois a maioria dos alunos e professores ainda olha para o falante nativo como uma fonte intrínseca de autoridade, para ser tomada em sua própria avaliação. Essa idealização do falante nativo, como o detentor da norma, acontece menos no inglês que em outras línguas como o espanhol, devido ao caráter reconhecidamente global do primeiro, esfumando a cortina de fumaça que separa os não nativos daqueles que se julgam proprietários da língua. Não obstante, os nativos mantêm a prerrogativa exclusiva de controlar o uso standard, se pensamos em língua, seja ela qual for. Num contexto de LF, o nativo deixa de ser o controlador da língua, porque o que emerge no encontro comunicativo não é nenhuma língua antes vista e as normas passam a ser a norma dos falantes envolvidos. Normas que podem ser trazidas por eles (de seus background linguísticos) ou que podem ser inventadas, co-construídas durante a interação.

Apesar de sua trajetória estar melhor estudada e muitos estudos questionarem de forma bastante ostensiva premissas tradicionalistas que dão sustentação, por exemplo, à pedagogia de língua inglesa, essa cortina de fumaça ainda não foi totalmente desfeita, uma vez que o idioma distingue na população uma parcela restrita que tem acesso a oportunidades privilegiadas a bens culturais como este e tantos outros. Como Ostler (2010) aponta, talvez o elitismo não seja culpa do inglês, mas da situação em que floresce como língua franca. Discutir se o elitismo é causa ou consequência do inglês falado como língua adicional não muda sua condição atual de instrumento de comunicação internacional e prestígio social, mas pode levantar outra discussão sobre as bases e valores sociais que alicerçam a estrutura da sociedade, em especial nesses tempos de globalização. Tal reflexão pode gerar mudanças sociais que obviamente repercutirão no uso das línguas, sejam elas maternas ou não. As elites propriamente ditas alcançaram suas posições em sucessão ao colonialismo britânico. No entanto, o exclusivismo social cria ressentimento entre a maioria, especificamente nas pessoas que procuram mudanças sociais.

Atualmente, na perspectiva defendida por Ostler (2010), o inglês língua franca é a língua das transações nacionais e supranacionais. Supranacional porque é um idioma oficial e de trabalho das organizações governamentais internacionais. A utilidade do inglês, portanto, como uma língua prática de comunicação mais ampla, não está em questão nas condições atuais. A expressão “língua prática de comunicação” usada por Ostler (2010) se aproxima consideravelmente do conceito de LF dos estudos recentes (Cf. JENKINS, 2015; SEIDLHOFER, 2011; COGO; DEWEY, 2012; GIMENEZ et al., 2015, SIQUEIRA, 2018).

Mas, como língua franca é um produto dessas condições que a convocaram e ainda a sustentam, tais condições são variáveis e, portanto, o inglês permanece vulnerável aos vários caminhos do declínio.

Outra vulnerabilidade apresentada por Ostler (2010) é o nacionalismo. Os governos (e instituições financeiras associadas ao governo) e seus povos querem os benefícios econômicos e, possivelmente, políticos e sociais, do acesso ao mercado global. Porém, eles (e particularmente seus governos) não querem perder sua identidade e, assim, aspiram legitimar o título de controle de seus próprios domínios ao recorrer a políticas nacionalistas. Este é, por exemplo, o caso da política desenvolvida pelo governo espanhol, o que evidencia a impossibilidade de, no futuro, prevalecerem as línguas nacionais. Mesmo diante de tal possibilidade, na nossa visão, não cabe, no porvir de uma era globalizante (multilíngue), a ênfase na permanência e domínio exclusivo de línguas nacionais, mas, ao contrário, o foco, como veremos mais adiante, deve virar-se justamente para as já aqui mencionadas práticas translíngues.

Para o autor, no caso do inglês, o nacionalismo fragiliza o seu status de língua franca global, pois os países nunca aceitarão o Inglês Língua Franca como língua materna. Sob o prisma do nacionalismo, em todo lugar fora dos países onde é língua materna, o inglês será como um amigo da família, mas nunca um verdadeiro membro da família. Vale dizer que o nacionalismo, a depender da forma como é conduzido e reconhecido, enfraquece qualquer potencial língua franca, como pode ser visto na trajetória da língua espanhola. O nacionalismo nos moldes tradicionais implica concentração, controle, regionalismo, posturas opostas ao conceito atual de LF que, entre outras coisas, compreende variação, diversidade, globalização.

De acordo com Ostler (2010), a nova ordem linguística do mundo, criada pela ruptura da hegemonia linguística da língua inglesa e auto-afirmação de poderes recém-ricos, como China, Índia, Japão e outros, terá equilíbrio suficiente para não permitir que nenhum bloco linguístico único exerça um domínio absoluto. Este será um estado de coisas razoavelmente estável, uma vez que a tecnologia assegurará que o poder comunicativo de qualquer das principais línguas seja essencialmente global. Cada grande nação descobrirá que pode garantir seus mercados globais sem o uso do inglês e confiará em suportes tecnológicos para complementar seu próprio idioma, perdendo, assim, o interesse e motivação para continuar investindo na aprendizagem do inglês. O argumento aqui é que, como preconiza Ostler (2010), o Inglês Língua Franca caminhará para o desaparecimento e o inglês, como o grego moderno, se verá confinado no coração dos países de língua materna.

A existência de uma LF de grande difusão é uma força atraente para se alcançar a unidade ou, pelo menos, o entendimento mútuo, mas, mesmo a mais universal das línguas francas sempre será um fardo para alguém. Para Ostler (2010), portanto, no futuro, em longo prazo, todos falarão e escreverão em qualquer idioma que escolherem e o mundo entenderá. Daí a teorização de que, de fato, o inglês seria a última língua franca do planeta, preconizando-se, assim, o retorno à Babel.

Embora com algumas consideráveis dissonâncias do que se reconhece como língua franca nos estudos atuais voltados para o inglês (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015), mas atendendo a proposta deste capítulo de traçar uma breve apresentação histórica das línguas francas, com especial ênfase na atual língua franca global de maior expressão, exibimos uma espécie de resumo comentado do livro “*The Last Lingua Franca: English until the return of Babel*”, de Nicholas Ostler (2010). Com isso, procuramos expor os motivos que deram origem às antigas línguas francas como a expansão imperial, comercial e missionária. Demonstramos também as causas da extinção de várias delas, como a submissão a novas forças políticas e econômicas que mudaram as demandas sociais, tornando determinadas línguas francas desnecessárias e o tipo de expansão empreendido que, muitas vezes, determinava a curta vida de certas dessas línguas que não geravam nas comunidades linguísticas de acolhida o interesse por aprendê-las. O espanhol é um exemplo deste último caso porque foi violentamente imposto nos territórios subjogados pelo império hispânico.

Um passeio pelas reflexões e proposições de Ostler (2010), como quem está visitando um museu, permite-nos ainda destacar algumas questões levantadas por ele: (i) o grego, assim como o inglês, se tornou uma LF ao fazer de suas colônias lugares para se viver e não simplesmente um espaço de comércio; (ii) as línguas francas globais cresceram através do recrutamento, ou seja, do desejo da comunidade hospedeira em aprender a língua forasteira; (iii) o regionalismo de grandes línguas é o motivo para mantê-las na condição de línguas francas de alcance, no máximo, continentais, nunca globais; e (iv) as línguas dos colonizadores (LFs), nos locais onde as empreitadas colonialistas foram implantadas, se beneficiaram com as coisas boas que os colonizadores ofertavam ao povo das colônias. Ou seja, a língua do colonizador era abraçada porque junto com ela vinham benfeitorias para as comunidades de acolhida, como a admissão dos locais em novos trabalhos gerados pela metrópole.

Quanto às divergências mais relevantes entre o conceito de LF desenvolvido por Ostler (2010) e o adotado nesta tese, destacamos o fato de não ser a LF contemporânea uma

língua, mas uma função desempenhada por diversos falantes – nativos, não nativos e nativos de diferentes variedades de uma mesma língua materna – em uma interação intercultural. Salientamos que, como consequência de não ser uma língua, a LF que aqui defendemos não é passível de ser ensinada, mas é imprescindível seu tratamento nas aulas de língua como uma prática intercultural que contribui diretamente para as trocas comunicativas bem sucedidas, ou seja, trocas que, além de serem inteligíveis, enriquecem o contato interpessoal, por ser uma interação menos engessada e mais sensível às necessidades comunicativas e até extra-comunicativas do interlocutor.

No que concerne às projeções de Ostler (2010), procuramos demonstrar que não compartilhamos a ideia de que o inglês é a última LF viva ou que ela será extinta por razões tecnológicas, pois (i) já há outras línguas francas de alcance significativo, como o espanhol e (ii) a tecnologia não dá qualquer indício de que substituirá o poder de atuação do indivíduo em uma interação face a face. Parece-nos mais factível que, num futuro não muito distante, as línguas coexistirão dentro do sistema mental de cada falante, que exercerá em seu dia-a-dia práticas translíngues, o que implica peremptoriamente o fim das línguas nacionais, se é que elas algum dia existiram como tal.

Por último, cabe responder à pergunta feita anteriormente sobre se o inglês, assim como o latim, perecerá por não ter um estado importante para sustentá-lo. A resposta é provavelmente “não”. Dadas as condições do idioma, é possível que o inglês não morra pelos motivos já comentados e porque ainda que seus estados representantes (EUA, Inglaterra, Austrália, etc.) sucumbam, outro estado simbólico, diluído em sua extensão global, o sustentará. Ou seja, este “estado” se fará representado por seus falantes dispersos pelo mundo.

No próximo capítulo, nos detemos aos diversos papéis assumidos pelo espanhol ao longo de sua trajetória pós império. Não se trata de uma proposta histórica, mas dedicaremos algumas linhas a certas funções exercidas por esta poderosa língua na atualidade, ou seja, dissertaremos sobre sua atuação como língua nacional, língua de herança, língua de comunicação intercultural, entre outros.

CAPÍTULO 2 - O ESPANHOL: SUAS ANDANÇAS, SEUS RASTROS, SUAS TRANSFORMAÇÕES

2.1 Introdução

Neste capítulo, pretendemos explorar a dimensão funcional da (s)²⁶ língua (s) espanhola (s) que, em suas andanças (de seus falantes obviamente), foram/são línguas de contato e conflito. De língua minoritária a língua majoritária, a(s) língua (s) espanhola (s) desempenha (m) diferentes funções – língua de imigração, língua de fronteira, língua franca etc. – por onde seu falante passa (ou fica). Com o objetivo de destacar algumas das inúmeras facetas que a língua espanhola pode assumir a depender de variáveis como: (i) quem são seus interlocutores, (ii) em que contexto a utilizam e (iii) com que finalidade, nos dedicamos, a seguir, a alguns usos da língua espanhola realizados pelos mais diversos falantes, nos mais distintos contextos, com fins variados, para então, nos capítulos seguintes, nos debruçarmos sobre o objetivo central desta tese – definir o espanhol com função de língua franca de comunicação global.

2.2 A língua espanhola e suas diásporas: para além da dicotomia língua majoritária *versus* língua minoritária.

O título desta seção reflete o fator gerador de muitas das funções assumidas pela língua espanhola ao ser usada por seus falantes nos mais diversos contextos de contatos linguísticos. Os falantes das línguas espanholas como língua materna, ao se dispersarem pelo mundo, por variados motivos que influenciam diretamente em sua postura de imigrante e conseqüentemente em sua conduta com a língua (os usos que farão dela e das outras línguas com as quais terão contato), adaptaram, inventaram e reinventaram sua língua segundo cada experiência encontrada em terras outras que não a natal. O movimento nunca é puramente espacial, pois há, entre outros casos, aqueles que nascem em regiões de fronteira geográfica e, embora vivam nesta zona durante toda a vida, estão em constante contato com o que há para além dos limites de tal fronteira, seja de um lado, seja do outro.

Mais que atuar como língua majoritária – língua nacional, por exemplo, ainda que seja um termo bastante questionável, pois como disse Altenhofen em uma mesa-redonda no V Congresso Internacional de Dialetoлогия e Sociolinguística, “não existem línguas nacionais” (informação verbal)²⁷ – ou língua minoritária (língua de herança, portuñol, spanglish entre

²⁶ As marcações de plural que ora aparecem quando nos referimos à língua espanhola são feitas no intuito de reforçar a diversidade da língua, mostrando que ela, assim como qualquer língua, não é una, mas plural.

²⁷ Afirmação feita por Cléo Wilson Altenhofen em uma palestra proferida no V Congresso Internacional de Dialetoлогия e Sociolinguística, em setembro de 2018.

outros), a língua espanhola rompe esse binarismo, operando como língua franca de comunicação. Esta função comunicativa põe os interlocutores na fronteira, ambos ocupando o mesmo espaço, um espaço que não é o da sua língua nem o da língua do outro, mas um terceiro espaço fronteiro de negociação e criação de um código momentâneo que atenda as necessidades comunicativas em dado contexto. Já não é possível pensar em língua minoritária ou majoritária quando se trata de uma função comunicativa e não uma língua propriamente dita. O espanhol como língua franca (ELF) aqui postulado não existe antes ou depois da interação, apenas durante a troca. Justamente por isso não suporta classificações feitas para línguas.

As fronteiras criadas nos contatos linguísticos (e de pessoas e territórios) geram quase sempre um sentimento/necessidade de manutenção e preservação da herança cultural do falante. Tal sensação não existiria se o falante não se sentisse ameaçado nesses contatos. Historicamente, o conceito de fronteira não é pacífico, ao contrário, é bélico, permeado por conflitos de inúmeras naturezas – psicológico, geográfico, social etc. Sartin (2016) acredita que muitas das situações fronteiriças atuais herdaram o sentimento ancestral da palavra, carregando o conflito que o termo representava outrora. Para a autora, os falantes de línguas minoritárias,

além de esbarrarem nas dificuldades encontradas no sentido mais primitivo da palavra fronteira, que é de separação, conflito e exclusão geográfica, ainda se deparam com outro conflito, talvez o maior deles, o da fronteira subjetiva, que é a dificuldade em manter seu sentimento de pertença linguística diante de tal sociedade (SARTIN, 2016, p.34).

Além disso, há também as formas como as relações de poder são exercidas e concebidas pelos falantes que atuam nas fronteiras. Nas próximas linhas, comentamos algumas atuações da língua espanhola (por meio de seus falantes, obviamente) e apresentamos outras formas de ler as fronteiras, como o caso do spanglish, que é um espaço fronteiro requerido por muitos de seus usuários e que revela um lugar não necessariamente transitório, mas uma zona em que se escolhe estar/ficar.

2.2.1 Língua majoritária: O espanhol como língua nacional

As línguas sempre estiveram fortemente atreladas à demarcação das fronteiras nacionais. O termo “língua nacional” reflete a importância da língua na constituição –mais virtual que real – de uma nação, mas não é qualquer língua que atua no processo de criação de uma nação. Trata-se da língua escrita, de circulação massiva e que estimula o crescimento e disseminação das línguas standard (BLOMMAERT, 1996). Para o autor (op.cit), línguas

nacionais são designações (inglês, espanhol, alemão...), feitas pelos estados, a certos tipos linguísticos – de maior prestígio, que representam as camadas de poder, as classes dominantes –, definidos como um conjunto de regras e normas descontextualizadas e confinados aos espaços nacionais, dentro dos quais poderiam se transformar em identidades nacionais. Essas línguas, para serem nacionais e, portanto, contribuírem para a coesão de uma sociedade, precisam ser concebidas como ‘unas’, para assim funcionarem como marcador de separabilidade geográfica e identitária. Sim, porque a língua pode desempenhar um papel identitário, mas além de ser uma possibilidade, ela é apenas mais um marcador distintivo entre tantos outros existentes, como a descendência, a história, a cultura, a religião etc. Outro ponto que vale destacar é o fato de a língua, ao mesmo tempo em que funciona como força coesiva, também funcionar inversamente.

Por conta disso, Coulmas (1988) pontua que, para além das questões de demarcação territorial, o que determinou a constituição das línguas nacionais foram fatores sócio-históricos e ideológicos. Sendo as línguas nacionais construções ideológicas, elas não refletem necessariamente o que o povo usa como língua. As sociedades são naturalmente multilíngues, coexistindo e, principalmente, interagindo diversas variedades, gêneros, estilos etc., logo, a ideia do monolinguismo é uma construção ideológica que pode inserir-se no que Blommaert e Verschueren (2012 [1998], p.252)²⁸ chamam de dogma da homogeneidade: “uma concepção da sociedade segundo a qual as diferenças são vistas como perigosas e centrífugas e onde se sugere que a ‘melhor’ sociedade é aquela sem diferenças intergrupais”²⁹.

Fruto de uma ideologia política europeia, uma das investidas mais exitosas de tal intervenção é a naturalização da relação entre nação, estado e língua. Dois séculos depois de Nebrija³⁰, a ideia de que a língua floresceu com o império é mantida e Leibniz (1697 apud COULMAS, 1988) muda apenas uma palavra para afirmar que a nação e a língua florescem juntas; e muitos séculos depois a ideologia perdura com “uma” língua sendo mais uma vez fortemente atrelada a uma política nacionalista, ou seria *internacionalista*? Primeiro é preciso dizer que a questão não está em negar a relação entre língua e nação, mas em atribuir poder político a um grupo linguisticamente definido. Segundo, a política linguística espanhola e toda a ideologia envolvida no processo expansionista da língua nacional não se resumem aos

²⁸ Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

²⁹ No original: “una concepción de la sociedad según la cual las diferencias son vistas como peligrosas y centrífugas, y donde se sugiere que ‘la mejor’ sociedad es aquella sin diferencias intergrupales”.

³⁰ No original: “...sáco por conclusión mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio; y de tal manera lo siguió, que junta mente començaron, crecieron y florecieron, y después junta fue la caída de entrambos...”.

agentes do estado, mas abarcam empresas multinacionais, entre outras instituições financeiras. Se a política linguística favorece um grupo específico, necessariamente descobrirá todos os demais grupos. Terceiro, as diferenças linguísticas dentro de uma unidade política não são decisivas na ruptura da unidade nacional. A Suíça, por exemplo, é uma nação em meio ao multilinguismo.

O espanhol é a língua nacional de muitos países (Península Ibérica e América), ou seja, foi a língua imposta para que, através dela, se construísse um imaginário de sociedade atado a um centro político e/ou cultural. Entretanto, a relação língua-nação gera problemas por ter sido idealizada e não baseada na realidade multilíngue de todo o mundo hispânico. A supervalorização da identidade nacional se deu no intuito de facilitar o processo de desenvolvimento da infraestrutura de uma unidade política chamada Estado. A relação nada natural entre estado e nação passa justamente pela ideia forjada de que é preciso assegurar a manutenção de uma única língua representante de uma nação formadora de um estado que demarca os limites de atuação (organização política) de um poder governamental. Sem embargo, um estado-nação que insiste em um monolinguismo infundado, gera minorias linguísticas que, por sua vez, serão oposição a uma organização política que não as contempla. Ou seja, a estratégia política centrípeta – uma língua, um estado, uma nação – é naturalmente centrífuga também.

2.2.2 Línguas minoritárias

As línguas minoritárias, subalternizadas, minorizadas, tidas como inferiores etc. aqui discutidas, são fruto de uma cultura colonialista e etnocêntrica que privilegia as línguas coloniais. Nesta subseção, tratamos de alguns contatos linguísticos resultantes de movimentos migratórios e colonizatórios. Tais contatos implicam uma variedade de adaptações sociais, culturais e linguísticas por parte do sujeito, todas elas condicionadas, em alguma medida, à natureza das relações sociais estabelecidas nesses encontros. A questão é que, muitas vezes, essas adaptações são impostas e não consensuais, ocasionando a completa destruição da *linguacultura* do dominado/subalternizado, falante de herança, imigrante, *nuyorican*³¹, fronteiriço, entre outros.

2.2.2.1 O Espanhol como língua de herança

Tendo em vista a convivência das línguas em um espaço que se faz cada vez mais global, torna-se imprescindível abordar temas como o da língua de herança (doravante, LH).

³¹ São os porto-riquenhos residentes nos EUA que lutam pela preservação de suas raízes culturais.

A razão que justifica essa relevância está assentada na convivência respeitosa e harmoniosa entre línguas de estatuto diverso num espaço em que está consolidada uma sociedade que tem uma língua majoritária como oficial. Sabemos que esse estatuto linguístico assume nas exigências protocolares e oficiais uma postura conservadora e impositiva, até mesmo colocando essa questão como primordial para que a soberania se reforce. Essa confusão entre oficialidade e imposição social é a mais urgente razão para que se busquem caminhos de compreensão solidaria sobre política linguística e convivência humana. Ao adentrarem uma nova sociedade, a língua dos imigrantes funcionará como um dos componentes básicos de sua identidade (SARTIN, 2016, p.25).

Outro motivo para se considerar as línguas de herança é o dado trazido por Flores (2013, p.1):

O número de crianças que cresce com exposição a mais que uma língua supera, atualmente, o número de crianças monolíngues (TUCKER, 1999) (...) a imigração é já um dos principais impulsionadores da aquisição bilíngue, que tem suscitado um crescente interesse na comunidade científica, tanto de uma perspectiva sociológica e didático-pedagógica, como também entre psicólogos e linguistas.

Ainda segundo a autora, dedicar especial atenção ao modo como esse contingente cada vez maior de crianças imigrantes adquire as línguas de seu entorno é uma medida indispensável não só para estabelecer um diálogo intercultural, mas para garantir igualdade de oportunidades em países que há muito já são multiculturais e que lutamos para que se tornem interculturais, pois não queremos que as diversas culturas simplesmente ocupem o mesmo espaço, mas que interajam entre si e juntas construam uma sociedade que contemple a diversidade de línguas e culturas ali atuantes.

Parafraseando Flores (2013, p.3) ao estudar a aquisição do português como língua de herança, podemos dizer que a língua espanhola, além de ser língua materna da população residente em países hispânicos e língua adicional³² de diversos outros falantes ao redor do mundo, é também língua materna de muitas pessoas que moram em países onde o espanhol não é língua oficial, fruto de comunidades emigrantes hispano-descendentes espalhadas pelo globo. Como tal, a(s) língua(s) espanhola(s) é (são) a língua de herança (ELH) de segundas e terceiras gerações de emigrantes, que a falam com mais ou menos proficiência, têm mais ou menos contato com o ELH no seu dia a dia, identificam-se muito ou pouco com a respectiva cultura (mexicana, porto-riquenha, cubana, venezuelana, entre tantas outras...) etc.

A língua de herança também é conhecida como língua de origem (CARLINO, 2006 apud DE MELO, 2014), primeira língua ou língua étnica (FILLMORE, 2000 apud DE

³² Termo utilizado no Brasil em referência a situações de uso entre falantes de mais de uma língua, o que parece se dar com a dupla intenção de ressaltar o caráter plurilíngue das sociedades tidas como monolíngues, e de contemplar usos locais do espanhol em países como o Brasil (JORDAO, 2014).

MELO, 2014), língua ancestral (CUMMINS, 2005 apud DE MELO, 2014), língua familiar (SAID-MOHAND, 2011 apud DE MELO, 2014), língua não-oficial (CUMMINS, 2005 apud DE MELO, 2014), língua do lar (GUARDADO; BECKER, 2013 apud DE MELO, 2014), língua do patrimônio (MORONI; GOMES, 2015) etc. Há autores que defendem que a língua de herança só será língua de origem da primeira geração de imigrantes. Há aqueles que rejeitam a associação da LH com a L1, pois com o passar dos anos o falante pode transformar a língua do país que reside (língua dominante) em sua L1 etc. Segundo Valdés (2005, p.410), é problemático igualar a complexidade das LH's aos conceitos mencionados acima.

De acordo com Flores e Melo-Pfeifer (2014) a LH é a língua falada no seio da família. Gomes (2015 apud SARTIN, 2016) entende que a língua de herança resulta de fluxos migratórios e que não pode ser ensinada como uma língua estrangeira (LE) devido ao conhecimento que o falante já traz do convívio familiar. Para Moroni e Gomes (2015) a LH é um legado linguístico e cultural levado pelos emigrantes a outro país. Valdés (2005) afirma que a LH é sinônimo de língua minoritária, porque, segundo a autora, essa classificação abarca as línguas indígenas e as línguas do mundo, como o espanhol, por exemplo. Fishman (2001 apud MORONI; GOMES, 2015) endossa a afirmação de Valdés ao declarar que o fato de o falante de herança (doravante, FH) atribuir certa importância à língua de sua família não implica o mesmo reconhecimento da língua pela sociedade em que ele vive. O país que o recebe não reconhece sua língua como oficial, tampouco a ensina na escola formal, colocando, portanto, sua LH na condição de língua minoritária.

Sobre o falante de herança, Valdés (2001) propõe três critérios de classificação: (i) é uma pessoa criada em um lar onde a língua ou uma das línguas faladas não é a dominante na sociedade em que vive, (ii) fala ou apenas entende a LH e (iii) possui algum nível de bilinguismo entre a LH e a língua majoritária. Ainda segundo Valdés (2005, p.411), os falantes de herança podem adquirir e usar dois ou mais idiomas – bi/multilíngues circunstanciais – para atender suas necessidades comunicativas diárias em ambientes divididos entre o lar e o entorno social. Para a autora, o bi/multilinguismo circunstancial costuma ser característico de populações que ocupam posições subalternas em ambientes específicos, sejam eles minorias indígenas ou outros cruzadores de fronteira, como migrantes, refugiados, nômades e exilados. Considerando que há muitos estadunidenses de origem hispânica que lamentam não terem aprendido a língua de seus antepassados (SOLER-CARBONEL, 2015; LIMA, 2018), mas, ainda assim, nutrem um vínculo cultural com a

comunidade falante de espanhol – sua LH – acreditamos que a competência linguística não seja um fator determinante para identificar um falante de herança como tal.

Portanto, a LH não tem necessariamente uma função comunicativa, porque não possui uma área de uso exclusivo (HUGUET, 2007 apud BJÖRKLUND, 2014), tampouco um falante obrigatoriamente competente na LH, mas assume um traço identitário do falante de herança no meio em que vive, revelando a história não só de seus falantes, mas de seus ascendentes. Flores e Pfeifer (2014, p.19) caracterizam o FH como um indivíduo que tem uma exposição simultânea, porém desequilibrada, às duas línguas. Este desequilíbrio se deve não só à restrição de uso da LH ao âmbito familiar, mas à desvalorização de outras línguas em territórios que se dizem monolíngues, como o caso dos EUA. Em outras palavras, a condição de língua minoritária das LH's é mantida não só por fatores linguísticos (a predominância de input da língua dominante), mas por fatores sociais também (políticas monolíngues, xenófobas etc.). Estes últimos ameaçam a manutenção da LH por não incentivar o seu ensino em nenhuma instância e por classificar (inclusive no meio acadêmico) os FH's como semi-falantes ou bilíngues transitórios (ACOSTA CORTE, 2013) – expressões bastante depreciativas.

Na verdade, se a competência linguística não define os FH's, porque rotulá-los com nomes como “semi” ou “transitórios”? Essas escolhas lexicais, muito mais que representarem os FH's, parecem fortalecer a desvalorização sociolinguística desse grupo tão numeroso e diverso e conseqüentemente contribuir para o desaparecimento dessas línguas minoritárias, validando o que afirmou Muñoz Molina³³ (2006 apud ACOSTA CORTE, 2013, p. 20) sobre os imigrantes de origem hispânica nos EUA,

(...) a primeira geração aprende o novo idioma com dificuldade e vive em comunidades onde o idioma de origem é o da família (...), os filhos desta geração são bilíngues: o idioma de seus pais é a língua familiar, mas com seus amigos e na escola se entendem em inglês e o inglês é a língua na qual se encontram mais à vontade, e a que usarão quando saírem do bairro de origem (...), a terceira geração já é monolíngue.

³³ No original: “que la primera generación aprende el nuevo idioma con dificultad y vive en comunidades donde el idioma de origen es el de la familia (...); los hijos de esta generación son bilingües: el idioma de sus padres es su lengua familiar, pero con sus amigos y en la escuela se entienden en inglés, y el inglés es la lengua en la que se encuentran más cómodos, y la que usarán cuando salgan del barrio de origen (...); la tercera generación es ya monolingüe”.

As práticas translíngues³⁴ (GARCÍA; SELTZER, 2016), dentre outras coisas, podem atuar como uma orientação pedagógica sobre como lidar com as LH's nas escolas de ensino formal, sem menosprezá-las ou suprimi-las em detrimento da língua dominante. No Capítulo 4, trataremos justamente dessas práticas translíngues.

Em consonância com Carreira (2004 apud MORONI; GOMES, 2015), reconhecemos que os falantes de línguas consideradas minoritárias têm necessidades identitárias e linguísticas em relação à língua dominante. Isso pode ser observado não só no caso dos falantes de herança, mas também entre os usuários do spanglish nos EUA, por exemplo. Em proporções diferentes, por conta das características de cada grupo (FH's, falantes do spanglish), os falantes de línguas minoritárias se unem não apenas pela língua “comum”, mas por um sentimento compartilhado e uma cultura/identidade que se torna comum, nem que seja na oposição à cultura do país hospedeiro. No caso particular dos FH's, a impossibilidade de dissociar língua e cultura familiar faz com que a LH seja uma *linguacultura*.

A língua, seja ela materna, adicional, língua de herança, entre outras, é formada impregnada de carga cultural. Falamos segundo o que somos e somos sujeitos culturais porque compartilhamos culturas com a família e com as sociedades que estabelecemos contato. Tudo isso se reflete na construção do que falamos e como falamos. Portanto, sob tal prisma, a completa associação entre língua e cultura se manifesta nos diversos usos que fazemos da (s) língua (s).

As línguas fazem parte das culturas, portanto, é impensável um contato apenas linguístico (ELIZAINCÍN, 2008 apud LAFIN, 2011). Os contatos com novas línguas e culturas aumentaram substancialmente na era da globalização, os resultados desses contatos linguísticos são variados e, como mencionado anteriormente, os motivos que levam diferentes povos ao contato influenciam diretamente na postura que os indivíduos terão em terras estrangeiras e no que farão com suas línguas. Como aponta Barrios, (2008 apud SARTIN, 2016, p.41).

Devido a uma troca social brusca, como é o caso dos imigrantes que são obrigados a aprender o mais rápido possível a língua da sociedade receptora,

³⁴ Segundo García (2014), o translíngualismo ou práticas translíngues é a habilidade do falante multilíngue usar seu repertório linguístico para se fazer entender. Nesse processo, não há um único sistema linguístico, mas um conjunto de aspectos linguísticos desassociados de sua língua originária desenvolvido para um fazer sentido translíngue.

pode ocorrer o abandono dos padrões linguísticos de sua comunidade de origem, muitas vezes caindo numa mescla linguística.

Segundo esse raciocínio, o problema não reside na mescla em si, pois a mistura de línguas pode significar muitas coisas, como a criação consciente de um código que represente um coletivo imigrante, a tentativa de se aproximar da língua de chegada sem que isso implique necessariamente o abandono da LM, etc., como veremos na seção seguinte, ao tratarmos do spanglish. A agrura está na possibilidade de se perder a língua de origem devido a pressões sociais e de (falta de) política-linguística. O abandono de certos padrões linguísticos por parte do falante não seria problemático se fosse fruto de sua liberdade de escolha e/ou se implicassem única e exclusivamente mudanças linguísticas. A perda de sua língua de origem, não é uma questão meramente linguística quando se está na condição de imigrante, mas uma questão de identidade, de identificação com suas origens, a história de seus antepassados, entre outros aspectos. Por isso, emerge sempre a importância de se estabelecer uma convivência respeitosa e harmoniosa entre línguas de diferentes estatutos.

2.2.2.2 O Spanglish

O Spanglish ou Espanglês é definido por critérios linguísticos e não-linguísticos. A origem deste fenômeno é controversa, pois alguns autores a atribuem à ocupação de Porto Rico pelos Estados Unidos em 1898 e outros autores alegam que o spanglish nasceu bem antes disso, quando em 1848 foi assinado o Tratado de Guadalupe Hidalgo, que consistia na cessão de dois terços do território mexicano aos EUA. Não há consenso se o spanglish surgiu a partir dos mexicanos ou dos porto-riquenhos, ambos em contato com o inglês oriundo dos EUA. No entanto, é incontestável que tal prática comunicativa nasceu de uma necessidade de se comunicar e à medida que os falantes hispânicos dos EUA foram aderindo a esta prática, o spanglish ganhou novas nuances, assumindo valores simbólicos. Seguindo a cronologia de surgimento e manutenção desta modalidade discursiva, trataremos inicialmente dos critérios linguísticos que deram forma ao spanglish.

Há autores que entendem o spanglish como uma língua de contato, ou seja, uma língua franca semelhante às da Idade Média, resultante do contato de grandes populações, onde se observava o surgimento de uma terceira língua, produto de transferências de estruturas linguísticas de uma língua A com a manutenção de estruturas lexicais etc. da língua B original. Outros pesquisadores, como Hernández Sacristán (2016) entendem que o spanglish apresenta as características de uma atividade resultante do contato de duas línguas, sem se tornar propriamente uma língua. Já Winford (2010 apud LIMA, 2018) afirma que os

investigadores de línguas em contato identificam dois fenômenos resultantes do processo de contato, isto é, empréstimo e interferência. O primeiro estaria relacionado a situações de manutenção linguística e o segundo estaria associado à aquisição de uma nova língua, sob forte influência da língua materna. Muitos autores situam o spanglish no rol de línguas de contato por interferência, sendo esta modalidade discursiva uma tentativa de falar inglês com influência do espanhol (L1).

Uma característica preponderante do spanglish para os estudiosos do fenômeno é a alternância de códigos (*code-switching*), entre o inglês e o espanhol. Entre os tantos autores que não diferenciam o *code-switching* e o *code-mixing* (mistura de códigos), Parada (2011 apud LIMA, 2018) afirma que a alternância de códigos se dá dentro da mesma oração ou entre orações. De acordo com Gardner-Chloros (2010 apud LIMA, 2018), ao ser atrelado à identidade dos falantes, o produto de um *code-switching* pode se estabilizar. Há aqueles que argumentam que o spanglish como *code-switching* se dá de forma desordenada e os que discordam, como Zentella (1981 apud LIMA, 2018) em seu estudo sobre os porto-riquenhos dos EUA, no qual a autora relata a existência de grupos que dominam o inglês e o espanhol e realizam *code-switching*. O uso do spanglish por bilíngues fluentes e por falantes sem proficiência em uma das línguas, incluindo os diversos níveis de bilinguismo compreendidos entre esses extremos, demonstra a pluralidade conceitual que abarca tal fenômeno. Para nós, o(s) spanglish(es) surge(m) em diferentes contextos e, a depender das variáveis implicadas em cada situação comunicativa, a alternância de códigos acontecerá livremente ou de forma controlada/restrita, seguindo padrões gramaticais etc. Segundo López García-Molins (2016), o spanglish é *code-switching*, mas também³⁵,

[uma] fusão de códigos (DUMITRESCU, 2014) relacionada ao translanguajar, o qual tem uma implicação política, pois consiste em refletir a difícil identidade do bilíngue mediante práticas discursivas que não podem ser facilmente atribuídas a nenhuma das duas línguas implicadas e que supõem competir em um mercado linguístico que se autodenomina bilíngue (LÓPEZ GARCÍA-MOLINS, 2016, p.106).

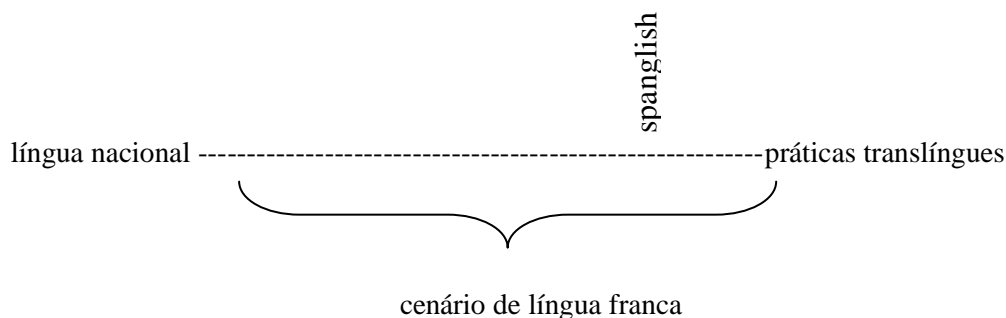
Para o autor, portanto, o spanglish é um dialeto psicológico do espanhol com infiltrações do inglês³⁶:

³⁵ No original: (...) sino la fusión de códigos, que relaciona con el translenguar, el cual tiene una obvia implicación política, pues consiste en reflejar la difícil identidad del bilingüe mediante prácticas discursivas que no pueden asignarse fácilmente a ninguna de las dos lenguas implicadas y que suponen competir en un mercado lingüístico que se reclama bilingüe.

³⁶ No original: Serían personas que, para representar verbalmente el referente manzana, ni incorporan la red sináptica de manzana a la que se vincula (al aprender inglés) mediante un lazo el significante Apple (bilingües secundarios) ni incorporan dos redes independientes, la de manzana y la de apple (bilingües primarios), sino que tienen una sola red para manzana-apple.

São pessoas que, para representar verbalmente o referente “manzana”, não incorporam a rede sináptica de “manzana” a qual se vincula o significante “Apple”, nem incorporam duas redes independentes, a de “manzana” e a de “apple”, mas possuem uma única rede para “manzana-apple”. Isso acontece em todos os estratos sociais falantes de espanhol (LÓPEZ GARCÍA-MOLINS, 2016, p.106).

Já para nós, e em concordância com o processo apresentado por López García-Molins, o spanglish é (i) uma modalidade discursiva, porque surgiu de uma demanda comunicativa e foi ganhando proporções identitárias, de modo que hoje representa um coletivo e (ii) é uma função comunicativa que se insere dentro de um contínuo que apresenta em um extremo uma língua nacional e em outro práticas translíngues. Segundo Zentella (1997 apud FERREIRA, 2016), o spanglish também proporciona a prática de uma atividade comunicativa, na qual os falantes negociam o significado um com o outro. O spanglish se situa exatamente no caminho entre as línguas nacionais – neste caso, o inglês e o espanhol – e as práticas translíngues, porém muito mais próximo do translíngualismo, como podemos ver na ilustração abaixo. A este caminho, denominamos interações em contexto de língua franca (ver seção 2.2.3 deste capítulo).



Acreditamos que o spanglish ainda não é exatamente uma prática translíngua porque o falante de tal modalidade pode em alguma ocasião optar por só falar espanhol ou inglês sem a intervenção da outra língua. No translíngualismo, como definido por García e Wei (2013), o sistema é um só, portanto não é possível dissociá-lo, fazendo uso de uma única língua. Ainda que reconheçamos que o indivíduo tenha certa consciência linguística da origem de boa parte dos recursos selecionados em seu repertório, já não é possível retroceder ao uso do que antes tínhamos como línguas autônomas. Situamos o fenômeno mais próximo à fase translíngua porque,

para alguns hispano-falantes residentes nos EUA, tentar demarcar nitidamente as fronteiras entre o inglês, o espanhol e o spanglish, por

exemplo, torna-se, praticamente, inviável, pois a utilização de todas essas modalidades de fala corresponderia às maneiras com que estes indivíduos concebem e refletem as suas identidades híbridas (LIMA, 2018, p.20).

Ainda sobre a face linguística do fenômeno, há autores que alegam que o spanglish seja uma língua crioula (CERUTI, 2012; HOLM, 2010; ROMAINE, 1996 apud LIMA, 2018), uma língua veicular – língua de comunicação usada entre falantes de diferentes L1 (LIMA, 2018), uma língua híbrida (STAVANS, 2014 apud LIMA, 2018), dialeto (s) do espanhol (LÓPEZ GARCÍA-MOLINS, 2016); (FERNÁNDEZ-ULLOA, 2004 apud LIMA, 2018), a modalidade oral do espanhol dos EUA (LÓPEZ GARCÍA-MOLINS, 2016) etc., mas é claro que essa variedade de definições também está condicionada pelo que cada autor entende por língua e/ou dialeto. Todavia, para os fins desta pesquisa, nos interessa delimitar o viés linguístico do spanglish como função comunicativa passível de sistematizações em certos contextos.

Não obstante, definir o spanglish linguisticamente não esgota (nem seria nossa intenção) todas as características do objeto. O fenômeno vai muito além do linguístico porque passou a ter um papel fundamental na constituição identitária dos povos de origem hispânica residentes nos EUA. De acordo com López García-Molins (2015 apud BETTI, 2016, p.35)³⁷,

O notável no caso do spanglish não é a mudança de códigos já que num ambiente bilíngue é comum que os protagonistas de uma interação dialógica passem de um idioma a outro, mas que esta prática tenha se consolidado socialmente e assumido valores simbólicos.

Nesse pormenor, Soler-Espiauba (2008 apud BETTI, 2016) assevera que o spanglish é um fenômeno social e linguístico da segunda metade do século XX que continuará acontecendo ao longo do século XXI, porque estamos vivendo, cada vez mais, a era da mestiçagem, do multiculturalismo, do multilinguismo, que são principalmente uma riqueza, uma vantagem, uma conquista contra práticas monolíngues.

Segundo Rojas e Piñón (2014 apud BETTI, 2016, p.35)³⁸, “estudiosos veem o spanglish como uma estratégia comunicativa ligada a uma identidade híbrida e como uma contestação ideológica das ideologias linguísticas dominantes”. Hernández Sacristán (2016), por exemplo, afirma que o spanglish é uma resposta adaptativa de uma cultura hispânica

³⁷ No original: “Lo notable en el caso del spanglish es que esta práctica se ha consolidado socialmente y ha acabado por asumir valores simbólicos”.

³⁸ No original: “Scholars see Spanglish both as a communication strategy linked to their hybrid identity and as an ideological contestation of dominant language ideologies”.

periférica que tenta integrar-se à cultura estadunidense. Em parcial concordância com o autor, entendemos que o spanglish é sim uma resposta adaptativa, mas não necessariamente como uma tentativa de integração à cultura estadunidense, pois, atualmente, já se observa o uso do spanglish como reivindicação, como marca identitária de um coletivo que faz questão de demonstrar o (entre) lugar que ocupa, lugar este que não é obrigatoriamente transitório, mas um *talk back*, uma retomada/marcação de território. Em consonância com o exposto por Betti (2016), o spanglish também é uma manifestação que serve para alguns escritores expressarem seu pertencimento à realidade de origem e à de destino. Essa estratégia permite misturar e transculturalizar a realidade imediata e dá a possibilidade de nomear as coisas em um espaço fronteiro e intersticial, criando em muitos casos uma nova identidade bi/multilíngue, bi/multicultural, translíngue. Para Lima (2018, p.193),

(...) pode-se evidenciar que o Spanglish configura-se como uma estratégia de resistência e de projeção de uma nova identidade (...). Não representa apenas um modo de falar “diferente”, mas, manifesta um terceiro espaço, no qual as línguas e culturas são inextricavelmente entrelaçadas. (...) o fenômeno” (Spanglish) pode ser fundamental na manifestação das identidades híbridas desses indivíduos (...). E concluímos que “a escolha pelo Spanglish tem demonstrado, portanto, uma opção política, ideológica e identitária.

No que se refere ao terceiro espaço (zona híbrida) delegado ao spanglish, reconhecemos o hibridismo como uma das características do fenômeno, porém não é um traço que o singularize, pois qualquer falante que resida um longo período em algum lugar que não seja sua localidade natal, passa a sentir-se como o que está expresso no poema de Sá Carneiro³⁹: “Eu não sou eu nem sou o outro, sou qualquer coisa de intermédio...”. Como exemplo desta realidade, citamos nossa própria experiência, carioca morando há seis anos em Salvador. No Rio de Janeiro dizem que estamos falando como baianos e na Bahia dizem que continuamos com o carioquês. Ou ainda, uma professora paraguaia que nos contava com seu típico acento paraguaio que seus familiares residentes em Assunção afirmavam que ela já não falava espanhol, mas português.

É certo que há muito do hibridismo desse cidadão hispânico refletido em sua fala “spanglish”, mas não é isso que determina tal modalidade, mesmo porque a situação de viver no estrangeiro é muito comum nos mais diversos rincões do mundo e o sentimento dos hispânicos nos EUA não é exclusivo dessa massa, afinal, como dizia Mario de Andrade⁴⁰ “Pátria é acaso de migrações e do pão-nosso onde Deus der...”. Não pretendemos, com isso,

³⁹ Disponível em: <<http://www.escritas.org>>. Acesso em: maio 2019.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.nilc.icmc.usp.br>>. Acesso em: maio 2019.

diminuir o sentimento xenofóbico que envolve a (não) aceitação dos hispânicos por parte dos estadunidenses, queremos apenas destacar o hibridismo como característica comum a inúmeros povos que não residem em sua terra natal.

A nosso ver, o spanglish é produto de uma poderosa e inegável demanda linguística e sociocultural, sem que uma prevaleça sobre a outra. Enfatizar a motivação identitária, mais parece romantizar tal fenômeno. É fato que os hispânicos dotaram o spanglish de uma ideologia linguística e cultural que representa a realidade desse coletivo tão diverso entre si nos EUA. É inquestionável também que eles atribuíram valor a essa modalidade de fala, de modo a reivindicar politicamente um (entre)lugar para seus usuários. Contudo, o spanglish é um fenômeno complexo que abarca, na mesma medida, motivações linguísticas e não-linguísticas.

Em sua tese de doutorado sobre o spanglish e os *nuyoricans*, Lima (2018) recorreu não só aos estudiosos do tema, mas aos próprios falantes do spanglish que, segundo a autora,

(...) expressaram uma atitude positiva em relação ao Spanglish em Nova York, apontaram a possibilidade de ampliar a comunicação entre os hispanos e anglofalantes como fator determinante. Em seguida, destacou-se seu uso como símbolo e/ou manifestação de uma identidade híbrida e, por fim, vinculou-se o Spanglish a situações naturais de mudança e evolução linguísticas (LIMA, 2018, p.130).

A forma como os porto-riquenhos e seus descendentes que residem nos EUA enxergam o spanglish define as duas faces dessa modalidade discursiva – sua face linguística – ampliar a comunicação, situações naturais de mudança e evolução linguística – e sua face político-social – símbolo e/ou manifestação de uma identidade híbrida.

Como pode ser visto, o spanglish é muitas coisas, Otheguy (2007 apud BETTI, 2016) o compara a um unicórnio, porque segundo o autor, ambos não são reais. Para Otheguy (op.cit.), o spanglish é uma invenção, uma fantasia derivada da fala popular dos hispanofalantes dos EUA, e acrescenta que “o termo spanglish representa um obstáculo, já que contribui para que os latinos continuem ocupando uma posição de menor poder e menor influência na sociedade, pois são vistos como um povo *aglota*” (OTHEGUY, op.cit apud TORRES, 2016, p.136)⁴¹. Em oposição frontal ao exposto, não concebemos o spanglish como obstáculo, mas ampliação comunicativa – assim como o disseram os falantes de spanglish. Tampouco o entendemos como fantasia, posto que o spanglish não é fruto da imaginação de seus falantes, mas resultado de uma necessidade comunicativa real, ou seja, trata-se de uma

⁴¹ No original: “(...) el vocablo spanglish representa un estorbo, ya que contribuye a seguir colocando a los latinos en las posiciones de menor poder y de menor influencia en la sociedad, pues les ve como un pueblo *áglota* (...)”.

modalidade com forte motivação sociolinguística. Não é o spanglish que contribui para a desvalorização dos hispânicos nos EUA, mas a campanha monolíngue pró-inglês do país. Portanto, o problema não é usar o spanglish como uma função comunicativa, mas usar qualquer língua que não seja o inglês. Tampouco concordamos com o adjetivo “*aglota*” empregado, pois anula não só a língua materna desses falantes, mas o fato de que bilíngues fluentes (inglês/espanhol) fazem uso do spanglish em certos contextos.

Como já mencionado, o spanglish é um fenômeno complexo. Stavans (2003 apud TORRES, 2016, p.140)⁴² “equipara o spanglish ao jazz devido a origem popular e por serem fenômenos difíceis de definir, mas facilmente reconhecíveis”. Sua complexidade se deve principalmente porque tal modalidade acontece em contextos muito diversos, tão diversos quanto seus falantes nos EUA. Como aponta Ferreira (2016, p 25),

[a] falta de conhecimento e da capacidade de distinção entre as linhas tênues que definem cada manifestação em seus diversos graus de ocorrência são os responsáveis pela noção depreciativa de que qualquer incidência do “espanglês” representa uma deficiência de habilidade em ambas as línguas. Entretanto, como argumenta Fought (2010), no caso do *code-switching* no “espanglês”, o fenômeno acontece de um modo “complexo e orientado por regras, as quais requerem um alto nível de fluência em ambas as línguas”.

Portanto, o spanglish não é só necessidade comunicativa, mas também uma escolha por não adotar o inglês como único idioma, uma escolha que atesta “uma identidade *in-between*, um modo de pensar e viver entre línguas, um “terceiro espaço” que representa os processos de movimento das línguas e das identidades (FERREIRA, op.cit., p.39)”, uma escolha por se impor como sujeito livre para escolher ser X e não Y, ou mesmo ser X e Y etc.

Em suma, podemos dizer, mais uma vez, que o spanglish é uma modalidade discursiva que se dá a partir do contato entre as línguas inglesa e espanhola, acolhendo diferentes níveis de bilinguismo e atendendo a motivações variadas, sobre as quais predomina o posicionamento de hispânicos residentes nos EUA, que resistem a serem “engolidos” pela cultura monocêntrica do país hospedeiro.

A seguir, apresentamos mais um cenário em que o espanhol atua num entre-lugar. À semelhança do spanglish, o portunhol/portuñol representa uma manifestação linguística híbrida, fruto de línguas em contato que, assim como o spanglish, resulta do contato intenso e, portanto, da mistura de línguas. Enquanto o spanglish parece ser principalmente um *code-*

⁴² No original: “(...) equipara el spanglish al jazz por sus orígenes populares y por ser fenómenos difíciles de definir pero reconocibles fácilmente”.

switching (alternância das línguas inglesa e espanhola, tanto inter, quanto intraoracional), o portunhol reflete mais um *code-mixing*, com a mistura das línguas espanhola e portuguesa em uma mesma sentença. Essa diferença entre o spanglish e o portunhol pode estar relacionada ao fato de ser a primeira modalidade discursiva resultado do contato de línguas distantes (espanhol/inglês), enquanto que o portunhol surge do contato entre línguas muito próximas (espanhol/português), tornando difícil distinguir qual a contribuição de cada uma no híbrido formado. Como assinala Lipski (2006, p. 11),⁴³

Quantitativamente, o contato espanhol-português pode produzir uma alta densidade de alternâncias, muito frequentes dentro de uma única oração. Isto é facilitado pela alta proporção de elementos ambíguos – idênticos em espanhol e português – que normalmente ocorrem em configurações híbridas do português-espanhol.

Outra semelhança entre o spanglish e o portunhol é a questão identitária muitas vezes associada a estes fenômenos sociolinguísticos. Para muitos usuários de ambas modalidades, “ao praticar uma mescla de línguas, o sujeito se mostra e se significa no mundo” (STURZA; TATSCH, 2017, p.89).

2.2.2.3 O portunhol/portuñol

Numa situação de contato natural de línguas, as noções de fronteira e língua são fundamentais. Por isso viemos desde o início deste capítulo abordando o tema das fronteiras externas (geográficas, políticas etc.) e internas (identitárias, culturais, psicológicas etc.) aos falantes de línguas minoritárias e minoritizadas, porque não há como abordar uma língua de fronteira como o portunhol/portuñol sem explorar os constituintes desse sintagma. Segundo Sturza e Tatsch (2017, p. 88),

[a] fronteira configura-se como um espaço social; um espaço real, e também um espaço que se significa simbolicamente. Logo, a necessidade de pensarmos a fronteira não apenas como um espaço geográfico configurado pelo contato, permeabilidade, troca, mistura, hibridismo, mestiçagem cultural e étnica que se estabelecem nessa zona. Mas como uma rica e completa soma dos mais diversos fatores, dentre eles o linguístico.

Frente a tal acepção, vemos claramente que o portunhol/portuñol é bastante plural em suas realizações e definições não só por ocorrer em diferentes espaços, mas também pelos entendimentos dados à língua e à fronteira.

⁴³ No original: “Quantitatively, Spanish- Portuguese contact can produce a much higher density of switches, often several within a single clause. This is facilitated by the high proportion of ambiguous elements—identical in Spanish and Portuguese—that typically occur in Spanish-Portuguese hybrid configurations”.

De acordo com Lipski (2007), o contato de línguas nas fronteiras entre comunidades de prática pode resultar em diversos fenômenos linguísticos, desde empréstimos ocasionais até o bilinguismo completo. Mas a que fronteira (s) e língua (s) nos referimos? A “língua” em questão é o portunhol que acontece em situações de fronteira geográfica (países hispânicos que fazem fronteira com o Brasil e a fronteira entre Espanha e Portugal) e no âmbito do ensino-aprendizagem de língua espanhola para aprendizes brasileiros. O nome é o mesmo, mas os fenômenos parecem diferir sobremaneira em cada contexto, como veremos mais adiante. A título de elucidação, trataremos aqui apenas dos *portunhois* que ocorrem na fronteira com o Brasil e o do ensino-aprendizagem.

O tema do portunhol é bastante controverso. Para Limão (2017), trata-se de uma língua de fronteira criada a partir da história local. De acordo com a autora, o portunhol tem duas acepções, a primeira retrata uma língua que tem origem na mistura do português e do espanhol, e que surge do contato contínuo e direto entre os habitantes das zonas de fronteira entre o Brasil e os outros países sul-americanos, o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Já a segunda concepção possui uma conotação negativa, indicando uma interlíngua formada no processo de aprendizagem do espanhol. É importante dizer que a conotação negativa está muito mais na interpretação da autora, que no termo “interlíngua” em si. Enquanto Morales (2016) afirma ser difícil estabelecer uma língua base para o portunhol, Limão (2017), consoante a Lipski (2007), argumenta que a língua base é o português. Na fronteira da bacia do Prata (Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil), segundo Limão (op.cit., p. 146), “o falar fronteiriço representa um sistema linguístico independente, nascido após várias gerações de contato entre duas culturas nacionais e promovido também por uma espécie de isolamento regional”. Sistema independente e estável – se se trata do portunhol do Uruguai –, mas instável, se consideramos o lado brasileiro, como afirmam Sturza e Tatsch (2017) sobre a gramática do portunhol, e o lado boliviano, como diz Lipski (2007), ao comparar as fronteiras Brasil/Bolívia e Brasil/Uruguai, alegando que na primeira fronteira as estruturas são inconsistentes, ao passo que na segunda, se instaurou uma língua híbrida e consistente, chamada de *portuñol* ou *fronterizo*. Sobre ser o portunhol uma língua de estruturas consistentes ou qualquer outra coisa por possuir estruturas inconsistentes, Lafin (2011, p.13) declara que,

há quem entenda o termo língua como um sistema próprio, que supõe certa constância de estruturas, certa normatização. No entanto, há muitas variedades que possuem tais características, mas que, ainda assim, não são reconhecidas como língua. Talvez isso ocorra porque são utilizadas por grupos linguísticos minoritários, o que faz com que, por conseguinte, não gozem do mesmo prestígio no ambiente em que são utilizadas, uma vez que,

em tais áreas, normalmente já há uma variedade considerada estándar, formal, de prestígio, que por sua vez, prevê “ a existência de relações de poder de uns (Estado) sobre os outros (usuários da línguas)” (BARRIOS, 1996).

Ou seja, a questão é mais política que linguística. Para Morales (2016), não importa se aparece nas fronteiras geográficas ou nas salas de aula de espanhol como língua adicional, o portunhol é fundamentalmente uma interlíngua, ou seja, um sistema de transição, marcado por interferências da LM, dentro do processo de aquisição de uma nova língua. Portanto, a autora não reconhece o portunhol como língua em nenhuma instância, para ela, em todos os contextos, trata-se de uma aquisição incompleta da língua alvo. Cabe questionar o que seria uma aquisição completa para Morales. Mozzilo (2013) também define o portunhol como um sistema transitório. Segundo ela, o fenômeno puramente linguístico, reflete um momento intermediário dentro de um contínuo de alternância de códigos que se dirige à criação de um terceiro código. A diferença entre as autoras é que Morales (op.cit.) fala na aquisição de uma segunda língua – espanhol ou português – e Mozzilo (op.cit.) considera a criação de uma nova língua.

A indefinição do termo sobre ser língua, interlíngua etc. (nas fronteiras geográficas) parece estar intimamente relacionada, entre outras coisas, à natureza social dessas fronteiras. Quanto mais fluidas e intensas são as relações entre ambos os lados das fronteiras, mais o portunhol se estabelece como a língua dos habitantes dessas regiões. Segundo Lipski (2007), o grau de integração das línguas espanhola e portuguesa em uma gramática estável varia de acordo com o nível de integração sociolinguística das comunidades fronteiriças. Considerando a fronteira Brasil/Uruguai como uma zona de contato mais intenso (STURZA, 2005), indagamos sobre o porquê de ser o portunhol uma terceira língua (*fronterizo*) no lado uruguaio e ser muitas coisas, mas nada definido no lado brasileiro, que faz fronteira com o Uruguai.

A resposta pode ganhar forma se olhamos para (i) as políticas linguísticas envolvidas em ambos os lados, com o Estado e sua língua-nação exercendo poder sobre os usuários dessa e outras línguas, e (ii) para as pesquisas científicas sobre o tema. De acordo com Sturza (2005), enquanto do lado uruguaio o portunhol, a partir de diversos estudos, incluindo os de base sociolinguística variacionista, é uma prática linguística instituída, no Brasil, os estudos sempre direcionados às influências do espanhol sobre o português não determinaram a existência de uma terceira variedade. Sturza (2005) diz que os pesquisadores brasileiros não determinaram a existência de uma língua e que os investigadores uruguaiois comprovaram que há uma variedade na fronteira. As escolhas lexicais da autora (“determinaram” e

“comprovaram”) parecem demonstrar que, enquanto os uruguaios comprovaram algo que já existe à revelia de qualquer órgão que legitime tal língua, os brasileiros ainda não definiram o que acontece na fronteira Brasil/Uruguai como uma língua, talvez porque não estejam olhando para o objeto em si, mas para o que vem antes do que já está posto.

No entanto, o portunhol não se restringe à fronteira Brasil/Uruguai, por isso, também ele é plural, porque em cada zona fronteira há uma história local com seus falantes de portunhol. É preciso, portanto explorar essas fronteiras para entender o que acontece em cada um desses espaços que, diferentemente de indicar o fim de um território como sinalizou Alvarez (2011 apud LIMÃO, 2017), marcam uma zona territorial com características próprias, que a definem como uma região singular. Em definitivo, a fronteira não é o fim de um território, porque não é o limite que separa um país do outro, não é uma delimitação geográfica, mas um espaço preenchido por “conteúdo social” (STURZA, 2005) compreendido entre as linhas cartográficas desenhadas para dividir Estados-nação.

Se as fronteiras são regiões singulares; particulares e distintivas também serão suas práticas linguísticas. Dizer que essas fronteiras são zonas híbridas é apenas uma característica desses e de tantos outros espaços, pois, como mencionamos ao tratar do spanglish, o espaço há muito tempo e por muitos motivos se faz híbrido. Seja pelas migrações internas e os contatos com diferentes variedades da língua, seja se considerarmos que no Brasil coexistem as línguas indígenas, africanas e portuguesa e nos países de língua espanhola há também as línguas indígenas. É claro que a assimetria de ocupação e valorização dessas línguas é bastante marcada devido ao fato de o Estado haver imposto uma língua nacional em detrimento das outras. Não obstante, tal medida não é/foi suficientemente capaz de impedir os contatos linguísticos e os diversos desdobramentos advindos de tais processos.

Dessa forma, as fronteiras são espaços desterritorializados, zonas fundamentalmente de contato, contribuindo para um panorama linguístico e social heterogêneos, “muito aquém do que representa a dualidade português-espanhol no seu estatuto de línguas majoritárias” (STURZA, 2005, p.48). Na verdade, as fronteiras nada mais são que um protótipo do que está acontecendo no mundo, pois, cada vez mais, os espaços se tornam desterritorializados, com o enfraquecimento do Estado-nação e todo o imaginário construído ao redor desta máquina – um povo, uma língua, uma nação. Assim, as fronteiras deixam de ser vistas como o espaço que regula os domínios de uma língua e um território. Um dos desserviços da redução do domínio estatal, que segmenta os espaços para controlar e homogeneizar é

a pobreza da maioria das comunidades, nos dois lados das fronteiras, frente às políticas de integração, em que os blocos econômicos passam a substituir as economias nacionais e regionais. Elas são sempre lembradas como espaço da integração, mas continuam sendo periféricas em relação aos centros de decisões do poder. (STURZA, 2006, p.30)

Contudo, nada é integralmente uma coisa só, há sempre os dois lados e é preciso ponderar o que é mais benéfico para a população como um todo. As consequências da globalização são numerosas e diversas, dentre elas, podemos citar a constituição de um espaço físico e temporal de línguas desterritorializadas, de contatos de diversas naturezas, de exposição e valorização do local e do global, de discussão das minorias étnicas, linguísticas e sociais, que nos permitem pensar todos esses espaços como nunca havíamos feito. Assim sendo, o diagnóstico apresentado por Sturza (2006) fornece matéria para as próximas investigações, que podem lançar um olhar mais atento para essas zonas fronteiriças marcadas pelos paradoxos: conflito *versus* convivência, separação política *versus* integração.

Os sujeitos que habitam essas zonas, e que ao mesmo tempo em que as constituem, são constituídos por elas, se mostram e se significam no mundo através do uso de uma língua própria (STURZA; TATSCH, 2017), tal qual muitos usuários do spanglish. A escolha do código diz muito sobre o falante; em contextos de entre-lugar, a língua funciona como a carteira de identidade do sujeito, pois fala de onde ele veio e, principalmente, onde ele escolheu estar. Com isso não queremos dizer que a mudança de código gere a perda da identidade, as identidades são móveis e as escolhas devem ser sempre do sujeito, que também está em constante movimento.

Portanto, o indivíduo fronteiriço usa o portunhol para se comunicar e falar sobre si, independentemente de ser uma língua com gramática estável/instável, uma variedade, um *code-switching* ou *code-mixing*, a modalidade discursiva existe e é, indubitavelmente, uma língua de comunicação imediata, assim como o é o espanhol com função de língua franca (ver a seção 2.2.3 deste capítulo). Marcos Marín (2001 apud LIPSKI, 2006) afirma que o spanglish e o portunhol são línguas francas que servem para que os falantes que não dominam o inglês e o espanhol possam se comunicar de uma forma simplificada. Ocorre que, uma língua franca de comunicação não possui uma forma simplificada, muito pelo contrário, sua constituição é bastante complexa (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015; GIMENEZ et al., 2015) e muitos falantes do spanglish e do portunhol são falantes bilíngues, portanto não usam as modalidades discursivas como “muleta”, por não saberem uma das línguas.

Definir o portunhol e/ou o spanglish como sendo uma língua franca é equívoco porque não são línguas com sistemas independentes e consistentes, não são regulares, mas **funcionam** como línguas francas de comunicação imediata e é este o ponto onde ambas as modalidades tangenciam. Igualmente equívoca nos parece a definição de portunhol como interlíngua, por dar indícios de uma visão reducionista que exalta uma característica em detrimento das outras e porque tem como objetivo alcançar a proficiência de uma única língua, reforçando assim conceitos de pureza e monolinguismo.

Também tido como interlíngua, o portunhol encontrado nos contextos de ensino-aprendizagem está carregado de sentido depreciativo, por estar “geralmente associado ao domínio insuficiente de um sujeito que se encontra em processo de aquisição da língua espanhola” (ZOLIN-VESZ, 2014, p.2). Para o autor, o portunhol do ensino-aprendizagem é uma translíngua, ou seja,

processo pelo qual estudantes bilíngues e professores se engajam em complexas práticas discursivas a fim de "criar sentidos" em salas de aula essencialmente multilíngues (GARCÍA; SYLVAN, 2011). Nesse contexto, o termo translíngua, por um lado, responde aos complexos e multilíngues processos que encartam as práticas linguísticas das pessoas no mundo contemporâneo, pautado por fronteiras fluidas entre as línguas. Por outro, desafia a visão de que as línguas (nacionais) são autônomas e puras, (...). Translíngua, portanto, é o produto de uma "epistemologia de fronteira" (MOITA LOPES, 2008). (ZOLIN-VESZ, 2014, p.325-326)

Em um contexto de ensino de língua espanhola como língua adicional, o objetivo é ensinar o aluno a usar, de forma autônoma, a língua espanhola para diferentes fins. Deste modo, é válido reconhecer o portunhol como uma translíngua, porque tal processo linguageiro não será visto como um erro, mas como reflexo da construção de um repertório dinâmico bi/multilíngue (GARCÍA, 2014)⁴⁴. Por conseguinte, não será rejeitado (o que poderia comprometer o processo de aquisição do aprendiz), mas aproveitado como uma manobra de comunicação bem-sucedida. Tendo em vista que o aluno ingressou no curso de línguas para aprender espanhol, o portunhol não pode ser identificado como o fim do processo de aquisição, afinal, estar em construção não é a mesma coisa que um repertório concluído. Por isso, julgamos bastante delicado a abordagem do portunhol em sala de aula, pois há uma distância muito grande entre validar o portunhol como uma estratégia do aluno para se comunicar na língua que ainda está aprendendo e celebrar tal uso favorecendo a cristalização do portunhol como a língua do aprendiz.

⁴⁴ Sobre translingualismo e pedagogia translíngue, ver o capítulo 4 desta tese.

Concordamos com Zolin-Vesz (2014) que as salas de aula são um reflexo do mundo multilíngue que existe para além dos ambientes de ensino, e que, por isso, a pedagogia translíngue se aplica ao ensino de línguas, porque considera todas as línguas que atravessam as salas de aula, porque promove a interculturalidade e empodera o aluno como um potencial comunicador. Contudo, a pedagogia translíngue se restringe aos métodos, à forma como o aluno se enxergará enquanto usuário de outra língua, que não a materna, e como ele enxergará a língua adicional; mas a língua a ser ensinada continua sendo a(s) língua(s) espanhola(s). Tal pedagogia influencia a maneira como o aluno vai lidar com a língua adicional, apropriando-se dela e sendo mais ou menos criativo na língua, a depender da situação de uso. A relação do aprendiz com a língua é diferente porque sua construção se deu com base na teoria translíngue, que em nenhuma hipótese anula uma aula que se propõe de língua espanhola como língua adicional, pretendendo o ensino do português como uma prática translíngue.

Desse modo, entender o português do ensino-aprendizagem como uma translíngua nos parece interessante porque desfaz todo o caráter negativo do que antes era visto como uma aquisição incompleta e dá subsídios para a formação de um usuário performativo de uma língua da qual ele se apropriou – a(s) língua(s) espanhola(s). A nosso ver, para além de ser uma translíngua (foco na estratégia comunicativa) ou interlíngua (foco na etapa/estagnação do processo de aquisição), o português do ensino de línguas também é uma língua de fronteira, com o aprendiz se aventurando do outro lado da fronteira da LM, estabelecendo os primeiros passos da integração, conhecendo os traços comuns e distintivos de lá e cá, como não validar esse dinâmico processo? Reconhecer o português não implica dar-lhe um papel que não lhe cabe na aula de espanhol como língua adicional.

Por fim, ainda tomando como base a citação de Zolin-Vesz (2014), acreditamos que não seja exatamente e necessariamente a translíngua (seja o português ou outra) que desafia a visão de que as línguas nacionais são autônomas e puras, mas a pedagogia translíngue desenvolvida em sala de aula. Ou seja, o aluno pode concluir seu curso de língua adicional entendendo que o espanhol não lhe é estrangeiro e que ele é o “senhor” de seus usos, podendo inovar na língua se preciso for em dado contexto, porque o que ele adquiriu não foi uma língua engessada, mas um instrumento de prática social (LEFFA e IRALA, 2014). Quanto à epistemologia de fronteira mencionada pelo autor, entendemos que as práticas translíngues sejam o produto de uma epistemologia de fronteira, funcionando como uma manobra para se esquivar da compressão provocada pelas “línguas imperiais e aquelas línguas e categorias de pensamento negadas e expulsas da casa do conhecimento imperial” (MIGNOLO, 2003, p. 12.). Entretanto, a nosso ver, a epistemologia de fronteira faz mais sentido se pensamos no

portunhol das fronteiras geográficas, e menos se consideramos o portunhol das salas de aula. Isto porque, como diz Moita Lopes (2008, p.323), “a proposta da epistemologia de fronteira só é possível da perspectiva da subalternidade” – neste caso, do sujeito fronteiriço; isto é, “a tarefa para o pensamento nas margens é recriar ou reconstruir os designs globais por meio das histórias locais” (MOITA LOPES, op.cit., p.323).

À característica de serem ambos os *portunhois*, das fronteiras geográficas e do ensino-aprendizagem, língua de fronteira, somamos que ambos são línguas de comunicação e que fazer uso do fenômeno não é “mal falar” em nenhuma instância, não importa se ele surge numa sala de aula ou numa região de fronteira. Parafraseando o verso da canção de Lulu Santos, “consideramos justas todas as formas de *falar*”, claro que a depender do contexto, dos interlocutores envolvidos, do objetivo comunicativo etc. Isso nos faz lembrar uma situação que vivemos, em Salvador, no Seminário Internacional de Integração Latino-americana (2019), quando, no intervalo das comunicações, fomos apresentados a uma professora pela qual nutrimos muita admiração e na ocasião expressamos nosso contentamento em conhecê-la e comentamos que ela aparecia muito em nossa tese. Neste momento, uma terceira pessoa, que estava na roda junto a outros tantos professores de língua espanhola, ficou repetindo inúmeras vezes a palavra “aparecer” utilizada por nós, dizendo que a professora X aparecia em nossa tese como um fenômeno. A analista do discurso, que pareceu não levar em consideração questões da pragmática, se prendeu a nossa escolha lexical e a ficou repetindo como se fosse o troféu que lhe permitiria mostrar seus dotes acadêmicos. Sua análise teria sido louvável se tivesse sido feita em outro contexto, pois ali estávamos em um café, num contexto informal. A colega da Análise do Discurso esqueceu-se de ler as pistas contextuais que indicavam que aquele não era o lugar para se agarrar às escolhas lexicais, mas ao que se estava comunicando.

Nessa linha de raciocínio, nos opomos à afirmação de Lagares (2019)⁴⁵ quando ele diminui a máxima “O importante é se comunicar” como se isso não fosse legítimo em nenhuma instância, pois é sempre importante considerar o contexto. O autor, em sua reflexão, afirma que a simplificação de princípios sociolinguísticos no contexto do ensino-aprendizagem gera mistificações como a ideia de que se deve aceitar a variação linguística simplesmente porque “o importante é se comunicar”. É claro que não se deve aceitar a variação linguística única e exclusivamente pelo motivo apontado pelo autor, mas por uma infinidade de motivos outros, assim como nem sempre é plausível alegar que “o importante é

⁴⁵ Texto “Elogio de lo inadecuado”, de Xoán Lagares, publicado dia 29 de maio de 2019 no site www.espaciosantillanaespanol.com.br. Acesso: 1 de jun de 2019..

se comunicar”, tendo em vista a complexidade do conceito de comunicação, bem como a noção de contexto.

Em vista dos argumentos apresentados, todos os *portunhois* são línguas de fronteira e, ainda que o ato de nomear seja muito importante porque diz muito sobre a visão que se tem do(s) objeto(s), o problema não está no nome que denuncia “uma mistura de línguas”, mas na forma estante como essa mistura de língua é concebida, presa num limbo entre duas línguas nacionais, sem poder ser nem significar nada. Parece-nos que o mais coerente seja encarar os *portunhois* a partir de uma visão performativa das línguas, considerando os

usos criativos que as pessoas, cada vez mais, fazem de outras línguas e outros discursos e culturas, sem prestar contas de tais usos a quem quer que seja, a não ser a seus próprios projetos identitários e suas performances em suas ações cotidianas, à luz dos outros que as circundam e, claro, orientadas por contingências macro-sociais. (MOITA LOPES, 2008, p.324).

2.2.3 O Espanhol como língua franca de comunicação (ELF)

O espanhol com função de língua franca não está no centro como uma língua nacional, tampouco é uma língua majoritária, o ELF está nas margens, mas não é uma língua minoritária, não só porque não é uma língua, mas uma função comunicativa atuando como uma língua franca, mas também porque representa uma releitura do que é estar na margem, com uma atuação empoderada dos falantes que se movem (voluntariamente), em certos contextos comunicativos, para este (entre) lugar. O ELF surge nos contatos imediatos entre falantes de diferentes linguaculturas maternas, o ELF se monta e se desarma inúmeras vezes. E é nesta fugacidade dos encontros comunicativos que a língua franca (doravante, LF) de hoje difere da LF dos primórdios. A diferença está fundamentalmente na duração de cada contato, porque ainda que os mesmos interlocutores voltem a interagir, a LF já será outra, principalmente porque os falantes já não serão os mesmos da interação passada, posto que o repertório linguístico de cada um é móvel e se modifica a cada interação.

Como será visto a seguir, a LF dos estudos contemporâneos não tem chances de sedentarizar (PAGOTTO, 2018) porque (i) ela não se fixa no discurso de nenhum usuário de LF, posto que em cada interação uma nova LF surgirá a partir da negociação dos interlocutores, portanto, (ii) ela não se fixa em uma comunidade e (iii) muito menos em um território. Não se fixando, a LF não se pereniza por meio do processo de aquisição da língua. Quando línguas mundiais como o inglês e o espanhol atuam em dado encontro comunicativo intercultural com função de língua franca, o resultado desta atuação é algo criativo, inovador, híbrido e sem normas pré-existentes. Ao mesmo tempo em que os dados empíricos revelam

uma grande variação linguística, também demonstram suficiente estabilidade para tornar viável a comunicação em ELF, ILF (inglês como língua franca), entre outras. Tendo em vista que a teoria contemporânea em LF adveio da observação empírica dos dados reais, a ideia de que o ILF, ELF etc. não podem perder de vista o modelo do falante nativo para se fazer inteligível deve ser superada.

Estas situações de emergência linguística⁴⁶ decorrem do que Pagotto (2018) chama de ebulição ou efervescência. Segundo o autor,

ebulição ou efervescência linguística são aquelas situações languageiras em que processos econômicos muito específicos constituem sociedades transitórias, em geral produto de migração de falantes de diferentes línguas ou dialetos. Tais situações podem dar origem a dinâmicas linguísticas muito aceleradas, mas também voláteis. (PAGOTTO, 2018, p.59)

Desse modo, podemos dizer que o ELF ou qualquer outra língua que desempenhe uma função comunicativa de língua franca em encontros interculturais ebule, mas não chega a se sedentarizar. Essa volatilidade, fluidez e fugacidade justificam a impossibilidade de se codificar a LF que emerge na interação intercultural, e se não há codificação, não há padronização.

Nesta seção tratamos do tema de forma introdutória, visto que nos próximos capítulos abordaremos o ELF como a discussão central desta tese. Para tanto, nos baseamos no artigo de Jenkins (2015) em que ela apresenta as duas fases de investigação sobre o inglês como língua franca (ILF) e propõe a terceira fase conceitual deste fenômeno que é um paradigma empírico e teórico em si mesmo. Considerando que o conceito é único para qualquer língua que atue com função comunicativa de língua franca, a explanação será sobre o ILF – já que a teoria surgiu a partir do uso do inglês com esta função.

Segundo a autora, logo que surgiu, o ILF era visto como uma espécie de “revolução” por representar uma ruptura com os paradigmas do Inglês como Língua Estrangeira e, principalmente, por desmistificar a ideia de que muitos usuários de inglês na comunicação intercultural deveriam seguir as normas de um falante nativo. O argumento base era que todos os usuários de inglês de qualquer parte do mundo – sem importar se eram do círculo interno (nativos), externo (países ingleses pós-coloniais) ou em expansão (países que falam o inglês como língua adicional) (KACHRU, 1985) – tinham o direito de serem aceitos com seus *ingleses*.

De acordo com Jenkins (2015), a primeira fase das pesquisas em ILF começou focalizando principalmente as formas, embora, desde o início, os processos de acomodação

⁴⁶ Surgimento de novas línguas.

também tenham sido identificados como fatores-chave na comunicação em ILF (JENKINS, 2000). Sobre a acomodação, este recurso pragmalinguístico é muito expressivo nas comunicações em ILF, mas pode ser encontrada em qualquer interação. Para Cogo e Dewey (2012) a acomodação são adaptações linguísticas que os falantes fazem (ou escolhem não realizar) em relação aos padrões de fala de seus interlocutores. Os falantes tentarão convergir para a linguagem de seus interlocutores movidos pelo desejo de serem entendidos. Segundo os autores⁴⁷,

Como resultado da diversidade característica do ILF em contextos interacionais, o imperativo comunicativo torna-se intensificado, significando que os estilos de fala dos falantes e as formas de linguagem são muitas vezes menos estabelecidas do que em contextos não-ILF. A acomodação pode, claro, ser um característica de qualquer conversa cara-a-cara, e inevitavelmente terá uma influência sobre a eficácia do uso da linguagem em qualquer contexto comunicativo. Mesmo assim, parece haver algo sobre a natureza da interação em ILF que novamente acentua este fenômeno natural. (COGO; DEWEY, 2012, p.102)

Ainda de acordo com os autores, uma série de pesquisas recentes apontam os processos de acomodação como um aspecto particularmente distintivo da comunicação em ILF. Um desses estudos foi o de Jenkins (2000), que através de seu *corpus LINGUA FRANCA CORE*, identificou que os falantes convergem, modificando sua pronúncia e assim garantindo maior inteligibilidade para seu interlocutor. Vale destacar que a acomodação é realizada não só pelo falante que faz adaptações, mas também pelo ouvinte que desenvolve maior tolerância à diferença, ajustando suas expectativas sobre o que é apropriado ou não. Enquanto os processos de acomodação encontrados no corpus de Jenkins se concentram nas adaptações fonéticas dos falantes, os *corpora* de Cogo e Dewey (2012) – *a corpus-driven investigation* – e Seidlhofer (2005) – VOICE (*Vienna-Oxford International Corpus of English*) – apresentam acomodações léxico-gramaticais. O que demonstra que tal recurso pragmalinguístico pode aparecer em todos os níveis.

Hülmbauer (2009) apresenta evidência empírica substancial para mostrar como os falantes do ILF participam de forma colaborativa no uso de linguagem criativa de forma cooperativa, como eles participam de uma empresa conjunta de expressar significado. O que é mais significativo são as

⁴⁷ No original: “As a result of the characteristic diversity of ELF interactional settings, the communicative imperative becomes intensified, meaning that speakers’ speech styles and language forms are often less settled than in non-ELF contexts. Accommodation can of course be a feature of any face-to-face talk, and will inevitably have a bearing on the effectiveness of language use in any communicative context. Nevertheless, there does seem to be something about the nature of ELF interaction that again accentuates this naturally occurring phenomenon”.

maneiras pelas quais os recursos linguísticos à disposição dos falantes são adaptados ao longo do caminho. (COGO; DEWEY, 2012, p.103).⁴⁸

No que se refere à primeira fase conceitual do ILF, Jenkins (2015) relata sua experiência na década de 1980 quando dava aulas de língua inglesa como língua adicional em salas de aula multilíngues. Naquela época, ela já observava os usos do ILF, com seus alunos se comunicando através de formas não-padrão do inglês e a desenvoltura dos mesmos para resolver quaisquer dificuldades por meio da acomodação. Nesse mesmo período fervilhavam as pesquisas sobre os ingleses mundiais (*World Englishes*), com autores que defendiam a aceitação de outros *ingleses* que não apenas o nativo. Segundo Jenkins (2015), a comunidade de usuários de inglês começava a ser considerada em sua totalidade. Uma série de estudos sob a perspectiva intercultural fundamentava as pesquisas sobre os ingleses mundiais, abrindo precedente para as futuras investigações em ILF.

O reconhecimento dos usuários de inglês dos vários continentes, bem como a constatação de que “grande parte da comunicação verbal do mundo ocorre por meio de línguas que não são a L1 dos usuários, mas sua segunda, terceira ou enésima língua, adquirida de uma forma ou de outra e usada quando apropriado” (JENKINS, 2015, p.53)⁴⁹ abriram o caminho para muitos questionamentos que deram base aos estudos em ILF. Dentre eles, está a figura do falante nativo como modelo, “os falantes nativos podem ter confiança de que “conhecem” a língua melhor do que outros, mas as diferenças (...) e a importância crescente de normas não nativas afetarão cada vez mais essa confiança” (JENKINS, 2015, p.53)⁵⁰. Este posicionamento ideológico, juntamente com as pesquisas sobre os ingleses mundiais, influenciaram a primeira fase do ILF, com foco na forma linguística, mais especificamente, pronúncia e lexicogramática.

Nessa fase, foram compilados *corpora* como o LFC (*Lingua Franca Core*), o VOICE (*Viena Oxford International Corpus of English*) e o ELFA (*English as a Lingua Franca in the Academia*), que observavam a pronúncia e a lexicogramática dos usuários de ILF. Segundo Jenkins (2015) os *corpora* não foram concebidos para servir como modelo, mas para fornecer

⁴⁸ No original: “Hülmbauer (2009) presents substantial empirical evidence to show how speakers in ELF collaboratively engage in creative language use in cooperative ways as they participate in a joint enterprise of expressing meaning. What is most significant here are the ways in which the language resources at the disposal of speakers become adapted along the way”.

⁴⁹ No original: “much of the world’s verbal communication takes place by means of languages that are not the users’ “mother tongue”, but their second, third, or n th language , acquired one way or another and used when appropriate”.

⁵⁰ No original: “Native speakers ... may have confidence that they “know” the language better than others, but the differences (...) and the growing importance of non - native norms will increasingly affect this confidence”.

material empírico sobre os processos de acomodação que ocorriam nas interações etc. A partir de seu *corpus*, Seidlhofer (2004 apud JENKINS, 2015), criadora do VOICE, produziu hipóteses lexicogramaticais que davam indícios de alguma regularidade de uso, por exemplo:

- O uso de substantivos incontáveis como contáveis: *informations*;
- A perda da marca de terceira pessoa: *He suggestø*;
- Uso indistinto de quem e qual (*who and wich*): a paper **who** will be published;

Nessa primeira fase, muitos pesquisadores do ILF acreditavam ser possível descrever e codificar os usos do ILF. Mais tarde, à medida que quantidades crescentes de dados empíricos foram disponibilizados, principalmente através dos *corpora*, a atenção à forma provocou o interesse pela diversidade, fluidez e variação reveladas nos novos dados. Instituiu-se assim a segunda fase do ELF, não mais com o foco no código, mas em seus usuários. A variação tornou-se central nos estudos do ILF e os olhos se voltaram para a função, isto é, o que os usuários faziam com as formas presentes em seu repertório multilíngue, como aponta a autora,

A reconceitualização do ILF significava, por sua vez, que não era tão semelhante aos ingleses mundiais como se acreditava antes. Ideologicamente houve pouca mudança, e os pesquisadores do ILF continuaram de acordo com os estudiosos do World Englishes que, por exemplo, é uma “falácia” sugerir “que nos Círculos Externos e em Expansão, o Inglês é essencialmente aprendido para interagir com falantes nativos”, que os ingleses não nativos são “interlínguas, e que “a diversidade e variação em inglês é ... um indicador de decadência linguística” (KACHRU, 1992).(JENKINS, 2015, p.55)⁵¹

Embora ideologicamente houvesse pouca diferença entre o ILF e *World Englishes*, os mesmos distinguiam sensivelmente com relação a existência de variedades do inglês, posto que o primeiro nunca foi linguisticamente definível, portanto não poderia ser considerado como uma nova variedade da língua inglesa. Ainda para Jenkins (2015, p.55)⁵², “o ILF, com sua fluidez e negociação (...) entre interlocutores com repertórios multilíngues variados, não poderia ser considerado como consistindo em variedades limitadas, mas como inglês que

⁵¹ No original: The reconceptualization of ELF meant, in turn, that it was not as similar to World Englishes as had been believed earlier. Ideologically there was little change, and ELF researchers remained in agreement with World Englishes scholars that, for example it is a “fallacy” to suggest “that in the Outer and Expanding Circles, English is essentially learned to interact with native speakers”, that NN Englishes are “interlanguages”, and that “the diversity and variation in English is ... an indicator of linguistic decay” (Kachru 1992: 357-8).

⁵² No original: “ELF, with its fluidity and (...) negotiation of meaning among interlocutors with varied multilingual repertoires, could not be considered as consisting of bounded varieties, but as English that transcends boundaries, and that is therefore beyond description”.

transcende fronteiras, e que, portanto, está além da descrição”. Com a reconceitualização do ILF em sua segunda fase, o fenômeno foi definido como:

- Inglês usado como língua de contato entre falantes de diferentes L1's (JENKINS, 2009 apud JENKINS, 2015, p.37).
- qualquer uso de inglês entre falantes de diferentes L1's para os quais o inglês é o meio de comunicação de escolha e, muitas vezes, a única opção (SEIDLHOFER, 2011 apud JENKINS, 2015, p.37).
- O uso do inglês em um cenário de língua franca (MORTENSEN, 2013 apud JENKINS, 2015, p.37).

Considerando que, segundo a teorização de Jenkins (2015), nos encontramos atualmente na terceira fase do ILF, como será visto mais adiante, podemos fazer algumas ressalvas sobre os conceitos tidos como representativos do ILF2: (i) qualquer língua usada como língua de contato imediato entre falantes de diferentes L1's ou de diferentes variedades será uma língua com função de língua franca, seja ela o inglês (ILF), o espanhol (ELF) ou qualquer outra língua; (ii) o conceito se refere a qualquer uso de uma determinada língua entre falantes de diferentes L1's ou diferentes variedades para os quais certa língua é o meio de comunicação escolhido. Cada vez menos os falantes tem uma única opção de língua para se comunicar em contextos de língua franca; e (iii) o fenômeno diz respeito ao uso de “uma língua” em um cenário de língua franca, com interlocutores de diferentes *linguaculturas* maternas, participando de uma comunicação intercultural.

A terceira fase do ILF, então, reflete a complexidade do fenômeno e as novas evidências empíricas sobre sua natureza. A globalização tecnológica, com o encurtamento das distâncias, o aumento das interações e a diversidade dos contatos contribuíram para que as línguas também se diversificassem à medida que seus falantes avançavam sobre novos espaços. Os diversos usos das línguas vêm crescendo exponencialmente na mesma proporção que se intensificam os contatos interpessoais. Todo esse movimento impossibilita a estaticidade dos estudos em ILF.

Na sua elaboração teórica, Jenkins (2015) elenca 5 (cinco) principais razões para empreender a terceira fase conceitual do ILF, segundo a autora, todos os motivos passam pela natureza cada vez mais multilíngue das interações em ILF. A primeira razão tem a ver justamente com essa tendência demográfica de intensificação de contatos cada vez mais

diversificados. A segunda razão parte da perspectiva do falante multicompetente e o ambiente multilíngue em que ele atua. A terceira razão se refere a uma releitura do conceito de comunidades de prática, como uma tentativa de adequá-lo à realidade dos usuários do ILF, que estabelecem agrupamentos transitórios e até mesmo fugazes. De acordo com Jenkins (2015), os participantes da comunicação em ILF não são exatamente “comunidades” ou se envolvem em algo que possa ser descrito como prática compartilhada. Para ela, é mais coerente assentir que eles se engajam em encontros temporários, nos quais o repertório compartilhado emerge durante a interação e não *a priori*. Deste modo, o conceito de “zonas de contato” (CANAGARAJAH, 2013) parece mais próximo do ILF, sendo entendido basicamente como o espaço social onde as *linguaculturas* se encontram e, à medida que interagem, constituem um terceiro ambiente linguístico que não é exatamente o da *linguacultura* de nenhum dos dois interlocutores, mas uma zona emergente e fluida que é fruto da negociação dos participantes com seus *backgrounds*. A quarta razão diz respeito à necessidade de se considerar o multilinguismo como a norma na comunicação em ILF e a quinta razão surge de uma motivação pessoal em romper a “bolha do ILF” com a inserção de outras línguas através de uma concepção multilíngue do fenômeno.

Dadas as razões para se considerar um terceiro momento de teorização do fenômeno, Jenkins (2015) define o ILF3 como uma fase em que o multilinguismo não deve continuar sendo visto como um aspecto do inglês como língua franca, mas como o cenário em que este se insere. Em outras palavras, o inglês passa a ser coadjuvante, cedendo o lugar protagônico ao multilinguismo. Nesta etapa conceitual do ILF, o inglês é alinhado a todas as demais línguas que atuam com função de língua franca em contextos multilíngues. Portanto, o ILF3 reconhece situações de interação em contextos de língua franca, cuja língua utilizada não é necessariamente o inglês, mas qualquer outra língua que os participantes compartilhem, podendo haver intervenções de outras línguas como o inglês, se os interlocutores julgarem válido.

Nesta terceira fase de conceitualização, Jenkins (2015) sugere então que o ILF seja visto como uma multilíngua franca, que, de acordo com a autora, seria uma “comunicação multilíngue em que o inglês está disponível como língua de contato de escolha, mas não é necessariamente escolhido” (JENKINS, 2015, p.73)⁵³. Ao contrário do que se pode pensar,

⁵³ No original: “Multilingual communication in which English is available as a contact language of choice, but is not necessarily chosen”.

não é uma proposta de mudança terminológica, mas de enquadre conceitual, entendendo a multilíngua usada em situação de língua franca como um conjunto de dispositivos linguísticos e paralinguísticos formado pelas L1, L2, Ln do falante de forma “tão profundamente interligada e fundida, que o nível de fluidez dificulta a determinação de quaisquer limites que possam indicar que existem diferentes línguas envolvidas” (MAKONI; PENNYCOOK, 2012 apud JENKINS, 2015, p.68).

O ILF3 ou inglês como multilíngua franca de Jenkins (2015) se assemelha consideravelmente ao conceito de translíngualismo de García e Wey (2013) e García e Otheguy (2015) como sendo múltiplas práticas discursivas empreendidas por falantes bi/multilíngues para se fazer entender em dada interação. O repertório linguístico do falante bi/multilíngue não é visto tradicionalmente como a coexistência de duas ou mais línguas na mente do indivíduo, mas como um sistema único fluido e modificado constantemente a partir das trocas linguísticas que o falante realiza nas diversas interações. O dispositivo linguístico deste falante deixa de compartimentar as aquisições em L1, L2 etc. e passa a compartilhar tudo o que é linguístico em um mesmo espaço mental. Este dispositivo único é acessado em absolutamente todas as interações multilíngues.

Dada a proximidade conceitual entre o inglês como multilíngua franca e o translíngualismo, cabe destacar alguns aspectos do multilíngualismo apresentados por Canagarajah (2011 apud JENKINS, 2015) que, a nosso ver, representam exatamente o ponto onde ambos conceitos coadunam:

1. A proficiência em línguas não é avaliada individualmente como competências separadas desenvolvidas para cada idioma. O que é enfatizado é o repertório – a maneira pela qual diferentes línguas constituem uma competência integrada.
2. Não é esperado o mesmo nível de proficiência em todas as línguas.
3. A utilização de línguas diferentes para finalidades distintas qualifica-se como competência.
4. A competência linguística não é tratada isoladamente, mas sim como uma forma de prática social e de competência intercultural.

Embora se aproximem no que diz respeito ao conceito, empiricamente, o ILF3 ou Inglês como uma multilíngua franca de Jenkins (2015) se distancia do Translíngualismo, pois

diferentemente do que apresenta a autora para esta terceira fase, o inglês **não** aparece potencialmente na “mistura” da língua de comunicação, ao contrário, o inglês ainda é **uma**, senão **a** opção. Quando o inglês aparecer apenas ou principalmente na “mistura”, no produto da negociação entre os falantes, estaremos de fato na era translíngua. Enquanto as línguas ainda forem tidas como códigos utilizados mais separado que conjuntamente e de forma mesclada e fluida não poderemos conceber as interações em multilíngua franca como práticas translíngues. No entanto, é bastante evidente que avançamos para este nível de comunicação multi/translíngua. Prova disso é que no ILF3 o inglês é visto (ainda não utilizado como tal) como uma entre muitas outras línguas, um recurso entre muitos disponíveis, sendo o inglês definido apenas por sua variabilidade, complexidade e natureza emergente dentro de um contexto multilíngua. Nesta terceira fase de teorização do ILF as outras línguas de comunicação global são reconhecidas e legitimadas, portanto, o ELF aqui apresentado, encaixa-se nessa perspectiva e deixa de ser uma realidade apenas empírica para ser contemplado na teoria.

Como sabemos, há uma infinita variedade de falantes usando o espanhol por motivos também variados. As andanças desses usuários deixam rastros que as intempéries modificam: spanglish, portunhol, língua de herança, língua nacional, língua adicional, língua franca, entre tantas outras atuações. Neste capítulo, procuramos refazer alguns dos caminhos percorridos pelos falantes de língua (s) espanhola (s), com o intuito de demonstrar o acentuado trânsito dos falantes pelo mundo e como isso se reflete na e pela língua. Pontuamos a construção ideológica do espanhol como língua nacional, visando a conformação do estado-nação e destacamos como tal manobra funciona como força tanto centrípeta quanto centrífuga, gerando, entre outras coisas, uma língua majoritária em detrimento das demais.

Além disso, apresentamos a visão de alguns autores sobre língua de herança e salientamos que a língua de herança não tem necessariamente uma função comunicativa, pois não tem uma área de uso exclusivo, tampouco exige de seu falante um alto nível de competência, podendo o FH estar muito mais ligado à língua por fatores culturais/familiares que propriamente linguísticos. Ressaltamos ainda que a condição de língua minoritária das LH's passa não só por fatores linguísticos (predominância de input da língua dominante), mas por fatores sociais, e, nesse âmbito, podemos atuar mais efetivamente, afinal, além da cultura xenófoba e monolíngua, existe a cultura da colonialidade que habita o inconsciente de muitos falantes, incluindo os pesquisadores que, no simples ato de nomear, perpetuam uma visão

segregacionista de língua superior X língua inferior, com classificações depreciativas quando se referem aos falantes de herança – semi-falantes e bilíngues transitórios, por exemplo.

Comentamos também sobre o fenômeno *spanglish*, uma função comunicativa escolhida/adotada/incorporada por muitos hispânicos nos EUA para marcar o (entre)lugar que eles ocupam. Como deixamos explícito, a nosso ver, o *spanglish* é uma modalidade discursiva, produto de uma demanda linguística e sociocultural e, neste ponto, ele se assemelha ao *portunhol* de fronteira que também é fruto de uma necessidade comunicativa e uma identificação sociocultural de um coletivo que habita um espaço que é por natureza (física e psicológica), uma zona de contato.

Enfatizamos que tanto os *portunhois* das fronteiras entre Brasil e outros países, quanto o *portunhol* do ensino-aprendizagem são línguas de comunicação, que merecem uma atenção diferenciada, pois os primeiros estão associados à identidade do povo que vive nessas regiões fronteiriças e o segundo aparece como uma estratégia do aprendiz em se comunicar na língua alvo no espaço instrucional. Entendemos que todos os *portunhois* são línguas de fronteira, sendo o do ensino-aprendizagem um processo de construção do repertório bi/multilíngue do falante, uma vez que se trata da fronteira entre o conhecimento linguístico que já se tem e o que está sendo construído.

Por fim, descrevemos uma função linguística que não se encaixa nos padrões de língua majoritária ou minoritária, mas, também, coloca o falante em uma situação de fronteira. Ou seja, o espanhol com função de língua franca surge num espaço híbrido constituído entre as contribuições culturais e linguísticas que cada falante traz para a interação. Não é a nossa língua, nem a língua do outro, mas o que vamos construir a partir da troca.

Neste capítulo, tratamos da desconstrução da dicotomia entre o espanhol como língua majoritária e minoritária, dissertando acerca da função comunicativa de língua franca. Uma prática intercultural que relativiza as relações de poder, pois a distância entre os interlocutores, os recursos linguísticos usados, absolutamente tudo é negociado e/ou criado durante a troca comunicativa. Na última seção, percorremos a trajetória teórica e prática dos estudos contemporâneos sobre função comunicativa de língua franca, com o objetivo de definir o conceito para, ao longo desta tese, sinalizar a atuação da (s) língua(s) espanhola(s) com essa função.

Após termos nos debruçado sobre algumas das funções da(s) língua(s) espanhola(s), nos dedicamos, no próximo capítulo, exclusivamente ao espanhol com função de língua franca. Para tanto, abordaremos conceitos fundamentais ao tema, como a interculturalidade, a globalização, políticas e ideologias linguísticas.

CAPÍTULO 3 - DA LÍNGUA DO IMPÉRIO AO IMPÉRIO DA LÍNGUA (PARTE I)

Onde os antigos homens colocavam uma palavra, acreditavam ter feito uma descoberta. Como é diferente a verdade! – eles haviam tocado num problema e, supondo que o tinham solucionado, haviam criado um obstáculo para a solução. – Agora, a cada porção de conhecimento com que nos deparamos temos de tropeçar em palavras mortas e petrificadas, e é mais fácil quebrarmos uma perna do que uma palavra.

(NIETZCHE, 1881)

3.1 Introdução

A História tem nos mostrado que a afirmação de que a língua sempre foi companheira dos impérios é verdadeira. Diferentemente do que afirmou Nebrija, no prólogo de sua Gramática da Língua Espanhola⁵⁴, em 1492, a língua “cresceu”, “floresceu”, porém não “murchou” com o império. Até o latim perdurou como língua de cultura e prestígio após a queda do Império Romano. Como se sabe, a língua é uma poderosa ferramenta e, nesse caso, o espanhol favoreceu o império enquanto este existiu. Contudo, esta mesma língua – não exatamente a mesma – não acompanhou a derrocada do império, demonstrando que ela é muito mais que um instrumento de dominação e opressão. Ou seja, ela é um repertório linguístico dinâmico (MARQUES, 2018), ela é ação de fazer-se ouvir e modificar o espaço por onde ela ecoa.

Este capítulo é o primeiro de uma sequência de dois capítulos sob o mesmo título que discute o uso da língua espanhola no mundo. Nesta primeira parte, lançaremos os temas centrais que estão imbricados no questionamento do lugar que o espanhol ocupa na atualidade. Iniciamos a reflexão abordando o fenômeno da globalização, cenário onde a língua espanhola atua de maneira incontestável. Além disso, passamos brevemente pela questão da interculturalidade, por entendermos que, uma língua que é usada em diversas partes do mundo, por falantes de diferentes *backgrounds*, não pode deixar de ter ressaltado o seu caráter essencialmente intercultural.

⁵⁴ No original: “...sáco por conclusión mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio; y de tal manera lo siguió, que junta mente començaron, crecieron y florecieron, y después junta fue la caída de entrambos...”.

Outro ponto crucial para a nossa reflexão são as políticas linguísticas que podem favorecer o fortalecimento da língua ou enfraquecê-la em nível global reduzindo-a ao uso nos países que a têm como língua materna⁵⁵. Na verdade, os dois capítulos aludem à questão de políticas linguísticas – práticas linguísticas nos níveis micro e macrosocial, mas também, e principalmente, ideologias que naturalizam determinada ordem das línguas (LAGARES, 2018). Contudo, o segundo capítulo, mais especificamente dedicará uma maior atenção ao tema da glotopolítica. Por fim, levantamos a possibilidade de ser a língua espanhola uma língua franca de alcance global, não nos moldes de difusão do inglês, mas uma língua de comunicação que é usada em diferentes lugares do mundo, por falantes diversos. Essa discussão será concluída no capítulo seguinte.

Objetivamos trilhar caminhos que possam viabilizar à língua espanhola o status que lhe é devido dentro da conjuntura atual. Para tanto, os primeiros parágrafos tratam do fenômeno da globalização e seu termo derivado, “glocalização” – ambiente de trocas de proporção mundial em que emerge a interculturalidade como um imperativo. Em seguida, apresentamos o conceito contemporâneo de língua franca como elemento eficaz na promoção e estabelecimento de encontros comunicativos interculturais. Toda a discussão será permeada por reflexões sobre a língua espanhola – objeto que motiva todos os questionamentos. Com o intuito de ambientar o tempo e o espaço em que a língua espanhola (seus diversos falantes), na nossa ótica, reclama seu devido reconhecimento, inquiremos sobre seu papel em um mundo que vive o fenômeno contemporâneo da globalização.

3.2 Globalização ou glocalização?

O mundo atual vive o fenômeno da chamada globalização, da conexão, do contato entre pessoas que estão em extremos geográficos (culturais, ideológicos, sociais etc.) opostos. A onda globalizante desses tempos contemporâneos, entre outros aspectos, possibilita que as características de uma comunidade remota sejam conhecidas por indivíduos membros de outra comunidade que vivem em outro extremo do planeta. Não se trata de qualificar tal marco histórico como positivo ou negativo, porque há sempre os dois lados. A globalização precisa ser assumida tanto por suas glórias quanto por seus crimes (MIGNOLO, 2003). O fato de tal

⁵⁵ Para os fins desta pesquisa, entendemos que os conceitos de primeira língua, língua nativa e língua materna funcionam como sinônimos e se unem sob o rótulo de L1, opondo-se às L2, L3 etc. Adotamos a noção dos estudos de Aquisição de Segunda Língua, que reconhecem que todas as classificações apresentadas acima “assumem ser a L1 uma língua adquirida na primeira infância – normalmente iniciada antes dos três anos de idade – e que são aprendidas como parte do desenvolvimento da criança, juntamente com as pessoas que falam esta mesma língua”. (SAVILLE-TROIKE, 2006, p. 4 – tradução nossa).

fenômeno conectar pessoas de todo o mundo por meio da tecnologia, viagens de longa distância cada vez mais rápidas, etc. não significa que não haja mais desigualdades ou que todas as populações que habitam esta rede mundial complexa de aldeias (BLOMMAERT, 2010) a ocupam em posições equiparáveis, até porque,

a globalização é desigualmente distribuída ao redor do globo, entre regiões e entre diferentes estratos da população dentro das regiões (...) Entretanto, as evidências sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda parte, incluindo o Ocidente, e a “periferia” também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual. (HALL, 2006, p. 21).

No entanto, é neste contexto que se configura um cenário novo no que diz respeito à visibilidade dos incluídos e dos excluídos sociais. Nunca se discutiu tanto a questão das minorias étnicas, linguísticas, modos de vida e costumes desconhecidos, entre outras questões. Concordamos com Hamel (1993) que esta conexão se dá sob uma hegemonia, cada vez mais contestada, dos países imperiais centrais e associações multinacionais. Prova desta conexão é a afirmação do mesmo Hamel (op.cit.) de que, vivenciamos uma *estadunidensização* do mundo, uma *hispanização* e *chinização* dos EUA e Canadá, uma *arabização* da Espanha e França etc. A globalização é um acontecimento contemporâneo de mudança, de movimento, nada está encerrado, os invisibilizados também estão sob a luz e, embora continuem muitas vezes ocupando o mesmo lugar, estão agora sob a ótica do mundo e bem mais expostos que antes para contestarem e serem contestados.

A globalização, na realidade, é uma moeda valiosa, com uma face homogeneizante e outra heterogeneizante. Ao mesmo tempo em que tendências de uma dada cultura são difundidas globalmente e aderidas por muitas outras culturas, traços particulares, antes nunca notados, de cada uma delas se fazem evidentes em meio ao que lhes é comum. Ou seja, a interação promovida pela globalização pode gerar uma homogeneização ou uma “onda” intercultural.

Todo esse contato hetero/homogeneizante acontece através da comunicação, mais especificamente, pela língua. A língua é o veículo para a mundialização das informações (ESTERMANN, 2010, p. 16), mas como se trata de um veículo, é governado por sujeitos e não informa simplesmente, mas forma, reforma e deforma. Se a língua intervém nos sujeitos envolvidos na interação, seu uso é uma atividade política que reflete as predileções ideológicas de quem representa (RAJAGOPALAN, 2004). Prova disso são as marcas de políticas imperialistas em línguas internacionais de origem europeia como o espanhol, o português, o francês e o inglês. No entanto, esta última avança a passos largos no seu processo

de desterritorialização, o que a eleva da condição de língua internacional para a de língua do mundo e não apenas do império.

O inglês é a língua global dos dias atuais devido a sua primazia, afinal, é o idioma mais falado entre não-nativos de todo o mundo, o que possibilita relações comerciais entre diferentes grupos econômicos, bem como o compartilhamento de saberes através de inúmeras produções científicas neste idioma. Os motivos que o levaram a obter o status de principal língua de comunicação internacional de todos os tempos são de ordem política, econômica, religiosa e militar. Entretanto, na era da globalização, o tempo é o agora, é tempo e é espaço, é como Jorge Luis Borges (1899-1986) escreveu no conto *El jardín de senderos que se bifurcan*, de 1941. Segundo o autor, o tempo é como um jardim labiríntico com muitas sendas, todas acontecem ao mesmo tempo. Trazendo a alegoria para a discussão em pauta, em uma dessas sendas, o inglês é a língua do mundo, em outra, o espanhol percorre caminhos outros que parecem conduzi-lo para uma vereda comum na qual o inglês se move – é a via da língua franca (LF). Assim, pode-se afirmar que, a trajetória do espanhol na atualidade reflete um reposicionamento da língua em níveis globais e isso é inquestionável. A pergunta, portanto, é: qual o lugar da língua espanhola no atual cenário global/‘glocal’?

Isto dito e com o fim de problematizar a realidade do espanhol no mundo, nos posicionamos diante da dualidade global *versus* ‘glocal’. O termo ‘glocalização’ parece ter surgido em reação a uma globalização tida unicamente como homogeneizante. É como se tentassem fazer a contraproposta terminológica, acrescentando o reconhecimento daquilo que é diferente, singular. No entanto, Robertson (1995), o teórico que cunhou o termo “glocalização”, defende que a globalização *per se* produz, inexoravelmente, uma localização. Segundo o autor (op.cit. p. 30), “a globalização envolve a simultaneidade e interpenetração do que convencionalmente chamamos de global e local, ou universal e particular”. Logo, não seria necessária a implantação do conceito de ‘glocalização’, pois o local é um aspecto da globalização. As mensagens culturais que emanam de um centro propagador são recebidas e interpretadas de formas variadas a depender das particularidades do grupo local que as recebe. Na globalização, o local e o global são aspectos indissociáveis, pois tudo o que se irradia como global, ao ter contato com os diversos locais, sofre modificações e assume marcas particulares. Como assinala Hall (2006, p. 26),

a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do “global” nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do “local”. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes.

A globalização proporciona a difusão de ideias, ao mesmo tempo em que dá visibilidade ao local. Ou seja, são processos interdependentes. À medida que determinadas perspectivas ganham o mundo e se tornam comuns a todos, surge em cada indivíduo a necessidade de manter sua singularidade, de resguardar o que lhe é particular. Este é um movimento natural do ser humano. Segundo Bravo (2005), o ser social tem dois desejos para sua imagem pública: (i) o desejo de afiliação e (ii) o desejo de autonomia. O primeiro trata da necessidade do indivíduo de sentir-se parte de um grupo e encontrar apoio e prestígio nesta comunidade que possui práticas semelhantes às dele. O segundo refere-se à necessidade de manter seu território inviolado, isto é, preservar aquilo que o difere dos demais, aquilo que lhe permite atuar como indivíduo e não como coletivo. Ambos os desejos de imagem pública coexistem no sujeito que tenta diariamente administrar essas expectativas nas diversas interações. O mesmo acontece com o conceito de globalização que, de uma só vez, incorpora o global e o local – o universal e o singular.

É evidente que as tensões entre o global e o local são inevitáveis e essa balança nunca é equilibrada, ela está sempre pendendo para um lado. Ora se enfatiza o global, reduzindo a exposição do local, ora se destaca o local. Contudo, muitos autores, como Barber (1992 apud ROBERTSON, 1995), vêem esta balança com um peso maior no efeito global, tendendo de forma desigual para o universalismo. Para Barber (*op.cit.*, p. 33), a globalização se opõe à localização devido a inúmeros imperativos como o de mercado, o da informação tecnológica, entre outros. Segundo ele, cada uma dessas regras que ganha o mundo o encolhe e diminui as fronteiras nacionais, atropelando o que é particular e ocasionando um processo de homogeneização e despolitização.

Sobre a homogeneização mencionada por Barber (*op. cit*), é preciso voltar à concepção de tempo de Borges para entender que os fenômenos de homogeneização e heterogeneização ocorrem de forma simultânea em um mesmo espaço, portanto, estão igualmente disponíveis. A disparidade na balança não é resultado da globalização, mas consequência de gerações acríticas e despolitizadas. Uma enorme quantidade de informação circula pelo mundo em segundos e está disponível para quem deseje acessá-la, isso é globalização, e em princípio, não é um problema. Tampouco é problemático saber que as elites (classe dominante) utilizam a globalização para exercer seu poder político, econômico, cultural etc., no mundo. As relações de poder sempre existirão, (i) sempre haverá o “norte” dos mais favorecidos e o “sul” dos marginalizados, ainda que o sul passe a norte e o norte a sul em determinados eventos e (ii) sempre existirá o sul dentro do norte e o norte dentro do sul. O que se deve combater é a ausência, a não presença de uma conscientização por parte do

indivíduo que, queira ou não, é cidadão desta complexa *pólis* que se chama mundo. O despolitizado é aquele que desconhece sobre o funcionamento das relações de poder, que não compreende as relações capitalistas de acumulação e exploração, que não entende que,

[...] tudo o que existe foi produzido historicamente, pelas relações entre os homens e o meio em que vivem. Ou melhor, entre os homens, intermediados pelo meio em que vivem. E que, portanto, tudo o que foi construído pelos homens pode ser desconstruído e reconstruído. Que tudo é histórico. Que a própria separação entre sujeito e objeto – que nos aparece como "dada" – é produzida e reproduzida cotidianamente mediante relações econômico-sociais alienadas. (SADER, 2007) ⁵⁶

Deste modo, o indivíduo, que toma consciência dessas questões que o cercam, atua de forma diferente, porque vê toda essa dinâmica de forma crítica. Ele deixa de ser assujeitado para ser sujeito da sociedade global, porque desenvolve o que Estermann (2010) define como a *hermenêutica de suspeita*, uma prática que consiste no questionamento dos discursos que se pretendem universais. Para ele, a suspeita deve estar dirigida à suposta validade do termo “universal”. Mais adiante, em seu artigo sobre interculturalidade, o autor amplia sua visão sobre o tema e lança a *hermenêutica de suspeita intercultural (HSI)*, que implica o reconhecimento e consideração do outro e tudo o que envolve o outro – contexto cultural. Na sua concepção, o sujeito que adota a HSI se pergunta constantemente se o que para ele tem determinado significado para o outro também o terá (ESTERMANN, op.cit.)

Entretanto, por que ser politizado se as relações de poder continuarão existindo? Com certeza não é por mera constatação, mas para que os indivíduos se coloquem simetricamente em uma posição que lhes permita reivindicar o lugar de poder. O sujeito politizado desestrutura as bases de poder, destituindo-as da imutabilidade e garantindo o livre acesso a este posto que será ocupado por diferentes pessoas a depender do evento comunicativo. Em geral, não há simetria interpessoal nas diversas interações, porém, há espaço para que ambos os interlocutores ocupem a posição de poder em algum momento, ou seja, é uma troca, é um intercâmbio comunicativo.

Portanto, frente a isso, faz-se necessário retomar os argumentos de Barber (1992 apud ROBERTSON, 1995) para admitir justamente o contrário – o encurtamento das fronteiras nacionais não atropela necessariamente as particularidades e a globalização não é o agente culpado pela despolitização e homogeneização. Como mencionado anteriormente, é o homem quem constrói, reconstrói e desconstrói sua realidade, de modo que, se ao longo da história da

⁵⁶ Disponível em: http://www.clipping.uerj.br/0009495_v.htm. Acesso em 22 jul. 2015.

humanidade muitas línguas foram (e continuam a ser) subjogadas, parece que justamente na era da globalização tem se travado a batalha pelas minorias linguísticas. Em outras palavras, o encolhimento das fronteiras fez com que se pudesse ver mais de perto a distribuição e atuação das línguas no mundo. É o que Dietz (2012 apud GUILHERME; DIETZ, 2014) chama de *paradigma da diversidade*, o qual permite uma análise intercultural que atravessa essas fronteiras, enfatizando a interação que se produz entre dimensões identitárias heterogêneas.

A partir desta compreensão sociopolítica, abordamos a interculturalidade, premissa de uma língua que se recusa a encarcerar-se sob o único rótulo de língua materna (LM). Com isso, não pretendemos defender uma língua autônoma que independe de seus falantes, mas demonstrar que muitas vezes a língua ganha proporções não planejadas no seu uso. Claro que por meio de seus falantes, ainda que de forma não intencional. Neste caso, os falantes que usam o espanhol como língua adicional⁵⁷ ou como uma prática translíngue (habilidade do falante multilíngue explorar todo o seu repertório linguístico para se fazer entender) – minoria se comparados aos que o usam como língua materna – são os que o impulsionam nesse redimensionamento que extrapola os limites de uma LM. Isso não significa que os falantes de uma LM não interajam entre si interculturalmente, mas quando a língua agrega outras funções além de ser uma LM, a massa de falantes que passa a utilizá-la a enriquece na diversidade de *backgrounds* trazidos por cada interlocutor.

3.3 O intercultural da língua espanhola, ou seria de seus usuários?

Tal qual línguas majoritárias como o inglês, o francês e o árabe, o espanhol é uma língua internacional porque sua propagação atravessa inúmeras fronteiras e alcança uma pluralidade de nações. Esta língua, de algum modo, une cubanos, espanhóis, equatorianos, os hispanos dos EUA, entre tantos outros. Esse vínculo pela língua se dá muito mais por uma questão histórica e menos por uma questão estrutural, afinal, essa língua comum é a norma culta, distante de muitos e diversos grupos de falantes. Portanto, é perfeitamente possível que um paraguaio de nível sociocultural mais baixo não entenda um mexicano mais escolarizado, e vice-versa. A hipótese de ininteligibilidade não elimina a possibilidade contrária, ou seja, a mútua compreensão a partir do uso que cada um faz de seu espanhol em situação de língua franca. É o que Fidel Castro disse quando visitou o Chile em 1971, quando, na ocasião, ele

⁵⁷ Termo utilizado no Brasil em referência a situações de uso entre falantes de mais de uma língua, o que parece se dar com a dupla intenção de ressaltar o caráter plurilíngue das sociedades tidas como monolíngues, e de contemplar usos locais do espanhol em países como o Brasil (JORDAO, 2014).

comentava sobre a realidade de sair de Cuba, viajar 10.000 km de avião e continuar falando espanhol. O então presidente cubano termina sua fala questionando como identificar um chileno, por exemplo, como estrangeiro, se eles se entendem e compartilham os mesmos sentimentos.

Em consonância com o comentário de Fidel, Fanjul (2004), ao discorrer sobre as variedades da língua espanhola e sobre as delimitações nacionais do idioma, afirma que os traços objetivos (linguísticos) e os traços subjetivos (atitudinais) dos falantes dificilmente serão exclusivos de uma única variedade, mas, ao contrário, podem ser compartilhados em latitudes muito distantes. Ainda segundo o autor, a aparição desses traços é irregular, intermitente e descontínua, tendo maior concentração em alguns territórios, sendo (possivelmente) inexistente em outros etc.

Essa mesma língua⁵⁸ (ou línguas espanholas) também diferencia os nativos ao carregar marcas identitárias/culturais de cada comunidade que a usa. Segundo Rupérez e Fernández (2012, p. 14)⁵⁹, “o fato de uma mesma língua ser idioma de comunidades políticas diferentes, não apaga as características identitárias de cada uma, mas as projeta...”⁶⁰. Ou seja, a língua em si não anula os traços culturais do falante, mas o uso que se faz dela pode escamotear características próprias do sujeito que a utiliza. Com isso, não queremos defender um pensamento monoglóssico, onde mudanças na língua implique perdas identitárias etc.,

Uma das consequências do pensamento monoglóssico foi a identificação da linguagem como instituição cultural, sendo a língua o símbolo da coletividade. Como resultado desta errônea identificação, se supõe a necessidade de que exista uma semelhança formal entre o símbolo (a língua) e a instituição cultural (o comportamento linguístico das pessoas). (DEL VALLE, 2007c)⁶¹.

⁵⁸ Esse objeto língua é uno, embora em meio a sua unidade exista uma pluralidade que lhe é inerente. A realidade multifacetada da língua justifica a diversidade teórica na Linguística, afinal são necessários muitos e variados olhares para cobrir toda a superfície desse objeto. A língua é cara à Linguística exatamente porque a impele a abrigar múltiplas perspectivas, o que fundamenta, por exemplo, o imperativo da interdisciplinaridade. Embora haja muitas perspectivas para se abordar a língua, neste trabalho, assumimos uma noção de língua como conjuntos de recursos móveis e como repertório linguístico dinâmico (MARQUES, 2018). Esta perspectiva entende língua muito mais como atividade que estrutura propriamente dita. Segundo Pennycook (1994 apud RICENTO, 2000), a língua está nas ações sociais e não é um sistema dado, mas resultado de uma vontade da comunidade.

⁵⁹ Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

⁶⁰ No original: “el hecho de que una misma lengua sea idioma de comunidades políticas diferenciadas, lejos de dañar los referentes de identidad de cada una, los proyecta...”.

⁶¹ No original: “Una de las consecuencias del pensamiento monoglósico ha sido la identificación del lenguaje como institución cultural con la lengua como símbolo de la colectividad. Como resultado de esta errônea identificación, se ha supuesto la necesidad de que exista una similitud formal entre el símbolo (la lengua) y la institución cultural (el comportamiento lingüístico de la gente)”. Esta citação de Del Valle (2007) não tem paginação, pois foi retirada do endereço eletrônico: <https://miradassobrelalengua.blogia.com/2007/062001-jos-del-valle-universidad-de-nueva-york-mirada-te-rica-tendencias-del-espa.php>. Acesso em julho de 2018.

Marcamos apenas que há relação entre ambas e que, a língua, quando em uso, ao mesmo tempo em que reflete a identidade do falante, a constitui a partir das trocas interpessoais.

Quando se trata de língua, o desejo de afiliação não pode apagar o sujeito que fala para que ele se associe às práticas sociais do grupo com que interage. Neste tema particular, o desejo de afiliação deve ser atingido por meio da prática intercultural, em que ambos os interlocutores respeitam as diversas identidades⁶² que emergem na interação através da língua dos falantes. Tentar apagar traços singulares que o diferenciam do interlocutor, para ser aceito em determinada comunidade linguística, não é uma prática eficaz. Ou seja, é fundamental respeitar a alteridade para ser valorizado e requisitado em um grupo, é indispensável atuar como um cidadão intercultural.

De acordo com Estermann (2010), o objetivo da interculturalidade é a convivência pacífica entre os seres humanos. Já não há como se retirar a um espaço blindado, onde o ser é invulnerável, como se acreditava em tempos remotos. Os muros caíram e o espaço é um só – é globalizado, portanto, conviver é preciso. Segundo o autor, as diferentes culturas se encontram em todos os lugares e se não se pretende uma guerra de todos contra todos, é imprescindível estabelecer e cultivar um diálogo entre culturas – uma troca comunicativa intercultural.

Recuperando as relações de poder já citadas, pode-se dizer que a consciência político-cultural promove um diálogo entre norte e sul, com o enriquecimento de ambas as partes e o deslocamento dos pólos. Nesse pormenor, Boaventura de Sousa Santos (1999 apud GUILHERME, 2007) acrescenta que desenvolver uma consciência intercultural – de abertura e tolerância ao que é trazido pelo outro em um primeiro momento – implica reconhecer a incompletude de sua própria cultura, entendendo que a completude é inalcançável, e somente pelo diálogo se mantém o movimento oposto à inércia da clausura em sua cultura.

Nós entendemos que a interculturalidade deveria ser um conceito fortemente atrelado à realidade de todas as línguas atuais, em especial aquelas de grande alcance. Com a língua espanhola não deveria ser diferente, uma vez que esta reflete uma contestação com base nas necessidades identitárias dos povos que a falam como primeira língua ou *n*-língua (segunda língua, terceira...). Após tantos séculos de dominação espanhola na América, parece que os

⁶² O termo ‘identidade’ é sempre plural, porque, como disse Hall (2006), a identidade muda de acordo como o sujeito é interpelado ou representado. A identidade é vista como a posição que o sujeito ocupa em dado contexto. Se a identidade do sujeito pós-moderno não é única, por que a língua o será?

hispano-americanos⁶³ aprenderam com o Império e agora, conscientemente ou não, repetem a prática autoritária com os do sul, sejam os sulistas nativos⁶⁴ de espanhol de países com menos prestígio político e econômico (como Bolívia, Equador, Venezuela, entre outros), sejam falantes não nativos (como é o caso dos brasileiros). Visto que a interculturalidade significa descentralizar os pontos de vista e ampliar as visões de mundo (GARCÍA MARTÍNEZ; ESCARBAJAL FRUTOS; ESCARBAJAL DE HARO, 2007), ela interrompe esse círculo vicioso com ranço colonial e restaura o traço⁶⁵ [+ humano] da humanidade, tornando-a sensível às particularidades do outro e respeitosa com a diferença. Segundo Walsh (2008, p.11)⁶⁶,

[...] a interculturalidade reside na necessidade de uma transformação radical das estruturas, instituições e relações da sociedade; por isso, é o tema central de um projeto histórico alternativo. Efetivamente, sem esta transformação radical, a interculturalidade se mantém apenas no plano funcional e individual, sem afetar de forma direta a colonialidade da estrutura social e, portanto, o caráter monocultural, hegemônico e colonial do Estado.

Deste modo, não cabe impor ao interlocutor a variedade x ou y do espanhol – exercício de uma colonialidade de poder (CHIVI VARGAS, 2007 apud WALSH, 2008), em que falantes de determinada variedade se julgam superiores a falantes de outras variedades – mas aceitar o espanhol que é do outro, que é a *linguacultura*⁶⁷ (FANTINI, 1997 apud SIQUEIRA, 2011) do interlocutor. Usar o espanhol como língua franca, na nossa visão, é uma postura eminentemente intercultural porque, assim como o primeiro conceito implica negociação entre os participantes, o segundo implica “... o aumento da capacidade de comunicação e interação com pessoas culturalmente diferentes e o fomento de atitudes favoráveis à diversidade cultural ”⁶⁸ (GARCÍA MARTÍNEZ; ESCARBAJAL FRUTOS; ESCARBAJAL DE HARO, 2007, p. 90). Tendo em vista que a língua é uma construção

⁶³ Optamos por utilizar hispânicos e hispano-americanos como sinônimos neste trabalho, opondo os falantes de espanhol como língua materna daqueles que não o são. Os termos, embora silenciem as milhares de vozes indígenas, fazem um recorte para os fins desta tese.

⁶⁴ A escolha por usar a díade nativo/não-nativo foi simplesmente para marcar os falantes que têm a língua como primeira e os que não a têm, pois reconhecemos que tais rótulos são discriminatórios em diversos aspectos.

⁶⁵ O traço semântico [+ humano] se opõe ao traço [- humano]; trouxemos este termo da Linguística para a Linguística Aplicada com o objetivo de marcar certa característica da humanidade, sua sensibilidade racional a tudo o que envolve uma interação.

⁶⁶ No original: “[...] la interculturalidad se asienta en la necesidad de una transformación radical de las estructuras, instituciones y relaciones de la sociedad; por eso, es eje central de un proyecto histórico alternativo. Efectivamente, sin esta transformación radical, la interculturalidad se mantiene solo en el plano funcional e individual, sin afectar en mayor medida la colonialidad de la estructuración social y, por ende, el carácter monocultural, hegemónico y colonial del Estado”.

⁶⁷ O conceito de *linguacultura* é utilizado para marcar a intrínseca associação entre língua e cultura.

⁶⁸ No original: “...el aumento de la capacidad de comunicación e interacción con personas culturalmente diferentes y el fomento de actitudes favorables a la diversidad cultural”.

social, o espanhol como língua franca representará uma comunidade global de falantes interculturais. Por fim, a interculturalidade significa intercâmbio, assim como a língua franca que só se materializa na troca comunicativa, posto que não existe fora da interação. Isto é, ela se constrói a cada ato comunicativo e se dissolve logo adiante, e assim sucessivamente.

Portanto, argumentamos que o espanhol, na sua condição de língua franca, é também uma iniciativa para interculturalizar, plurinacionalizar e descolonizar a língua. Isso acontece porque desestabiliza a ideologia hegemônica, já que se constrói tão somente no diverso da interação, na pluralidade de identidades e *linguaculturas* ali envolvidas e não se fundamenta no conceito de monolinguismo ou qualquer outro conceito de unidade linguística. Deste modo, o ELF (espanhol como língua franca) contribui com um processo de plurinacionalização, ao demandar do estado nacional (através do uso estendido do espanhol com função de língua franca) uma reconfiguração que legitime uma planificação linguística, cuja abrangência contemple a diversidade da língua espanhola propriamente dita e dos povos que a falam, pois como afirma Bonfil Batalla (1992 apud GARCÍA, 2007), na América Latina há muito mais povos que estados nacionais, mas a condição de sociedade plural não foi reconhecida por esses estados que, por razões relacionadas a poder, simplesmente forjaram uma única língua, uma única raça, uma mesma história e uma cultura supostamente monolítica e comum.

Em outras palavras, a interculturalidade, ao ser adotada pelo cidadão de cada um destes estados como parte da política linguística interna, serve como um poderoso mecanismo para uma efetiva plurinacionalização que, entre outras coisas, favorecerá a descentralização de uma língua que se mostra – por meio de seus falantes – superior às outras. A descolonização linguística reflete a dissolução do discurso de poder (que explora as demais comunidades em benefício de uma única) e a atuação diferenciada dos falantes de uma ou mais variedades de prestígio social, econômico e/ou político que antes se sobrepunha às demais línguas locais e às variedades do espanhol.

Reconhecer que não há um único espanhol entre os nativos e que não há apenas o espanhol dos nativos, não desvaloriza a língua, pelo contrário, lhe garante um valor global, cosmopolita. Esta é uma questão muito cara aos nativos da língua espanhola. A palavra de ordem é manutenção. Os peninsulares pretendem manter a suposta unidade linguística (leia-se variedade peninsular em toda Espanha e América Latina) e os hispanoamericanos querem salvaguardar suas variedades. Por conta disso, quando se fala em extensão da língua aos não-nativos, parece haver uma preocupação muito grande em perdê-la. Mais ainda, é como se a expansão da língua estivesse associada ao seu desaparecimento. Embora este seja um medo

compartilhado por estudiosos latino-americanos e peninsulares, os motivos que os unem neste receio podem ser diferentes. Enquanto a Espanha anseia por retomar a representatividade da variedade castelhana nos mais diversos âmbitos, ou seja, político, linguístico, econômico etc., os países hispano-americanos desejam manter a língua viva, sem qualquer anulação do espaço já conquistado para cada uma de suas ricas variedades. Como assegura Vázquez (2008a, p. 94),⁶⁹

situados em diferentes perspectivas, para os espanhóis, o desafio é a preservação da unidade e a legitimidade da norma peninsular. Já para os hispanoamericanos, é o respeito a sua variedade e à tarefa realizada por gramáticos como Andrés Bello, Rufino José Cuervo, Miguel A. Caro que não são reconhecidos pelos acadêmicos espanhóis.

Isto é, o colonizador parece seguir realizando uma política imperialista e a política protecionista do colonizado parece atender ao objetivo normatizador e dominador de uma única variedade – a castelhana, a do centro-norte peninsular. Frente a tal cenário, acreditamos ser preciso se repensar a atual política linguística para a língua espanhola em nível global. Para nós, o caminho a ser percorrido de uma história de poder centralizador a uma história de poder descentralizado passa por uma política linguística global, mais especificamente, pela glotopolítica do espanhol com função de língua franca.

A colonização teve uma política homogeneizante, assim como o tem igualmente o atual processo de globalização. Diante disso, cabe perguntar: seria a globalização um imperialismo disfarçado? Alguma vez estivemos livres de políticas imperialistas? Como já foi dito anteriormente, a globalização será tida como um imperialismo com uma nova roupagem apenas para o cidadão despolitizado e acrítico. O cidadão cosmopolita, portanto, intercultural, sabe que sempre haverá alguém seduzido por instituir um império, mas quem legitima a história são os sujeitos políticos que atuam nela. A real internacionalização da língua espanhola e sua efetiva desterritorialização não a enfraquecerão; ao contrário, a fortalecerão globalmente, a depender da atuação do sujeito falante dessa língua, ou seja, como ele intervém na língua. Um espanhol desnacionalizado não é um espanhol esvaziado, mas um espanhol preenchido e enriquecido pelas mais diversas nuances identitárias de seus falantes, sejam estes nativos e/ou não nativos. As formas inovadoras que emergem em uma interação em espanhol com função de LF não debilitam a língua, mas a fortalecem, posto que os falantes têm um papel ativo na constituição do que é a língua em uso, promovendo mudanças

⁶⁹ No original: “Ubicados en diferentes perspectivas, para los españoles el desafío es la preservación de la unidad y la legitimidad de la norma peninsular. Para los hispanoamericanos, en cambio, es el respeto a su variedad y a la tarea desplegada por gramáticos como Andrés Bello, Rufino José Cuervo, Miguel A. Caro que no son reconocidos por los académicos españoles”.

e manutenções, aceitando/legitimando esses usos contextuais que surgem para satisfazer as necessidades comunicativas dos interlocutores envolvidos em um intercâmbio pontual.

Segundo Rupérez (2012), a língua proporciona um sentido de pertencimento porque delimita um coletivo social e lhe confere uma marca identitária e, como foi dito anteriormente, o ser humano precisa dessa afiliação. Reconhecer a língua espanhola como língua franca nos moldes que defendemos, promovendo-a internacionalmente como língua de comunicação, parece provocar nos hispânicos um sentimento semelhante ao que retrata Galeano (1940) em seu poema *El miedo*⁷⁰,

Em uma manhã, nos presentearam um porquinho - da - índia, chegou a casa em uma gaiola. Ao meio-dia abri a porta da gaiola. Voltei à casa ao anoitecer e o encontrei exatamente como o havia deixado, dentro da gaiola, agarrado às grades, tremendo de medo da liberdade.

Ou seja, fazendo uma associação com o que Galeano chama de “medo da liberdade”, os nativos de língua espanhola parecem temer o desconhecido e, por isso, se agarram a antigos conceitos que, na nossa visão, não fazem sentido. O temor pode ser atribuído a muitos fatores, desde um medo natural ao que não se conhece, passando pelo medo de uma modificação na língua que a faça irreconhecível para os próprios nativos, até mesmo uma falsa campanha do espanhol com função de língua franca, servindo de pretexto para o governo espanhol lucrar com a venda dessa ideia e se beneficiar economicamente, explorando a língua e os demais países que a tem como LM. A liberdade que o uso do espanhol como língua franca pode trazer aos nativos é a possibilidade de se comunicar em qualquer lugar por meio de sua língua. Não se trata de uma campanha monolíngue, afinal, como disse Anna Bosch (2011)⁷¹,

Quando você fala apenas uma língua, você só participa do que é falado nessa língua e isso faz com que “os outros” conheçam o monolíngue do império melhor do que o monolíngue conhece “os outros”.

O que pretendemos, ao propormos um repensar do papel da língua espanhola no mundo, é fortalecer não só a língua em si, mas tudo o que a envolve – falantes, marcas culturais, economia, entre outros.

⁷⁰ No original: Una mañana nos reglaron un conejo de indias. Llegó a casa enjaulado, Al mediodía, le abrí la puerta de la jaula. Volví a casa al anochecer y lo encontré tal como lo había dejado: jaula adentro, pegado a los barrotes, temblando del susto de la libertad.

⁷¹ Disponível em: <<http://blog.rtve.es/desdelondres/2011/07/la-lengua-del-imperio.html>>. Acesso em set. 2017. No original: “Cuando solo hablas una lengua, solo te enteras de lo que se dice en esa lengua. Y eso lleva a que “los otros” conozcan al monolingüe del imperio mejor de lo que el monolingüe del imperio conoce a ‘los otros’ ”.

Ao se fazer uso do espanhol como língua franca (ELF), o sentido de pertencimento não será perdido, tampouco as marcas identitárias se desvanecerão diante do contato com outras tantas *linguaculturas*. A única mudança, acreditamos, será a delimitação do coletivo que ganhará proporções globais e, ao receber novas dimensões, sofrerá um remodelamento por articular-se às transformações econômicas e tecnológicas do fenômeno da globalização, bem como por abrigar diferentes concepções de mundo. Não é uma conta de subtração, mas de adição, a língua espanhola será de todos que se autorizem a usá-la. No caso do ELF, ser de todos os falantes não é o mesmo que ser de ninguém, porque o ELF não está apenas no plano do discurso, não é bandeira de uma política linguística, tampouco argumento base de certa ideologia. O espanhol usado com função de língua franca é real, concreto e emergiu nas práticas comunicativas interculturais. Sob tal perspectiva, podemos afirmar que é preciso superar a história passada e começar a fazer uma nova história. Se os nativos da língua se fecham, resistindo, por exemplo, aos efeitos advindos do processo de globalização – o que é praticamente impossível – a língua será local ou regional (OSTLER, 2010), pois embora sejam muitos, os nativos estarão ilhados para se comunicar em espanhol.

Em outras palavras, um espanhol com função de LF não acaba com as identidades culturais, embora possa deslocá-las. Nesse pormenor, segundo Hall (2006, p. 13),

no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica.

É justamente através dessa representação que é gerado o sentimento de identificação. Para Hall (op.cit.), a construção de uma cultura nacional favoreceu, entre outras coisas, a formação da ideia de uma única língua como o meio dominante de comunicação em toda a nação. Mas a cultura nacional é um sistema de representação inventado, criado juntamente com a ideia de cultura unificada e língua única. As culturas, na verdade, nada mais são que

um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (HALL, op.cit., p.17).

Portanto, pode-se observar que não há unidade em nenhuma esfera. Se as nações modernas são, todas, cada vez mais, híbridos culturais (HALL, op.cit.), por que a língua haveria de ser diferente? Na era da globalização, onde as coisas se revelam porque não há como se manterem veladas, as identidades nacionais/culturais estão em decadência junto com

o conceito de cultura nacional. O laço de fumaça feito com as culturas nacionais monolíngues se desata para atar-se a outra representação cultural. Novos laços, novas identidades globais e locais — identidades marcadamente híbridas — estão ocupando o lugar, que outrora foi da chamada identidade nacional. Os lugares são os mesmos, entretanto, o espaço agora é interseccionado, é globalizado, podendo ser atravessado, ocupado e remodelado por diferentes identidades. No que diz respeito às novas identidades locais, mais especificamente, elas são novas porque reagem à força homogeneizante da globalização, e se fazem globais porque se unem a outros coletivos em nome de uma causa que lhes é comum.

Ao entendermos que não há perda de identidade nesse processo, mas deslocamento desta, tudo o que envolve o ser, inclusive sua língua, será igualmente deslocado. No caso da língua, ela será transferida de um espaço delimitado a um espaço sem limites ou fronteiras — um espaço global. Uma vez que a internacionalização do espanhol seja promovida a níveis globais por falantes nativos (principalmente) e não-nativos, o número de falantes não nativos crescerá e a circulação da língua acompanhará o aumento do valor de mercado do espanhol e, conseqüentemente, movimentará a economia dos países que o têm como língua materna. Entretanto, o argumento a favor da expansão do espanhol a níveis globais vai muito além de uma questão financeira e atinge profundamente a visão que se tem dessa língua como patrimônio de mais de 400 milhões de nativos, como língua que cresce em grandes proporções nos EUA, língua com uma vasta história, rica culturalmente, língua de origem latina de maior expressão no cenário mundial, salvo alguns contextos específicos em que o francês e o português são mais representativos, e que, portanto, será mais facilmente aprendida para continuar a ser amplamente usada como uma língua de comunicação internacional.

3.4 Entendendo a língua espanhola como língua franca global

Nesta seção, com base no que foi postulado anteriormente, apresentamos alguns estudos sobre o ELF para marcar o que não é a LF que defendemos baseados nos estudos atuais (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015). Expomos o que entendemos por um espanhol com uso de língua franca e encerramos discorrendo sobre as ideologias que interferem direta ou indiretamente na legitimação do que estamos aqui cunhando de ELF.

Nas próximas linhas discutimos os conceitos apresentados em dois trabalhos voltados para o espanhol como língua franca que expressam visões bem diferentes do que seria o ELF.

O primeiro, *Spanish as a lingua franca*, de Godenzzi (2006), vê o ELF como uma língua de contato que é compartilhada por comunidades de fala e que é constituída predominantemente do espanhol – língua A dominante (de mais poder), nas palavras do autor – e possui marcas estruturais e lexicais da língua B minoritária (menos poder). Já o trabalho de Karamanian, (2015), cujo título é *La internacionalización del español como segunda lingua franca, un bien intangible en continuo crecimiento*, considera o ELF como um espanhol mundializado nos EUA, produto da mistura de diferentes variedades da língua espanhola, que ali convivem.

Para Godenzzi (2006), língua franca é uma solução linguística que emergiu como nova circunstância comunicativa, envolvendo línguas de contato. Definição semelhante à concepção atual, embora não seja uma solução puramente linguística, tampouco uma *koiné*⁷², como o autor dá indícios. Godenzzi, na verdade, justifica o conceito historicamente, a partir de um cenário de guerras, conquistas, colonialismo, escravidão, migração etc. A desconsideração do contexto atual da globalização indica a linha de conceitualização que o pesquisador segue para abordar o tema ELF. A menção feita à globalização se refere à situação da língua espanhola nos EUA, que o autor resume na língua de contato *spanglish*, proveniente da mistura das diferentes variedades do espanhol com o inglês. Esta tríade – espanhol, globalização, Estados Unidos – também é feita por Karamanian (2015), sendo que a autora atribui o status do espanhol como segunda língua franca, principalmente, à tríade mencionada.

Em seu estudo, Godenzzi divide o ELF – solução linguística veicular – em três categorias, são elas:

a) O ELF falado como primeira língua seria o resultado do contato contínuo entre variedades estandarizadas e socioletos misturados. O espanhol na América Latina seria o resultado não somente de uma herança peninsular e sua evolução, mas do contato com línguas indígenas, crioulas e de imigração⁷³. Como exemplo do espanhol língua franca falado como língua materna, o autor traz o enfraquecimento ou a perda da fricativa alveolar surda em final de sílaba: [ʎu] – (luz);

⁷² Koiné é uma mistura de dialetos.

⁷³ Fontanella de Weinberg (1993) é a primeira a tratar do tema ao discutir os processos de koinização e estandarização. Em seu trabalho, a autora fala sobre a influência de substratos na formação do espanhol americano, defende a necessidade de se desenvolver um rigoroso estudo das línguas indígenas etc. Ainda segundo Weinberg (1993, p.47), as distintas koinés constituídas no território americano, possivelmente, foram utilizadas como línguas francas num primeiro momento para a relação intergrupos, no entanto a rápida nativização levou ao abandono de tal função, já que determinada koiné se transformou na única variedade em uso para maior parte dos falantes.

b) O ELF falado como segunda língua seria, por exemplo, as transferências do quechua para o espanhol rural andino no Peru. Como exemplo o autor apresenta, entre outras coisas, alguns casos de transferência morfossintática: (i) redundância de locativo – “El zorro colgado **en ahí**”; (ii) ausência de concordância de gênero ou número – “Los dioses **está** ahí”; etc.;

c) O ELF usado como formas híbridas é a mistura, por exemplo, de palavras do espanhol e da gramática do quechua em comunidades da serra equatoriana. No exemplo: “Y mientras traba-**shpa-ndu** primer año estudia-**rka-ni**” (Y mientras yo trabajaba el primer año, yo estudiaba), há a presença do morfema -ndu do espanhol e três morfemas do quechua, -shpa (gerúndio), -rka (pretérito) e -ni (primeira pessoa).

Em dissonância com o conceito de LF que adotamos, Godenzzi (2006) defende uma língua franca totalmente passível de sistematizações, pois, para cada categoria, ele dá exemplos morfossintáticos, lexicais, fonológicos etc. Segundo o autor, não se trata de uma língua familiar, mas uma língua compartilhada entre diferentes grupos, língua que maximiza e expande a comunicação, transcendendo o perímetro intra-grupo. Apesar de reconhecermos a legitimidade deste ELF, o conceito de língua franca, desenvolvido a partir da trajetória do inglês – língua global, que assumimos para lançar luz à realidade do espanhol no mundo atual globalizado, não concebe uma LF compartilhada entre grupos, porque ela não existe fora da interação.

Outro estudo sobre ELF, este mais recente e mais próximo do conceito adotado para os fins desta pesquisa, é descrito no artigo escrito por Karamanian (op.cit.). Ainda que a autora reconheça o cenário atual globalizado como fortemente relacionado à condição do espanhol como língua franca, ela parece alternar o termo LF com língua internacional sem prejuízo semântico, o que não se sustenta, posto que o primeiro implica esforços (planificações, posturas etc.) e o segundo é imanente do espanhol, já que se trata de uma língua de diversos estados-nação que se relacionam entre si.

Os argumentos da autora para justificar o ELF vão desde um interesse não casual por aprender espanhol em distintos países, passando por um contínuo crescimento e desenvolvimento dos países de língua espanhola, incluindo seu poder de compra, até chegar aos processos de integração regional como o Mercosul. Seu discurso está permeado de projeções como a estimativa de que em 2050 os EUA serão o primeiro país hispanofalante do mundo. Em contraposição a esses dados pouco fiáveis, porque se tratam de estimativas, Karamanian (2015) afirma que o fato de ser o espanhol uma das línguas estrangeiras mais estudadas no mundo repercute na redução de custos das transações comerciais, bem como no

encurtamento da distância psicológica, fomentando redes de confiança, uma identidade cultural, entre outros aspectos. Concordamos com a autora no que se refere às redes de confiança, *networks*, trocas diversas, mas não vemos uma identidade cultural compartilhada como consequência da aproximação psicológica, porque não há uma única identidade, mas identificações entre os falantes em contato, isto é, são identidades deslocadas, plurais e dinâmicas.

Ainda segundo a autora, o site da *BBC Mundo* noticiou que os ingleses estão preocupados por só falar inglês, atribuindo como consequência uma ignorância linguística e cultural que dificulta o desenvolvimento do setor exportador das pequenas e médias empresas locais, bem como a manifestação de um grupo parlamentar a favor do incremento do ensino de línguas nas escolas. Na contramão da Inglaterra, os Estados Unidos parecem não ver vantagem alguma em investir no ensino de uma segunda língua. A campanha do *English Only* ainda aparece muito forte naquele país, funcionando como um entrave para a aceitação e fomento do ensino não só do espanhol, mas de outras línguas. No caso do espanhol, Karamanian (2015) atribui a desvalorização da língua nos EUA dos anos 1960 à baixa escolaridade dos primeiros imigrantes hispânicos. De acordo com a autora, as gerações seguintes já experimentaram outra realidade mais favorável, pois tiveram um maior acesso à educação e ao ensino de inglês. Embora a autora não comente, a maior receptividade dos hispânicos das gerações posteriores se deu obviamente porque já falavam a língua do dominador, o que confirma a política do *English Only*. A pesquisadora adota o termo *hispanounidense* como um termo inclusivo, de reconhecimento do contingente hispânico residente nos EUA – na proporção de um para cada sete estadunidenses. No entanto, o mesmo termo mais parece uma estratégia de apagamento, engolindo a história desses hispânicos em uma enorme onda *norte-americanizante*.

Por fim, a autora dedica uma seção à missão da Academia Norte-Americana de Língua Espanhola (ANLE), conferindo à instituição a parcial responsabilidade por conscientizar as últimas gerações hispânicas da importância da língua espanhola em uma situação de bilinguismo que lhes permite ter acesso a melhores empregos e a uma maior mobilidade social. Outro mérito atribuído à Academia é o cuidado para que a variedade ‘hispanounidense’ não ofereça risco à unidade da língua espanhola. Na conclusão do artigo, a autora define o espanhol como uma língua a caminho da mundialização.

Diante do que é exposto no referido artigo, vale ressaltar que o trabalho de “conscientização” feito pela ANLE revela uma atitude que ilustra muito bem o imperialismo linguístico praticado na sociedade estadunidense. Afinal, não haveria porque convencer um

falante do valor de sua língua materna se esta não fosse menosprezada e oprimida. Outro ponto a ser destacado é a afirmação da autora sobre a existência de uma variedade do espanhol nos EUA, pois não há um espanhol estadunidense, mas espanhóis diversos e o (s) *spanGLISH* (s), que é uma modalidade discursiva resultante do contato linguístico entre o espanhol e o inglês. A necessidade de normatizar os diversos usos da língua é tão forte e está tão enraizada que a pressão vem tanto de fora quanto de dentro da língua espanhola, uma vez que a ANLE refere-se a uma nova variedade do espanhol, mas defende um controle em prol da unidade da língua, “cuidando para que a variedade hispanounidense não afete a unidade do espanhol” (KARAMANIAN, 2015).

Sob nossa ótica, Godenzzi e Karamanian apresentam trabalhos bem diferentes entre si. O primeiro considera o sentido de língua franca dos primórdios, sendo, portanto, uma língua de contato compartilhada entre diferentes grupos. O segundo, por sua vez, faz um recorte da língua espanhola nos dias atuais, mas, embora fale de língua franca, língua mundial, recorta também o espaço e se dedica à situação da língua nos EUA, demonstrando a importância deste país na difusão do espanhol como língua franca. Sendo assim, nenhum dos dois aborda questões chave para o entendimento do espanhol como língua franca global na atualidade, como (i) língua que emerge na interação, portanto, não é mais uma variedade, nem pode ser compartilhada; (ii) foco na função comunicativa que despoja a língua de supostos proprietários e os põe, todos, em condição de usuários e (iii) *línguas espanholas* faladas entre nativos e não-nativos, nativos de diferentes variedades do espanhol e entre não-nativos.

Em seu texto, Karamanian (2015) afirma ser a língua espanhola a segunda língua franca mundial. O primeiro lugar é reconhecidamente do inglês e quanto ao espanhol, não nos importa definir se é a segunda ou terceira, mas interessa-nos discutir o papel do espanhol no mundo atual, identificar os motivos que o levaram a tal condição e lidar com as indeterminações classificatórias que rodeiam o idioma, principalmente porque designar é também um ato político (STURZA, 2006). Afinal, cada uma das nomenclaturas até hoje utilizada trouxe e tem trazido repercussões particulares para a língua. O status de língua franca, para nós, parece ser o mais coerente com a realidade do espanhol e o que mais favorecerá a língua (e seus falantes) rumo a um futuro de inclusão e participação ativa dentro de uma economia mundializada, com as mais diversas interações em nível global.

Diferentemente do inglês, que é um produto de grande potência econômica, científica, demográfica e política – a língua franca por excelência dos tempos atuais, o espanhol não fica muito para trás e, como sabemos, se destaca como potência demográfica. Este motivo pode

elevá-lo à condição de língua franca, considerando que, como afirmou Rupérez (2012), quanto maior o intercâmbio comunicativo em espanhol, maior será o valor desse idioma.

A incidência de interações em espanhol está diretamente ligada ao número de falantes que usa a língua, e quanto mais diverso forem esses encontros comunicativos, mais espaço se ganha no cenário global. Não cabe nenhum tipo de disputa com o inglês, no que se refere ao status de língua franca, tampouco se pretende tal feito. Não é uma concorrência, mas uma convivência, com ambas as línguas co-habitando o espaço global. Não é preciso percorrer o mesmo caminho do inglês para que o espanhol seja reconhecido como LF, já que cada língua tem uma dinâmica muito particular, embora todas sofram algum tipo de pressão externa e interna.

Como se sabe, todas as línguas estão submetidas a forças centrífugas e centrípetas, sendo a primeira responsável pela estratificação e descentralização da língua e a segunda por padronizá-la e uniformizá-la. A força centrífuga não fragmenta necessariamente a língua, como afirma Marqués de Tamarón (1995), mas a segmenta em estratos sociais, econômicos, político-ideológicos. Tampouco a força centrípeta leva à ilusória unidade, como disse o referido autor. Esta última força, na realidade, contribui com a formação de uma língua comum – forma padronizada policêntrica (dotada de marcas dos diversos falantes), produto de um planejamento linguístico co-construído entre as academias da língua presentes em diversos países hispanofalantes – e não com uma única forma idiomática. É preciso ressaltar que a língua espanhola tem uma forma padronizada policêntrica por natureza e monocêntrica por imposição da RAE (Real Academia Española) – que, embora alegue uma associação igualitária com as demais academias da língua espanhola, atua como a reguladora das decisões linguísticas – e do governo espanhol, mas isso será tratado mais adiante.

Cabe questionar se um planejamento linguístico eficaz precisa necessariamente ser formado entre as academias da língua. Essas academias são facilitadoras ou dificultadoras de um planejamento linguístico efetivo? É verdade que o inglês não tem uma academia que o represente, mas, também, é verdade que o caminho percorrido pelo inglês para chegar ao apogeu atual é bem diferente da trajetória do espanhol, afinal, o primeiro não foi apenas a língua do império, como o segundo o foi por certo período, mas foi também a língua do comércio global e das missões religiosas ao redor dos cinco continentes.

O inglês instituiu o conceito de língua global porque foi o pioneiro a ocupar esse lugar e à medida que o ocupava, o definia, determinando os critérios básicos para se alcançar tal posição. O status de uma língua, a exemplo do inglês, está relacionado ao status social e econômico de seus falantes e não apenas ao número de falantes (RICENTO, 2000). Tornar-se

a língua global foi determinante para que hoje o inglês seja uma língua franca; acontece que o mundo está em constante movimento, as teorias e os conceitos em geral sofrem adequações ao serem aplicados a objetos tão diversos. Os variados enfrentamentos, que a globalização das comunicações propicia, geram reconfigurações em todos os âmbitos.

É nesse contexto que a língua espanhola se insere, não há como fechar os olhos à dinamicidade com que os falantes de língua espanhola se espalham pelo globo. Esse fenômeno desencadeia outros mais, pois se trata de falantes que usam o espanhol para negócios, para turismo, como língua instrumental na escola, jogadores de games entre tantos outros que inevitavelmente movimentam a economia, ascendem socialmente etc. Se a promoção do inglês à língua franca global passou necessariamente pelo status de seus falantes, o caminho percorrido pelo espanhol difere na ordem dos fatores sem alterar o produto. Além disso, ao comparar o inglês e o espanhol como LF, os argumentos econômicos e políticos do inglês devem ser combatidos porque são argumentos que contribuem para o *status quo* de favorecimento das elites.

Tanto o inglês quanto o espanhol foram construídos como instrumentos de seus estados para proteger o respectivo império e exercer poder sobre comunidades linguístico-culturais subalternizadas. Porém, enquanto para a língua inglesa predomina atualmente uma política externa de força centrífuga – descentralizadora, para a língua espanhola, o que ainda prevalece é o desenvolvimento de uma política de força centrípeta – centralizadora – conduzida pelo governo da Espanha, motivo que, no nosso entendimento, atrasa o avanço do espanhol como LF. Tal política retarda, porém não impossibilita que o espanhol se espalhe internacionalmente como língua de comunicação, afinal, a França – segunda língua de trabalho nas instituições internacionais –, com sua política também centralizadora, teve um estado forte que financiava a presença da língua em outros países e a língua portuguesa, com sua política descentralizadora, ainda não alcançou o status de LF global.

A política neo-imperialista da Espanha, que objetiva centralizar a língua sob seu domínio de modo a explorá-la única e exclusivamente como um bem de mercado próprio, à revelia dos demais países que têm o espanhol como LM, enfraquece o processo de consolidação do espanhol como língua franca global. Outro ponto de divergência entre o espanhol e o inglês, como bem demonstra Oliveira (2013), é que, no espaço anglófono, não se observa o protagonismo da ex-metrópole como se observa na zona hispanófono. Todas essas características, tão diversas, individualizam a atuação de ambas as línguas no cenário global, contudo, não impedem que essas mesmas línguas desempenhem o papel de língua franca em determinados contextos de comunicação.

Segundo Marqués de Tamarón (1995) o espanhol é uma língua internacional e o inglês é a língua franca, considerando que a LF é empregada entre falantes que não têm o inglês, neste caso, como língua materna. De acordo com o autor, um argentino falará naturalmente espanhol com um mexicano e, provavelmente, com um brasileiro. Este argumento não invalida o escrutínio do espanhol como LF, porque autores como Penny Ur (2010) defendem que a língua franca também se constitui em uma interação entre um falante nativo e um não nativo, logo, o fato de hispanofalantes não terem LM's diferentes não os impede de desempenhar uma troca comunicativa intercultural com falantes de outra linguacultura, fazendo simplificações⁷⁴ e adequações à fala de seu interlocutor como uma estratégia de afiliação, manutenção do intercâmbio comunicativo ou para se atingir um fim transacional.

De fato, a interação entre nativos de espanhol de diferentes variedades nem sempre se concretiza como um ambiente prototípico de LF, pois as acomodações podem ser inexpressivas e, caso não ocorram, não impedem que ambos os interlocutores alcancem seu objetivo comunicativo. Como no exemplo de um paraguaio que, em viagem para a Espanha, se deparou diversas vezes com a expressão *Me da coraje* e só foi entendê-la após vê-la em uso em alguns encontros comunicativos. Segundo o paraguaio, tal expressão significava *Hacerse valiente*, mas para os espanhóis era algo que lhes causava medo. Embora ele só tenha conseguido recuperar o sentido da expressão após observá-la em diferentes contextos, não houve por parte do paraguaio nenhuma dificuldade em levar a conversa adiante. Contudo, é perfeitamente possível haver interações entre nativos de espanhol de variedades muito distintas, de estratos sociais diferentes etc. que exijam um maior grau de negociação, com deslocamentos bem marcados do lugar que cada interlocutor ocupa em sua variedade, para que haja mútua compreensão e êxito comunicativo.

A interação entre um nativo de espanhol e um não nativo, um brasileiro, por exemplo, também configura um contexto de LF, contrariando a afirmação de Marqués de Tamarón (op.cit.). Independentemente da finalidade discursiva dos interlocutores, se ambos iniciaram uma troca conversacional, haverá certo grau de exercício comunicativo dos dois para avançar na interação, porque todo encontro entre diferentes *linguaculturas* se faz intercultural. A competência intercultural como uma disposição interacional e contextual é matéria da língua; já o desempenho intercultural cabe à fala – ao uso do espanhol como língua franca.

O ELF é um fenômeno social porque ele só existe dentro de um contexto social e a partir da colaboração dos usuários. Também por este último motivo, o ELF é essencialmente

⁷⁴ Por simplificações, entendemos todos os processos linguísticos que levam a uma diminuição no potencial referencial ou não referencial da língua.

intercultural, pois só se materializa entre falantes, entre culturas, entre falantes de diferentes linguaculturas, que contribuem com a manutenção do intercâmbio comunicativo no qual participam. O conceito de língua franca aplicado à realidade da língua espanhola tem como características, um espanhol usado entre falantes de diferentes *linguaculturas*, que resiste a sistematizações, pois ele só ganha forma na interação, com uma forma fluida que se modifica constantemente de acordo com as necessidades dos interlocutores. Assim como o ILF (Inglês como Língua Franca), o ELF é função, é performance e não mais uma variedade do espanhol. A língua franca é co-construída no diálogo entre não nativos de espanhol, entre um nativo e um não nativo e entre nativos de diferentes variedades.

À semelhança do que Kachru (1985) faz para o inglês, López García (2007 apud RUPÉREZ; FERNÁNDEZ, 2012) tenta compartimentar os diversos falantes de língua espanhola em lugares estanques. Segundo o autor, os falantes de espanhol de todo o mundo podem ser situados em três círculos concêntricos. No mais interno – o núcleo duro do sistema – que ele chama de “hispanidade”, estão os falantes de espanhol como língua materna, que são os dezenove países hispano-americanos, além da Espanha e Porto Rico (EUA). O segundo círculo, o da “hispanofonia”, é ocupado por regiões em que o espanhol não é a língua materna da maioria, mas é veículo de comunicação em alguma escala, são as zonas mais hispânicas dos Estados Unidos, Guiné Equatorial, Filipinas, Andorra, uma parte de Israel e algumas cidades e possessões ao norte do Marrocos. E, por último, o círculo mais externo, distante do núcleo, denominado “em expansão hispânica”. Este espaço abriga países como o Brasil, onde o espanhol certa vez foi incluído no sistema de educação pública como língua obrigatória. Salvo o mérito inicial atribuído a Kachru (1985) por sua proposta de conceituar a condição dos falantes de língua inglesa, todas as críticas endereçadas ao autor cabem à versão para a língua espanhola, ou seja, dividir os falantes, reconhecendo que o círculo interno é o criador e detentor das normas (*norm-providers*), o externo é o que pode fazer alguma modificação (*norm-developers*) e o em expansão é o círculo dos falantes que absorvem passivamente as decisões tomadas pelos falantes dos círculos interno e externo, reproduzindo-as quase como papagaios (*norm-dependent*). Outra crítica a ser considerada é a divisão tripartida, que não reflete a realidade de um mundo globalizado.

O cenário apresentado por López García (op.cit) é válido apenas como uma tentativa de mapear o espaço ocupado pelos falantes de língua espanhola. Nossa convicção é que o ELF desconstrói as linhas imaginárias que separam os três círculos, portanto, surge como uma resposta natural à globalização, porque (i) com o encolhimento das fronteiras, era necessário uma língua que viabilizasse o contato entre pessoas de diferentes *linguaculturas* e (ii) este

contato não poderia gerar o apagamento de identidades culturais – tidas como minoritárias – que pulsam *na* e *pela* língua. Acreditamos que não há a sobreposição de um espanhol majoritário sobre os outros em uma interação em ELF, porque, nesta prática, não há um “senhor da língua”, cada um possui o seu espanhol e o utiliza a partir de sua linguacultura. Tampouco, há o risco de essas trocas comunicativas se transformarem em uma babel, pois se o falante é usuário do ELF, ele, necessariamente, domina a língua e é intercultural. Defendemos que a consciência político-cultural é premissa fundamental para se tornar um usuário competente do ELF. Assim, todas as vezes que houver qualquer ruído na comunicação, os falantes de ELF, sensíveis à troca, vão buscar fórmulas outras de expressão, utilizar estratégias de compensação e negociar sentidos para que o encontro seja exitoso. Ainda que não haja mal-entendido, o falante de ELF está atento a seu interlocutor de modo a contribuir para que a troca seja salutar para ambos os participantes.

Diferente do que defende Guilherme (2007), a língua franca não é neutra, não é para fins específicos, não é descontaminada e não é um veículo livre das marcas culturais do falante. Aliás, quem consegue se despir de sua cultura – sua segunda pele (ESTERMANN, 2010) – para interagir com o outro por qualquer que seja o motivo? Parece haver aqui uma confusão terminológica como a que rodeia o termo Linguística Aplicada. Assim, como muitos pesquisadores acreditam que o linguista aplicado faz aplicação da linguística em áreas como o ensino de línguas e formação de professores, por exemplo, o termo língua franca pode estar sendo associado ao sentido originário de língua voltada para, dentre outras coisas, o escambo, uma língua veicular do comércio, como a própria autora relaciona. No entanto, é preciso destacar que as línguas francas de outrora diferem da atual basicamente em seu processo de formação e na duração do contato entre os falantes que se comunicam através de uma “língua” com função de LF, mas todas são línguas de comunicação, nenhuma é neutra, nem mesmo as Línguas Gerais do Brasil, que não eram línguas de contato. Todas as línguas francas são/eram complexas e “apresentavam tanta variação quantos eram seus usuários” (COUTO, 1996, p.91). Sobre a duração do contato ser diferente, o encontro comunicativo em situação de LF é momentâneo e situacional, infinitamente mais curto nos termos dos estudos atuais; justamente por essa fugacidade de sua constituição, ela não pode ser compartilhada como a do sentido originário. A língua franca das pesquisas atuais (voltadas para o inglês, principalmente) não pode ser definida por uma lista de critérios, porque ela não é unidade. Ela surge *da* e *na* variação, no diverso da troca comunicativa.

Ainda divergindo de seu sentido original, a língua franca dos estudos contemporâneos não é propriamente uma mistura de duas ou mais línguas, tampouco língua bastarda, como

definia o dicionário da Real Academia em edições anteriores, afinal, não é produto de uma degeneração da língua, assim como não cabem classificações de pureza ou impureza.

Segundo Marqués de Tamarón (1995), a língua franca é uma língua culta, falada como língua auxiliar por várias nações. Como ficou claro, discordamos desta aceção por entender a língua franca como ‘função’, diferente do sentido primário em que uma língua A e uma língua B entram em contato e davam origem a uma outra língua de comunicação, produto do contato destas, para um fim específico ou não. A língua franca, na sua aceção moderna, é, sim, resultado do contato entre *linguaculturas* diferentes, porém, não se concretiza como uma terceira língua, logo não é uma *koiné*, posto que a cada nova interação com distintos participantes é co-construída uma nova língua franca que logo deixa de existir junto com dada interação. Ao discutir o inglês como língua franca, Marqués de Tamarón (op.cit.) atribui uma carga negativa à ideia de uma língua desnacionalizada – característica *sine qua non* de qualquer língua com função de LF. Para ele, a vantagem de o inglês ser uma língua franca global é que a mensagem nesta língua pode chegar a qualquer parte do mundo e a desvantagem é

⁷⁵(...) o inglês descafeinado e destituído de quase todos os sabores que havia adquirido ao longo de vários séculos de uso culto e popular. Um inglês essencialmente desnacionalizado, língua sem lugar e sem direitos mesmo em sua própria pátria. (MARQUÉS DE TAMARÓN, 1995)⁷⁶

Mas o fato de ser uma língua *errabunda*, que não tem um lugar fixo, e *meteca*, que não goza dos direitos de cidadania, não é negativo para o que uma língua franca se propõe. Afinal, uma língua franca da forma que concebemos não tem um lugar fixo, mas se fixa temporariamente em muitos lugares e se deleita com os direitos de cidadania do cidadão cosmopolita que a usa; ou seria o cidadão que se deleita com a liberdade que a LF lhe confere? Na verdade, a argumentação acima revela que parece haver por parte dos linguistas espanhóis uma forte resistência em reconhecer o status do espanhol como língua franca, não nas mesmas proporções do inglês, tampouco como o vende o governo espanhol juntamente com outras instituições financeiras, mas uma língua franca americana, um espanhol com função de LF regional, que já funciona como tal em outros espaços continentais, como em

⁷⁵ No original: “(...) el inglés pasteurizado y despojado de casi todos los sabores que había ido adquiriendo a lo largo de siglos de uso culto y popular. Un inglés, pues, esencialmente desnacionalizado, lengua errabunda y meteca aun en su propia cuna”.

⁷⁶ Livro digital, sem paginação. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/peso_lengua/tamaron.htm>. Acesso em agosto de 2017.

Paris, por exemplo, onde um brasileiro, professor de inglês, dirigiu-se ao vendedor francês em inglês e o atendente alegou não saber inglês, mas espanhol.

O fato é que toda a resistência que envolve o reconhecimento do espanhol como língua franca parece ter origem não só em um desconhecimento do que é uma LF na era da globalização, mas, também, na manutenção de ideologias ultrapassadas que não se encaixam nem refletem a nova realidade das línguas de um modo geral.

3.5 O ELF e seus obstáculos ideológicos

Há muitas questões que envolvem a constatação do espanhol com função de língua franca em contextos de comunicação entre falantes de diferentes *linguaculturas*. Há uma defasagem científica, pois muito pouco da produção acadêmica em língua espanhola é mundializada. Há ainda uma fragilidade político-econômica em países de língua espanhola que dificulta o processo, porém não o impede, e há demandas sociais bem diversas que vão desde conceitos puristas que habitam o imaginário de determinados linguistas e falantes em geral, passando por ideologias político-linguísticas até chegar à manutenção de estereótipos culturais, todos na contramão do decurso que aparece como consequência de outra demanda – a globalização.

As atitudes, as crenças e os valores que se tem sobre uma língua são sempre ideológicos e estão ligados a sistemas sociais de poder. Para Irvine (1998 apud GARCÍA, 2007, p. 380)⁷⁷, “as ideologias linguísticas representam um sistema cultural de ideias sobre as relações sociais e linguísticas, além dos interesses políticos e morais”, ou seja, as ideologias linguísticas estão relacionadas às condições socio-históricas, socio-políticas e socio-econômicas que interferem na produção de significados sociais referentes à língua. Logo, o contexto social pode favorecer ou desfavorecer o interesse por determinada língua. Tanto Irvine como Del Valle (2007a) vêem as ideologias linguísticas como um sistema de ideias que articula língua, linguagem, fala e comunicação em geral a formações culturais, políticas e sociais. Nessa mesma linha de raciocínio, Vázquez (2010) argumenta que um sistema de ideias sobre a língua é uma ideologia linguística quando as ideias estão vinculadas a uma ordem política, social e cultural, quando há uma função naturalizadora e quando há instituições fazendo uso de sua autoridade e poder em benefício próprio.

⁷⁷ No original: “las ideologías linguísticas representan el sistema cultural de ideas acerca de las relaciones sociales y linguísticas, además de los intereses políticos y morales”.

A noção de ideologia linguística está relacionada à ideia que se tem da língua e aos usos que se faz desta língua. A língua, portanto, reflete e constrói a ideologia. O conceito de purismo, de norma, de monolinguismo, entre tantos outros, não são nada mais que uma pressão ideológica, tal qual a interdependência entre língua e identidade nacional, ambos produtos de um sistema colonialista. Na verdade, todos esses construtos são percepções ideológicas que estão intimamente relacionadas ao que Silverstein (1998 apud BLOMMAERT 2006) chama de ideologia monoglótica, ou seja, a crença de que uma sociedade é de fato monolíngue. Entre as consequências de tal ideologia está a rejeição ao multilinguismo e à diversidade linguística. Segundo Blommaert (2006), além de o fenômeno ter como base associações entre língua pura, língua standard e pertencimento a um povo definido etnolinguisticamente, seus efeitos precisam ser considerados:

- 1- Esta ideologia move políticas linguísticas destinadas a reduzir o multilinguismo na sociedade, ainda que de forma explícita defenda a diversidade linguística. Encaixa-se aqui o caso da política espanhola, que se intitula pan-hispânica, mas busca controlar tudo o que se refere à língua, visando à promoção de uma única variedade, a do centro-norte da Espanha;
- 2- Produz e controla as identidades, tendo o Estado como o protetor da língua “pura” e da tríade “uma nação, um povo, uma língua”. Toda essa regulação naturalizada pode ser assumida como identidade, a exemplo da identidade do falante supostamente monolíngue, que, ao falar uma língua nacional, é cidadão de determinado país.

No caso da língua espanhola e de tantas outras, cabe questionar o que é puro, já que todos os espanhóis são produtos de contatos linguísticos (PINTO; SILVA, 2009). Baseado na definição de purismo encontrada no *Dicionário Crítico de Sociolinguística* de Bagno (2017), Lagares (2018, p. 216) afirma que tal conceito seria uma deriva da ideologia de língua padrão, que naturaliza a relação entre norma-padrão e língua. Segundo o autor, o purismo seria uma tentativa de preservar a língua, protegendo-a dos usos que fazem seus próprios falantes. Essa definição de Lagares (2018) é muito representativa por retratar um dos maiores entraves no reconhecimento do espanhol como língua franca, afinal, se a língua é protegida de seus próprios falantes, ela se descaracteriza como língua, pois, os usos e funções dados a ela por seus falantes são deslegitimados. O ELF é exatamente a legitimação da língua em função comunicativa, em contexto de língua franca, com inovações que favoreçam cada troca interacional etc.

A exemplo das pressões ideológicas, Marqués de Tamarón (1995) afirma não fazer apologia ao purismo em seu capítulo *El papel internacional del español* no livro *El peso del español*. No entanto, o autor admite⁷⁸:

Não seria coisa pouca evitar uma imitação tosca do forâneo que aumentam a ambigüidade semântica, ou, no caso das línguas internacionais como o espanhol, traduções múltiplas, desordenadas e simultâneas dos neologismos, aumentando os riscos de fragmentação.

Falar em fragmentação, como se sabe, pressupõe uma unidade, trata-se de um discurso de mascaramento-apagamento (BOURDIEU, 1977 apud HANKS, 2008) em que as regras do jogo estão subscritas por uma prática que é realizada sob a justificativa de um suposto cuidado com a língua e seu legado. Mas em que consiste esta unidade da língua espanhola? Segundo Pinto (2009, p.84)⁷⁹, “a suposta unidade do espanhol se baseia não na real comunicação, mas no caráter impositivo e unificador da normativa”. Ainda sobre a unidade, Del Valle (2007a)⁸⁰ diz que preservá-la significa “garantir a lealdade dos hispanofalantes à norma-culta e a seus guardiães”.

Considerando a multiplicidade e complexidade linguística e cultural do espanhol, o que é próprio de qualquer língua com tal perfil, a unidade deveria ser menos perseguida, visto que é a diversidade a característica preponderante deste idioma. E assim o fez o maquinário ideológico financiado pelo governo espanhol; deixaram de perseguir escancaradamente a unidade e tomaram a diversidade como sua bandeira. Em outras palavras, a antiga metrópole não demonstra nenhum interesse em abandonar a ideologia da língua nacional. Não importa o quão anti-moderna seja a noção de língua nacional, importa manter viva, custe o que custar (muito dinheiro investido em propagandas, linguicídios – silenciamento de tantas línguas indígenas, como o náhuatl e incessante tentativa de silenciar o catalão, entre outras línguas, etc.), a tríade – fruto mais bem-sucedido de uma política linguística – língua, nação, estado. Ainda que o Estado seja formado por todos os países de língua espanhola, a política nacionalista é a mesma, garantindo o controle da Espanha sobre os demais países hispânicos. Não há, portanto, espaço para o reconhecimento do pluralismo linguístico em uma política nacionalista disfarçada de pan-hispânica.

⁷⁸ No original: “No sería chica cosa evitarles burdos remedos de lo foráneo que aumentan la ambigüedad semántica, o, en el caso de las lenguas internacionales como el español, traducciones múltiples, desordenadas y simultáneas de los neologismos con las que aumentan los riesgos de fragmentación”.

⁷⁹ No original: “la supuesta unidad del español se basa no en la real comunicación, sino en el carácter impositivo y unificador de la normativa”.

⁸⁰ No original: “...la garantía de la lealtad de los hispanohablantes a la norma culta y a sus guardianes”. Disponível em: <<https://miradassobrelalengua.blogia.com/2007/061102-jos-del-valle-la-lengua-patria-com-n-pol-tica-ling-stica-pol-tica-exterior.php>>. Acesso em agosto de 2018. Sem paginação.

Na cronologia das ideologias dificultadoras do reconhecimento do ELF, primeiro está a alegação do risco à perda da unidade e, em um segundo momento, o discurso é modificado de “unidade *versus* diversidade” para “unidade na diversidade”. Desse modo, seguiremos a ordem tratando inicialmente do “perigo” da fragmentação do espanhol.

Segundo Lope Blanch (2001), havia por parte de estudiosos como Andrés Bello, Rufino José Cuervo, Dámaso Alonso, o medo de que o espanhol se fragmentasse em múltiplos dialetos irregulares, silenciosos e bárbaros, embriões de futuras línguas. Segundo eles, havia a necessidade de se esforçar para manter a unidade linguística, tentativa vã de resistir à diversidade imanente a qualquer língua viva, principalmente quando esta língua é a língua materna de tantos povos. A língua espanhola não é fragmentada, não porque ela seja unitária, mas porque suas diferentes variedades linguísticas são conjuntamente articuladas devido a diversos fatores extra (porque existe uma história de colonização que os mantém atrelados) e intralinguísticos (um sistema vocálico simples (cinco vogais), uma enorme gama lexical compartilhada entre outros fatores). Assim sendo, podemos retomar Fanjul (2004) e afirmar que o vínculo entre os diversos falantes de língua espanhola se revela através do compartilhamento de traços subjetivos (atitudinais) e objetivos (linguísticos).

Para Lope Blanch (op.cit.), a “unidade” está assegurada e parece vir da aceitação de uma norma hispânica geral, que compreende as semelhanças existentes na norma culta de diferentes capitais de países hispanofalantes. Esta norma, além de ser irreal, não representa a língua espanhola como um todo, pois se restringe à norma culta urbana, logo, não assegura a “unidade” da língua, mas a de um grupo específico. Ainda segundo o autor, os hispânicos deveriam se esforçar para ampliar e transmitir a norma linguística hispânica geral a todos os hispanofalantes, porque para ele, Andrés Bello e outros, é muito importante conservar a língua dos ancestrais em sua pureza, como meio de comunicação de laço que mantém as relações sociais entre as várias nações de origem espanhola.

Novamente, a noção de purismo aparece como um entrave para o reconhecimento do espanhol como uma língua franca global. Lope Blanch (op.cit.) acrescenta que deveria ser superado o espírito localista e nacionalista por parte dos hispanofalantes que, conhecendo os usos de cada país e sentindo-os como familiar – como próprio da grande família hispanofalante – saberão aceitar e respeitar esses usos como válidos dentro da diversidade dialetal da língua espanhola. Mais uma vez, como podemos observar, a questão da “unidade” aparece de forma descabida, já que não há o uso de um país, mas os usos de cada país, sempre plurais internamente. No que se refere à aceitação dos diversos usos da língua espanhola, a

solução pode estar numa política linguística que favoreça a formação de falantes interculturais, usuários de um espanhol com função de língua franca.

Outra questão dentro do que foi colocado por Marqués de Tamarón é que parece haver certa incompreensão de que é possível ser local e global ao mesmo tempo, entendendo que a diversidade constitui a língua espanhola e que fazer parte de um grupo que extrapola as fronteiras nacionais não apaga as marcas identitárias do falante. Enquanto Lope Blanch (2001) critica o localismo em prol de uma norma hispânica amplamente difundida entre os países de língua espanhola para garantir a suposta unidade e poder econômico como bloco, nós nos valemos da mesma crítica para defender uma língua de comunicação plural, com os traços linguístico-culturais de cada usuário e que pode concretamente enriquecer (nos mais diversos âmbitos) o bloco dos falantes de língua espanhola. Valemo-nos das palavras de Cogo e House (2018, p. 218) quando, em relação ao ILF (Inglês como Língua Franca), elas afirmam que, uma interação em língua franca, normalmente, inclui elementos de outras línguas, em especial da(s) [*linguacultura(s)*] materna(s) dos interlocutores. Certamente, a validade de tal afirmação, na nossa visão, estende-se ao ELF.

Diferentemente do conceito de unidade linguística,

a constituição de uma *língua comum*, cada vez mais útil aos seus falantes e amplificada nos seus usos e âmbitos, não passa pela gestação nem pela imposição de uma forma central ou única do idioma, mas – ato político que é – passa nesse momento histórico pela criação de Política Linguística e internacionalização [...] instâncias comuns de gestão, que deliberarão, por consenso, sobre o espaço de variação necessário para que cada um dos países falantes se sinta representado e possa investir na promoção deste idioma comum, para seu próprio benefício e dos seus cidadãos, através dos seus recursos intelectuais, culturais e econômicos (OLIVEIRA, 2013, p. 426).

Portanto a luta pela unidade é uma reivindicação ilusória e construída por um determinado poder com um fim específico, que não o da valorização da língua espanhola em sua diversidade. Principalmente porque, parafraseando Canagarajah (1999 apud WRIGHT, 2004), os usos do espanhol estão longe de ser unitários e se o falante se apropria da língua, o poder do “centro” se dilui ou se usurpa. Nesse pormenor, a reflexão de Lagares (2018, p. 200) é esclarecedora:

No meu entender, unidade é basicamente uma representação que orienta nossa percepção da realidade e se manifesta nas práticas. Quando responde a interesses de poder e autoridade, é uma ideologia linguística que naturaliza construções políticas como as que dão lugar a línguas nacionais e internacionais. Para essa representação existir não é preciso também uma uniformidade nos usos, nem mesmo uma única norma-padrão orientando as práticas dos falantes.

Afinal, quase sempre “o reconhecimento político da diversidade linguística é somente territorial, nas comunidades autônomas que reconhecem ter uma língua própria.” (LAGARES, 2017⁸¹).⁸² Defender essa tal unidade implicaria justamente o apagamento de muitas marcas linguístico-culturais e, fatalmente, favoreceria política e economicamente um grupo minoritário que não representa os falantes da língua espanhola em toda sua dimensão.

A defesa pela unidade linguística ganha um papel central no discurso pan-hispânico – o idioma “neutro” (propício para o consenso) representava uma identidade compartilhada e consolidava um nacionalismo espanhol sedento pelo mercado americano (DEL VALLE, 2012). Os principais entusiastas desta política linguística são a *Real Academia Española* (RAE), o governo espanhol e o Instituto Cervantes (criado somente em 1991). A esse grupo, somam-se, em momentos diferentes, a *Asociación de Academias de la Lengua* (ASALE) e outras instituições financeiras. A ASALE se une à RAE na função conjunta de instaurar a Comunidade Iberoamericana.

Já em 1900, Espanha, sob a justificativa do suposto vínculo linguístico e cultural, tentava recuperar-se economicamente à custa da Hispanoamérica. O apelo do governo espanhol evocando uma língua e história/cultura/raça comuns era reforçado pela alegação de um perigo iminente de dominação norte-americana, portanto, a união da Espanha com a Hispanoamérica os faria mais fortes como um bloco para resistir à pressão da crescente economia estadunidense. Deste modo, no *Congreso Social y Económico Hispano-Americano* de 1900 são estabelecidas as bases conceituais que perduram até os dias de hoje na política pan-hispânica. São elas: a manutenção do idioma como o laço que une espanhóis e hispanoamericanos e a concessão de plenos poderes à RAE como a regulamentadora da língua.

No início do século XXI, essa mesma política, que remonta ao século XVI, ganha uma nova roupagem, adequa seu discurso à conjuntura atual e agrega ao grupo de exploradores empresários espanhóis também interessados em fazer dinheiro na Hispanoamérica. Para Vázquez (2008b), os agentes da política linguística pan-hispânica põem em prática, no século XXI, uma espécie de ideologia linguística da globalização com foco no valor econômico do espanhol, sendo a língua pensada em termos de mercado. O problema dessa ideologia linguística, a nosso ver, é que está atrelada à política linguística de um governo que mascara

⁸¹ Disponível em: <www.espaciosantillanaespanhol.com.br/nacionalismo-linguistico>. Acesso em nov de 2017.

⁸² No original: “el reconocimiento político de la diversidad lingüística es solo territorial, en las comunidades autónomas que reconocen tener lengua propia”.

seus objetivos, declarando tratar-se de uma política⁸³ de fortalecimento cultural, econômico etc. de um suposto bloco formado pela Espanha e toda a Hispanoamérica. Na realidade, longe de ser uma política linguística com um propósito coletivo, a política pan-hispânica é um plano econômico, que tem como único objetivo beneficiar um grupo restrito. No que se refere ao valor econômico do espanhol, toda língua tem um valor de mercado e não há nenhum mal nisso, pelo contrário, é bastante natural que o tenha. A grande questão é que: (i) a riqueza gerada pelo uso do espanhol está sob o poder de um grupo e (ii) grande parte da economia movimentada através da língua se dá mediante a exploração de muitos falantes do espanhol como língua materna e adicional.

Vázquez (2008b) afirma que o panhispanismo é concebido como geopolítica – porque se refere ao vínculo hierárquico entre a América Latina e a Espanha coagente de um padrão de poder político e econômico – e como geocultura – construindo um imaginário de cultura compartilhada. Nesse contexto de dominação/exploração, definição de colonialismo para Quijano (2002b), a ideologia linguística que interfere na produção de sentido social de forma a promover a aceitação e adesão à política pan-hispânica é uma ideologia linguística colonial de caráter expansionista e foi alcunhada de hispanofonia. Nas palavras de Del Valle, hispanofonia é

uma visão do espanhol promovida pelas instituições com o fim de, em primeiro lugar, normalizar seu status baseado em uma comunidade historicamente constituída, e em segundo lugar, consolidar influências em um mercado sempre cobiçado pelos agentes econômicos globais. (DEL VALLE, 2012).⁸⁴

Retomando a definição de ideologia linguística apresentada no início desta seção e aplicando-a à hispanofonia, temos um sistema de ideias – unidade linguística, língua una e compartilhada uniformemente – sobre a língua espanhola. Esse sistema está vinculado a uma ordem política, social e cultural representada pelo governo espanhol, juntamente com acadêmicos e empresários. Essa ideologia tem a função de naturalizar a ideia de que Espanha e Hispanoamérica estão unidas pela mesma língua e raça e a manutenção dessa ideologia visa

⁸³ A política pan-hispânica na Wikipédia e nos demais meios de divulgação aparece como: “movimento ideológico que defende a unidade dos povos de fala ou cultura hispânica, especialmente latinoamericanos, não só no âmbito cultural, mas também social, econômico e inclusive político”. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-hispanismo>>. Acesso em dez de 2018.

⁸⁴ No original: “una visión del español promovida desde las instituciones con el fin de, en primer lugar, normalizar su estatus como base de una comunidad históricamente constituida, y en segundo lugar, consolidar influencias en un mercado siempre codiciado por los agentes económicos globales”. Disponível em: <https://www.academia.edu/9244156/Panhispanismo_e_hispanofonia_breve_historia_de_ideologias_siamesas?auto=download>. Acesso em mai de 2018.

render benefícios a um grupo específico (governo espanhol e instituições financeiras). Além disso, a política linguística pan-hispânica, por meio da hispanofonia, “tenta construir a ideia da existência de um único centro normativo: único, mas marcado por uma diversidade harmônica – o policentrismo feliz” (PONTE, 2013, p. 90), muito diferente da realidade policêntrica da língua espanhola marcada por desigualdades sociais materializadas nas falas que refletem os centros de prestígio e as periferias linguísticas. Neste caso particular, o ELF atua na mudança desse paradigma Norte/Sul, centro/periferia, pois nas interações em ELF tanto os falantes do norte como os do sul dão as cartas. No final, estas cartas estão todas embaralhadas, visto que num contexto de língua franca não importa quem deu tal carta, mas quais são as cartas na mesa e o que pode ser feito delas para que a troca comunicativa seja exitosa para ambos os interlocutores.

Dois princípios atuam como a força motriz desse maquinário ideológico, são eles a homogeneidade nacionalista e a cultura monoglóssica (DEL VALLE, 2007d). Sem embargo, tais princípios – ferramentas de uma manobra discursiva – não se sustentam nem mesmo dentro da própria Espanha, posto que não há homogeneidade em nenhuma instância. Ou seja, a língua não é a mesma, portanto, não pode ser pátria comum por este argumento. Por esse motivo se fazem necessárias intervenções ideológicas bem elaboradas e com forte apelo midiático, afinal, é preciso convencer da veracidade dos princípios.

A “unidade *versus* diversidade” nunca deixou de existir. Na verdade, a RAE criou o lema panfletário “unidade na diversidade” com o objetivo de maquiar a intenção colonialista de sempre, pois, como disse Foucault, as ideologias são o mecanismo de poder da sociedade atual, na qual o controle é velado. Com esta nova manobra, surgiram novas práticas, ou nem tão novas assim: a unidade seria mantida mediante a elaboração de instrumentos normativos de caráter internacional – leia-se: internacionalização/imposição da variedade castelhana do centro-norte – fruto do trabalho conjunto da RAE com as demais 21 Academias da Língua – leia-se: a RAE determina e as outras academias ajudam a fiscalizar a implementação.

Ainda que o objetivo da Espanha não fosse exatamente promover a variedade castelhana como a língua global, o interesse em ocupar uma posição tutelar sobre as demais variedades revela a manobra política em prol de uma unidade certamente baseada na variedade castelhana, o que concentraria os lucros dessa empreitada sob o domínio da antiga metrópole. O mesmo raciocínio cabe no que se refere ao temor pela fragmentação da língua ou da ideologia linguística da hispanofonia, não importando tanto definir se o medo é atribuído à língua ou à política linguística e sua ideologia, já que ambos se referem ao enriquecimento da automeada pátria mãe. Com o lema atualizado – agora, “unidade na

diversidade” –, a diversidade deixa de representar necessariamente um perigo e as noções de impureza e corrupção são substituídas por aquelas de riqueza linguística e união dos povos hispânicos (PONTE, 2013, p.85). Entretanto, como “a diversidade inspira cuidados”, a vigilância deve ganhar reforço com a ASALE entrando para o rol do grupo controlador da velada unidade, juntamente com a RAE.

Considerando que a língua é a ferramenta ideológica do desenvolvimento capitalista da Espanha na exploração da hispanoamérica, o medo da fragmentação linguística ou político-linguística representa “a desintegração colonial da monarquia espanhola” (VÁZQUEZ, 2008a, p. 91)⁸⁵ e o desmantelamento da política linguística pan-hispânica que busca consolidar a comunidade hispânica como mercado assim como criar uma norma que caiba nos limites do imaginário de uma língua global (ARNOUX, 2015). Cabe destacarmos a expressão “um imaginário de língua global⁸⁶” utilizada por Arnoux (op.cit, p.63) para referir-se ao intento da mídia em simplificar as línguas espanholas em uma única versão global. Para nós, a condição de língua global é uma realidade, vide o inglês; irreal e imaginária é única e exclusivamente a imposição de **uma** língua (ou variedade) em proporções globais. Ainda tomando a língua inglesa como exemplo, não acreditamos que a constituição de uma norma seja realmente premissa para a existência de uma língua que atue globalmente, já que o inglês global é tudo, menos uma unidade. Desse modo, reiteramos que a política pan-hispânica não apresenta perigo para o reconhecimento do espanhol como língua franca, posto que não estamos tratando de língua, mas de uma função, e ainda que o estivessemos, uma língua global não implica uma variedade global. Além disso, como afirma Phillipson (1992), o êxito de uma língua franca se baseia em fatores que extrapolam o controle de governos individuais e indústrias da língua.

Dentre as batalhas em que a língua espanhola está envolvida, três podem ter fim mediante o reconhecimento e uso difundido do ELF. São elas: a luta pela unidade (homogeneidade monoglóssica), a disputa com o inglês na aquisição de importância global e a ameaça de o inglês acabar com as línguas nacionais, incluindo o espanhol, por serem os Estados, o espaço que o inglês quer absorver. Sobre a primeira luta apresentada, o ELF põe fim a essa discussão ao legitimar usos híbridos, dissociados de qualquer variedade específica. Quanto à segunda luta, o ELF não pretende destituir o inglês do posto alcançado, mas já ocupa o mesmo espaço (em proporções diferentes), não devido a um planejamento linguístico encabeçado por algum representante acadêmico, ou econômico ou governamental, mas

⁸⁵ No original: “... la desintegración colonial de la monarquía española...”.

⁸⁶ No original: “...un imaginario de lengua global...”.

porque a globalização das comunicações o levou a tal lugar com o aumento do fluxo de interações em espanhol por diversos falantes, inclusive não-nativos. Essa co-habitação abre espaço para línguas globais vindouras, principalmente porque uma única língua global vai contra a caminhada para as práticas translíngues⁸⁷ que acreditamos ser o futuro linguístico dos falantes de todo o mundo. A ameaça de ser o uso estendido do inglês o responsável por acabar com as línguas nacionais não se sustenta porque os Estados estão perdendo poder com a globalização (fenômeno que superou a relação exclusiva com a língua inglesa) e porque o ELF fortalece a(s) língua(s) espanhola(s) a partir de seu uso em escala global, sem privilegiar nenhuma variedade em especial.

Sobre o enfraquecimento dos Estados, a terceira luta, Calvet (2007) afirma que, no futuro, só haverá a língua hipercentral – o inglês – e as gregárias, que são as locais; as supracentrais (línguas do Estado) deixarão de existir. Já Arnoux (2010a) não fala em desaparecimento das línguas supracentrais, mas a autora demonstra certa preocupação dessas línguas serem reduzidas ao status de línguas locais. Toda essa previsão pessimista ao redor das línguas supracentrais é atribuída aos efeitos da atual globalização. Mas, afinal, como o fenômeno ameaça as línguas nacionais e o próprio Estado? Segundo a própria Arnoux (2000), os espaços construídos com o desenvolvimento do capitalismo serão mais amplos que os Estados nacionais, reduzindo as funções estatais.

Para nós, os espaços serão mais amplos, diminuindo o controle que os Estados exercem, e o fim dessa soberania desestruturará as bases de um nacionalismo, que nada mais é que um processo político/ideológico criado pelo Estado para manter o povo – que está sob sua jurisdição – *a rédeas curtas*, isto é, sem muitas chances de pensar diferente de seu coletivo (chamado nação) para questionar alguma medida imposta pelo Estado, que não sirva aos interesses de todos, mas a interesses particulares. Como o acesso à tecnologia é cada vez mais disseminado na era da globalização, o único “freio” a esse livre acesso, que condiciona a escolha das fontes de notícias e grupos sociais, é exatamente a língua. O velho sistema pelo qual os meios de comunicação nacionais disseminavam notícias nacionais está desaparecendo e com ele desaparece também um poderoso meio de formação de identidade nacional (WRIGHT, 2004). Em sua explanação sobre o enfraquecimento do estado e a instauração de uma fase posnacionalista, Wright (op.cit) afirma que a globalização gera muitas mudanças na dinâmica estatal. Dentre elas estão:

⁸⁷ Segundo García (2014), o translíngüismo é a habilidade do falante multilíngüe usar seu repertório linguístico para se fazer entender. Nesse processo, não há um único sistema linguístico, mas um conjunto de aspectos linguísticos desassociados de sua língua originária desenvolvido para um fazer sentido translíngüe. Tal conceito será desenvolvido no capítulo 4 desta tese.

1- O comprometimento da relação cidadão-estado, pois com a aceitação da filosofia de livre comércio e o conceito de responsabilidade individual, o estado deixa de ser o protetor e o provedor de vários tipos de assistência social;

2- O controle legal dos estados sobre seus cidadãos é atenuado em um mundo onde os cidadãos podem apelar a cortes e instituições internacionais, em situações de crimes humanitários cometidos em seu território;

3- A redução da política protecionista, já que a pressão geral pelo livre comércio impossibilita que o estado proteja o mercado interno como o fazia anteriormente.

A nação tradicional e todos os seus meios de manipulação e controle a ela inerentes estão em extinção. Sua formação na era da globalização é outra e suas ideologias também. Não é a língua que deixará de existir ou será reduzida (muito pelo contrário, afinal, estamos no império da língua), mas sua classificação determinada por um espaço restrito de atuação. As fronteiras que antes definiam a língua como “x” deixarão de existir e sua zona de atividade será ampliada pela movimentação de seus falantes localizados em diversas partes do mundo. Nesse contexto, uma língua que desempenha a função de língua franca global garante sua manutenção, ao mesmo tempo em que concretiza uma política linguística de proteção e emancipação da língua e, conseqüentemente, de seus falantes.

Phillipson (2003 apud TERBORG; ALARCÓN; NERI, 2015) e Arnoux (2000) defendem que o valor de uma língua deriva do poder do Estado para contemplar quem a conhece e punir quem a ignora. Possivelmente, tal afirmação tenha sido baseada na história da língua inglesa, no entanto, como mencionamos anteriormente, os caminhos que levam o espanhol ao status de língua franca são outros, posto que a língua espanhola está em ampla e explícita expansão com função de LF e isso pouco tem a ver com a política expansionista do governo espanhol. Se assim o fosse, estaríamos tratando da expansão da variedade peninsular do centro-norte e não da difusão de uma função comunicativa da língua espanhola. O valor global de língua franca que o espanhol vem assumindo, tem mais a ver com seu peso demográfico, que, longe de ser estático, intensificou sua dinamicidade nas últimas décadas devido a inúmeros fatores como as migrações, o crescimento do poder aquisitivo de seus falantes etc. Segundo Lagares (2005 apud ARNOUX, 2010a), o espanhol é a língua com maior crescimento (desenvolvimento) no cenário mundial.

Insistimos que, além de objetivos político-econômicos, provavelmente, a incessante defesa pela unidade guarde também um desconhecimento das implicações em identificar o espanhol com função de língua franca. Sim, porque quando um professor de língua espanhola

afirma que o espanhol como língua franca estabelecerá uma babel (informação verbal)⁸⁸, este professor zela por certa unidade, não nos moldes da Espanha (língua una), mas ele teme de certo modo, a variação. O ELF, como já enfatizado, é função comunicativa, não a de meramente se fazer entender, mas a de conquistar a aprovação de seu interlocutor, seja para a manutenção da interação, seja para um objetivo mais específico. O conhecimento impreciso do que está sendo desenvolvido atualmente sob o nome de língua franca, gera crenças e estereótipos que provocam confusão ao se abordar a possibilidade de o espanhol, assim como o inglês, e guardadas as devidas proporções e idiosincrasias, também assumir a condição de uma língua franca global.

Segundo Phillipson (2003 apud TERBORG; ALARCÓN; NERI, 2015), o status do inglês na atualidade é menos determinado por sua função instrumental de comunicação internacional e mais relacionado ao prestígio social que lhe é atribuído. Diz também o autor que o inglês não pode atuar como língua franca porque frequentemente implica trocas assimétricas entre falantes de língua materna e língua estrangeira. Para nós, o argumento de Phillipson (op.cit.) carece de algumas imprecisões. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a simetria interpessoal é rara e isso não é necessariamente um problema. Na verdade, o infortúnio é justamente acreditar que as trocas simétricas são a regra. Como o próprio nome revela, trata-se de uma troca, uma dinâmica na qual ora um interlocutor ocupará a posição de “comando”, seja do turno, do assunto, da língua etc., ora será o outro interlocutor que ocupará este lugar por motivos outros.

Em segundo lugar, a língua franca emerge da interação entre falantes de *linguaculturas* maternas distintas. Um inglês que está se dirigindo a não nativos de inglês ou a nativos de outras variedades, normalmente levado por uma sensibilidade intercultural, modaliza seu discurso para atingir o objetivo comunicativo. Da mesma forma, um mexicano de Tijuana e um argentino da capital são nativos da língua espanhola, mas, por possuírem *linguaculturas* diferentes, se servem de um espanhol língua franca ao se comunicarem, porque se não o fazem, inviabilizam a interação. Como afirmou Coulie (2003 apud ARNOUX, 2010a), falar a “mesma” língua não é o suficiente para se entender, pois é preciso conhecer o outro e sua cultura. Por isso, a premissa de uma língua franca, seja ela o espanhol, o inglês ou qualquer outra, não é a unidade, mas sua potência/força intercultural. O ELF contribui inclusive para a solução da problemática apresentada por Arnoux (2010a) e Lagares (2005 apud ARNOUX, 2010a), sobre os próprios falantes de espanhol acentuarem suas inevitáveis

⁸⁸ Informação pessoal dirigida a mim em diversos eventos acadêmicos de língua espanhola.

diferenças locais, entendendo-se cada vez menos, com a norma se fragmentando e o espanhol dando lugar a variedades diversas, pois cada falante manterá sua variedade e negociará os usos quando estiver em uma interação em contexto de língua franca.

Em terceiro lugar, é bem verdade que a língua é assegurada pelos papéis que os seus falantes desempenham nas relações sociais/globais mais diversas. No entanto, o status adquirido pela língua inglesa nos dias de hoje é indiscutível e não importa tanto encontrar o fator determinante que sustenta o lugar alcançado, ao contrário, nos interessa saber que, tanto sua função instrumental quanto seu prestígio social caminham lado a lado e estão intimamente relacionados.

Não é novidade para ninguém que o prestígio social de uma língua está relacionado, entre outras coisas, aos estereótipos construídos sobre as culturas de seus falantes. As imagens que se tem dos povos hispanofalantes impactam diretamente nas motivações que justificam a escolha do espanhol, ou qualquer outra língua, como uma língua de comunicação global. Os estereótipos são inevitáveis, pois resultam de nossa capacidade de processar a informação que é fruto da experiência com o “objeto”, neste caso, um grupo de indivíduos falante de espanhol como língua materna, ou fruto da aprendizagem com agentes externos. Diante do desconhecido, os estereótipos funcionam como uma “muleta” que dá ao usuário alguma segurança nos primeiros intercâmbios.

Apesar dos seus efeitos nem sempre interessantes, os estereótipos podem ser tanto positivos quanto negativos. Os estereótipos positivos podem provocar em alguém o interesse em aprender determinada *linguacultura*. Mas, também, podem ser extremamente negativos, gerando resistência em se ter contato com tudo o que está relacionado a determinado grupo de indivíduos, incluindo sua língua, desenvolvendo-se, então, uma atitude de rejeição à própria língua, suas culturas, suas peculiaridades.

A difícil mutabilidade dos estereótipos formados, e muitas vezes naturalizados, é o problema quando se têm construções reducionistas que causam o desinteresse por determinada língua e tudo o que a circunda. Essas simplificações são muitas vezes construídas por meio de agentes externos com fins mercadológicos, uma vez que, gostemos ou não, a língua é um produto rentável a ser comercializado como qualquer mercadoria em um competitivo comércio global. No entanto, é preciso mais que meras associações imagéticas para vendê-la. Um exemplo prático é pensar rapidamente nos EUA e Chile, e observar como se têm mais argumentos sobre o primeiro. Temos muito mais a falar sobre o primeiro país, conhecemos muito mais sobre os EUA que sobre o Chile. É fato que este resultado envolve uma série de questões históricas, mas serve para elucidar uma forma eficaz de desconstruir

estereótipos negativos – o conhecimento. Quanto mais se sabe sobre um grupo de indivíduos, menos rotulagens serão feitas. Ou seja, como afirma a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, o problema dos estereótipos não é propriamente a sua existência, mas o fato de serem sempre incompletos.

Por conseguinte, é necessário pensar sobre que imagem está sendo veiculada globalmente sobre os diversos grupos de espanhol como língua materna, visto que o estereótipo negativo pode desacelerar o processo de reconhecimento e validação do ELF. Entretanto, há também a possibilidade de se utilizar os estereótipos estrategicamente, pois, além de serem mutáveis, eles também podem gerar mudanças e transformar positivamente a imagem que se tem da língua espanhola como um todo, estimulando o interesse por sua aprendizagem e contribuindo, assim, com a atuação do idioma como uma LF global, que favoreça todos os seus falantes e não apenas a equipe formada pelo governo espanhol para explorar a língua como propriedade da Espanha com alto valor de mercado. Afinal, a difusão de determinada ideologia, juntamente com uma política linguística internacional e campanhas sociopolíticas nacionais, são elementos-chave no estabelecimento do ELF. Neste ponto, em que relacionamos o ELF e ideologias, precisamos lembrar que não existe língua neutra, portanto, tampouco há uso da língua sem ideologia, já que esta é uma dimensão de qualquer prática de significação. Da mesma forma, a língua não pode ser manipulada para se ajustar à planificação do ELF, o comportamento linguístico – o uso do espanhol como língua franca – é um comportamento social que reflete as atitudes e crenças do falante que usa a língua (RICENTO, 2000). Vale reforçar ainda, que as ideologias que repousam sobre o uso do espanhol com função de língua franca nada têm a ver com a ideologia da hispanofonia⁸⁹, muito pelo contrário, o ELF contribui para a desconstrução da hispanofonia e da política pan-hispânica⁹⁰, ao desterritorializar/desnacionalizar a língua, desvinculando-a do domínio espanhol e legitimando-a como a língua de todos os seus falantes nativos ou não, que a utilizem em situação de língua franca.

Esta desterritorialização precisa ser vista com cuidado, pois o ELF se “desenraiza” (LAGARES, 2018, p. 216) de suas variedades porque não é língua, mas função comunicativa. Ao se desnacionalizar, o ELF passa a ser de todos os seus usuários, afinal, pretendemos desconstruir um discurso hegemônico que torna a língua propriedade de x e y, e discutir as

⁸⁹ De forma bastante simplificada, o conceito de hispanofonia, largamente estudado por Del Valle, se refere à ideologia linguística de uma língua unitária e uniforme, compartilhada por americanos e peninsulares, cujo objetivo é o crescimento econômico da Espanha.

⁹⁰ A política linguística panhispânica está diretamente atrelada à ideologia da hispanofonia e basicamente simula contemplar todos os povos de língua espanhola, mas se trata de uma política centralizadora que visa unicamente o benefício da Espanha.

ideologias que naturalizam determinada ordem das línguas, contribuindo para o empoderamento dos mais diversos falantes de língua espanhola, de modo que todos possam de alguma forma beneficiar-se deste uso. Com a desnacionalização, a língua deixa de ser meio de repressão e estorvo para a convivência pacífica de diferentes grupos linguísticos (COULMAS, 1988).

É válido dedicar umas linhas para refletir sobre essa resistência em reconhecer a emancipação da língua espanhola como língua do mundo. Essa negação pode ir muito além de uma análise crítica da campanha neo-imperialista do governo espanhol, pois é um reducionismo descabido alegar que toda proposta de se pensar o status da língua espanhola na globalização faça parte de uma estratégia de enriquecimento do grupo espanhol formado pelo governo da Espanha e algumas empresas do ramo editorial, telefônico, entre outras. Pode ser que por trás dessa aguerrida oposição ao espanhol como língua franca haja uma herança inconsciente do que Quijano (2002b) nomeia *colonialidad del poder*, e que junto com a identidade não-branca, não-europeia, herdemos também a identidade da não-língua. O autor define colonialidade do poder como a criação do conceito de raça para rotular as identidades sociais que surgiram a partir da Conquista, bem como as identidades geoculturais.

Será que ao remover a areia, que oculta tantas coisas, encontramos um espelho no qual nos enxergamos como foi instituído pela teoria eurocêntrica das classes sociais entre os séculos XVIII e XIX? Será que nos vemos primitivos, enquanto eles são os civilizados? Será que nós da América Latina não falamos línguas globais?

Não estaremos nos invizibilizando e esforçando-nos para andar no sentido contrário da evolução humana e conseqüentemente linguística? Em seu poema “Os Zé ninguéns”, Galeano (1940)⁹¹ retrata bem o questionamento que trazemos acima.

⁹¹ No original: Sueñan las pulgas con comprarse un perro y sueñan los nadies con salir de pobres, que algún mágico día llueva de pronto la buena suerte, que llueva a cántaros la buena suerte; pero la buena suerte no llueve ayer, ni hoy, ni mañana, ni nunca, ni en lloviznita cae del cielo la buena suerte, por mucho que los nadies la llamen y aunque les pique la mano izquierda, o se levanten con el pié derecho, o empiecen el año cambiando de escoba. Los nadies: los hijos de los nadies, los dueños de nada. Los nadies: los ningunos, los ninguneados, corriendo la liebre, muriendo la vida, jodidos, rejodidos: Que no son, aunque sean.

Que no hablan idiomas, sino dialectos.

Que no profesan religiones, sino supersticiones.

Que no hacen arte, sino artesanía.

Que no practican cultura, sino folklore.

Que no son seres humanos, sino recursos humanos.

Que no tienen cara, sino brazos.

Que no tienen nombre, sino número.

Que no figuran en la historia universal, sino en la crónica roja de la prensa local. Los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata.

As pulgas sonham em comprar um cachorro e sonham os “Zé Ninguéns” em deixarem de ser pobres, que em algum mágico dia chova repentinamente a boa sorte, que chova uma enxurrada de boa sorte, mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem em chuvisco cai do céu a boa sorte, por mais que os “Zé Ninguéns” a chamem e ainda que coce sua mão esquerda, ou que levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os “Zé Ninguéns”: os filhos dos “Zé Ninguéns”, os donos de nada.

(...) Que não são, ainda que sejam.

Que não falam idiomas, mas dialetos.

Que não professam religiões, mas superstições.

Que não fazem arte, mas artesanato.

Que não praticam cultura, mas folclore.

Que não são seres humanos, mas recursos humanos.

Que não têm rosto, mas braços.

Que não têm nome, mas número.

Que não aparecem na história universal, mas na crônica vermelha da imprensa local.

Os “Zé Ninguéns”, que custam menos que a bala que os mata.

De acordo com Mignolo (2003) o padrão colonial de poder hierarquizou as línguas, privilegiando a comunicação e a produção do conhecimento teórico nas línguas europeias e subalternizando as línguas não-europeias como apenas produtoras de folclore. Se chegamos à conclusão de que nos vemos tal qual Galeano escreveu em seu poema, podemos concluir que não aceitamos a realidade da língua espanhola com função de língua franca por uma questão de crença e *habitus* (BOURDIEU, 1983 apud HANKS, 2008). Isto posto, é pertinente lembrar o que Quijano (2002a) afirma ao tratar da colonialidade do poder. Segundo ele, a distribuição das pessoas nas relações de poder sofre processos de classificação, desclassificação e reclassificação social de um contingente cada vez maior falante da língua espanhola,

Não se trata aqui somente do fato de que as pessoas mudam e podem mudar seu lugar e seus papéis em um padrão de poder, mas que tal padrão está sempre em questão, posto que as pessoas estão disputando todo o tempo, e os recursos, razões e necessidades desses conflitos nunca são os mesmos em cada momento de uma longa história. Em outros termos, o poder está sempre em estado de conflito e em processos de distribuição e redistribuição. Seus períodos históricos podem ser diferenciados, precisamente, em relação a tais processos. (QUIJANO, 2002a, p.370)⁹²

A racialização das relações de poder, isto é, o papel que o fenótipo tem na classificação social e na distribuição do poder foi totalmente condicionado pelo par opositivo europeus e não-europeus. Esta invenção – a racialização das relações de poder – é um dos

⁹² No original: “No se trata aquí solamente del hecho de que las gentes cambian y pueden cambiar su lugar y sus papeles en un patrón de poder, sino de que tal patrón como tal está siempre en cuestión, puesto que las gentes están disputando todo el tiempo, y los recursos, razones y necesidades de esos conflictos nunca son los mismos en cada momento de una larga historia. En otros términos, el poder está siempre en estado de conflicto y en procesos de distribución y de redistribución. Sus períodos históricos pueden ser distinguidos, precisamente, en relación a tales procesos”.

entraves, muitas vezes alimentado pelos próprios falantes de espanhol, para a real valorização e reconhecimento do espanhol como uma língua mundial. O espanhol como língua franca é mais uma chave, dentre as muitas que já temos, que nos liberta do encarceramento na suposta periferia colonial (QUIJANO, 2002a). Talvez estejamos tão atentos às manobras do governo espanhol em naturalizar sua campanha colonialista que não observamos que naturalizamos em nós a colonialidade do poder, a ponto de tomar por certo determinadas coisas e não nos permitirmos discutir o vigor da língua espanhola na atualidade, bem como as diversas funções que a língua vem assumindo ao ser falada por inúmeros falantes, em inúmeros contextos, com fins muito variados.

Com o eurocentrismo, todas as experiências se articularam a uma única ordem cultural global hegemônica. A história do poder hegemônico sempre esteve distante de nós, latinoamericanos, tão distante que a transferência dessa hegemonia da Europa para os EUA foi uma passagem “natural”, apenas assistimos ao “espetáculo”, pois nos mantivemos no mesmo lugar. Hoje, lutamos contra os poderes hegemônicos, mas continuamos com os olhos muito voltados para lá e, com lamentável frequência, não vemos que o lado de cá faz muitas coisas, inclusive com a língua. As instituições hegemônicas de cada âmbito da existência social são universais e atingem a população mundial, funcionando como modelo intersubjetivo, o que difere é a intensidade com que essas forças atuam sobre o imaginário de cada cidadão. É o cidadão intercultural, atuante em sua pólis, que agora é global, quem irá controlar o impacto que o externo causará nele próprio.

O ELF, a partir do que já foi discutido, não é uma língua regional como Ostler (2010) afirmou ser, mas uma língua mundial, uma função comunicativa global, intercultural, que cada vez que é usada empodera seu falante e o despoja, em especial os latinoamericanos, da identidade racial, colonial e negativa imposta ainda no século XVIII pela Europa. Essa identidade imposta pela tríade capitalismo, eurocentrismo e colonialidade do poder, muitas vezes, conseguiu nos tirar da história da qual fazemos parte – a história da produção cultural da humanidade (QUIJANO, 2002b).

Ao trazermos anteriormente a alegoria do conto *El jardín de senderos que se bifurcan* de Borges, afirmamos que o tempo é agora, o padrão cognitivo de poder fundado na colonialidade se esvai em meio às palavras libertadoras usadas nas mais diversas interações em ELF, pois essa função global cada vez mais usada desmistifica a construção social e cognitiva de que ao não-europeu cabe o passado, o inferior, o primitivo (QUIJANO, 2002b).

Esse convite à reflexão não pretende, de nenhum modo, interromper ou desacelerar o processo de descolonização dos latinoamericanos, negros, indígenas, entre outros grupos,

muito pelo contrário, busca dispor-se a enxergar a realidade da língua espanhola em uso nos mais diversos continentes, entendendo que o processo vai além das intenções mercadológicas de instituições neo-colonialistas porque descolonializa as relações sociais, políticas e culturais entre as raças falantes das mais variadas línguas maternas. O fato de a língua materna coincidir com a língua de comunicação global, não dá necessariamente mais poder a este falante de LM, visto que a língua materna nunca será a mesma língua em contexto de língua franca. A mudança é para todos, a adequação é para todos. Ainda que não seja na mesma medida, todos estão envolvidos nesse processo global. Enfim, “é tempo de aprender a nos libertar do espelho eurocêntrico, onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida”⁹³ (QUIJANO, 2002b, p.242).

Como já mencionado neste trabalho, nada é apenas uma coisa, pois a depender do ângulo que a olhemos descobrimos que absolutamente tudo são muitas coisas. As palavras ‘expansão’ e ‘difusão’ estão tão associadas à política linguística e econômica espanhola que se nega e se rechaça tudo que leve algum desses nomes. Em consonância com o que foi dito na epígrafe que inicia este capítulo, sobre ser mais fácil quebrar uma perna que uma palavra (NIETZSCHE, 1881) acrescentamos que,

é em grande medida por causa de suas ambigüidades que meras palavras são capazes de uma ação independente como forças na história. Uma palavra, uma frase, uma fórmula que entre em voga ou ganhe aceitação devido a um de seus significados ou às ideias que sugere, e que é compatível com as crenças, padrões de valor e gostos, porque outros significados ou implicações sugeridas, não distinguidas claramente pelos que a empregam, gradualmente se tornam os elementos dominantes de seu significado (LOVEJOY, 1964).

É preciso ressignificar todo este processo de difusão do espanhol, reocupando o lugar dos agentes e, principalmente, o lugar dos beneficiados. Haverá aqueles que nos acusem de ingênuos por enxergarmos a expansão do espanhol para além da política linguística da Espanha, no entanto, é evidente para todos que a expansão da língua espanhola (como de qualquer língua) não é singular, mas plural, isto é, o que se expande são os variados usos que os diversos falantes fazem do espanhol. Nesse pormenor, discordamos de Pontes (2013, p. 123) ao atribuir o êxito expansionista da língua espanhola à política pan-hispânica da Espanha, que, segundo a autora, está funcionando bem. A nosso ver, a expansão global do espanhol com função comunicativa se deve principalmente à globalização das informações – movimento que extrapola a planificação de *corpus* e status empreendida pelo grupo espanhol.

⁹³ No original: “...es tiempo de aprender a liberarnos del espejo eurocéntrico donde nuestra imagen es siempre, necesariamente, distorsionada. Es tiempo, en fin, de dejar de ser lo que no somos”.

Um programa de expansão linguística financiado pela Espanha levantou dados demográficos, geográficos, científicos e econômicos concernentes à língua espanhola; ao mesmo tempo em que tal pesquisa dá base para a penetração da Espanha no mercado global, tais dados contribuem também para a planificação de status da língua espanhola, sem atrelá-la a um Estado. Este levantamento estatístico, na verdade, pode fortalecer a condição do espanhol com função de língua franca ao retratar a extensão territorial que abarca todos os usuários de alguma função linguística da língua. O mesmo acontece com o termo “espanhol como língua franca”, já que, enquanto muitos estudiosos da língua espanhola atribuem o ELF única e exclusivamente ao que Phillipson (1992) chama de ‘imperialismo linguístico’, representado pelo governo espanhol, tentamos mostrar outro lado do conceito, que é justamente oposto ao conceito cunhado pelo autor britânico. Para ele, na era da globalização, é pela língua que se transmite uma divisão desigual de poder e de recursos entre os grupos frustrando o progresso social e econômico para aqueles que não aprendem as línguas da modernidade.

No entanto, o advento do ELF demonstra que não é só o inglês a língua da modernidade e que, assim como o espanhol já ocupa esse lugar quando também funciona como língua franca, outras línguas, provavelmente, alcançarão esse espaço como parte de um processo chamado globalização. Além disso, a mesma língua que veicula uma divisão desigual é aquela que transmite reivindicações a esse estado das coisas, é a língua que agrega, que reúne, que sensibiliza e convoca os demais a lutarem por seus direitos. É o passaporte do falante para se fazer ouvir em lugares antes tão distantes. Mas não é exatamente a língua e, sim, o que se faz com ela. Por isso que o ELF não surgiu como uma variedade linguística, mas como uma função, porque o ELF é o que os falantes interculturais estão fazendo com a língua. O ELF não contribui para a marginalização e desaparecimento de milhões de línguas indígenas, (i) porque não compete com elas, (ii) porque essa função comunicativa só emerge em contextos de língua franca, (iii) porque o ELF valida justamente o diverso, o híbrido, o heterogêneo, os diferentes *backgrounds*, a negociação etc., e jamais a imposição ou a sobreposição de uma língua sobre as demais. Em suma, podemos dizer que o ELF não ameaça nenhuma língua, principalmente porque não é língua.

Língua é fundamentalmente poder, é poder se comunicar em várias partes do mundo, com pessoas de diferentes culturas. Reconhecer o espanhol com função de língua franca é socializar o poder, é contribuir para que cada falante de espanhol assuma o controle de sua existência social, autorizando-se a utilizar uma língua que a cada uso se torna mais e mais propriedade do usuário.

O ELF é a materialização das práticas linguísticas atuais. Não queremos com isso dizer que as práticas translíngues são uma realidade somente agora, mas, na atualidade, há cada vez mais uma consciência linguística e social que nos impulsiona a “translinguar” a favor de uma comunidade linguística que cresce em proporções globais e se relaciona de forma essencialmente intercultural.

Defender o uso do espanhol em contexto de língua franca, concretamente, legitima o uso de todos os falantes que dele se apropriem, e ilusoriamente passa a autoridade linguística a uma situação de anonimato. É genuíno afirmar que a autoridade linguística cabe aos usuários da língua. No inglês como língua franca (ILF) qual é a variedade linguística usada? Não há uma. O ILF não tem donos, nem territórios, suas raízes são transitórias. Todos seus usuários tiram proveito dessa poderosa ferramenta comunicativa. De fato, os EUA exploram o status da língua inglesa, mas isso não se deve ao ILF e sim aos avanços tecnológicos, militares e científicos do país. Deste modo, o enviesado discurso espanhol de que a língua é de todos os hispânicos será deslocado à realidade de que a língua é de todos os seus usuários – não porque se trata de uma língua globalizada, afinal, não é a língua que é globalizada, mas o direito que todos têm de usar a(s) língua(s) espanhola(s) com tal função comunicativa. Esta realidade não é coerente com a premissa da “autoridade no anonimato” (WOOLARD, 2007) das línguas hegemônicas porque o que é público inclui a todos, não como abstração, mas como indivíduos legitimamente autorizados a usar a língua, reinventando-a sempre que se fizer necessário. Ou seja, a apropriação dessa função comunicativa em língua espanhola renderá benefícios que vão muito além do puramente econômico, para qualquer falante e não apenas para o grupo espanhol. Portanto, não acreditamos no anonimato da autoridade linguística (WOOLARD, op.cit.), nem no anonimato da autoridade econômica, que segundo Hardt e Negri (2000 apud MOITA LOPES, 2008) estaria diluída entre as corporações transnacionais. Tudo está à mostra para quem quiser ver, os falantes do mundo estão cada vez mais vociferantes, e as instituições financeiras internacionais são inter, mas também são nacionais, logo, é perfeitamente possível vislumbrar a face das nações que predominam na gestão dessas empresas.

Diferentemente dos obstáculos ideológicos apresentados anteriormente, vale salientarmos que há um entrave externo, oriundo de um país que não tem o espanhol como língua materna e que resiste em aceitá-lo como segunda língua. Estamos nos referindo aos Estados Unidos da América. Em pleno século XXI, o poderoso ator (ou seria autor?) da globalização se fecha em si mesmo, impedindo deliberada e inutilmente o bilinguismo e relegando a língua espanhola à condição de língua minoritária. A realidade deste país de

fundamental importância para o reconhecimento e validação das práticas em ELF – já realizadas por muitos usuários de língua espanhola – será abordada mais detidamente no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - DA LÍNGUA DO IMPÉRIO AO IMPÉRIO DA LÍNGUA (PARTE II)

Não é tão fácil como se pensa transmitir o conceito da mente de um homem para a de outro sem perda ou erro, especialmente em se tratando de noções novas e diferentes daquelas que estão estabelecidas.

(FRANCIS BACON, 1626)

4.1 Introdução

No capítulo anterior buscamos fornecer uma breve discussão de alguns conceitos básicos para o esquadramento do lugar que a língua espanhola ocupa (ou deve ocupar) na atualidade. Para tanto, discorreremos acerca do tempo e espaço em que a língua espanhola está sendo analisada – a globalização – e nos posicionamos diante de algumas dicotomias, como, por exemplo, os conceitos de globalização *versus* ‘glocalização’. Neste caso, desfizemos a oposição entre as noções, mostrando que o primeiro termo compreende o segundo. Outro problema no que se refere ao fenômeno da globalização de nossos tempos contemporâneos são as generalizações e a necessidade por classificá-lo como inteiramente positivo ou negativo, quando, como se sabe, há e sempre haverá os dois lados. Um lado negativo é que vemos as inúmeras desigualdades com uma nitidez e lucidez que incomodam, no entanto, nunca as havíamos visto com tanta clareza para poder confrontá-las com a devida propriedade. Muito do que expusemos na primeira parte desta sequência de capítulos passa por esse movimento de olhar duas ou mais vezes para o objeto e identificar que o que se mostra negativo em um primeiro momento, pode, após a intervenção do usuário, se transformar em algo positivo.

Outra temática abordada que também implica não só a intervenção do falante, mas outro olhar sobre as trocas comunicativas é a interculturalidade que, assim como a hermenêutica da suspeita e o translingualismo (como veremos a seguir), são práticas eficazes na desconstrução e transformação de juízo de valores, pois o sujeito se exercita a ler tudo e todos como algo potencialmente positivo. Tal visão condiciona a atuação desse falante intercultural com uma prática translíngua de modo que o espaço (e os ocupantes deste espaço) em que ele opera reage quase sempre de forma favorável a sua ação. Esse falante, na prática, é um indivíduo que se despoja de certos imperativos sociais de uma cultura monolíngua para se entregar ao evento comunicativo e ao que dele emerge, entendendo que, durante a troca, os

papeis são intercambiáveis, as reformulações são necessárias e a atenção em seu interlocutor é imprescindível para adequar o discurso, quando assim for preciso. Ou seja, nesse pormenor, a acomodação discursiva implica simplificações, generalizações, invenções co-construídas, entre outras estratégias.

Discutimos esses temas ao nos indagar sobre o lugar da língua espanhola nos dias atuais porque reconhecemos a importância do cenário global na forma como vemos e usamos a língua. Nos tempos de hoje, ao utilizar a língua como um bem global, o falante é impelido a posicionar-se cada vez mais como um cidadão intercultural e as práticas translíngues se somam a toda essa conscientização sócio-cultural como a performance linguística do bilíngue, do multilíngue e/ou do falante de espanhol como primeira língua que o usa com função de língua franca em eventos comunicativos compartilhados com falantes de diferentes *linguaculturas*. Em outras palavras, o translíngualismo é aqui apresentado como uma política linguística propícia ao fortalecimento do espanhol nos EUA em especial, posto que a situação da língua naquele país influencia diretamente o estabelecimento do espanhol como LF nos moldes que aqui estamos defendendo.

Começamos, no capítulo anterior, a tentar responder à pergunta que conduz esta pesquisa, definindo o que entendemos por um espanhol com uso de língua franca. Contrastamos alguns conceitos de LF com o intuito de marcar o que chamamos de língua franca global segundo os estudos voltados para o inglês e que, na nossa concepção, servem como fundamentação teórica para o espanhol. Explicamos que o espanhol como LF não é uma *koiné*, tampouco uma variedade da língua. O espanhol com uso de LF não se aplica a qualquer evento comunicativo, mas às trocas que envolvem participantes de diferentes *linguaculturas*, podendo se materializar entre não-nativos, um nativo e um não-nativo e nativos de diferentes variedades. Concluir que a língua espanhola desempenha a função de língua franca ou não, atende aos objetivos desta tese doutoral que se ocupa de contribuir para que a língua espanhola e seus falantes ocupem o lugar que lhes é devido na era das comunicações cada vez mais instantâneas e diversificadas. A reflexão teórica permitirá explorar um termo que evidencia sem entrelinhas as características constituintes desta língua que deixou de ser propriedade de um antigo império.

Tendo trabalhado na parte I alguns conceitos básicos na defesa do ELF, nesta parte II, seguimos na contraposição do que é o espanhol como função de língua franca, baseados nos estudos atuais de LF para o inglês, e o que é o espanhol língua franca ou espanhol global, neutro, geral, universal, promovido pela Espanha. Pretendemos com isso, dar subsídios para a consideração do que estamos chamando de ELF, bem como para chegarmos a uma resposta

sobre o papel da língua espanhola no mundo atual. Dedicaremos-nos também à discussão da Glotopolítica – política linguística e planejamento linguístico, que se adequa à realidade da língua espanhola aqui explicitada, para enfim delinear a política de língua franca que inclui o próprio uso da língua como política linguística e a aceitação de um espanhol que, muito longe de ser uno, é plural e atua com função de língua franca em diversos contextos.

4.2 Política Linguística, Translingualismo, ELF e EUA: uma complexa rede fortemente imbricada.

Dentre as barreiras ideológicas que incidem sobre o ELF, duas merecem atenção especial, a política pan-hispânica da Espanha com sua hispanofonia e a condição de língua minoritária do espanhol nos Estados Unidos. A primeira foi discutida no capítulo anterior, onde demonstramos como o ELF atua no enfraquecimento dessa política de dominação/exploração. A segunda barreira é mencionada por García (2007), como fundamental na validação do ELF, tendo em vista a quantidade e diversidade de usuários de espanhol nesse espaço de tanta visibilidade e representatividade internacional – os Estados Unidos da América.

A posição do espanhol como língua minoritária nos EUA é mantida a despeito de os hispânicos nascidos e radicados no país movimentarem a economia local de forma expressiva e serem a população “imigrante” mais numerosa. Adentrando um pouco na história, a educação bilíngue foi proibida na Califórnia em 1998, no Arizona em 2000 e em Massachusetts, no ano de 2002, segundo García (2007). A autora afirma que o sistema escolar estadunidense substituiu os programas de educação bilíngue por outros de imersão na própria língua. Por conta disso, o espanhol assume um lugar de língua minoritária naquele país, não pelo número de falantes, mas pelo lugar que ocupa na política linguística anglo-americana. A campanha pró-bilinguismo mundial e a campanha anti-bilinguismo nacional revelam a ideologia linguística de um país em que habitam mais de 52,6 milhões de falantes de espanhol, sendo 41 milhões falantes do espanhol como LM, contingente populacional que, atualmente, supera o número de afro-americanos no país, segundo o Census Bureau de 2017⁹⁴. Todavia, o poder demográfico dos hispânicos nos EUA não pode ser ignorado, muito pelo contrário, pode ser a mola impulsionadora de uma política multilíngue, como nos lembra García (op. cit., p. 395)⁹⁵, ao afirmar que

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.census.gov/2017census/>>. Acesso em mar de 2018.

⁹⁵ No original: Villa (2000) y Carreira (2002) mantienen que el consumo de los latinos estadounidenses es de aproximadamente 400 mil millones de dólares anuales, más del triple del consumo del resto del mundo

Villa (2000) e Carreira (2002) argumentam que o consumo dos latinos estadunidenses é de aproximadamente 400 bilhões de dólares anuais, três vezes mais que o consumo do resto do mundo hispanofalante. Este maior interesse em vender em espanhol nos EUA pode ser comprovado através do grande aumento de canais de TV em espanhol na última década (...). Inclusive a Univisión é atualmente o canal número cinco nos EUA, depois dos quatro grandes canais que transmitem em inglês – ABC, NBC, CBS e FOX.⁹⁶

É importante observar que, mesmo mantendo uma política nacional monolíngue, as vendas em língua espanhola cada vez mais ganham força e espaço no cenário estadunidense. Se os EUA lucram com essa medida, os hispânicos também podem lucrar exigindo a língua espanhola em outros espaços, como os acadêmicos. É claro que esta não é uma postura fácil, mas pode ser uma estratégia a ser desenvolvida desde já, considerando a cultura de consumo deste país e a importância que ostenta um montante populacional que movimenta uma quantia considerável do capital interno.

A pergunta, porém, é se os hispânicos que moram nos EUA estão interessados em tal manobra, e a resposta é que muitos deles, jovens universitários principalmente, lamentam estarem perdendo a língua dos pais (SOLER-CARBONELL, 2015). Outros jovens vêm no *spanGLISH* uma forma de se manifestar contra a imposição do inglês, ainda que os pais hispânicos reprimam esta modalidade discursiva (fruto do contato linguístico entre o espanhol e o inglês), temendo que seus filhos sejam rejeitados socialmente (SOLER-CARBONELL, op.cit.). Sobre os jovens hispânicos que fazem uso do *spanGLISH*:

A nova geração de hispânicos estuda, e os que trabalham depois da escola, segundo Holloway (2005), o fazem não somente para ajudar sua família, mas também para comprar os produtos ofertados pelo mercado. Ao mesmo tempo, esta geração influencia, ou pode influenciar, nas decisões de compra da família. Esses jovens, chamados *millennials*, representam cerca de 21% da população hispânica nos EUA. Os *millennials* já são parte da globalização, são educados e ativos; são consumidores de produtos e de cultura; falam espanhol, inglês e outros idiomas, e mantêm sua identidade também como convivência com outras culturas, além de estarem presentes nas redes sociais (BETTI, 2015 apud HERNÁNDEZ SACRISTÁN, 2016, p.75)⁹⁷.

hispanohablante. Este mayor interés en vender en español en los EE.UU., es expresado en el gran aumento de estaciones de televisión en español en la última década (...) Incluso Univisión llega a ser la cadena número cinco en los EE.UU., después de las cuatro grandes que transmiten en inglés – ABC, NBC, CBS y FOX.

⁹⁶ Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

⁹⁷ No original: La nueva generación de hispanos estudia, y los que trabajan después de la escuela, según Holloway (2005), lo hacen no solamente para ayudar a su familia, sino también para comprar los productos que el mercado les ofrece. Al mismo tiempo, esta generación influye, o puede influir, sobre las decisiones de compra de la familia. Esos jóvenes, llamados *millennials*, son aproximadamente el 21 por ciento de todo este grupo poblacional. Los *millennials* ya son parte de la globalización, son educados y activos; son consumidores de productos y de cultura; hablan español, inglés y otros idiomas, y guardan su identidad también como convivencia con otras culturas, además de estar presentes en las redes sociales.

Velázquez (2014), em seu estudo no estado de Nebraska (EUA), com 19 famílias hispânicas de primeira geração, observou que a língua espanhola é fortemente conservada por dois motivos. O primeiro é porque as mães ensinam a língua a seus filhos como meio de ensinar-lhes um pouco de sua cultura; os filhos, por sua vez, justificam aprender o espanhol como meio de estabelecer uma ponte, trazendo as notícias de fora para dentro do seio familiar. Lima (2018), em sua tese de doutorado sobre o spanglish dos porto-riquenhos, traz relatos de jovens estadunidenses (filhos de porto-riquenhos e dominicanos) que alegam ser a língua espanhola um dos vínculos mais fortes com a cultura de seus antepassados. Segundo esses jovens, falar e entender o espanhol significa manter uma conexão especial e íntima com a cultura de seus pais. Em consonância com Velázquez (2014), Lima (2018, p.138) observou que,

Ainda que o inglês seja apreendido como a “língua de prestígio”, grande parte dos hispano-falantes reconheceu a importância de preservar e/ou manter a fluência na língua espanhola. Isso ficou muito evidente nas declarações de imigrantes que afirmaram “falar em espanhol” com seus filhos, para que eles não perdessem o contato com a “língua materna”.

Na pirâmide etária, não há melhor faixa que a dos jovens para começar uma revolução, implantando uma nova ideologia linguística hispânica em contexto estadunidense – a ideologia do translanguagem –, que começa como uma ideologia e é instaurada como política linguística hispânica em tal contexto, posto que as ideologias funcionam como representações que respondem a interesses sociais de determinados grupos. Segundo García (2014), as práticas translíngues compreendem usos discursivos fluidos e complexos que dão voz ao oprimido e às práticas linguísticas minoritárias, como veremos mais adiante.

Ao mesmo tempo em que há ideologias que funcionam como um grande obstáculo no avanço do ELF, há outras que acontecem no mesmo sentido da onda globalizante, surgindo como uma reação natural ao fenômeno. Segundo García (op.cit.), os hispanofalantes estão protegendo seu nicho linguístico para comercializar entre si – peninsulares e latinoamericanos – e entre os mais de 52,6 milhões residentes nos EUA, “assim, o espanhol global vai ganhando um caráter ideológico de mestiçagem, aceitando as diferenças para poder estabelecer a continuidade linguística [...] que o permita ganhar vantagem” (GARCÍA, 2007, p. 394)⁹⁸. De acordo com a autora, esta ideologia linguística desloca a relação língua-identidade para língua-economia. No entanto, parece ser mais um deslocamento identitário, no qual a língua estabelece relação com novas identidades, agora globais, onde a questão

⁹⁸ No original: “así, el español global va tomando carácter ideológico de mestizaje, aceptando diferencias para poder establecer continuidad lingüística [...] que le permita ganar ventaja”.

econômica ganha um novo patamar de importância, onde o indivíduo é muitas coisas, inclusive o que ele consome. Seria, portanto, uma ideologia linguística que vincula a língua a uma identidade megalomaniaca, com grandes ambições, na proporção da era globalizante que vivemos.

Os obstáculos que dificultam o reconhecimento do ELF são relevantes, porém, mais pertinentes são os elementos alavancadores para a validação de tal processo. Há as ideologias que emergem em meio à onda da globalização, há o modelo do inglês como língua franca (ILF), que demonstra práticas bem-sucedidas, mas também insucessos e há ainda dados que demonstram que o ELF já é uma realidade, como os apresentados a seguir:

- Marcos Marín (2006 apud MAR-MOLINERO, 2010, p.167) afirma que em quatro anos o uso da língua espanhola na internet duplicou. Atualmente é o terceiro idioma mais usado na internet, perdendo apenas para o inglês e o chinês, no entanto é a segunda língua mais usada no Facebook, Wikipédia e Twitter (IC, 2018 apud CLARÍN).⁹⁹
- O espanhol é a segunda língua materna mais falada no mundo, a primeira é o mandarim (IC, 2018 apud CLARÍN).
- 7,6% da população mundial fala espanhol (em variados níveis de proficiência) (IC, 2018 apud CLARÍN).
- Embora a mídia internacional permaneça predominantemente em inglês, há um número crescente de jornais respeitados e estações de rádio e televisão em espanhol em todo o mundo e, em particular, um número crescente deles está disponível nos EUA (CARREIRA 2002; MORALES 2001 apud MAR-MOLINERO, op.cit., p.167).
- Os canais em espanhol, tanto na tv aberta como na fechada, aumentaram enormemente, em especial nos EUA, mas em todo o mundo também (MAR-MOLINERO, op.cit., p.167).
- O espanhol é a língua do sistema educacional em todos os países em que também é uma língua oficial; e, como observado, o espanhol é amplamente ensinado em outros lugares como língua estrangeira, particularmente nos Estados Unidos, onde é a primeira língua estrangeira (IC, 2016; AGOSTO, 2006).
- Cada vez mais o espanhol é oferecido em outros currículos secundários em todo o mundo, principalmente no Extremo Oriente (Japão), Austrália e Europa (BUGEL, 2006 apud MAR-MOLINERO, op.cit., p.167).

⁹⁹ Disponível em: <<https://www.clarin.com/cultura/espanol-afianza-segunda-lengua-mundo-detras-chino>>. Esta matéria traz a última pesquisa realizada em 2018 pelo Instituto Cervantes. Acesso em mar de 2019.

- O boom da cultura hispânica nos EUA, Europa e Brasil, incluindo a publicação de livros e música (MAR-MOLINERO, op.cit., p.167) .
- 400 milhões de falantes de espanhol como L1 (IC, 2016).
- Só no Brasil e EUA, existem mais de treze milhões de estudantes de espanhol como língua estrangeira (ELE) (IC, 2016).
- É língua oficial em muitas organizações internacionais (MAR-MOLINERO, op.cit., p.167).
- É língua minoritária nas Filipinas, no deserto do Saara e no Marrocos (AGOSTO, 2006).
- O espanhol como língua de ciência ocupa o segundo lugar, perdendo apenas para o inglês, se consideramos exclusivamente o quantitativo de publicações monolíngues, mas fica atrás também do francês (0,7%) e do alemão (0,5%) nas publicações multilíngues, com 0,5% de produção científica (IC, 2018).

Sobre a realidade da língua espanhola no Marrocos¹⁰⁰, hispanistas, escritores e professores universitários denunciam a precária situação da língua no país e dão como exemplo a suspensão da disciplina optativa de Literatura Espanhola na Universidade Mohamed V de Rabat por falta de estudantes interessados. Os estudiosos atribuem o enfraquecimento da língua espanhola no Marrocos ao baixo investimento das instituições espanholas na região. Entretanto, esta matéria, publicada no site elespanol.com e divulgada em uma rede social pelo *Journal of Spanish Language Teaching*, recebe comentários (postagens) de um residente do Marrocos que diz justamente o contrário:

Figura 1

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.elespanol.com/mundo/20180625/lengua-espanola-no-marruecos-hispanistas-lanzan-sos/316969107_0.html>. Acesso em jun de 2018.



Fonte: Facebook, 2018. Acesso em jul de 2018.

Deste modo o que cabe questionar é se o uso da língua espanhola realmente está decaindo no Marrocos ou se é a variedade castelhana (o espanhol standard) que está perdendo espaço nos centros de ensino. Mais parece estar ocorrendo a segunda opção, dado que, para nós, demonstra que a língua como repertório linguístico dinâmico segue viva nas interações reais (*a pie de calle*) que extrapolam os espaços engessados de muitas instituições de ensino.

Sobre o espanhol nas Filipinas, Agosto (2006) afirma que mesmo a ex-presidenta Corazón Aquino tendo tirado o espanhol das escolas como disciplina obrigatória – ato que, segundo a autora, representou um duro golpe para a permanência da língua no país –, o país mantém quase meio milhão de falantes de espanhol. Atualmente as línguas oficiais do país são o tagalog e o inglês.

O exemplo da trajetória percorrida pela língua inglesa – que é atualmente a língua franca global – nos oferece certas pistas no tocante aos próximos passos a serem dados pela língua espanhola, visando a se estabelecer como língua com uso global e língua franca de comunicação.

Reiterar que o espanhol é uma língua internacional não resolve a questão de lhe garantir um lugar estável num mundo globalizado. Talvez porque esta classificação seja demasiadamente inespecífica. Seria o espanhol uma língua geral? Língua internacional? Língua neutra? Língua universal? Pan-hispânica? Transnacional? Todos esses termos parecem, segundo Del Valle (2005 apud FANJUL, 2011), tornar invisível a política hegemônica para a língua espanhola. É fato que o espanhol é uma língua de diversos povos e que é usada entre muitas nações, vide o número de países hispanofalantes, o número de cidadãos desses países dispersos pelo mundo, em especial nos EUA, bem como a participação desta língua em órgãos internacionais, além de casos especiais como o do Brasil com sua posição geográfica favorável à adoção do espanhol como uma língua de comunicação, o próprio MERCOSUL etc.

Desse modo, dizer que o espanhol é uma língua internacional parece repetir o que já está posto. Nossa proposta aqui é, portanto, ir além, desvinculando o termo língua franca de uma memória discursiva¹⁰¹ proveniente de uma política imperialista que, embora mude o slogan, mantém seu objetivo de lucro desmedido e concentrado nas mãos do governo espanhol em associação a empresas espanholas do ramo editorial, telefônico, de ensino de língua, entre outros. Ou seja, acreditamos que é preciso redefinir o conceito de língua franca – que não é uma variedade de contato, tampouco uma língua vendida como universal e produto de uma marca, mas uma forma híbrida, que reflete a criatividade linguística de seu usuário –, trazendo os estudos atuais na área, justamente por representar a realidade da língua em uso no mundo, isto é, classificá-la, contemplando sua dinâmica e cada vez mais significativa atuação na conjuntura atual.

Reconhecer o espanhol como língua franca global, ou língua franca regional – do continente americano de norte a sul se consideramos o uso do espanhol nos EUA, Brasil entre outros países que não o têm como primeira língua – ou outro termo claro, representativo da realidade multilíngue global e destituído de uma ideologia excludente, viabiliza que a língua e seus falantes ocupem a posição que lhes é legítima. Tal reconhecimento permite ainda a realização de uma política linguística e também uma planificação linguística inequívoca e eficaz para o fortalecimento da língua nos mais diversos âmbitos. Discutir o papel da língua

¹⁰¹ São formações discursivas e ideológicas que vêm à tona com o funcionamento da língua. O que é dito evoca memórias anteriores que repousam sobre a mesma formação discursiva. Trata-se, portanto, da memória que um discurso cria a partir dos saberes por ele difundidos e atualizados.

espanhola na atualidade, considerando seu potencial – e por que não realidade? – de língua franca, na nossa ótica, desfaz o dilema suscitado por Figueroa Saavedra (2015, p. 67)¹⁰²,

o dilema que se instaura é o seguinte: na era da globalização se está construindo um espanhol internacional para formar bilíngües entre os não-nativos ou se está pensando em fortalecer a comunidade falante de espanhol de modo que diante de um iminente bilingüismo com a língua global (o inglês ou outras línguas internacionais) não acabe relegada à órbita das línguas regionais ou locais?

Ao contrário do que pensa o autor, não há apenas duas opções, mas muitas outras, como a possibilidade de, na era da globalização, manter-se o vínculo com a cultura de origem, sem a ilusão de que é viável reduzir-se a si mesmo a este único vínculo e negociar com as novas culturas com que se estabelece contato, sem se deixar “engolir” por elas (HALL, 2006). Aqui, na realidade, trata-se de entender que a identidade se desloca e uma nova identidade emerge como o produto de variadas histórias e culturas interconectadas. O sentimento de pertencimento já não será somente àquela cultura nacional originária e imaginada, mas a diversas outras culturas e a tantas outras com que, porventura, venhamos travar algum tipo de contato.

Retomando as palavras de Saavedra (2015), na era da globalização há sim um grupo tentando criar **um** espanhol tido como “internacional”, mas o que está sendo criado realmente são diversos usos da língua espanhola em contextos de língua franca, incluindo não somente os não-nativos, mas todos os nativos também. Nesta mesma era global, a língua espanhola também se fortalece ao ser usada além de suas fronteiras regionais, portanto, não é uma coisa ou outra, como apresentou o autor, mas todas as coisas ao mesmo tempo!

Nesse pormenor, acreditamos que é preciso desenvolver uma política linguística de língua franca que crie bases para reconhecer os espanhóis locais e seus usos globais. Uma política e planificação linguística feitas por falantes comuns e órgãos governamentais. Aos falantes cabe uma postura intercultural e, obviamente, o conhecimento da língua. Em termos práticos, por exemplo, em uma empresa telefônica (com sede no Brasil), cujo presidente é mexicano, as reuniões são feitas em inglês. Considerando que a política linguística é feita por falantes do idioma, uma postura de reconhecimento e consequente fortalecimento da língua espanhola compreenderia, entre outras coisas, conduzir as reuniões em espanhol ou até mesmo em espanhol e português. Para que o espanhol como língua franca se firme como tal, é

¹⁰² No original: “el dilema que se plantea es el siguiente: ¿en el marco de la globalización se está construyendo un español internacional para formar bilingües entre los no nativos o se está pensando más bien en fortalecer la comunidad hablante de español de cara a que ante un inminente bilingüismo con la lengua global (el inglés u otras lenguas internacionales) no acabe desplazada hacia la órbita de las lenguas regionales o locales?”.

preciso que não só os falantes que o têm como língua adicional, mas os nativos também, o utilizem com essa função comunicativa e, assim, cada vez mais, reforcem seu uso nesta condição específica. O espanhol como LF, embora seja uma marca do percurso de evolução natural¹⁰³ do uso da língua, só se concretiza a partir do reconhecimento ou não das formas linguísticas inovadoras por parte de seus falantes, por isso eles têm um papel fundamental no decurso linguístico.

Quanto às instituições de poder (como as academias da língua e os governos de cada país de língua espanhola), estas devem: (i) dedicar uma atenção especial à implementação do ensino de espanhol como língua adicional, sem que isso implique escolher uma única variedade para ser ensinada em todos os centros de ensino espalhados pelo mundo; (ii) promover um incremento nos programas de mobilidade universitária para que mais estudantes estrangeiros tenham acesso ao aprendizado da língua em regime de imersão, não porque isto garanta a eficiência no aprendizado, mas porque fomenta os contatos linguístico-culturais entre os diversos falantes; (iii) estimular o desenvolvimento de uma educação intercultural cada vez mais ampla e democrática; e (iv) unir-se geopoliticamente, entre outras possibilidades. Afinal, um espanhol de uso global implica uma gestão global da língua e a consolidação de zonas de contato globais em língua espanhola.

Para os estados nacionais, notadamente construídos sobre a base do monolingüismo social, não é fácil reconhecer a diversidade que reside no uso do espanhol como língua franca. Tampouco, é fácil admitir que os sujeitos dos direitos linguísticos de um espanhol com função de língua franca são não só os filhos da pátria, mas também os não nativos, os falantes outros do idioma espalhados pelo mundo. Nesse ponto, Lagares (2017)¹⁰⁴ nos diz que,

os estados nacionais costumam ter problemas com a diversidade linguística, assumi-la politicamente supõe reconhecer que há comunidades que, através da língua que compartilham, se reconhecem como tais e que não coincidem com a comunidade imaginada pelo “estado nacional”.

Admitir que o espanhol tem plenas condições de ser considerado uma LF e atuar a partir desta constatação também soluciona a preocupação pela desapareção ou redução da

¹⁰³ Como já foi dito anteriormente no capítulo “Língua Franca: dos primórdios aos dias de hoje” e será retomado quando tratarmos do translíngüismo, acreditamos que o uso das línguas com função de língua franca é uma etapa do processo de evolução linguística que culminará, em um futuro ainda distante, em práticas translíngües com o fim das línguas nacionais, tendo cada falante seu repertório particular para acionar de acordo com a demanda de cada interação.

¹⁰⁴ No original: “los estados nacionales suelen tener problemas con la diversidad linguística asumirla políticamente supone reconocer que hay comunidades que, a través de la lengua que comparten, se reconocen como tales y que no coinciden con la comunidad imaginada por el “estado nacional”. Disponível em: <<https://www.espaciosantillanaespanol.com.br/lengua/nacionalismo-linguistico/>>. Acesso em nov de 2017.

língua, pois, ao ser usada como língua de comunicação em outras interações e não somente nas trocas entre falantes que a tem como língua materna, o espanhol, indubitavelmente, ganha proporções extra-nacionais, aumenta seu campo de atuação e se firma cada vez mais internacionalmente frente, inclusive, a línguas mais poderosas no momento, como o inglês. Tal reconhecimento, portanto, acaba por defender a expansão da língua espanhola como língua de comunicação em qualquer lugar do mundo. Vale reforçar também que a expansão mencionada nesta tese é exclusivamente *spread*, ou seja, difusão, com o espanhol ganhando outros espaços, e pouco tem a ver com a política expansionista realizada pelo governo da Espanha. Essa força centrífuga que existe em um cenário de globalização, por certo, não fragmentará a língua, mas fortalecerá seu uso entre os mais diversos falantes ao redor do globo. Por isso, o discurso de fragmentação de Mora-Figueroa (1995)¹⁰⁵, apresentado no capítulo anterior, na verdade, deve ser traduzido por expressões como descentralização e/ou desterritorialização.

Outro ponto do dilema apresentado por Figueroa Saavedra (2015) é a possibilidade de um bilinguismo, em que o espanhol divida o espaço com outra língua, numa tentativa de não ser o espanhol relegado à órbita de línguas regionais ou locais. Nossa visão se contrapõe à do autor, uma vez que a situação de bilinguismo/multilinguismo não é uma saída para algo, mas uma realidade dos falantes. É importante destacar que o bi/multilinguismo não oferece, necessariamente, o risco da prevalência de uma língua em detrimento da(s) outra(s), pois as interações são inúmeras, plurais nos participantes e nos fins comunicativos, logo, não há como uma única língua dar conta de todos esses encontros.

No que se refere ao bilingüismo do espanhol com o inglês, sabe-se que há certas forças contra as quais não é possível lutar; o inglês é uma delas, visto que, nas palavras de Oliveira (2013, p.428), “é língua-pivô da produção científica e tecnológica nesse início do século XXI”, mas é possível e vital pensar acerca da atuação dessas forças e usá-las de forma tática, como o faz a China, segunda potência econômica mundial que cresce a passos largos e usa o inglês como ferramenta estratégica de seu macro-projeto de crescimento.

Ainda sobre o domínio das produções científicas em língua inglesa, é preciso relativizar esse dado, posto que, segundo um artigo de 2018 da *Inside Higher Education*¹⁰⁶,

¹⁰⁵Mora-Figueroa (1995): “Não seria coisa pouca evitar uma imitação tosca do forâneo que aumentam a ambigüidade semântica, ou, no caso das línguas internacionais como o espanhol, traduções múltiplas, desordenadas e simultâneas dos neologismos, aumentando os riscos de fragmentação”.

¹⁰⁶Disponível em: < <http://www.roseta.org.br/pt/2018/05/21/uma-critica-ao-ingles-como-lingua-franca-da-publicacao-de-periodicos-academicos>>. Acesso em jun de 2018.

Essa ideia é geralmente baseada na evidência de um universo limitado de cerca de 27.000 periódicos incluídos em índices da Web of Science (WoS) – mais notavelmente, o Índice de Citação Científica, a maior parte dos quais publica em inglês. Entretanto, mais de 9.000 periódicos acadêmicos com revisão por pares têm sido publicados em outras línguas, como francês (3.500), alemão (2.700), espanhol (2.300) e chinês (1.400) contribuindo para o crescimento dos números. A maioria desses periódicos é excluído dos índices de periódicos de prestígio, perpetuando a ideologia de que o inglês é a língua franca acadêmica global.

As autoras desta pesquisa, sobre o predomínio do inglês nos artigos científicos, após quase vinte anos de observação, identificaram que, embora alguns acadêmicos multilíngues publiquem em inglês como uma forma de atingir um público maior, as perdas por concentrar as produções em inglês são muitas. Dentre os prejuízos, está a perda da divulgação local do conhecimento produzido, já que o mesmo estudo pode não estar disponível nas línguas locais por serem mal vistas as publicações duplas. Outro prejuízo levantado pelas autoras é que os acadêmicos de ciências sociais e humanidades começam a se render à pressão de publicar em inglês, comprometendo muitas vezes o próprio fim da pesquisa, como no caso de um cientista social que estuda um povo específico, visando melhorias para este povo, mas publica em inglês, devido à pressão global. Ainda segundo as autoras, atualmente se prioriza menos a qualidade da pesquisa e se privilegia as produções em inglês. Por fim, as autoras propõem a mudança de algumas práticas de distribuição do conhecimento para beneficiar os pesquisadores das diversas partes do globo, bem como suas comunidades acadêmicas e contextos geopolíticos. Para tanto, elas postulam que:

(...) os administradores e definidores de políticas acadêmicas precisam compreender que a divulgação de pesquisas em inglês é, acima de tudo e em primeiro lugar, uma questão que depende de recursos para os pesquisadores terem tempo e dinheiro para fazer a pesquisa, ir a congressos e ter ajuda para escrever em inglês. Em segundo lugar, os pesquisadores e editores anglófonos – que são a maioria dos editores e revisores – também precisam considerar as condições de produção de conhecimento de seus colegas no resto do mundo. Os pareceristas de periódicos precisam ter mais compreensão ao avaliar e rever textos (por exemplo, mais tolerância com variedades não-padrão do inglês) e os periódicos precisam encontrar modos de ajudar os colegas multilíngues. Finalmente, essa mesma comunidade de publicação anglófona deve reconsiderar a proibição da “publicação dupla” para possibilitar que os mesmos resultados de pesquisas sejam publicados nas línguas locais para beneficiar as comunidades locais e em inglês para uma audiência mais ampla¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.roseta.org.br/pt/2018/05/21/uma-critica-ao-ingles-como-lingua-franca-da-publicacao-de-periodicos-academicos>>. Acesso em jun de 2018. Sem paginação.

Considerando que vislumbramos a trajetória da sociedade multilíngue para um esquema translíngue e que um passo a mais rumo a esse destino é o reconhecimento do espanhol e de outras línguas com função de língua franca, é preciso, como o fez as autoras do artigo citado anteriormente, questionar o *status quo* do inglês no mundo, incluindo o acadêmico. Conservar e reforçar o uso do espanhol e outras línguas no meio científico impedem, segundo Hamel (2004), (i) a redução da diversidade a uma só língua, o que poderia acarretar “desde uma perspectiva ecológica, um grave empobrecimento do próprio desenvolvimento científico, especialmente das ciências sociais” (HAMEL, 2004, p.7) ¹⁰⁸ e (ii) a intensificação das assimetrias já existentes,

“tanto nas condições de acesso à ciência internacional, quanto na produção e circulação da ciência e tecnologia. Tendo em conta o valor da ciência como meio de produção, prejudicaria a médio e longo prazo a economia dos países que abandonam estes espaços” (HAMEL, op.cit., p.7) ¹⁰⁹.

Existem muitas formas de se opor à dominação do inglês no âmbito acadêmico e nas demais esferas, ou seja, há inúmeras maneiras de refutarmos qualquer imperialismo linguístico e o reconhecimento do espanhol como língua franca é apenas uma delas, visto que ao utilizarmos línguas outras, que não o inglês, numa proporção que extrapole as fronteiras nacionais onde a língua é tida como materna, estamos atuando sobre a língua e conseqüentemente sobre as relações sociais em direção a uma era translíngue. A contestação sobre o domínio do inglês passa também pelo uso da própria língua inglesa para marcar resistência a seu exclusivismo, como foi feito no artigo da revista *Inside Higher Education* – comentado anteriormente – e como o faz Rajagopalan e tantos outros autores.

Após discorrermos sobre as conseqüências do domínio do inglês nas produções científicas e discutirmos o impasse apresentado por Saavedra (2015) entre um espanhol internacional para formar bilíngues e o fortalecimento da língua espanhola para que não sucumba à esfera de uma língua exclusivamente local, acreditamos ser o espanhol com uso de língua franca um caminho possível para os falantes de espanhol como primeira e *n*-língua alcançarem o lugar de usuários de um idioma com status global. Diferentemente do espanhol que só agora começa a contemplar a possibilidade de exercer o papel de LF dentro dos moldes atuais, o inglês, não só instituiu o lugar de língua franca global, como o ocupa com a

¹⁰⁸No original: “..., desde una perspectiva ecológica, a un empobrecimiento peligroso del desarrollo científico mismo, especialmente en las ciencias sociales”.

¹⁰⁹No original: “...tanto en las condiciones de acceso a la ciencia internacional como en la producción y circulación de la ciencia y tecnología propias. Tomando en cuenta el valor de la ciencia como medio de producción, dañaría a medio y largo plazo el desarrollo de la economía misma de los países que abandonan estos espacios”.

tranquilidade de ter sido a primeira língua a alcançar este patamar, abrindo um espaço gigantesco para o desenvolvimento de pesquisas bastante avançadas na área.

Nesse sentido, Friedrich e Matsuda (2010 apud JORDÃO 2014) afirmam que o inglês como língua franca (ILF) deve ser definido como uma função da língua inglesa e não como uma variedade, como se vislumbrou nos primórdios dos estudos na área específica. Para estes e outros estudiosos do tema, incluindo Penny Ur (2010), a LF é uma língua que emerge na troca comunicativa, na negociação de sentidos, isto é, ela é exclusivamente uso e, por este motivo, não é única, tampouco passível de sistematizações diversas. Autoras como Cogo (2012), Seidlhofer (2011) e Jenkins (2015) defendem a possibilidade de se encontrarem regularidades de uso no ILF e concordam com Penny Ur (op. cit), que argumenta a favor de uma LF falada não apenas entre falantes não-nativos, mas entre nativos e não-nativos também. Ou seja, estudos mais atuais consideram ILF a interação de falantes quaisquer de L1 diferentes.

Importa-nos reconhecer a língua franca como qualquer interação onde o inglês ou o espanhol é uma opção para a comunicação intercultural. Portanto, podemos dizer que a LF, da forma que concebemos, não é uma língua, mas um fenômeno sociolinguístico,

As interações em ILF /em inglês (nas quais são empregados recursos linguísticos e pragmáticos que tornam a referência a falantes nativos subalterna ao alcance satisfatório de seus propósitos comunicativos) configuram um novo fenômeno sociolinguístico (GIMENEZ et al, 2015, p. 594)

A LF emerge em um contexto de contato linguístico e, por este motivo, tende a apresentar formas de fala inovadoras, adaptadas à interação em questão, o que revela sua natureza marcadamente híbrida. Sobre o caráter inovador da LF, Cogo e Dewey (2012) afirmam que, entre outros aspectos, tal fenômeno envolve a modificação de recursos linguísticos para servir à necessidade comunicativa particular dos interlocutores, resultando, assim, em inovação lexicogramatical, pragmática e sociocultural. Ainda segundo Cogo e Dewey (op. cit), a LF não reflete uma versão pré-existente de determinada língua, mas uma infinidade de formas comunicativas possíveis que são ativamente construídas e performadas.

Por isso, tal qual o ILF, o ELF é uso, produto do falante que tem o espanhol como próprio. O falante de espanhol, nativo ou não, que se apropria da língua, que é capaz de pintá-la, enriquecê-la com sua cultura e, por fim, recriá-la em uma situação comunicativa específica. O usuário do ELF revira a língua com a autonomia de quem se empoderou a partir dela. Todas as vezes que a interação exige, o usuário se autoriza a revolver a língua em busca da melhor forma de expressão, e se não a encontra a inventa, negocia, faz uso de estratégias,

sempre com a participação de seu interlocutor. Como já mencionado, o ELF não é neutro ou esvaziado, mas desterritorializado, simplesmente porque não é propriedade da Espanha, ou da Costa Rica, ou de qualquer outro território. Ou seja, o ELF, da maneira que aqui percebemos, é a língua espanhola de todos os falantes nativos e não nativos, ou ainda, é conjunção de todas as línguas espanholas faladas por todos. Ao legitimar o falante, o ELF legitima a bagagem cultural que este usuário traz para suas mais diversas interações.

Consoante às palavras de Zaidan (2013) para a realidade do *World English*¹¹⁰, se falantes oriundos de diversos países, ou de comunidades linguísticas díspares, realizam um espanhol com traços prosódicos, sintáticos, lexicais, morfológicos múltiplos e, ainda assim, se entendem, é preciso conceber uma teorização pluricêntrica que, embora não possa fazer generalizações, legitime os usos possíveis e não apenas o canônico. Para nós, o ELF responde a esta necessidade pluricêntrica e, como salientado, se apresenta como um fenômeno essencialmente intercultural, que tem como principais características a diferença e a descentralização. Embora o espanhol já seja considerado uma língua pluricêntrica com diferentes centros interligados, cada um com alguma norma que lhe é particular, é preciso ampliar esse sentido de língua pluricêntrica, valorizando a heteroglossia e promovendo uma vasta conexão a partir de seus contextos históricos, políticos, econômicos e culturais. Portanto, uma teorização a partir de uma perspectiva pluricêntrica se torna necessária em uma língua que abriga uma diversidade que compreende desde aspectos da língua em si, até aspectos culturais de uma comunidade vasta e que cresce de forma exponencial.

Segundo López Morales (2007 apud RUPÉREZ; FERNÁNDEZ, 2012), o espanhol é a quarta língua mais falada no mundo, só perde para o inglês, o hindi e o mandarim. Em número de falantes nativos, o espanhol fica atrás apenas do chinês. Nesse artigo de 2012 de Rupérez e Fernández, há a projeção de que em 2030, 7,5% dos habitantes do mundo falariam espanhol – àquela altura, tais números, baseados em dados reais, já revelavam um aumento potencialmente acelerado de falantes de espanhol. No entanto, os dados atualizados pelo Instituto Cervantes, no ano de 2018, contabilizam 577.246.327 hispanofalantes no mundo, o que representa 7,6% da população mundial¹¹¹. Ou seja, a projeção para 2030 já foi superada.

Segundo Fernández (2012), mais de 70% das famílias hispânicas residentes nos EUA usam o espanhol em casa. Sobre este informativo do IC divulgado em tantas mídias, interessa-

¹¹⁰ Para Zaidan (2013, p.23), *World English*, termo inicialmente usado por Rajagopalan (2004), destaca-se pela nomeação do caráter pluricêntrico do fenômeno de difusão do inglês, desatrelando-o da referência anglo-americana.

¹¹¹ Disponível em: <https://elpais.com/cultura/2018/07/03/actualidad/1530619272_823616.html. <http://www.rtve.es/noticias/20180703/hispanohablantes-alcanzan-577-millones-todo-mundo/1759702.shtml>>. Acesso em jul de 2018.

nos apenas os números e não as análises feitas a partir desse quantitativo, visto que as afirmações feitas revelam o discurso ideológico da hispanofonia que tem como objetivo favorecer política e economicamente o grupo espanhol, a exemplo disso temos: “os pontos-chave da ‘franca expansão do espanhol’ são sua homogeneidade e que é internacional e geograficamente compacto”.¹¹² No entanto, o termo homogeneidade se torna cada vez mais ultrapassado quando se trata de língua e os termos atualizados devem ser a mobilidade, a miscigenação, as dinâmicas políticas e a inserção histórica (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011 apud LAGARES, 2018, p.217). Situação semelhante pode ser vista na citação de Rupérez e Fernández (2012, p. 12)¹¹³ sobre a trajetória do espanhol,

é a história de uma língua que deixou de ser monopólio de seus habitantes originários, precisamente aqueles que deram nome ao idioma, para se transformar em veículo generalizado de comunicação, utilizado por um amplo círculo de povos que encontram no idioma um bom sistema de interlocução, facilidade de entendimento, comodidade expressiva, motivação política e/ou econômica e massa crítica para sua utilização. São esses os elementos que ajudam na identificação de uma língua global, mesmo que o número total dos que a utilizam seja menor que o dos falantes de outras línguas que, paradoxalmente, não transcendem seu caráter local.

A assertiva é verdadeira, coerente com a realidade do uso da língua na era da globalização, consoante com o que defendemos como língua franca e dissonante do objetivo pretendido pelos autores ao fazerem tal afirmação, pois diferente da política expansionista patrocinada pelo governo espanhol e seus associados, as consequências do reconhecimento e uso estendido do espanhol com função de língua franca é justamente o contrário do que pretende a política pan-hispânica. O ELF não veicula nenhuma variedade específica, tampouco é a língua de um determinado grupo. Em outras palavras o ELF não é língua, nem é propriedade exclusiva de um coletivo A, B ou C, o uso da língua em contexto de língua franca está ao alcance de qualquer usuário do espanhol. Se alguém vai lucrar com esse uso, diríamos que todos os falantes que poderão usar a língua espanhola (as línguas espanholas) ao redor do mundo. Se entre o grupo de favorecidos entra o grupo liderado pelo governo espanhol, nada

¹¹² No original: “Las claves de la ‘franca expansión del español’, según Bueno, son ‘su homogeneidad y que es internacional y geograficamente compacto’. Disponível em: <https://elpais.com/cultura/2018/07/03/actualidad/1530619272_823616.html>. Acesso em abril de 2018.

¹¹³ No original: “es la historia de una lengua que ha dejado de ser monopolio de sus hablantes originarios, precisamente aquellos que dieron nombre al idioma, para convertirse en vehículo generalizado de comunicación, utilizado por un círculo amplio de poblaciones que encuentran, en él un buen sistema de interlocución, facilidad de entendimiento, comodidad expresiva, aliciente político y/o económico y, por supuesto, masa crítica para su utilización. Son esos los elementos que ayudan a la identificación de una lengua global, incluso aunque el número total de los que la utilizan sea menor que el de los practicantes de otras lenguas que, paradójicamente, no trascienden su carácter local”.

mais natural, já que o ELF é de todos os seus falantes, incluindo o governo guatemalteco, as empresas telefônicas mexicanas, o grupo de empresários paraguaios, os brasileiros que têm o espanhol como língua adicional entre tantos outros usuários.

O caminho percorrido pela língua espanhola ao longo de sua história justifica sua condição internacional e fatores como o número de falantes, a pluralidade cultural, sua expansão em países como o Brasil e EUA, por exemplo, são alguns dos elementos que a conduzem ao status de língua franca. O ELF é bem mais que uma reação à globalização e um mecanismo intercultural, pois é também uma reivindicação político-linguística que pretende contribuir para o reconhecimento e a devida valorização desta língua em níveis globais, é ainda função comunicativa eficaz em um mundo multilíngue, no qual os sujeitos querem transcendência e canais para comunicação. Considerar o espanhol como LF contribui, entre outros aspectos, para a formação de falantes politizados, que sentem a necessidade de se posicionar seja em sua língua materna, em sua segunda, terceira ou quarta língua, enfim em uma língua que seja igualmente sua, não um empréstimo descompromissado para servir a algum tipo de tarefa mais restrita. O usuário do ELF é um cidadão cosmopolita, uma vez que, ao ser atuante socialmente, não ignora o desenrolar do atual processo de globalização e se vale dele para “ganhar o mundo”, potencializando, desta forma, as relações interpessoais, interculturais, naturalmente fomentadas entre diferentes linguaculturas.

Em suma, dentro do que propomos aqui, o ELF funcionaria como um passaporte que permite cruzar fronteiras, transitar livremente por diversos lugares sem violar o que é próprio deste falante/itinerante. A liberdade é tal, que o usuário do ELF pode descobrir em determinado momento que nada lhe era próprio e decidir se reconstituir, apropriando-se de outras práticas, entre elas a translíngue, a partir das diferentes e mais variadas trocas comunicativas. Mas essa atitude não lhe foi imposta, o movimento passa a ser de dentro para fora, sem violações, sem se subjugar a políticas imperialistas, sem se envergonhar da língua que fala.

4.3 O ELF sob uma perspectiva translíngue

Não ter vergonha de usar uma língua que o falante denomina como sua é uma postura de empoderamento que pode se materializar por meio de práticas translíngues, considerando, por exemplo, a situação dos hispânicos em território estadunidense, e pode favorecer o uso do espanhol como língua franca em determinados contextos comunicativos. Nesta seção, apresentamos o que se entende por translíngualismo e definimos o que consideramos como uma ideologia translíngue. Em seguida, estabelecemos a relação entre o translíngualismo e o

ELF – espanhol como língua franca, posto que, de acordo com García e Seltzer (2016), a manutenção do espanhol nos EUA é de fundamental importância para se sustentar o status do espanhol como uma língua global. Um futuro exitoso para o ensino do espanhol nos EUA passa pela aceitação de práticas que valorizam um bi/multilinguismo fluido – o translanguagem.

Para García (2014), o translanguagem é a habilidade de o falante multilíngue usar seu repertório linguístico para se fazer entender. Não há um único sistema linguístico, mas um conjunto de aspectos linguísticos desassociados de sua língua originária desenvolvido para um fazer sentido translíngue. Segundo a autora, esse repertório linguístico é formado por estruturas desagregadas, ou seja, a gramática mental de um hispânico multilíngue consiste em uma vasta e complexa coleção de aspectos estruturais desconectados (fonético, fonológico, semântico e morfossintático) de uma língua específica como o espanhol, o inglês, o quéchua, o catalão, entre outras. Essa complexa coleção de aspectos estruturais está em constante recopilação a partir dos inúmeros contatos linguísticos do falante. A gramática é externamente marcada pelas convenções socioculturais contingentes. Essas convenções, em alguns cenários culturais, transferem alguns dos aspectos complexos da coleção de dados do espanhol e do inglês, em outros contextos, do espanhol e do quéchua, e assim por diante, dependendo da comunidade onde ocorram os contatos.

Sob tais premissas, um aspecto particular lexical ou morfossintático do inglês, do espanhol, do catalão ou do quéchua, por exemplo, não faz parte da competência linguístico-estrutural interna do falante, mas de sua competência de seleção social externa. O falante multilíngue seleciona aspectos de seu repertório linguístico (sem atribuir como sendo oriundo do espanhol ou do catalão), dependendo do contexto, tópico e fatores interacionais. Ou seja, nesse processo, não há duas línguas que são cognitivamente ativadas ou desativadas, mas uma coleção singular de aspectos desagregados que são sempre ativados de acordo com a demanda.

Para García (2014), o translanguagem não se refere ao uso de duas línguas separadas, nem a uma síntese da prática de diferentes línguas ou a uma mistura híbrida de línguas, mas a práticas linguísticas realizadas por falantes multilíngues que parecem ser indiferentes às atribuições sociais de alguns aspectos para uma língua e de outros para outra língua. Wei (2011 apud GARCÍA; OTHEGUY, 2015), por sua vez, explica que o espaço translíngue tem seu próprio poder transformador porque está em constante movimento e combina as novas identidades geradas, os valores e as práticas advindos do processo em si.

Ainda para García e Otheguy (2015), a abordagem translíngue é um padrão superdiverso de multilinguagem e com uma nova forma multimodal de comunicação no século XXI. Na visão dos autores, isso significa que o falante multilíngue pode perpetuar suas práticas linguísticas através da inter-relação funcional de aspectos linguísticos que não são ligados a línguas nacionais, até porque estas últimas nunca existiram concretamente, mas apenas no imaginário de um coletivo que se assume membro da nação defendida pelo estado. Este modelo não dá simplesmente suporte à manutenção da língua (uma língua que não é autônoma nem pura), mas propõe a sustentabilidade da língua – um conceito que é mais que uma tradicional manutenção linguística, pois esta favorece a vergonha social, o embaraço, o medo de falar, entre os membros das comunidades multilíngues, resultando, muitas vezes, na mudança de um latino bilíngue a um latino que fala apenas inglês. A sustentabilidade da língua, ainda segundo os autores, se refere à capacidade de resistir (sempre na/pela interação em um contexto social em que os recursos linguísticos são usados) a um contexto abstrato monolíngue. O conceito de sustentabilidade está inserido em condições sociais, econômicas e ambientais nas quais os sistemas de comunicação permanecem diversos e produtivos todo o tempo.

Na realidade, trata-se de uma consciência mais sociocultural que linguística propriamente. Por isso, Canagarajah (2017) cita os recursos semióticos que transcendem o puramente linguístico, transformando as estruturas sociais. O significado do “trans”, segundo o autor, reflete práticas móveis e situadas, sensíveis ao espaço social onde acontecem as interações reais. Sendo assim, Canagarajah considera as práticas translíngues como situadas no espaço e no tempo, acomodando a diversidade e o imprevisível. Em seu artigo sobre as práticas translíngues como um repertório espacial, Canagarajah (op.cit) compara o translíngue ao estruturalismo para marcar que, enquanto o segundo reconhece o espaço, a materialidade e o ambiente como passivos, inertes e estáticos, o primeiro considera os mesmos fatores como ativos, geradores e agentivos. No translíngue, portanto, o espaço social onde acontecem as interações tem um papel vital porque “é autogerador e autorregulador com as coisas se moldando mutuamente, incluindo os humanos” (CANAGARAJAH, 2017, p.33) ¹¹⁴.

Ao defender o protagonismo da espacialidade nas práticas translíngues, Canagarajah amplia a definição de García e Otheguy (2015), estendendo o repertório do falante para além do linguístico. Segundo o autor, o repertório é espacial porque,

¹¹⁴ No original: “In this sense, it is self-generating and self-regulating, with things shaping each other and other beings, including humans “.

...[a]s palavras são significadores móveis localizadas no tempo e no espaço. O modo como elas ganham significado e status gramatical é explicado pelo processo de indexicalidade (AGHA, 2003). Isto depende de como as pessoas usam as palavras em atividades situadas em lugares específicos. (...) A indexicalidade é um processo espaço-temporal, com significados sedimentados ao longo do tempo para desenvolver status e normas gramaticais. Entretanto, essas normas precisam ser mantidas abertas à mudança, pois as palavras participam de outras combinações semióticas para construir significado (CANAGARAJAH, 2017, p.35)¹¹⁵.

Nessa perspectiva, a língua trabalha com um conjunto de recursos semióticos, artefatos e atividades ambientais em contextos específicos para facilitar o sucesso comunicativo. Considerando que os falantes não realizam práticas translíngues fazendo uso apenas de seu repertório linguístico, mas de um repertório espacial, que não é trazido por eles, mas montado *in loco*, mediante a colaboração dos outros participantes, podemos dizer que o repertório utilizado em uma atividade translíngua extrapola a agência humana, porque é constituído por inúmeros outros fatores, além do linguístico, que emergem e atuam na atividade situada. Segundo Canagarajah (op.cit.), os recursos semióticos, que fazem parte do repertório espacial, não são compensatórios, nem complementares ou periféricos, mas cruciais para conjugar forma e significado social durante as interações. Trata-se, desta forma, de recursos performativos que geram significados em atividade. Como aponta o autor,

[r]epertórios espaciais são possibilidades de comunicação engenhosa por meio de realocação estratégica. Pode-se também resistir às normas territorializadas de lugares delimitados, construindo espaços alternativos que acomodem a diversidade, (...). A realocação pode acomodar uma agência humana qualificada, ao mesmo tempo em que dá ao repertório espacial uma significância considerável na construção de significados (CANAGARAJAH, 2017, p.50)¹¹⁶.

Com isso, queremos, em consonância com Canagarajah (2017), ampliar o conceito de repertório do falante no translíngualismo (em especial, devido aos recursos semióticos), passando do exclusivamente linguístico para o extensivamente espacial. Muito mais do que acomodar recursos verbais diversos, a prática comunicativa translíngua implica a acomodação de recursos outros que ultrapassam o binarismo texto/contexto e transgridem os limites sociais (CANAGARAJAH, 2017, p.52).

¹¹⁵ No original: “Words are mobile signifiers located in space and time. How they gain meaning and grammatical status is explained by the processes of indexicality (AGHA 2003). This depends on how people put words to use in situated activity in specific locations. Indexicality is a spatiotemporal process, as meanings sediment over time to develop grammatical status and norms. However, these norms have to be kept open to change as words participate with other semiotic assemblages to construct meaning”.

¹¹⁶ No original: “Spatial repertoires are affordances for resourceful communication through strategic emplacement. One can also resist the territorialized norms of bounded places by constructing alternate spaces that accommodate diversity, (...). Emplacement can accommodate a qualified human agency, while it gives spatial repertoires considerable significance in meaning construction”.

4.4 O translanguagem como política linguística

Em uma situação de bilinguismo ou multilinguismo translíngue, o falante possui, segundo García e Otheguy (2015), um repertório linguístico formado por estruturas que já não pertencem a uma língua ou outra, mas ao falante e apenas a ele. Essa definição se assemelha ao conceito de apropriação linguística, requisito para o uso do ELF, pois é preciso se apropriar da língua para poder fazer manobras com ela, como simplificações, reduções¹¹⁷, generalizações e reformulações em geral. No entanto, não acreditamos que tal repertório linguístico seja totalmente desassociado das línguas originárias, visto que se o falante multilíngue que realiza práticas translíngues observa que não foi compreendido, ele vai reformular o que foi dito, buscando modificar a estrutura que ele identificou como sendo causadora do não entendimento por parte de seu interlocutor. A tentativa de buscar em seu repertório uma forma de substituir o que ele julgou problemático demonstra que ele sabe a origem do recurso linguístico antes utilizado. Claro é que as escolhas por determinados recursos linguísticos não são baseadas na língua x ou y, mas na demanda da troca comunicativa e na gama de recursos – incluindo os não linguísticos – que o falante dispõe em seu dispositivo mental. Portanto, entendemos que a dissociação é parcial, no que se refere às estruturas que agora fazem parte do repertório do falante, mas que são oriundas de suas línguas outras.

Assim como Canagarajah (2017), consideramos que as práticas translíngues transcendem as línguas autônomas, ou seja, vão além delas, sem se basear em uma ou outra, mas fazendo uso de todas, que contribuíram/contribuem para o que hoje é o repertório do falante, a partir da necessidade comunicativa situada. Transcender as línguas tidas como nacionais ou autônomas não apaga sua existência, ainda que seja no imaginário do falante que se sente membro de determinado Estado. É bem verdade que o movimento ocasionado pelas práticas translíngues parece levar os falantes ao uso cada vez menor dessas línguas, mas este é um processo longo. Por agora, cabe-nos demonstrar o importante papel do translanguagem no reconhecimento do ELF. Podemos dizer que em um *continuum* histórico das práticas linguísticas, estamos caminhando/evoluindo para interações cada vez mais híbridas e o ELF se insere nesta linha do tempo como um passo a mais rumo às práticas translíngues globais, porque saímos de um espaço rígido, engessado e repleto de normas, para outro mais fluido,

¹¹⁷ Por redução, entendemos o aumento da regularidade ou a diminuição do traço linguístico mais marcado. Redução não se refere a reduzir a língua, enxugá-la ou qualquer coisa dentro deste campo semântico, até porque a língua franca contemporânea, muito diferente de ser reduzida, é expandida, ampla, nela pode surgir absolutamente tudo, desde que tal elemento seja implantado pelos interlocutores envolvidos em dada interação.

com menos normas determinísticas e mais normas momentâneas, negociadas e vigentes enquanto a interação acontece.

Isto posto, e dando continuidade à definição de translanguagem para os fins desta pesquisa, concordamos com García e Otheguy (2015) que a prática translíngue de bilíngues hispânicos não é o produto de uma aquisição incompleta ou um *codeswitching*¹¹⁸. Validamos a situação de contato linguístico como parte do processo de translanguagem, afinal, não é possível prescindir da situação de imersão do hispânico em território estadunidense. No entanto, a partir do ponto de vista do translanguagem, o contato do espanhol com o inglês nos EUA não resulta na prevalência de uma das línguas em contato, tampouco na mistura de ambas, mas na apropriação dos códigos, formando um sistema linguístico singular do falante. Por este motivo, não é passível de padronização. Esse sistema linguístico do falante multilíngue é acionado de acordo com a necessidade interacional do contexto social em que ele se encontra, ou seja, trata-se de uma consciência sociocultural e não uma língua *per se*. O falante multilíngue de práticas translíngues vê as diversas interações sob uma ótica diferenciada se comparada à visão do falante que se define monolíngue. Além disso, a seleção dos aspectos linguísticos a serem utilizados em determinado contexto por esses usuários é feita estrategicamente com a finalidade de se comunicar de forma efetiva.

Uma vez que se trata de uma consciência sociolinguística e conseqüentemente política – posto que a interação é gerenciada de forma consciente por seus interlocutores –, o translanguagem, sob a perspectiva que aqui defendemos, emerge como uma ideologia linguística performática, envolvendo dimensões da história pessoal do falante, dos ambientes experimentados, de suas atitudes e crenças, bem como de sua capacidade cognitiva e física (WEI, 2011 apud GARCÍA & OTHEGUY, 2015, p.647). Afirmar que uma ideologia é performática soa redundante, embora mereça ser destacada, porque todas as ideologias, ao mesmo tempo em que são fruto da interpretação social, elas também impelem o indivíduo a agir, baseados em tal interpretação, portanto a performance faz parte da ideologia (ato linguístico/perfomático). Toda essa ênfase na performance, na ação, na agentividade se justifica ao declararmos que uma política linguística do ELF passa, dentre outras coisas, pela ideologia translíngue. Todas as constituições do sujeito falante intervêm em sua prática interacional translíngue. Uma ideologia linguística translíngue, como já pontuado, está

¹¹⁸ Codeswitching: quando o falante se comunica alternando o código linguístico, ou seja, em sua fala há uma mistura de diferentes línguas ou de diferentes variedades da mesma língua.

centrada muito mais no falante que nas convenções sociais; por isso, o sujeito tem autonomia para usar sua língua, sem as determinações de um suposto monolinguismo.

A implantação de uma educação translíngue nos EUA apresentada por García e Seltzer (2016) é, na nossa ótica, uma possível solução para se dar voz ao hispânico dos EUA e deslocar sua língua (seus usos) de uma posição minoritária, já que a prática translíngue se opõe à dominação de uma única língua sobre as demais. Um educador que opera a partir da visão translíngue está centrado no aprendiz e tem, portanto, uma visão desagregada¹¹⁹ da competência linguística e uma perspectiva translíngue das práticas multilíngues. Inspirado pela ideologia translíngue, o educador aproveita absolutamente todas as estruturas emergentes no dia a dia de sala de aula e as celebra como estruturas válidas. Tal prática não nega reconhecer que há momentos em que estas estruturas, em alguns círculos, em alguns contextos, serão menos validadas.

O ELF reflete o que um coletivo espalhado no globo usa como língua de comunicação. Diferente da relação língua-estado que é fruto de um processo ideológico – portanto uma construção planejada com um fim específico, a ideologia que se relaciona com o ELF, não foi criada para promover o ELF, mas ambos são consequência da realidade sociolinguística dos dias de hoje. O translanguagem acaba atuando como ideologia – uma concepção de agir na língua e pela língua – que não aprisiona o falante, mas o liberta para fazer diversos usos linguísticos. Portanto, o ELF, assim como todo produto resultante das relações sociais, não está isento de ideologia. Deste modo, defendemos que a ideologia translíngue se coaduna com a prática do ELF, posto que (i) ambas partem de uma consciência sociocultural, (ii) a primeira contribui com o estabelecimento do espanhol como língua franca global, já que fortalece o papel dos hispânicos e suas línguas em contextos como os aqui descritos e (iii) ambas validam todos os recursos emergentes *in situ*, e não somente os linguísticos, como úteis para se alcançar o êxito comunicativo¹²⁰.

¹¹⁹ Ressaltamos que uma visão desagregada da competência linguística não desconsidera aspectos linguísticos, como pode ser visto neste mesmo parágrafo, quando relatamos que “um professor translíngue aproveita todas as estruturas linguísticas emergentes...”, e/ou alguns parágrafos acima, quando mencionamos que, segundo García (2014): “... esse repertório linguístico é formado por estruturas desagregadas, ou seja, a gramática mental de um hispânico multilíngue consiste em uma vasta e complexa coleção de aspectos estruturais desconectados (fonético, fonológico, semântico e morfossintático) de uma língua específica...”. Ou como citaram García e Otheguy (2015, p.652): “... Educators operating under a speaker-centered view of Hispanic bilingualism, a disaggregated view of linguistic competence, and a translanguaging of bilingual practices, inspired by a heteroglossic ideology, would do much more”.

¹²⁰ Não queremos com isso afirmar que o êxito comunicativo é a única possibilidade, mas destacar que os recursos emergentes são úteis para se alcançar o objetivo interacional desejado, ou seja, os recursos linguísticos e não-linguísticos funcionam como ferramentas (instrumentos) para se chegar a determinado fim.

4.5 O translingualismo como catalisador do ELF nos EUA

Apesar de os hispânicos nascidos e radicados nos EUA movimentarem a economia local de forma expressiva e serem a população “imigrante” mais numerosa, superando inclusive as comunidades afro-americanas, ainda que a ANLE (Academia Norte-Americana de Língua Espanhola) se intitule defensora do reconhecimento e validação da língua espanhola nos EUA, o espanhol ocupa um lugar de língua minoritária no país – minoritária-majoritária. Segundo Torres (2016, p.132)¹²¹,

De acordo com o U.S. Census Bureau de 2015, a população hispânica em 2014 alcançou a cifra de 55,4 milhões (17,4% do total dos EUA), com um aumento de 1,2 milhões (2,1%) desde o ano anterior (KROGSTAD; LOPEZ, 2015). Na Califórnia, o estado mais povoado (38,8 milhões) e mais rico da União, a população que se define como latina (14,99 milhões) supera a branca não latina (14,92 milhões), segundo o mesmo censo. Depois da Califórnia vem o Texas, com 10,4 milhões de latinos, e Flórida, com 4,8 milhões. A média de idade geral da comunidade latina dos Estados Unidos era, em 2014, de 29 anos (...).

Abrimos um parêntese para um relato pessoal, apenas para reforçar o quantitativo apresentado por Torres (op.cit). Em 2013, ficamos um mês de férias na Flórida (Orlando e Miami) e usamos pouquíssimas vezes o inglês, podemos enumerar as situações em que o utilizamos. Encontramos o espanhol nos mais diversos contextos, extrapolando inclusive as situações típicas de turismo, como shoppings, parques, hotéis, restaurantes etc. Recordamos claramente de, a caminho do aeroporto, lembrarmos que só poderíamos devolver o carro alugado com o tanque cheio de gasolina, não tínhamos muito tempo e ficamos nervosos procurando um posto de gasolina nas proximidades do aeroporto. Foi então quando avistamos um rapaz e perguntamos em inglês onde havia um posto e ele nos pediu desculpas porque não falava inglês. Pelo sotaque identificamos sua origem hispânica e com um enorme alívio (sim, porque àquela altura, temíamos que nosso nervosismo nos impedisse de compreender as instruções que nos seriam dadas) pudemos pegar a informação requerida. Nossa experiência de encontrar falantes de espanhol em cada esquina foi no terceiro estado mais povoado por hispânicos, isto é para se ter uma ideia da ocupação desse contingente no país como um todo. Ainda que o número de hispânicos ou latinos não reflita o número de hispanofalantes (inferior ao de hispânicos), posto que os dois primeiros termos, na citação, façam referência ao

¹²¹ No original: Según las estimaciones del U.S. Bureau que se dieron a conocer a finales de junio de 2015, la población hispánica alcanzó en 2014 la cifra de 55,4 millones (17,4% del total de los Estados Unidos), con un incremento de 1,2 millones (2,1%) desde el año anterior (KROGSTAD; LOPEZ, 2015). En California, el Estado más poblado (38,8 millones) y más rico de la Unión, la población que se define como latina (14,99 millones) supera a la blanca no latina (14,9 millones), de acuerdo con el mismo censo. A California le siguen Texas, con 10,4 millones de latinos, y Florida, con 4,8 millones. La media de edad general de la comunidad latina de los Estados Unidos era, en 2014, de 29 años(...).

conceito étnico, o fato de o número de falantes de espanhol ser inferior ao de hispânicos é matéria para esta pesquisa, visto que tal dado demonstra um desincentivo da língua espanhola nos EUA.

Este contingente populacional, que, mais que ocupar o espaço, atua sobre ele, principalmente na realização de serviços base para a comunidade em geral, continua marginalizado. Um exemplo disso é que não há investimento no ensino de espanhol em programas bilíngues e quando isso acontece é quase sempre como língua estrangeira, em geral no contra-turno das aulas nas escolas e universidades, sendo poucas vezes na semana e com uma pedagogia de favorecimento do inglês como língua dominante. Sobre as aulas de espanhol dadas a partir de uma pedagogia que favorece o inglês, vale lembrar a ancestralidade desses hispânicos que hoje sofrem tal prática. No século XVI, na América, os religiosos vindos da Espanha equipavam as línguas indígenas com um aparato gráfico para posteriormente utilizá-las na imposição do castelhano. Qualquer semelhança não é mera coincidência.

É importante destacar que, apesar de toda essa falta de incentivo por parte do governo estadunidense, a demanda pelo ensino bilíngue cresce não só devido ao contingente hispânico nos espaços educacionais, mas como exigência do mercado de trabalho:

Embora o inglês ainda seja a língua dos negócios e de ascensão social, a procura pelo ensino de espanhol como segunda língua pelos anglo-estadunidenses tem crescido, assim como a oferta de trabalho para aqueles que tenham ao menos um curso básico de espanhol no currículo. Como afirma Lipski (2007), o espanhol é, de fato, a segunda língua dos Estados Unidos. Nos colégios e universidades norte-americanos, o espanhol é a língua “estrangeira” (LE) mais estudada e, no geral, há mais estudantes de espanhol como segunda língua (SL) do que de todas as demais línguas juntas. Além disso, muitas atividades profissionais oferecem aumentos de salário e outras condições favoráveis para os funcionários que saibam se comunicar em espanhol. (FERREIRA, 2016, p.58)

Afora o atestado crescimento da língua espanhola nos EUA que ganha espaço à revelia da própria política linguística do país, relatos como o apresentado a seguir demonstram o peso da campanha monolíngue estadunidense na mentalidade hispânica.

(...) percebi que algumas funcionárias do aeroporto comunicavam entre si em espanhol. No entanto, quando me aproximei para pedir informações, rapidamente alternaram para a língua inglesa. Ao questionar se podia me comunicar com elas em espanhol, todas me disseram “não!” (LIMA, 2018, p.99).

A autora atribui a negativa das funcionárias do aeroporto a uma necessidade das pessoas de origem hispânica residentes nos EUA em demonstrarem sua proficiência na língua inglesa. Pode ser que seja isso, mas por trás dessa necessidade de afirmar que domina o

inglês, há a ideologia do *English Only* incrustada no inconsciente desse forasteiro que luta diariamente para salvaguardar o que o define como indivíduo.

Neste contexto de desvalorização da língua espanhola e da comunidade hispânica, de opressão ao uso do espanhol, pressionando a todos com o movimento do *English only*, o translíngüismo surge como uma ideologia linguística que, ao ser posta em prática, dá base à política linguística não só dos hispânicos, mas dos asiáticos, chineses, russos, entre tantos outros povos que residem nos EUA. Este país parece caminhar no sentido oposto à onda da globalização, pois ainda mantêm muitos dos atributos do estado-nação. As elites institucionais estadunidenses, junto a outros grupos, se posicionam abertamente contrárias a que as outras línguas ocupem o espaço público. Como afirma Sue Wright (2004), trata-se de um desenvolvimento assimétrico, com um protecionismo acirrado de um lado (EUA) e livre comércio do outro. Mais uma vez, destacamos que o problema não está na assimetria em si, mas na violação de direitos, no apagamento de identidades e na política de dominação-exploração realizada pelos EUA.

Parece haver duas globalizações, uma por conveniência e outra por sobrevivência. A primeira cabe aos Estados Unidos que só participa do processo quando é vantajoso; a segunda cabe aos demais países, que se modificam e se adequam às novas tendências para não sucumbirem ilhados. Vale ressaltar que a posição de “globalização por sobrevivência” não nos coloca necessariamente na condição de vítimas, pois a adesão, seja ela espontânea ou compulsória, ao fenômeno pode ser benéfica se é aproveitada estrategicamente para promover o mercado interno, investir nos serviços de assistência social, criar contra-discursos etc. Nesse sentido, nos aproximamos do que apresenta Pennycook (1994 apud RICENTO, 2000) para o inglês, pois tanto a globalização quanto a língua inglesa podem ser instrumentalizadas pelo sujeito que se apropria da língua e/ou da dinâmica do processo globalizante.

O ELF, com sua ideologia translíngüe, pode desestabilizar as bases sobre as quais os EUA com seu *English only* se assentam. Ao assumir o translíngüismo como ideologia, o falante exigirá e propiciará espaços translíngües, comportando-se como um falante multilíngüe nas mais diversas interações, sem sucumbir às convenções sociais que tolhem a capacidade criativa e crítica do interlocutor. Atuar nos encontros sociais por meio de práticas translíngües implica reformular o discurso quantas vezes forem necessárias sem sentir medo de sofrer algum tipo de rechaço ou vergonha por ser um multilíngüe capaz de criar novas formas de comunicação, isto é, sem reduzir sua performance a uma prática monolíngüe, ainda tão preponderante na mentalidade da ala dominante daquele país.

A criação dos espaços translíngues vai desde interações informais até espaços educacionais, ambiente estratégico na instauração do translingualismo como política linguística, pois formará novos falantes multi/bilíngues com práticas translíngues. Um educador com uma visão translíngue conduz suas aulas a partir de uma pedagogia centrada no aprendiz falante de outra língua que não o inglês (no caso do contexto que estamos tomando como exemplo), desconstruindo o imaginário de que só o nativo realiza práticas linguísticas legítimas, bem como a ideia de que a “segunda língua” compete com a “primeira língua”. García (2011 apud GARCÍA; SELTZER, 2016) dá o exemplo de uma criança hispânica de cinco anos que está lanchando na escola com um colega não hispânico da mesma idade e, ao ver que está chovendo, diz: *Está lloviendo*. Por observar que o colega não entendeu, ela reformula: *It's washing*.

Em uma pedagogia translíngue, essa realização não é recriminada, mas comemorada, pois não se trata simplesmente de uma mistura de línguas, mas da construção de um repertório dinâmico bilíngue. Neste processo de formação de seu repertório particular, as crianças também aprendem as diferenças sociais entre os aspectos linguísticos adquiridos. Por isso, a prática translíngue é muito mais uma consciência sociolinguística, uma performance, e não uma consciência linguístico – competência. Ainda segundo García e Seltzer (op.cit.), a pedagogia translíngue se refere à mobilização estratégica de todo o acervo linguístico-cultural do falante para aprender e desenvolver seu repertório e, ao mesmo tempo, trabalhar para a concretização de uma justiça social por meio da igualdade de posições de todos os aprendizes.

Considerando a ideologia translíngue como base de uma política linguística que promova a emancipação do povo hispânico nos EUA, bem como o reconhecimento e valorização de sua língua, podemos associar tal prática à defesa do uso do ELF, posto que, o respaldo demográfico já está garantido e o econômico, logicamente, pode vir, entre outras medidas, por meio do fortalecimento das comunidades hispânicas naquele país. Como dito anteriormente, embora García e Otheguy (2015) defendam as práticas translíngues como completamente desassociadas das línguas autônomas, como o espanhol e o inglês, por exemplo, vemos esta dissociação de forma parcial. Logo, o falante hispânico multilíngue desenvolve uma consciência translíngue, na qual não existe a dicotomia primeira/segunda língua porque, nesse processo, não há dois lugares, mas um único. Ele se desprende de uma postura monolíngue – neste caso, o inglês –, se apropria de uma prática linguística e social que o permite usar a língua que ele tem igualmente como sua, adaptando-a as mais diversas situações. Mais ainda, o translingualismo não ameaça o uso da língua espanhola, pelo contrário, empodera o falante da língua a atuar sem se sentir inferior a seu interlocutor,

principalmente porque, à medida que ele trafega livremente por práticas translíngues, ele molda, não só o espaço onde ocorrem as interações, mas também os indivíduos nelas envolvidos, incluindo seu interlocutor.

4.6 A Glotopolítica do ELF

Vimos ao longo dos capítulos demonstrando, entre outras coisas, o que entendemos por língua franca e, por conseguinte, o que é o espanhol como língua franca. Para isso abordamos alguns temas que permeiam a discussão do ELF. Insistimos por diversas vezes e mediante diferentes argumentos que o ELF não é o *español general* ou espanhol standard da política expansionista do governo espanhol e, a cada vez que marcávamos as diferenças entre um e outro, definíamos (mesmo que pela negação) em que consistia o espanhol com função de língua franca. O ELF não foi inventado como o espanhol geral, neutro, internacional, “descafeinado” ou qualquer outro nome dado para camuflar a imposição da variedade centro-norte peninsular, até porque, como já mencionado, o surgimento e difusão de uma LF não pode ser atribuído a um governo ou a indústrias da língua. Ao posicionarmos o ELF no extremo oposto da política linguística do grupo espanhol, demonstramos que, como todo uso da língua, o ELF também aparece dentro de uma política linguística, porque usar a língua espanhola com função de língua franca global é uma forma de intervir no espaço público da língua e de suas ideologias, posicionando-se sociopoliticamente. O ELF, mais que não contribuir, enfraquece a política pan-hispânica do grupo espanhol e substitui a ideologia linguística da hispanofonia por uma ideologia translíngue. Mas o ELF não surgiu em reação à política linguística expansionista do Estado espanhol, tampouco é fruto de uma planificação linguística. O espanhol com função de língua franca é uma realidade que surgiu a partir da demanda da mundialização das comunicações.

Nesta seção, à medida que definimos o que entendemos por glotopolítica, apresentamos a relação de tal política com a defesa do espanhol como língua franca. A glotopolítica é um termo amplo, que engloba a política linguística e adota, segundo Arnoux (2000), uma visão contextual da linguagem. O fenômeno sociolinguístico que trazemos à luz neste trabalho se constitui em contexto de língua franca e pretendemos observá-lo sob a ótica da Glotopolítica. Em outras palavras, nos utilizamos da **Gltopolítica** porque **observa as consequências linguísticas** – surgimento de uma nova função comunicativa da língua espanhola – **de uma mudança social** – as interações verbais fortalecidas e intensificadas com

a globalização. Aplicando a definição de Glotopolítica (Arnoux, 2000) à realidade do ELF, podemos dizer que a primeira é a forma em que a função comunicativa do espanhol como língua franca atua na transformação das relações de poder. Ou ainda, a Glotopolítica trata das intervenções sobre a língua a partir de uma manifestação resultante das relações de um coletivo com os repertórios e usos da língua espanhola, bem como o comportamento que tal coletivo tem ao usar a língua de forma inovadora. Em outras palavras, o uso do ELF pode modificar as relações sociais e isso, do ponto de vista do linguista, é uma decisão glotopolítica (GUESPIN; MARCELLESI, 1986 apud LAGARES, 2018, p.35).

Argumentamos aqui que pensar o ELF é matéria da Glotopolítica porque o uso do espanhol com função de língua franca, amplia não só a rede de relações dos falantes, o que já gera uma mudança, mas os impele a modificar a maneira de interagir, favorecendo as relações interculturais, fazendo adequações, simplificações etc., em uma escala muito mais abrangente, isto é, de nível global. A Glotopolítica do ELF não é uma política linguística com um fim em si mesmo, a motivação está na integração global dos falantes, nas possibilidades mais igualitárias de desenvolvimento social, econômico etc.

A Glotopolítica do ELF pode ser uma agente de mudança muito eficaz, inclusive no que se refere às relações existentes entre o norte e o sul, porque o espanhol como língua franca é um uso democrático da(s) língua(s) espanhola(s) – posto que não há imposição de uma variedade, mas negociação de sentido e co-construção desta língua que emerge na interação como uma forma fluida e híbrida – e reforça a política de direitos humanos em muitos âmbitos, dentre eles a não violação do *background* linguístico-cultural que o falante traz para suas diversas interações. É principalmente nesse sentido que o ELF se insere no campo da Glotopolítica, justamente porque este último se refere às diferentes maneiras em que as ações sobre a língua participam das relações de poder (PONTE, 2013, p.54) e o ELF é uma ação que ocorre na (s) língua(s) espanhola(s) e através dela (s), ressignificando as relações de poder que saem do domínio do grupo formado pela *Real Academia Española*, Instituto Cervantes e governo espanhol, empresas multinacionais e imprensa, e passam a restringir-se ao âmbito interpessoal dos envolvidos na interação.

Outra característica da Glotopolítica do ELF é uma forte dimensão reivindicativa do lugar que a língua espanhola assume, a partir dos usos em contexto de língua franca. Com a Glotopolítica pretendemos contribuir para a planificação do espaço linguístico global, como um lugar multilíngue e de futuras práticas translíngues, onde despontam usos diversos das

línguas, validados por seus criadores legítimos – os falantes nativos e não-nativos, e ratificar a função da língua espanhola como língua franca de comunicação. No que se refere à planificação linguística do ELF, aproveitamos os três elementos constitutivos da política linguística (SPOLSKY, 2004 apud ARNOUX, 2015) – (i) crença, (ii) práticas e (iii) gestão da língua – para situar os falantes no lugar de (iii) gestores ou planificadores, pois cabe a nós, membros de uma comunidade de prática global, o esforço por realizar e difundir cada vez mais um uso da língua que não está preso a nenhuma norma pré-concebida, que não obriga o falante a utilizar certo padrão e que lhe dá autonomia para escolher quais recursos linguísticos serão mais apropriados a cada encontro comunicativo com função de língua franca. Sobre os outros dois elementos que constituem uma política linguística, as (ii) práticas dos falantes de espanhol em contextos de língua franca são negociadas, podem coincidir com alguma variedade específica se for conveniente para os envolvidos na interação etc., e (i) as crenças são compostas pelos valores que os usuários do ELF atribuem a esta função comunicativa.

Podemos dizer que os beneficiados do planejamento do ELF, que compreende nossos esforços por influir no comportamento dos falantes usuários da língua espanhola, somos todos nós que usamos língua(s) espanhola(s) para nos comunicar em variados contextos. Afinal, como já foi explanado, o uso do espanhol com função comunicativa de língua franca empodera o falante e desterritorializa a língua espanhola, libertando os falantes de normas excludentes e todos os demais tipos de imposição, que antes se concretizavam por meio da língua.

A Glotopolítica do ELF, na nossa visão, atua sobre a língua e sobre os discursos que pairam os usos linguísticos, portanto diz respeito a práticas linguísticas e ao mesmo tempo políticas, que questionam a naturalização de determinada ordem das línguas, intervindo, entre outras coisas, na situação apresentada por Arnoux (2000, p.10)¹²²,

¹²² No original: “La hipótesis del conflicto lingüístico como inevitable en toda situación de contacto de lenguas se atenúa con el relevamiento de las variadas formas de gestión y armonización del plurilingüismo que los hablantes realizan en sus interacciones cotidianas tales como la alternancia de códigos, los diálogos bilingües (cada uno se expresa en su lengua materna) o la creación léxica integradora de las lenguas en contacto. Este consenso “in vivo” aparece, a su vez, como la matriz de futuras regulaciones de las diferencias lingüísticas en las nuevas entidades económico-políticas y desterritorializa el problema al centrarlo en el diálogo entre individuos. Pero más allá de las integraciones regionales, de los organismos internacionales y del plurilingüismo urbano están los Estados (...), sobre todo cuando tienen tradición de dominio, elaboran, por un lado, estrategias tendientes a la defensa de la lengua oficial sobre la que aplican todos los viejos reflejos que acompañaron la formación del Estado. Y, por el otro, programan las medidas destinadas a alcanzar una mejor ubicación de la lengua en el espacio globalizado: desde las más tradicionales de difusión cultural y de enseñanza de la lengua en el exterior o de recepción de estudiantes extranjeros en las universidades, hasta los proyectos de traducción automática, de expansión terminológica(...). Para lograrlo deben fortalecer las áreas idiomáticas –Francofonía,

A hipótese do conflito linguístico como inevitável em toda situação de contato de línguas se atenua com a consideração das variadas formas de gestão de harmonização do plurilinguismo que os falantes realizam em suas interações cotidianas, tais como a alternância de códigos, os diálogos bilíngues (cada um se expressa em sua língua materna) ou a criação léxica integradora das línguas em contato. Este consenso, na vida real, aparece, por sua vez, como a matriz de futuras regulações das diferenças linguísticas nas novas entidades econômico-políticas e desterritorializa o problema ao centrá-lo no diálogo entre indivíduos. No entanto, para além das integrações regionais, dos organismos internacionais e do plurilinguismo urbano, estão os Estados (...), sobretudo quando tem tradição de domínio, elaboram, por um lado, estratégias que primem pela defesa da língua oficial, sobre a qual aplicam todos os velhos reflexos que acompanharam a formação do Estado. Por outro lado, os Estados programam as medidas destinadas a alcançar uma melhor localização da língua no espaço globalizado: desde as mais tradicionais de difusão cultural e de ensino da língua no exterior ou de recepção de estudantes estrangeiros nas universidades, até os projetos de tradução automática, de expansão terminológica (...). Para conseguir realizar tal feito, fortalecem as áreas idiomáticas – Francofonia, por exemplo – ou linguístico-culturais, como Iberoamérica, estabelecendo alianças entre Estados e, frequentemente, acordos econômicos. Em todos esses casos, a planificação mostra, em cada país, seu rosto político não só porque apela ao pretexto nacional, o que exige consenso, mas também porque desencadeia posições enfrentadas que encontram um espaço propício de medição de forças no terreno linguístico mostrando as tensões não resolvidas entre fechamento defensivo e abertura expansiva.

Porque a redefine, ou seja, o Estado caminha a passos largos para a perda de seu poder regulamentador – caminho este sem volta, não importa o quanto invista no mercado idiomático. A difusão de **uma** língua é tarefa descabida e sem possibilidades de êxito na atual conjuntura. Quando falamos em língua global, tal adjetivo, longe de se referir a uma língua universal (unitária), alude ao alcance geográfico e aos diversos falantes espalhados pelo mundo que fazem uso dessa língua ou línguas em contextos bastante variados. O espanhol como língua franca global representa uma função comunicativa desempenhada em espanhol, ocupando diversos espaços do globo – espaços geográficos, escalas sociais e contextos interpessoais e transacionais.

Existem muitas formas de se opor ao imperialismo linguístico e ao domínio estatal, o reconhecimento do ELF é apenas uma delas, visto que ao utilizarmos em âmbito global línguas outras que não o inglês ou uma única variedade de certa língua estamos contribuindo para a era translíngue. No entanto, a oposição ao domínio de línguas “unas” passa também

por ejemplo– o lingüístico-culturales, como Iberoamérica, estableciendo alianzas entre Estados y, a menudo, acuerdos económicos. En todos estos casos, la planificación muestra, en cada país, su rostro político no solo porque apela al presupuesto nacional, lo que exige consenso, sino también porque desencadena posiciones enfrentadas que encuentran un espacio propicio de despliegue en el terreno lingüístico mostrando las tensiones no resueltas entre cierre defensivo y apertura expansiva”.

pelo uso da própria língua para marcar resistência a ideologias como a do *English Only* e a da hispanofonia. A abertura expansiva da política linguística espanhola e o fechamento defensivo do governo estadunidense não se sustentam em meio ao movimento gerado pela mundialização das comunicações. Enquanto a política e a economia interna ainda podem ser geridas por ambos os governos, a língua nacional desses dois países extrapola o controle estatal devido à autonomia que o cidadão cosmopolita ganha ao interagir com o mundo e atuar nele, mesmo que seja via tecnologia. Os contatos linguísticos promovidos nessas interações modificam a língua e o próprio sujeito. O ELF é um exemplo concreto da perda paulatina do controle dos Estados sobre a língua em uso e a prerrogativa exclusiva de controlar a estandarização da língua só se materializa em alguns espaços em que a forma padrão ainda é exigida.

A citação de Arnoux (2000) está condicionada pela forma como ela entende os movimentos sociolinguísticos atuais. A autora, em seus estudos, parece aproximar semanticamente os sintagmas espanhol internacional, espanhol geral, universal e global, mas o que entendemos por espanhol global difere sobremaneira dos termos anteriores não só ideologicamente, mas no significado mais imediato, pois o “global” não diz sobre (nem se filia a uma ideia) a unicidade da língua, mas sobre sua abrangência. Arnoux (2015) vê o espanhol global como uma variedade – problema também vivido nos estudos do inglês como língua internacional e nos estudos iniciais do ILF. Segundo a autora, o pan-hispanismo como política linguística encontra nas mídias digitais um forte aliado. A “unidade” se apoia no espanhol global e na discursividade global e a “diversidade” é descartada porque o leitor global é indiferente na rede aos traços de identidade linguística. A partir de tal compreensão do que é o espanhol global – sendo mais uma variedade –, entendemos porque a autora atribui ainda tanto poder ao Estado.

Em suma, a Glotopolítica do ELF se preocupa em agir não só sobre o status da língua espanhola – língua que, em determinados contextos, assume a função de língua franca global –, mas também sobre o uso da língua – um uso particular que emerge em cada encontro comunicativo a partir das contribuições dos falantes de espanhol envolvidos na interação – e sobre as relações sociais – mais igualitárias, se consideramos que os jogos de poder se concentram principalmente entre os interlocutores que atuam em determinado intercâmbio conversacional.

Não importa o quão distante pareçam estar as políticas linguísticas desenvolvidas pelos EUA e pela Espanha, a hegemonia estatal perseguida por ambos os países parece ganhar cada vez mais resistência em proporções globais através da língua que reina soberana em seu próprio império, o império da globalização das comunicações, que não implica uniformidade, mas abrangência. O alcance deste império cresce em dimensão e importância e tem em seus falantes poderosos ativistas que reclamam por um espaço em que possam ser ouvidos e ter trânsito livre. O império da língua representa um vasto território, com limites não estabelecidos, interligado por seus inúmeros e legítimos usuários – falantes globais que se autorizam a usar **sua** língua de acordo com as demandas circunstanciais, incluindo principalmente os objetivos comunicativos dos interactantes envolvidos na troca comunicativa.

Da língua do império (do século XV ao XIX), passamos pelo Imperialismo Linguístico e chegamos finalmente ao império da língua. As potências imperialistas atribuíam a si mesmas um papel missionário baseado em premissas explicitamente racistas. O homem branco impõe e impunha sua civilização (leia-se língua, costumes etc. superior às “raças de cor”). O ELF não é mais uma imposição, mas o direito de escolher não falar o inglês, o direito de falar uma língua mais próxima do falante (geográfica ou afetivamente), o direito de legitimar o espaço global como um futuro espaço translíngue, aberto a todas as línguas. Com isso, respondemos à pergunta de Lagares (2018, p.117): “Há espaço para o multilinguismo no mundo globalizado?”. Sim, há. O ELF e o inglês como língua franca (ILF) são provas dessa possibilidade, pois viabilizam encontros multilíngues, se consideramos o nível de variação da língua em contexto de língua franca, bem como o surgimento de formas híbridas. Diferente do autor (op.cit., p.119), que afirma que o avanço da tecnologia das informações intensificou as formas de controle sobre os comportamentos verbais, vemos justamente o contrário, argumentando que já não é possível manter tal controle, simplesmente porque os comportamentos verbais são tão diversos quanto o número de interações promovido via tecnologia ou *face to face*.

Dentro da perspectiva que aqui defendemos, o império da língua é o espaço translíngue e o conceito contemporâneo de língua franca como uma função comunicativa é o antídoto contra o veneno do imperialismo linguístico e suas ações derivadas, como o linguicídio. Um exemplo da contribuição do ELF na transformação do imperialismo linguístico para o império da língua é que as elites da era neoimperialista são, em grande parte, constituídas por nativos, no entanto, os nativos em interações em LF não são os

detentores nem os ditadores das regras e precisam negociá-las como o faz qualquer usuário não-nativo. A questão nativo, não-nativo, nesses contextos de LF, na realidade, se torna tão irrelevante que tal classificação já está obsoleta nos estudos atuais de língua franca.

Portanto, muito diferente do que Phillipson (1992) afirma, a língua franca não faz parte do discurso linguicista. Em definitiva e em oposição ao que foi apresentado por ele, a LF não é uma língua, não é uma denominação exclusiva do inglês, não possui uma ideologia dominante, tampouco é uma função comunicativa que consolide ou mantenha as inúmeras desigualdades. Gilbert Ansre (1979 apud PHILLIPSON, 1992) descreve o Imperialismo Linguístico como um fenômeno em que os falantes de uma língua dominada acreditam que devem utilizar apenas a língua dominante nos mais diversos ofícios da vida. Frente a isso, nossa tese é que o ELF não se aplica a todas as transações sociais, não é algo pronto para o falante aplicar em todas as instâncias de sua vida e não é imposto por ninguém, pois o falante é senhor de seus usos e, conseqüentemente, da língua franca que construirá com seu interlocutor.

Ao fim e ao cabo, como visto nesta sequência de dois capítulos sob o mesmo título, a língua não é mais propriedade exclusiva de um certo império, mas está à disposição dos mais diversos falantes e estes, empoderados após se apropriarem da língua, constituem pouco a pouco – a cada uso que dela fazem – um espaço democrático de proporções não delimitáveis, o império da língua. O ELF é apenas uma etapa inevitável dessa trajetória histórica que evolui rumo a uma era translíngua cada vez mais significativa, emancipatória e libertadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A CHEGADA QUE É APENAS A PARTIDA

Nenhum de meus escritos foi concluído; sempre se interpuseram novos pensamentos, associações de ideias extraordinárias, impossíveis de excluir, com o infinito como limite. Não consigo evitar a aversão que tem o meu pensamento ao ato de acabar.

(FERNANDO PESSOA, SEM DATA)

Iniciamos esta pesquisa propondo teorizar sobre a atuação do espanhol como uma língua de comunicação global em contexto de língua franca. Baseados nos estudos contemporâneos voltados para o inglês como língua franca (ILF), vislumbramos o potencial do Espanhol como Língua Franca (ELF) em desestabilizar hegemonias linguísticas e empoderar os vários usuários da língua (nativos ou não). Para isso, nos debruçamos sobre um considerável número de textos teóricos de diversas áreas, mas principalmente da Linguística, da Linguística Aplicada, da Análise do Discurso e da Sociolinguística, objetivando dar forma ao conceito ELF. Foi-nos exigido mais energia para desconstruir certos juízos que propriamente fazer as devidas adequações e ajustes do ILF ao ELF, considerando as especificidades da(s) língua(s) espanhola(s) (história, falantes, ideologias etc.). Todo o esforço por definir o ELF e, assim, desassociá-lo do espanhol língua franca da campanha expansionista espanhola, como sempre, pesadamente etnocêntrica, nos levou não só a ressignificar terminologias, mas a um exercício mental para nos libertar de uma memória discursiva fortemente entranhada em nosso imaginário – a memória da colonialidade, do pensar como subalterno, da submissão atávica etc.

Na busca por alcançarmos nosso objetivo de definir em que consistia o ELF, examinamos diversos conceitos e discutimos questões cruciais ao tema. Ao percorrermos a história, em especial, do inglês como língua franca a partir dos relatos de Ostler (2010), pudemos refletir sobre a dinâmica de outras línguas francas em tempos remotos, bem como averiguar o que dessas línguas originárias resistiu ao tempo, mantendo-se como características das línguas que atuam como línguas francas nos tempos pós-modernos.

Em completa oposição ao que afirma Ostler (2010), não acreditamos que o inglês seja a última língua franca, tampouco acreditamos que o futuro seja a era imperial das línguas nacionais, tese defendida pelo autor no seu livro. Como mencionamos reiteradas vezes ao longo deste trabalho, entendemos que outras línguas, além do inglês, estão sendo usadas com

função de língua franca de uma forma muito efetiva e em amplos territórios. No tocante ao desenvolvimento do Inglês como Língua Franca (ILF), por exemplo, Jenkins (2015) argumenta justamente que alcançou-se uma terceira fase conceitual que compreendem interações multilíngues em que o inglês é apenas uma escolha possível na comunicação, podendo inclusive aparecer em meio às outras línguas utilizadas na interação intercultural e no processo das cada vez mais comuns e legitimadas práticas translíngues. Embora o inglês ainda seja a escolha preferida, o espanhol já atua no cenário de língua franca, sendo a escolha de muitos falantes que o têm como L1, L2, Ln. Outro ponto que destacamos nas páginas anteriores foi a natureza dos encontros comunicativos que dão indícios de que, como mencionado, caminhamos para uma era eminentemente translíngue. Isso não quer dizer que as práticas translíngues nunca aconteceram, mas que elas parecem ganhar força novamente, estabelecendo-se como o *status quo* vindouro em interações mundo afora e também já bastante discutidas e percebidas como uma importante abordagem pedagógica no sentido de, verdadeiramente, trazer o que acontece no mundo real em nível de interações para a sala de aula de línguas adicionais/estrangeiras.

Consideramos também conceitos oriundos de outras funções que as línguas espanholas desempenham, no intuito de demonstrar que as demandas dos falantes de espanhol se refletem nos usos que estes fazem da língua, e que a atuação da língua em diferentes espaços será tão variada quanto sejam as necessidades de seus usuários. Assim surgiu o espanhol como língua de herança, sendo a língua o vínculo entre o indivíduo (residente em outro país, que não sua terra natal) e suas origens (familiares, culturais etc.). Irrompeu também o *portunhol* – língua usada na fronteira entre Brasil e outro país hispano-falante. Língua de fronteira geográfica e psicológica –, falada pelos habitantes de regiões fronteiriças preenchidas de “conteúdo social” (STURZA, 2005), como uma estratégia comunicativa para não ficarem isolados e poderem interagir com os habitantes de ambos os lados da fronteira. Outra função emergente foi o *spanGLISH*, uma modalidade discursiva dos hispânicos que residem nos EUA, ou ainda, uma função comunicativa linguística e sociocultural adotada por muitos hispânicos bilíngues como marca identitária. Como é possível imaginar, todas essas funções nos fizeram refletir, entre outras questões, sobre o lugar que esses falantes ocupam, sobre as zonas de desconforto que os impelem a buscar uma forma/função de se deslocarem a um espaço minimamente seguro, um espaço em que eles possam ser como se vêem e não como lhes impõem ser.

Na era da globalização das comunicações, as línguas minoritárias têm se tornado cada vez mais espaços discursivos de resistência contra o apagamento da cultura familiar, da língua

materna etc. Nas margens dos espaços ocupados por línguas dominantes, assomou o espanhol como língua franca de comunicação. Uma função comunicativa que não é a língua majoritária “x” ou “y”, mas um uso fluido, amórfico, que desafia os padrões linguísticos vigentes porque não segue uma norma específica, porque mesmo sem ser a língua materna do falante, é a função sociolinguística que o indivíduo escolheu para lhe representar em um dado encontro comunicativo, o qual pode ocorrer na França, na Nicarágua, na Austrália, no Japão ou em qualquer outro lugar do globo.

Defendemos aqui que o espanhol como língua franca (ELF) é o espanhol que surgiu quando nós brasileiros saímos para jantar com italianos em Roma, ou quando fizemos um trabalho de literatura na Universidade de La Coruña com um amigo holandês e uma italiana, ou quando dividimos um quarto com uma coreana em Paris e ela elogiava nossa *nécessaire* em espanhol, com algumas inserções do inglês, entre tantos outros encontros...

O espanhol como língua franca, na verdade, é uma forma de dizermos à política protecionista e monolíngue dos EUA que *English only si me da la gana*, e à política expansionista e monolíngue da Espanha que a ideologia que atende aos falantes do mundo e não a uma parcela privilegiada é a ideologia da *translinguofonia*, na qual o espanhol é uma opção, assim como deve ser o inglês, o francês, entre outras línguas. A questão não pode ser no singular: Qual língua atua como língua franca global? Mas no plural e a partir dos falantes: Como os falantes estão se comunicando nas mais diversas interações ao redor do mundo? A partir do estudo aqui empreendido, concluímos que os falantes estão usando suas línguas adicionais com função de língua franca.

Ao verificarmos que certas atividades linguísticas em espanhol se alinham ao quadro conceitual do inglês como língua franca – ILF (COGO; DEWEY, 2012; SEIDLHOFER, 2011; JENKINS, 2015), destacamos as devidas diferenças históricas que levaram uma e outra língua a esse lugar, pois, embora ambas as línguas tenham sido difundidas mediante missões religiosas, militares e comerciais, expansionistas, colonialistas, a língua inglesa se destacou como potência imperialista de maior alcance e também se tornou atrativa para os países colonizados – muitos povos viram a aquisição do inglês como uma medida lucrativa e uma forma de “talk back”, em especial com o advento da era pós-colonialista, representada pelas ex-colônias britânicas na África, Ásia e Caribe. Já a violenta investida imperialista dos espanhóis, subjogando os povos colonizados, inviabilizou que a comunidade de “acolhida” tivesse interesse pela língua e, portanto, a requeresse como língua de comunicação etc. Outras

diferenças, como o peso demográfico do espanhol e a relação de um falante nativo de inglês para quatro não-nativos, também moldam a atuação dessas línguas no cenário de língua franca, ou seja, são línguas com trajetórias particulares, que desembocaram em um mesmo espaço, um espaço crescentemente multilíngue, motivado por muitas variáveis como a mundialização das comunicações. O ILF como fenômeno multilíngue já reconhece a atuação de outras línguas nesse cenário e o ELF como realidade empírica, e esperamos que a partir de agora também seja teórica, reflete o trânsito cada vez mais intenso de falantes que têm o espanhol como primeira, segunda, terceira, *n* língua no espaço global, negociando sentidos em trocas comunicativas interculturais.

O ELF, na nossa visão, rompe barreiras ideológicas, como a da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), porque desmistifica essa construção social e cognitiva incutida na mentalidade do falante não-europeu de que nós não podemos nos comunicar e nos empoderarmos mediante o uso de uma função comunicativa de alcance global. Ideologias linguísticas hegemônicas, como a da hispanofonia, também são desfavorecidas com o uso do ELF, pois não há uma variedade a ser seguida nessas interações, não há ELF antes nem depois da interação, ele só se materializa no durante do intercâmbio comunicativo.

Mas o ELF não se constitui só de rupturas, há também as novas possibilidades que surgem através dos novos usos linguísticos e atitudinais, performances que nos permitem trilhar caminhos outros. Sendas não impostas, mas desbravadas por falantes que se aventuram em novas práticas com a língua – experiências de se legitimar justamente na condição de falante global. Esses caminhos parecem nos levar a uma era translíngue, que desponta como um espaço de práticas formadas por usos diversos de variadas línguas – que, a essa altura, talvez já não sejam línguas, mas recursos linguísticos que, unificados em um dispositivo mental, constituam justamente o que García e Wei (2014) alcunham de repertório linguístico do falante.

Em suma, tentamos demonstrar que a ideia de que uma língua franca (LF) é neutra e fundamentalmente para negociações comerciais é equívocada, porque tanto a LF dos primórdios quanto a atual se caracterizam pela complexidade e extrema variação, e ambas surgiram para fins variados. Portanto, uma LF deve ser entendida como língua de contato entre falantes de diferentes línguas maternas (ou variedades). No que diz respeito às diferenças, as LF's originárias eram mais estáveis por serem compartilhadas. O tipo de contato em que elas emergiam era mais duradouro que os contatos em contexto de língua

franca dos dias atuais. É justamente na duração dos contatos que reside a maior diferença entre as LF's do passado e as do presente. Os encontros comunicativos atuais em que a LF é co-construída são fugazes. A LF existe apenas enquanto há a interação. Sendo uma LF momentânea, ela não pode ser compartilhada. Por isso, afirmamos em diferentes oportunidades na tese que a LF de outrora era uma língua de comunicação e a contemporânea é uma função comunicativa; não acontece nos dias de hoje o surgimento de uma terceira língua mediante o contato dos falantes da língua *x* e *y*. Os encontros são efêmeros, cada interação é única assim como o é a língua que emerge nas trocas empreendidas pelos mais diversos interlocutores. Os participantes podem até se repetir em diferentes momentos, mas nunca a língua construída por eles, pois cada encontro envolve novas variáveis – como um outro fim comunicativo e interagentes modificados pelas vivências experimentadas desde a última conversa.

Cada vez que afirmávamos, ao longo da tese, que o ELF é função e não língua, nos distanciávamos do conceito espanhol língua franca veiculado pelo governo espanhol, juntamente com o Instituto Cervantes, a *Real Academia Española* e empresários de variados ramos. O ELF, como aqui amplamente defendido e explicitado, não é o espanhol língua franca, mas o espanhol **como** língua franca, atuando na condição de língua de comunicação escolhida por falantes de diferentes *linguaculturas*. Se não é língua, não há como associá-lo ao uso de uma única variedade no cenário de LF, logo, não há como considerar a difusão da variedade centro norte peninsular ou de qualquer outra, tampouco a criação de um suposto espanhol geral, neutro ou internacional para ser vendido ao redor do mundo.

Ao definirmos o ELF como uma função comunicativa co-construída durante a troca comunicativa, buscamos demonstrar que a(s) língua(s) espanhola(s) são propriedade de quem as está usando. Todos os usuários do ELF são, de alguma forma, co-criadores da língua no momento em que a estão utilizando. As negociações de sentido, as reformulações, as inovações etc. realizadas entre os interlocutores durante a interação para se alcançar o propósito comunicativo (ou não) lhes permitem sentir-se legitimados, autorizados à condição de falantes de espanhol. Esse empoderamento, desta forma, liberta o falante da interminável busca de soar como um nativo e o desloca da posição de subalterno para o lugar que lhe é devido – o de usuário competente da língua.

Essa função da(s) língua(s) espanhola(s) que aparece nos mais diversos encontros comunicativos ao redor do mundo precisa ser considerada, teorizada, analisada, tendo como

foco sempre os processos de variação emergentes nestes contatos. Portanto, à luz de toda essa extensa teorização e reflexão, esperamos ter contribuído com o primeiro passo dessa empreitada investigativa, trazendo a discussão do inglês como língua franca (ILF) para a realidade do espanhol e, assim, delineando a teoria do ELF que se tornará mais factível a cada futura amostra de fala analisada.

Ao fim e ao cabo, procuramos não só fornecer as lentes (a teoria) para se observar o objeto mais de perto, mas também motivar futuras discussões a respeito do ELF no âmbito pedagógico, considerando (i) todos os encontros como potencialmente interculturais, (ii) a(s) línguas(s) espanhola(s) como mais ou menos instável(eis), dinâmica(s) e variável(eis) a depender do contexto – se é de LF ou não, (iii) as estratégias comunicativas que os usuários da língua utilizam para alcançar seu(s) objetivo(s) comunicativo(s), (iv) que a linguacultura dos falantes sempre terá papel fundamental nas trocas, entre outras questões de grande relevância que possam, naturalmente, advir de tais elaborações. Enxergando mais além, esperamos que este trabalho possa também estimular outros colegas pesquisadores, professores e formadores de professores de espanhol como língua estrangeira ou adicional a se engajarem nesta temática, produzindo desdobramentos que venham a contribuir para o alargamento do pensamento e das práticas com os quais nos acostumamos a canonizar e praticamente transformá-los em quase intocáveis. Buscamos aqui, de forma criteriosa e embasada, exatamente a desestabilização das certezas na nossa área de atuação. Tal exercício, sem sombra de dúvidas, já produziu grandes efeitos em muitas de nossas crenças e concepções. A expectativa, então, é que esses efeitos se propaguem para muito além das linhas deste texto. Esta é a nossa saudável ambição.

REFERÊNCIAS

ACOSTA CORTE, A. La adquisición y el desarrollo lingüístico de los hablantes de herencia de español: un estudio de caso basado en la investigación-acción en el aula. **Revista Nebrija de Lingüística Aplicada a la Enseñanza de la Lengua**, n.13, 2013.

ADICHIE, C. N. **The danger of a single story**. TED Talk. (2009). Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=en>. Acesso em: fev. 2018.

AGOSTO, S. E. **El español, uno y diverso**. (2006). Disponível em: <http://www.unidadenladiversidad.com/opinion/opinion_ant/2006/nov_dec_06/opinion_dic_06.htm>. Acesso em: abr. 2018.

ANDRADE, M. de. **O poeta come amendoim**. Disponível em: <<http://www.nilc.icmc.usp.br>>. Acesso em: maio 2019.

ARNOUX, E. N. El español global y la regulación de la discursividad en línea como piezas del dispositivo glotopolítico panhispanico. In: SOUSA, S. C. T; ROCA, M, P. (Org.). **Políticas lingüísticas: declaradas, praticadas e percebidas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 35-68.

ARNOUX, E. N. (2007). “**La lengua es la patria**”, “**nuestra lengua es mestiza**” y “**el español es americano**”: desplazamientos significativos en el III Congreso de la Lengua Española. Disponível em: <<http://miradassobrelalengua.blogia.com/2007/091701-elvira-narvaja-de-arnoux-la-lengua-es-la-patria-nuestra-lengua-es-mestiza-y-el-e.php>>. Acesso em: maio 2018.

ARNOUX, E. N. La Glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. In: **Lenguajes: teorías y prácticas**. Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, Instituto Superior del Profesorado “Joaquín V. González”, 2000.

ARNOUX, E. N. Reflexiones glotopolíticas: hacia la integración sudamericana. In: ARNOUX, E. N.; BEIN, R. **La regulación política de las prácticas lingüísticas**. Buenos Aires: EUDEBA, 2010a.

ARNOUX, E. N.; DEL VALLE, J. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panispanismo. **Spanish in Context**, 2010b. p. 1-24.

ÁVILA, R. (2001). Los medios de comunicación masiva y el español internacional. In: **Unidad y diversidad del español**. II Congreso Internacional de Lengua Española. Valladolid. Disponível em: <http://congresosdelalengua.es/valladolid/ponencias/unidad_diversidad_del_español/1_la_norma_hispanica/avila_r.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014.

BETTI, S. Spanglish imaginativo y sugerente. Entre práctica lingüística e identidad. In: BETTI, S; SERRA ALEGRE, E. (Org.). **Nuevas voces sobre el spanglisg**: una investigación polifónica. Nova Iorque: ANLE, 2016. p. 17-39.

BJÖRKLUND, S. **Bilingüismo como lengua de herencia**: Un estudio sobre hispano- y catalanohablantes residentes en Suecia. Stockholms Universitet, 2014.

BLOMMAERT, J. El papel de la lengua en las ideologías nacionalistas europeas. In: SCHIEFFELIN, B. B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (ed.). **Ideologías lingüísticas: Práctica y teoría**. Madrid: Catarata, 2012. p. 245-273.

BLOMMAERT, J. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010.

BLOMMAERT, J. Language Policy and National Identity. In: RICENTO, T. (Org.). **An Introduction to Language Policy**. Theory and Method. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 238-254.

BLOMMAERT, J. European Concepts of Nation-Building. In: MCALLISTER, P. WILMSEN, E. (ed.). **The Politics of Difference: Ethnic premises in a World of Power**. Chicago University Press: Chicago, 1996. p. 104-123.

BOLTON, K.; DAVIS, D. R. Special Forum on "Brexit and the future of English in Europe". **World Englishes**, v. 36, n. 3, p. 302–312, September 2017.

BOSCH, A. **La lengua del imperio**. Disponível em: <<http://blog.rtve.es/desdelondres/2011/07/la-lengua-del-imperio.html>>. Acesso em: set. 2017.

BORGES, J. L. El jardín de senderos que se bifurcan. In: **Obras completas: 1923-1949**. Buenos Aires: Emecé Editores, p. 156-161.

BRAVO, D. **Estudios de la (Des) Cortesía en español**. Estocolmo-Buenos Aires: EDICE, 2005.

BRAVO GARCÍA, E. **El español internacional: conceptos, contextos y aplicaciones**. Madrid: Arco/Libros, 2008.

CALVET, J. **As políticas lingüísticas**. Tradução Isabel de Oliveira Duarte et al. São Paulo: Parábola, 2007.

CANAGARAJAH, S. Translingual practice as spatial repertoires: expanding the paradigm beyond structuralist orientations. **Applied Linguistics**, Oxford University Press, p. 31-54, 2017.

CANAGARAJAH, S. **Translingual Practice – Global Englishes and Cosmopolitan Relations**. London/New York: Routledge, 2013.

CLARÍN. Disponível em: <<https://www.clarin.com/cultura/espanol-afianza-segunda-lengua-mundo-detras-chino>>. Acesso em: mar. 2019.

COGO, A. ELF and super-diversity: a case study of ELF multilingual practices from a business context. **Journal of English as a Lingua Franca**, p. 287-313, 2012.

COGO A.; HOUSE, J. The pragmatics of ELF. In: JENKINS, J.; BAKER, W.; DEWEY, M. (ed.). **The Routledge Handbook of English as a Lingua Franca**. New York/London: Routledge, 2017. p. 210-223.

COGO, A; DEWEY, M. **Analysing English as a Lingua Franca: a corpus-driven investigation**. London, GB: Continuum, 2012.

COOPER, R. **La planificación lingüística y el cambio social**. España: Cambridge University Press, 1997.

COULMAS, F. What is a nacional language good for? In: COULMAS, F. (Org.). **Whith forked tongues: what are nacional languages good for?** Singapore: Karoma, 1988. p. 1-24.

COUTO, H. H. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

CURY, M. J; LILIS, T. **Uma crítica ao “inglês como língua franca” da publicação de periódicos acadêmicos**. Tradução Raquel Fiad e Flavia Miranda. Disponível em: <<http://www.roseta.org.br/pt/2018/05/21/uma-critica-ao-ingles-como-lingua-franca-da-publicacao-de-periodicos-academicos>>. Acesso em: jun. 2018.

DEL VALLE, J. (2007a). **La lengua, patria común: Política lingüística, política exterior y el post-nacionalismo hispánico**. Disponível em: <<https://miradassobrelalengua.blogia.com/temas/pol-ticas-ling-sticas-y-culturales/>>. Acesso em: maio 2018.

DEL VALLE, J. (2007b). **El español en los Estados Unidos de América**. Disponível em: <<https://miradassobrelalengua.blogia.com/2007/062001-jos-del-valle-universidad-de-nueva-york-mirada-te-rica-tendencias-del-esp.php>>. Acesso em: maio 2018.

DEL VALLE, J. Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español. In: DEL VALLE, J. (Org.). **La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español**. Fráncfort/Madrid: Iberomericana Vervuert, 2007c. p. 13-30.

DEL VALLE, J. La lengua patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico. In: DEL VALLE, J. (Org.). **La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español**. Fráncfort/Madrid: Iberomericana Vervuert, 2007d. p. 31-56.

DEL VALLE, J. La RAE y el español total ¿Esfera pública o comunidad discursiva? In: DEL VALLE, J. (Org.). **La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español**. Fráncfort/Madrid: Iberomericana Vervuert, 2007e. p. 81-96.

DEL VALLE, J. (2012). **Panhispanismo e hispanofonía: breve historia de ideologías siamesas**. Disponível em: <https://www.academia.edu/9244156/Panhispanismo_e_hispanofonia_breve_historia_de_ideologias_siamesas?auto=download>. Acesso em: maio 2018.

DE MELO, N. **¿Cómo se conserva una lengua de herencia?** El caso del español en Montreal. Dissertação de Mestrado. Université de Montréal, Montreal, 2014.

EL ESPAÑOL: una lengua viva. Informe 2014. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_lengua_viva/pdf/espanol_lengua_viva_2014.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

EL ESPAÑOL: una lengua viva. Informe 2016. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_lengua_viva/pdf/espanol_lengua_viva_2016.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

EL ESPAÑOL: una lengua viva. Informe 2018. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_lengua_viva/pdf/espanol_lengua_viva_2018.pdf>. Acesso em: maio de 2019.

El PAÍS. Disponível em: <https://elpais.com/cultura/2018/07/03/actualidad/1530619272_823616.html>. Acesso em: jul. 2018.

ENNIS, S. R.; RÍOS-VARGAS, M.; ALBERT, N. G. **The Hispanic Population: 2010 Census Briefs**. Disponível em: <<http://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-04.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

ESTERMANN, J. **Interculturalidad: Vivir la diversidad**. La Paz: Instituto Superior Ecueménico Andino de Teología, 2010.

FANJUL, A. P. Português Brasileiro, Espanhol de... onde? Analogias incertas. **Letras & Letras**, v. 20, p. 165-183, 2004.

FANJUL, A. P. Policêntrico e Pan-Hispânico: Deslocamentos na vida política da língua espanhola. In: LAGARES, Xoan; BAGNO, Marcos (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 299-330.

FERREIRA, L. D. S. **Reflexos paralelos: Desdobramentos identitários da representação hispânica nos Estados Unidos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, BA, 2016.

FIGUEROA-SAAVEDRA R. M. Lengua española, contacto lingüístico y globalización. In: TERBORG, R.; ALARCÓN A.; NERI, L. **Lengua española, contacto lingüístico y globalización**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2015. p. 56-91.

FLORES, C. A aquisição do português como língua de herança. In: CONFFERÊNCIA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA MUNDIAL, 2, 2013, Lisboa, *Anais...* Lisboa, 2013.

FLORES, C.; MELO-PFEIFER, S. O conceito “Língua de Herança” na perspectiva da Linguística e da Didática de Línguas: considerações pluridisciplinares em torno do perfil linguístico das crianças lusodescendentes na Alemanha. **Domínios de Lingu@gem**, vol.8, n.3, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>>. Acesso em: ago. 2018.

FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. **El español de América**. Madrid: Mapfre, 1993.

GALEANO, E. (1940) **El miedo**. Disponível em: <<https://narrativabreve.com/2013/11/microrrelato-eduardo-galeano-el-miedo.html>>. Acesso em: set. 2015.

GALEANO, E. (1940) **Los nadies**. Disponível em: <<http://www.losnadies.com/poem.html>>. Acesso em: set. 2015.

GARCÍA, M. A.; ESCARBAJAL, F. A.; ESCARBAJAL, H. A. **La interculturalidad: desafío para la educación**. Madrid: Dykinson, 2007.

GARCÍA, O. Lenguas e identidades en mundos hispanohablantes: desde una posición plurilingüe y monoritaria. In: LACORTE, M. (ed.). **Lingüística aplicada del español**. Madrid: Arco, 2007. p. 377-400.

GARCÍA, O. U.S. Spanish and Education: Global and Local Intersections. In: PIGOTT, D. T.; RYAN, A. M.; TOCCI, C. (ed.). *Language Policy, Politics, and Diversity in Education: Review of Research in Education*, 2014. p. 58-80.

GARCÍA, O.; OTHEGUY, R. Spanish and Hispanic bilingualism. In: LACORTE, M. (ed.). *The Routledge Handbook of Hispanic Applied Linguistics*. New York, NY: Routledge, 2015. p. 639-658.

GARCÍA, O.; SELTZER, K. The Translanguaging current in language education. In: KINDENBERG, B. (ed.). *Flerspråkighet som resurs* [Multilingualism as a resource]. Liber, 2016. p. 19-30.

GARCÍA, O.; WEI, L. Translanguaging, bilingualism and bilingual education. In: WRIGHT, W.; BOUN, S.; GARCÍA, O. (ed.). *Handbook of Bilingual Education*. Malden, MA: John Wiley, 2013. p. 223-240.

GIMENEZ, T. et al. Inglês como língua franca: desenvolvimentos recentes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 15, p. 593-619, 2015.

GODENZI, J. C. Spanish as a língua franca. In: *Annual Review of Applied Linguistics*. Printed in the USA, p. 100–122, 2006.

GUILHERME, M. Critical language and intercultural communication pedagogy. In: JACKSON, J. (ed.). *The Routledge Handbook of Language and Communication*. London: Routledge. 2013. p. 357-371.

GUILHERME, M. English as a global language and education for cosmopolitan citizenship. In: *Language and Intercultural Communication*, p. 72-79, 2007.

GUILHERME, M.; DIETZ, G. Diferencia en la diversidad: Perspectivas múltiples de complejidades conceptuales multi, inter y trans-culturales. *Estudios sobre Culturas Contemporáneas*, p.13-36, 2014.

GUILHERME, M.; DIETZ, G. O diálogo intercultural entre Freire & Dewey: O Sul e o Norte nas matrizes (pós) coloniais das Américas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4, 2013, São Paulo. São Paulo: Uninove, nov, 2013.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Edição original 1992).

HAMEL, R. E. (2004). *Las cuatro fronteras de la identidad lingüística del español*: lengua dominante y dominada, lengua fronteriza y lengua internacional. Disponível em:<<http://hamel.com.mx/ArchivosPDF/Conferencias/2004%20Ha%203%20Cong%20Lg%20Rosario.pdf>>. Acesso em: fev. 2019.

HAMEL, R. E. Políticas y Planificación del lenguaje: una introducción. *Iztapalapa*, México, Universidad Autónoma Metropolitana, n. 29, p.5-39, 1993.

HANKS, W. F. Pierre Bourdieu e as práticas de linguagem. In: *Língua como Prática Social*: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2008. p. 33-63.

HERNÁNDEZ SACRISTÁN, C. Spanglish: reflexiones sobre un espacio semiótico transicional y sus dimensiones, con particular atención al discurso publicitario. In: BETTI, S; SERRA ALEGRE, E. (Org.). **Nuevas voces sobre el spanglish: una investigación polifónica**. Nova Iorque: ANLE, 2016. p. 65-79.

HISPANOHABLANTES alcanzan 577 millones en el mundo. Disponível em: <<http://www.rtve.es/noticias/20180703/hispanohablantes-alcanzan-577-millones-todo-mundo/1759702.shtml>>. Acesso em: jul. 2018.

JENKINS, J. **English as a Lingua Franca in the International University** - The politics of Academic English Language Policy. New York/London: Routledge, 2014.

JENKINS, J. Repositioning English and multilingualism in English as a Lingua Franca. **Englishes in Practice**, v. 2, n. 3, p. 49-85, 2015.

JENKINS, J. **The phonology of English as an international language**. New models, new norms, new goals. Oxford: Oxford University Press, 2000.

JORDAO, C. M. ILA - ILF - ILE - ILG: Quem dá conta? **RBLA**, v.14, n.1, p. 13-40, 2014.

KACHRU, B. B. Standards, codification and sociolinguistic realism: the English language in the outer circle. In: QUIRK, R.; WIDDOWSON, H. **English in the world: teaching and learning and literatures**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985. p. 11-30.

KARAMANIAN, A. P. **La internacionalización del español como segunda lengua franca, un bien intangible en continuo crecimiento**. Disponível em: <<http://p3.usal.edu.ar/index.php/signos/article/view/3354/4180>>. Acesso em: jun. 2015.

LAFIN, G. C. **O contato linguístico português-espanhol na fronteira entre Brasil e Uruguai: estado da pesquisa e perspectivas futuras**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LAGARES, X. C. **Elogio de lo inadecuado**. Disponível em: <<http://www.espaciosantillanaespanol.com.br>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

LAGARES, X. C. Ensino do Espanhol no Brasil: uma (complexa) questão de política linguística. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. (Org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 181-198.

LAGARES, X. C. **Qual política linguística?** desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LAGARES, X. C. **¿Nacionalismo lingüístico?** Disponível em: <<http://www.espaciosantillanaespanol.com.br/nacionalismo-linguistico>>. Acesso em: out. 2017.

LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. (Org.). **Uma espiadinha na sala de aula: ensinando línguas adicionais no Brasil**. Pelotas: Educat, 2014. p. 21-48.

LIMA, T. C. G. de. **O Spanglish e os Nuyoricans: identidades em (re) construção**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2018.

LIMAO, P. C. P. de. O “Portunhol” da América Latina no ciberespaço: de interlíngua e língua de fronteira á língua de intercompreensão e língua literária sem fronteiras. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 5, 2015, Lecce, Itália. *Anais...* Lecce: 2017. p. 2099-2016.

LIPSKI, J. M. Cruzando fronteras/cruzando lenguas. El arte de (con)vivir. In: INTERDISCIPLINARY COLLOQUIUM ON HISPANIC/LATIN AMERICAN LITERATURES, LINGUISTICS AND CULTURES, 3, 2007, Gainesville. Gainesville, 2007.

LIPSKI, J. M. Too Close for Comfort? The Genesis of “Portuñol/Portunhol”. In: FACE, L. T.; KLEE, C. A. (Org.). **Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium**, 2006. p. 1-22.

LOPE BLANCH, J. M. (2001). La norma lingüística hispánica. In: ACTAS DEL CONGRESO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Disponível em: <<http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/>>. Acesso em: ago. 2017.

LÓPEZ GARCÍA-MOLINS, A. El spanglish como dialecto psicológico. In: BETTI, S; SERRA ALEGRE, E. (Org.). **Nuevas voces sobre el spanglish: una investigación polifónica**. Nova Iorque: ANLE, 2016. p. 105-114.

LOVEJOY, A. (1964). A sedução das palavras. In.: GIANNETTI, E. **O livro das citações: Um breviário de ideias replicantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.30.

MAR-MOLINERO, C. The spread of global spanish: From Cervantes to reggaetón. In: COUPLAND, N. (ed.). **The Handbook of Language and Globalization**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2010. p. 162-181.

MARQUES, Anderson Nalevaiko. **Práticas Translíngues e colaborativas em um curso de inglês**. 262f. Tese de Doutorado (não publicada) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2018.

MAURANEN, A. Conceptualising ELF. In: JENKINS, J; BAKER, W.; DEWEY, M. (ed.). **The Routledge Handbook of English as a Lingua Franca**. Abingdon, UK: Routledge, 2018. p. 7-24.

MCKAY, S. L. Standards for English as an international language. In: MCKAY, S. L. **Teaching English as an International Language: An Introduction to the Role of English as an International Language and Its Implications for Language Teaching**. New York: Oxford University Press, 2002. p. 73-76.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MOITA LOPES, L. P. Inglês e Globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. **D.E.L.T.A.** vol.24, n.2, p.309-340, 2008.

MORALES, G. M. C. (2016). **O portunhol: língua, interlíngua ou dialeto**. Disponível em:< <http://www.ingeniosupr.com>>. Acesso em: abr. 2019.

MORONI, A; GOMES, J. A. O Português como Língua de Herança hoje e o trabalho da Associação de Pais de Brasileirinhos na Catalunha. **REB - Revista de Estudios Brasileños**, vol. 2, n. 2, 2015.

MOZZILLO, I. Aspectos do portunhol na fronteira Brasil-Uruguai. **PAPIA**, São Paulo, p. 187-199. 2013.

NEBRIA, A. **Prólogo a la gramática de la lengua castellana**. Disponível em: <<https://www.biblioteca.org.ar/libros/1285.pdf>>. Acesso em jan de 2018.

OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada** [online], v. 52, n. 2, p. 409-433, 2013.

OSTLER, N. **The Last língua franca**: English until ther return of Babel. New York: Walker Publishing Company, 2010.

PAGOTTO, E. G. Ebulição e sedentarização linguística o lugar da economia de subsistência na formação do português brasileiro. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 20, Especial, p. 53–63, 2018.

PARAQUETT, M. Multiculturalismo, interculturalismo e ensino/aprendizagem de espanhol para brasileiros. In: BARROS, C. S. de; GOETTENAUER, E. M. C. (Org.). **Espanhol: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v. 16, 2010. p. 137-156.

PHILLIPSON, R. Língua franca or língua frankensteinia? English in European integration and globalisation. **World Englishes**, v. 27, n. 2, p. 250–267, 2008.

PHILLIPSON, R. **Linguistic Imperialism**. Oxford: Oxford University Press. 1992.

PINTO, C.F. Los criterios sintácticos en la división dialectal del español. In: PINTO, C.F.; IRALA, V.B (Org.). **Um dossiê de estudos linguísticos hispânicos**. São Paulo: Casa do Novo Autor Editora, 2009. p. 61-97.

PONTE, A. S. O espanhol e seu dia: a planificação linguística e sua execução. In: SOUSA, S. C. T; ROCA, M, P. (Org.). **Políticas linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 69-102.

PONTE, A. S. **General, globalizada, neutra, panhispânica y transnacional**: la lengua, muitos nomes, um produto. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 2, p. 342-386, Summer/ Fall, 2002a.

QUIJANO, A. 2002b. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Disponível em: <<https://www.clacso.org/wwwclacos/espanol/libro/lander/10.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

RAJAGOPALAN, K. Política Linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. (Org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2004.

REVUZ, C. "A Língua Estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio". In: SIGNORINI, I. (Org.). **Lingua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

RICENTO, T. Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. **Journal of Sociolinguistics**, p. 196-213, 2000.

RICENTO, T. Language Policy and Globalization. In: COUPLAND, N. (ed.). **The Handbook of Language and Globalization**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2010. p. 123-141.

ROBERTSON, R. Globalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. In: Featherstone, M., Lash, S.; Robertson, R. (ed.). **Global Modernities**. London: Sage, 1995. p. 25-44.

RUPÉREZ, J.; FERNÁNDEZ, F. D. **El español en las relaciones internacionales**. Ariel: Fundación Telefónica, 2012.

SÁ-CARNEIRO, M. de. **Eu não sou eu nem sou o outro...** Disponível em: <<http://www.escritas.org>>. Acesso em: maio 2019.

SADER, E. (2007). O que é ser politizado. In: **Revista Caros Amigos**. Disponível em: <http://www.clipping.uerj.br/0009495_v.htm>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SARTIN, E. B. G. **O português de herança em território fronteiriço**: A LH em Olivença como arma para preservação de um grupo minoritário. Universidade de São Paulo, SP, 2016.

SAVILLE-TROIKE, M. **Introducing Second Language Acquisition**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006. p. 1-5.

SEIDLHOFER, B. Key concepts in ELT: English as a lingua franca. **ELT Journal**, v. 59, p. 339-341, 2005.

SEIDLHOFER, B. **Understanding English as a Lingua Franca**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.

SIQUEIRA, D. S. P. Inglês como língua franca não é zona neutra, é zona transcultural de poder: por uma descolonização de concepções, práticas e atitudes. **Línguas & Letras** [online], v. 19, p. 93-113, 2018.

SIQUEIRA, D. S. P. Inglês como língua internacional: por uma pedagogia intercultural crítica. In: SILVA, K. A. da. (Org.). **Ensinar e aprender línguas na contemporaneidade**: linhas e entrelinhas. Campinas, SP: Pontes, 2010. p. 25-52.

SIQUEIRA, D. S. P. World Englishes, World English: Inglês como língua internacional, inglês como língua franca. In: LAGARES, Xoan; BAGNO, Marcos (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 333-354.

SOLER-CARBONELL, J. La valoración del español entre estudiantes hispanohablantes universitarios del sur de California: globalización e ideologías lingüísticas sobre el multilingüismo. In: TERBORG, R.; ALARCÓN A.; NERI, L. **Lengua española, contacto lingüístico y globalización**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2015. p. 389-416.

STURZA, E. R. **Línguas de fronteiras e política de línguas**: uma história das ideias linguísticas. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

STURZA, E. R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n.2, p. 47-50, 2005.

STURZA, E. R.; TATSCH, J. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. **Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato** nº 53, p. 83-98, 2017.

TAMARÓN, M. El español, ¿lengua internacional o lingua franca? In: CONGRESSO DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 1, 1992, Sevilla. *Actas...* Sevilla: 1992, p. 189-211.

TAMARÓN, M. (1995) El papel internacional del español. In: **El peso del español**. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/peso_lengua/tamaron.htm>. Acesso em: mar. 2016.

TERBORG, R.; ALARCÓN A.; NERI, L. **Lengua española, contacto lingüístico y globalización**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

TORRES, A. El español estadounidense, entre el spanglish y el español internacional. In: BETTI, S; SERRA ALEGRE, E. (Org.). **Nuevas voces sobre el spanglisg**: una investigación polifónica. Nova Iorque: ANLE, 2016. p. 131-145.

TUTEN, D. N. Koines and koineization. In: **Koineization in Medieval Spanish**. New York: De Gruyter Mouton, 2003. p. 1-94.

UR, P. English as a Lingua Franca: A Teacher's Perspective. **Caderno de Letras (UFRJ)**, n.27, p. 85-91, 2010.

VALDÉS, G. Bilingualism, Heritage Language Learners, and SLA Research: Opportunities Lost or Seized? **The Modern Language Journal**, n. 89, p.410-426, 2005.

VALDÉS, G. Heritage Language Students: Profiles and Possibilities. In: PEYTON, J. K; RANARD, D. A; MCGINNIS. S. (Org.). **Heritage Languages in America**: Preserving a National Resource. USA: CAL, 2001. p. 37-80.

VÁZQUEZ, V. G. La lengua española ¿herencia cultural o proyecto político-económico? Políticas lingüísticas impuestas y debatidas en el Congreso literario hispanoamericano de 1892. **Revista Signos**, Universidad Católica de Valparaíso, Chile, v. 41, n.66, p. 81-106, 2008a.

VÁZQUEZ, V. G. El Panhispanismo ¿Colonialidad Del Poder?: Génesis Discursiva De Una Nación. **Discurso, Teoría y Análisis**, n. 29, p. 47-77, Primavera, 2008b.

VÁZQUEZ, V. G. Memorias discursivas estratégicas: la lengua española en el siglo XXI a partir del americanismo español del siglo XIX. In: ARNOUX, E. N.; BEIN, R. (Org.). **La regulación política de las prácticas lingüísticas**. Buenos Aires: EUDEBA, 2010.

VELÁZQUEZ, I. Maternal perceptions of agency in intergenerational transmission of Spanish: The case of Latinos in the US Midwest. **Journal of Language, Identity & Education**, 13(3), p.135-152, 2014.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-espistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 131-152, 2008.

WOOLARD, K. A. La autoridad lingüística del español y las ideologías de y anonimato. In: DEL VALLE, J. (Org.). **La lengua, ¿patria común?**: ideas e ideologías del español. Fráncfort/Madrid: Iberomericana Vervuert, 2007. p. 129-142.

WRIGHT, S. Language in a Postnational Era: Hegemony or Transcendence? In: WRIGHT, S. **Language Policy and Language Planning**: from Nationalism to Globalization. New York: MACMILLAN, 2004. p. 157-178.

ZAIDAN, Junia Cláudia Santana de Mattos. **Por um inglês menor**: A desterritorialização da grande língua. 2013. 241f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

ZOLIN-VESZ, F. Como ser feliz em meio aoportunhol que se produz na sala de espanhol: por uma pedagogia translíngue. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 53.2, p. 321-332, 2014.